



CULTURA EM EVIDÊNCIA

Aprendizados para fortalecer políticas culturais no Brasil



Cultura em Evidência

Aprendizados para fortalecer políticas culturais no Brasil

REALIZAÇÃO



PARCEIRO TÉCNICO



APOIO





"A Cultura incomoda, a Cultura mexe, a Cultura desobedece e floresce. E por isso ela é também expressão de democracia de direitos. Dela, a arte oxigena porque revolve camadas profundas do nosso viver e do nosso ser. Cultura e arte são ferramentas de transformação constante, independente das ações que tentaram brecá-las. Quanto mais se tenta freá-las, mais desafiadoras e revolucionárias elas renascerão."

Margareth Menezes em seu discurso de posse como Ministra da Cultura em 2023

Ficha técnica

Idealização e supervisão geral

C de Cultura

Mariana Resegue
Ricardo Leal
contato@cdecultura.com.br

Pesquisa e redação

Instituto Veredas

Bruno Graebin de Farias
Carolina Scherer Beidacki
Gabriela Solidario de Souza Benatti
Laura dos Santos Boeira - supervisora de pesquisa
Viviana Paulo Menin
contato@veredas.org

Articelistas

Ana Carolina Martins
Cláudia Leitão
Eduardo Augusto Sena
Eduardo Carvalho
Evelyn Gomes
DJ Bola
Jander Manauara
Ju Moraes e Thiciana Zaher
Luana Vilutis
Moara Tupinambá
Renata Amaral
Thiago Alvim
Tiaraju Pablo D'Andrea
Yasmin iaLuny - Instituto Kondzilla

Participantes das sessões de escuta e aprimoramento

Bia Macedo
Bruna Lima
DJ Bola
Evelyn Gomes
Fernanda Rennó
Filippe Moura
Georgia Haddad Nicolau
Ítalo Azevedo
Leo Mello
Livia Ascava
Marcio Black
Paula Manso
Rakel Caminha
Renata Amaral
Sueli Silva

Anibal Augusto Turenko Beça
Cacilda de Jesus
Claudia Chipon Staude
Decio Coutinho
Fernando Santos
Liliana Bettina
Luana Cela
Luana Vilutis
Rafael Balle
Raquel Honorio
Renato Flit
Sasha Witkowski
Tatiana Varzea
Thiago Hermido da Silva
Wanessa

Conselho de especialistas

Guilherme Varella
Mariana Soares Ribeiro

Revisão técnica e normatização

Danilo Castro

Direção de Arte

Danilo de Paulo | mercurio.studio

Pesquisa de imagem

Marina Santos
Adriana De Maio [assistente]

Ilustrações

Brenda Ilustra
Renaya Dorea
Thiago Limón
Vieira com Lima

Fotografias

Adriana De Maio
Agência O Globo
Alex Fisberg
C de Cultura
Fábio Nascimento
Gsé Silva | DiCampana Foto Coletivo
Karol Maia
Levi Bianco
Mariana Resegue
Rafael Motta | Instituto Cultural
Filarmônica
Ratão Diniz

Rogério Assis
Severino da Silva
Thiago Ripper / Favela em foco
Xavier Bartaburu
Wilson Dias | ABR

Produção evento de lançamento

Jéssica Cerqueira [produção]
Larissa Batista Dionisio dos Santos
[coordenação de projetos]

Finalização da pesquisa

Junho de 2023

Citação sugerida

C de Cultura; Instituto Veredas.
Cultura em Evidência. São Paulo:
C de Cultura, 2023.

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citados a fonte e o site no qual pode ser encontrado o original: www.cdecultura.com.br

Prefixo Editorial: 80899

Número ISBN: 978-65-981952-0-5

Título: Cultura em Evidência

Tipo de Suporte: Físico



Sumário

Apresentação e Modo de Usar	9
Manifesto - Cultura, com C maiúsculo	15
Cultura e Democracia	23
Um olhar para a Cultura no Brasil	35
Políticas e Indicadores Culturais no Brasil	47
Cultura e Intersetorialidade	87
Economia Criativa	105
Fomento e financiamento das Políticas de Cultura	137
Participação Social na Cultura	161
Cultura para todas, todes e todos: um chamado para a equidade	181
Conclusão: quais são alguns dos caminhos possíveis para fortalecer as políticas de Cultura no Brasil?	207
Nota Metodológica	213
Referências Bibliográficas	215

Thiago Limón



thiago limón

APRESENTAÇÃO E MODO DE USAR



Brasil é único e diverso em suas identidades culturais, e precisa de políticas públicas e programas que semeiem e fortaleçam a Cultura brasileira.

O Brasil tem uma das maiores diversidades culturais do mundo, e isso não é segredo para ninguém. Dos museus ao funk, da ópera às festas populares, do samba à música clássica, temos uma efervescência de expressões culturais que são marcos em diferentes territórios do nosso país, e ajudam a compor a nossa identidade nacional. A Cultura é uma das nossas maiores economias, representando 5% do nosso PIB, movimentando e empregando mais do que a indústria automobilística.

Apesar do tamanho e da expressividade, o que vimos nos últimos anos foi um desmonte generalizado das políticas e programas destinados ao incentivo da cultura. Desde a extinção do Ministério da Cultura, passando pelo congelamento das instituições e orçamentos, os últimos anos foram marcados por um descaso com a nossa cultura, que se manteve viva pela força e garra dos fazedores e fazedoras da Cultura em nosso país, mas sem apoio para seu crescimento e fortalecimento.

Com a chegada do novo governo esse ano, vimos esse cenário mudar e se iluminar. Com alegria temos um momento de reconstrução e reorganização acontecendo, e isso nos enche de esperança para que a Cultura não seja mais deixada de lado, ou fique em segundo plano.

O CULTURA EM EVIDÊNCIA

Neste importante ano, o C de Cultura também viveu um processo de reorganização e mudança de estratégia. Somos uma organização sem fins lucrativos, com a missão de valorizar a diversidade cultural dos biomas brasileiros, atuando em rede, promovendo encontros e fomentando a colaboração, para melhorar a vida das pessoas. Nascemos dos encontros entre pessoas de diferentes realidades, da troca de experiências que a Cultura é capaz de promover, e desde 2017 trabalhamos para fomentar as diferentes expressões culturais do nosso país. Somos ponte e aprendizes, e resolvemos nos organizar para entregar a nossa máxima potência para apoiar no desenvolvimento de estratégias, políticas e programas para desenvolvimento da cultura.

Diante do contexto de país que se abre diante de nós neste importante ano de retomada, resolvemos organizar um processo de pesquisa que trouxesse evidências sólidas dos caminhos que podemos tomar para fortalecer e engrandecer ainda mais a nossa cultura, com políticas e programas sustentáveis e de longo prazo. Uma entrega que é de grande valor para o nosso novo momento de organização, mas também para quem trabalha com a Cultura em seus diferentes contextos.

Nos unimos ao Instituto Veredas para produzir esse relatório com as melhores evidências disponíveis para os diferentes temas da cultura, esse imenso guarda-chuva que nos permite diferentes análises. Iniciamos o processo de pesquisa em janeiro de 2023, com uma equipe de pesquisadores que se debruçou sobre os principais bancos de dados disponíveis para sistematizar esse relatório. Contamos com duas sessões de escuta, que ouviu sociedade civil e gestão pública no início das nossas buscas, para escutar onde estavam as principais inquietações e perguntas, e buscar as evidências disponíveis.

Além disso, com o documento já em sua primeira versão, fizemos uma sessão de aprimoramento para entender como poderíamos melhorar e refinar o que estávamos produzindo. Por fim, trouxemos Guilherme Varela e Mariana Ribeiro para compor o time de consultores especialistas que revisou essa publicação com carinho e atenção.

Trouxemos importantes e diversos articulistas para a publicação, com o intuito de fortalecer e em alguns pontos refletir sobre as evidências disponíveis, sabendo que em alguns pontos temos expressões e reflexões que ficam invisibilizadas nas evidências, por conta da forma que elas são produzidas. Chamamos ilustradores de diferentes regiões do país e convidamos fotógrafos que gentilmente cederam suas fotos para nos apoiar na difícil tarefa de ilustrar o tamanho e a potência da nossa Cultura, deixando esse relatório muito mais bonito e atraente para a leitura.

Nosso objetivo como organização do investimento social privado é apoiar os inúmeros esforços de desenvolver e fortalecer nossa cultura, sempre com base em evidências. O Cultura Em Evidência é um esforço coletivo no sentido de disponibilizarmos, de forma gratuita e organizada, ferramentas de análise e de reflexão para qualquer pessoa que trabalhe com Cultura em nosso país.

O mapa é complexo, a cartografia é extensa, mas navegar é preciso. Nos referenciar nesse mapa para enxergar melhor e poder navegar, é uma importante ferramenta para que possamos garantir caminhos abertos e incentivos acertados para o fortalecimento e desenvolvimento dos e das fazedoras da cultura.

Convidamos você a mergulhar conosco nesse processo. Leia nosso relatório e navegue na nossa plataforma, que também conta com uma biblioteca com as principais publicações que encontramos durante o nosso processo, disponível e categorizada para busca.

Boa leitura!



Ricardo Leal Presidente C de Cultura

Mariana Resegue Diretora Executiva

MODO DE USAR

Como pessoa leitora do **Cultura em Evidência**, você pode escolher navegar pelas diferentes seções do documento no seu ritmo.

Recomendamos a leitura do documento completo, mas construímos cada parte em um formato que favorece a leitura por temas de interesse também. Ao consolidar dados que demonstram o quanto o campo cultural foi negligenciado de políticas públicas, nos últimos anos, desejamos propor uma retomada da valorização da Cultura destacando sua grandeza. Para reafirmar a importância da nossa Cultura, ao longo da publicação, optamos por escrever a Cultura sempre assim - com C maiúsculo.

A nossa publicação é composta por onze seções que abordam diversos aspectos da Cultura, com um olhar específico sobre o contexto brasileiro, construídos com muitas mãos e vozes. Ao longo das seções, além de uma síntese dos documentos técnicos e científicos revisados, trazemos boxes que destacam experiências inspiradoras, artigos de opinião, lembretes quanto às recomendações da última Conferência Nacional de Cultura e sugestões coletadas nas sessões de escuta que conduzimos ao longo do projeto.

A primeira seção, intitulada “Manifesto - Cultura, com C maiúsculo”, estabelece nossa visão para a Cultura no país, ressaltando sua pluralidade e sua relevância na sociedade. Em seguida, na seção sobre “Cultura e Democracia”, olhamos para o passado de modo a resgatar como a Cultura enfrentou ameaças à democracia e refletir como ela é uma força vital para a participação cidadã.

A terceira seção traz “Um olhar para a Cultura no Brasil”, um infográfico-panorama de dados que exemplificam as características, os desafios e as potencialidades culturais no nosso país. Logo abordamos as “Políticas e Indicadores Culturais no Brasil”, trazendo uma linha do tempo de políticas públicas brasileiras desde 1988 e exemplos de monitoramento e avaliação do campo cultural. Na seção sobre “Cultura e Intersetorialidade”, discutimos as conexões entre a Cultura e outros setores,

como educação, saúde, meio ambiente, entre outros, enfatizando a importância da abordagem integrada na construção de políticas culturais eficazes.

A sexta seção, de “Economia criativa”, explora as interseções entre Cultura, criatividade e economia, destacando o papel das indústrias criativas no desenvolvimento socioeconômico. Reconhecendo o papel do “Fomento e financiamento das políticas de Cultura”, a sétima seção aborda os mecanismos e instrumentos de apoio e financiamento para as iniciativas culturais, tanto públicas quanto privadas. Falamos, também, da “Participação Social na Cultura”, enfatizando a importância do envolvimento ativo e da participação da sociedade civil na definição e implementação das políticas culturais.

Chegando ao fim da publicação, trazemos a seção “Cultura para todas, todes e todos: um chamado para a equidade”, abordando questões de inclusão, diversidade e equidade na Cultura, promovendo a garantia de acesso e oportunidades para todas as pessoas. Nossa “Conclusão” traz perspectivas dos próximos passos para as políticas de Cultura no Brasil, destacando o papel de cada parte interessada.

Ao longo do nosso documento, incluímos quadros de experiências inspiradoras e artigos de pessoas ativamente engajadas com o campo da Cultura, as quais foram convidadas para nos ajudar a suprir lacunas das evidências disponíveis encontradas ou aprofundar reflexões. Não pretendemos atingir toda a diversidade da Cultura, mas somar na construção de uma agenda colaborativa para as políticas públicas culturais, informadas pelas melhores evidências e vivências.

Por fim, a publicação inclui a “Nota Metodológica”, que fornece informações sobre a abordagem e os métodos utilizados para a elaboração da publicação, descrevendo como identificamos as experiências destacadas neste documento, bem como nosso processo de consulta às partes interessadas, desde a gestão até a sociedade civil, nas sessões de escuta e de aprimoramento realizadas no primeiro semestre de 2023.

Leticia Vieira



MANIFESTO
CULTURA,
COM C
MAIÚSCULO



A palavra “Cultura” é tão imensa de tamanho e de diversidade como o Brasil. O “Cultura em Evidência” é um projeto colaborativo que acredita na Cultura enquanto direito fundamental e como pilar essencial para a nossa existência e bem-viver. Sabemos que, para que ela alcance esse papel, é preciso abrir alas para que todas as pessoas e suas formas de expressar os fazeres, as tradições, as crenças, os costumes e a arte se reconheçam e imprimam suas marcas nas políticas e intervenções sociais.

Muitas vozes nos ajudaram a tentar definir o que pode ser entendido como Cultura. Abaixo, trazemos a nuvem de palavras construída durante a sessão de aprimoramento da publicação, realizada em junho de 2023, e alguns trechos que nos inspiram:

Figura 1 - Nuvem de palavras construída com contribuições de participantes da sessão de aprimoramento da publicação¹, a partir da pergunta-disparadora: O que você entende por Cultura e como sente o impacto dela na sua vida/na sua atuação profissional?

SENSIBILIDADE MEMÓRIA
EMOÇÃO ALIMENTO
AR QUE RESPIRAMOS
AMPLITUDE IDENTIDADE
FRUIÇÃO LINGUAGEM **MISSÃO**
CONEXÕES
COLETIVIDADE INCLUSÃO BRINQUEDO
ABERTURA DE HORIZONTES
EXPRESSÃO

1. Saiba mais sobre a sessão de aprimoramento na nossa Nota Metodológica, ao final da publicação.

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Cultura é tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Cultura como aquilo que, em cada objeto que produzimos, transcende o meramente técnico. Cultura como usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos.

**Gilberto Gil, 2002,
Discurso de posse como Ministro da Cultura**

[...] levada às últimas conseqüências tem em vista a formação global do indivíduo, a valorização de seus modos de viver, pensar e fruir, de suas manifestações simbólicas e materiais, e que busca, ao mesmo tempo, ampliar seu repertório de informação cultural, enriquecendo e alargando sua capacidade de agir sobre o mundo.

**Isaura Botelho, na publicação
“A política cultural e o plano das ideias”**

Tudo é Cultura, esse núcleo estético e ético da vida. Temos no Brasil inúmeras carências de acesso à bens e serviços mas uma Cultura rica. [...] Combate-se a Cultura quando se quer um país calado e obediente. A Cultura incomoda, a Cultura mexe, a Cultura desobedece e floresce. E, por isso, ela é também expressão de democracia de direitos. Dela, arte oxigena porque revolve camadas profundas do nosso viver e do nosso ser. [...] O desmonte das políticas públicas de Cultura trouxe não só prejuízos econômicos, mas também muita dor. [...] Por mais problemas que tenhamos, somos vistos por outros países como reservatório lúdico e brincante, complexo e profundo, fruto da nossa alegria e resiliência diante da vida, lugar de ritmos, cores, sabores, saberes antigos e invenções de futuro. O Brasil é criadouro de esperança para o mundo.

Margareth Menezes, 2023, Discurso de posse como Ministra da Cultura

Cultura é vida, é a nossa língua, nossos costumes, nossas crenças, nossos saberes ancestrais, nossas tradições, perpassadas de gerações para gerações. Sobrevivemos porque preservamos nossas culturas. A cultura é o nosso maior pertencimento, sempre em conexão com a natureza. Somos de uma cultura milenar, que persiste e resiste. Desde as nossas tradições, dos grafismos, dos ritos, da maestria de nossas cerâmicas, de nossas cestarias, das danças e cantos, até à criação de músicas com ritmos de rap, hip hop, das pinturas em telas, e artes digitais.

**Moara Tupinambá, no artigo
“A cultura somos nós: culturas indígenas deste Brasil”**

Uma política cultural que não tem como principais destinatários artistas e produtores, mas o povo. Não para entretê-lo, mas para criar oportunidades reais de enriquecimento humano, de acesso ao conhecimento produzido pela enorme diversidade cultural e ambiental do planeta, do reconhecimento da nossa e de outras identidades culturais, de experiências culturais que emocionem, que modifiquem a nossa maneira de ver e estar no mundo. E que nos habilitem, se assim desejarmos, a ser ativos participantes das escolhas sobre nosso presente e nosso futuro.

Uma política cultural voltada para as pessoas, de braços dados com a ética, que valoriza a vida, a justiça e o reconhecimento da diversidade. Capaz de promover públicos leitores, de estimular a curiosidade sobre si e sobre os outros, de expandir as experiências culturais e com elas a vontade de se relacionar com o diferente sem que ele represente uma ameaça. Ou seja, uma política cultural voltada para a formação cultural das pessoas, de ampliação dos imaginários e das sensibilidades, para tornar a vida aquilo que ela deveria ser por princípio: mais humana.

Uma política de Cultura que ponha alma no processo de desenvolvimento, que inspire as pessoas e as impulse de forma crítica e construtiva a enfrentar os desafios da vida pessoal e coletiva. Que estimule protagonistas e não beneficiários de outras políticas. Uma política para a liberdade.

**Marta Porto, na publicação
“Cultura e desenvolvimento em um quadro de desigualdades”**

É preciso que essas culturas sejam entendidas como o patrimônio que são: Riqueza, moeda de troca na globalização, conhecimento, ferramenta, e, assim como nossas florestas, diversidade necessária para a saúde do planeta. É necessário também que sejam reconhecidas como arte contemporânea, vigorosa, que acontece hoje, não por impulso preservacionista mas por gosto, pertencimento, necessidade de expressão e organização das estruturas corpóreas, sociais, espirituais do indivíduo e sua comunidade.

Renata Amaral, no artigo “Tradição Hoje”

[...] campo no qual os sujeitos humanos elaboram símbolos e signos, instituem as práticas e os valores, definem para si próprios o possível e o impossível, o sentido da linha do tempo (passado, presente e futuro), as diferenças no interior do espaço (o sentido do próximo e do distante, do grande e do pequeno, do visível e do invisível), os valores como o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o justo e o injusto, instauram a idéia de lei, e, portanto, do permitido e do proibido, determinam o sentido da vida e da morte e das relações entre o sagrado e o profano.

**Marilena Chauí, na publicação
“Cultura e Democracia”**

Os direitos à educação, moradia digna, à segurança alimentar, e à saúde de qualidade são alguns dos que afirmamos com mais frequência, mas o direito à se expressar livremente e ver seus valores e modos de vida traduzidos em sons, imagens, palavras, cores, sabores e movimentos, o direito de sentir fundo, de sorrir largo, de deixar as lágrimas inundarem, de sonhar e esperar é tão fundamental quanto os outros direitos. O Brasil é terra fértil, a Cultura é semente e este é um convite para que, juntas, juntes e juntos, floresçamos!

Para garantir que todas as pessoas possam usufruir do direito à Cultura, é essencial que tenhamos políticas culturais dedicadas ao fomento, financiamento e incentivo, ao acesso, à difusão e à criação, à diversidade, à educação e formação, à produção de informações e dados culturais, e à liberdade de expressão. As pessoas que fazem Cultura precisam ter apoio para que possam se dedicar, experimentando valorização na forma de recursos, incentivos e difusão. Cada cidadã e cidadão precisa encontrar espaços onde possa conhecer e se reconhecer em diversas expressões culturais, se alimentar da Cultura, com mais fruição e frequência.

Sabemos que, infelizmente, temos uma disparidade nas oportunidades de expressão e de acesso que atravessam nosso mapa e nossa gente. Questões demográficas, geográficas, socioeconômicas, de raça e de gênero transformam o jeito como existimos, fazemos e consumimos Cultura. Acreditamos que as políticas públicas são caminhos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, digna e rica para todas as pessoas. Políticas culturais efetivas devem se constituir enquanto políticas de Estado, estruturais e estruturantes, transversais e plurais. Devem ser informadas pelas melhores evidências e pelos desejos e necessidades da nossa população. Envolver quem faz e quem consome a Cultura cotidianamente é parte fundamental de uma política cultural representativa.

No entanto, ao mergulhar nas evidências, encontramos algumas limitações: ainda não produzimos dados e informações sobre o ecossistema cultural da forma que deveríamos e não financiamos nem incentivamos a pesquisa dentro do universo da Cultura como ela merece. As lacunas nos dão pistas, justamente, sobre aquilo que está nos escapando ao olhar e à leitura da realidade: há grande invisibilidade de inúmeras formas de

expressão cultural tradicionais, regionais e populacionais, que, por não terem o mesmo acesso a recursos ou possibilidade de difusão, acabam não sendo conhecidas e celebradas como parte fundamental e fundante de quem somos e queremos ser, daquilo que vivemos e sonhamos coletivamente.

O “Cultura em Evidência” reuniu, desde o levantamento das suas primeiras perguntas, representantes da sociedade civil, pessoas que fazem Cultura, representantes da gestão e pessoas que fazem pesquisa sobre o tema em sessões de escuta e aprimoramento. Sem as histórias e as pessoas, é impossível compreender uma experiência em sua plenitude. Não existe uma estatística sem um rosto, não existe uma política pública sem trajetórias de vida impactadas. Não há Cultura sem gente. E é por isso que, aqui, fazemos questão de construir com diversas pessoas e vivências o que vemos e esperamos para a Cultura brasileira - é na voz do nosso povo que vamos narrar essa história.

Em nossos momentos de reflexão, retomamos a caminhada ao emprestar as lentes da atual ministra da Cultura, Margareth Menezes, que nos conta de um país [...] *reservatório lúdico e brincante, complexo e profundo, fruto da nossa alegria e resiliência diante da vida, lugar de ritmos, cores, sabores, saberes antigos e invenções de futuro. O Brasil é criadouro de esperança para o mundo.*²

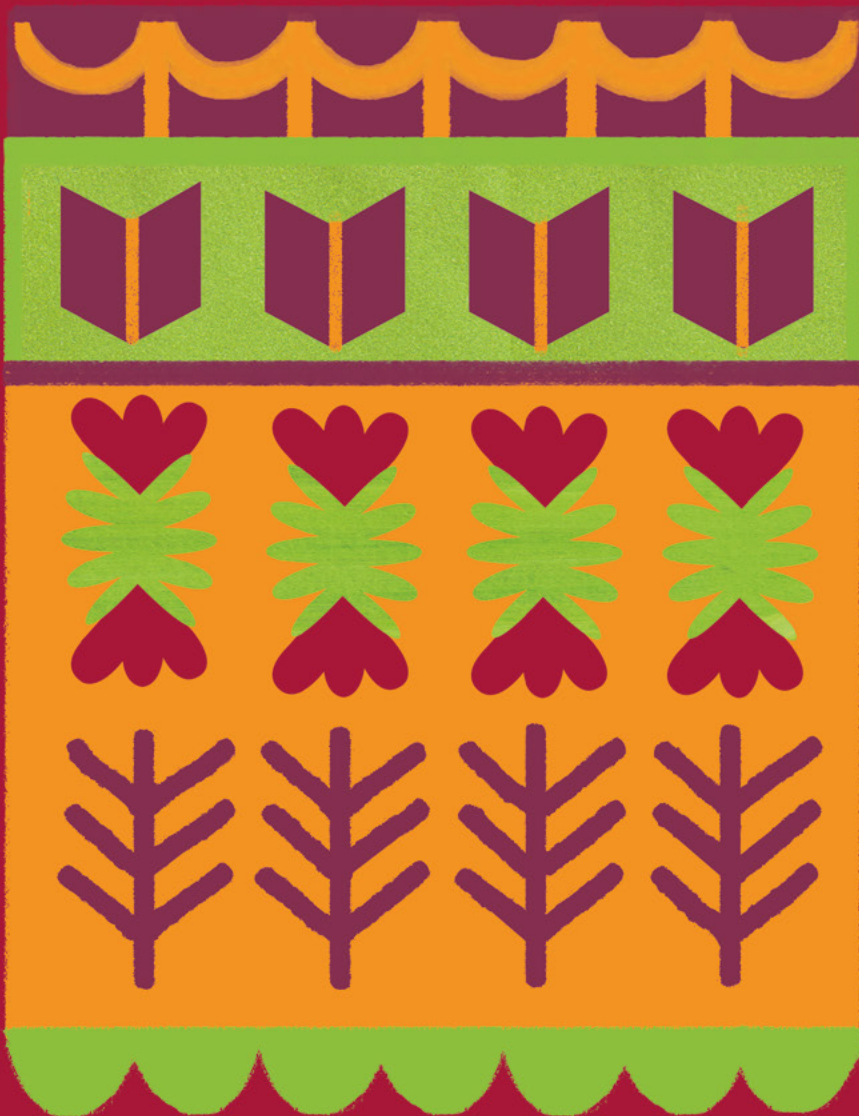
Entendemos que abraçar um compromisso coletivo rumo ao Brasil onde todas as pessoas possam fazer e viver a Cultura em suas dimensões e pluralidades é abrir caminhos para uma vida mais rica e potente. A Cultura, com C maiúsculo, se entrelaça a outros direitos, potencializando um outro tipo de desenvolvimento que, para além do econômico e social, considera o bem viver humano e sua relação com o natural como central nos seus objetivos. Que, em colaboração, cidadãos, governos, academia, sociedade civil e todas as personagens do ecossistema cultural, possamos somar forças para a ação colaborativa, a fim de alimentar a esperança e o brilho desta terra fértil que nos nutre e onde fazemos casa.

Vem com a gente colocar a Cultura em Evidência!

2. Margareth Menezes, 2023, Discurso de posse como Ministra da Cultura



CULTURA E DEMOCRACIA



Podemos dizer que a Democracia propicia, pelo modo mesmo do seu enraizamento, uma Cultura da cidadania à medida que só é possível a sua realização através do cultivo dos cidadãos. Se pudéssemos pensar uma cidadania cultural, teríamos a certeza de que ela só seria possível por meio de uma Cultura da cidadania, viável apenas em uma democracia (CHAUI, 2012, p. 70).

Nessa seção, vamos abordar a relação entre Cultura e Democracia, refletindo sobre como os processos democráticos afetam e são afetados pelas práticas culturais, e como vivenciamos essa conexão no Brasil. Como vimos no Manifesto, a Cultura pode ser definida de diversas formas, o que torna difícil optar por um único conceito. Segundo a UNESCO, pode-se entender por Cultura o modo de vida das pessoas - os diferentes valores, normas, conhecimentos, habilidades, crenças individuais e coletivas - que orientam a ação individual e coletiva. Neste sentido de valores e normas, **a Cultura pode ser entendida como um estoque de recursos intangíveis renováveis sobre os quais as pessoas se inspiram e através dos quais expressam o significado que dão à sua existência e ao seu desenvolvimento (UNESCO, 2014).**

Na sua raiz, a palavra “Cultura” vem do significado dos verbos cultivar e cuidar, inicialmente relacionada ao cultivo e cuidado da terra (agricultura), das crianças (puericultura), e das divindades e entidades sagradas (culto) (CHAUI, 2012). **Nessa perspectiva, a Cultura pode ser compreendida como uma prática, uma ação contínua que visa garantir e viabilizar o pleno desenvolvimento das potencialidades de algo, de uma pessoa ou comunidade.** Afinal, para garantir a colheita, é preciso manter o solo fértil e as condições propícias para que uma semente consiga brotar, florescer e frutificar.

Também é definida como um setor organizado de atividade que trata das diversas manifestações - passadas e presentes - da criatividade intelectual e artística humana e compreende indivíduos, organizações e instituições responsáveis por sua transmissão e renovação. As artes e expressões culturais, juntamente com estes indivíduos e instituições constituem o que é comumente considerado como o “setor cultural”, um domínio político demarcado, preocupado principalmente com o patrimônio e a criatividade. (UNESCO, 2014). Como setor, inclui uma grande gama de atores-chave que vão desde os governos e o setor privado, até a sociedade civil envolvida na atividade cultural.

Por envolverem tanto as dimensões políticas de como as pessoas vivem e acessam direitos, quanto as relações entre diferentes grupos da sociedade, a Cultura e a Democracia são temas intrinsecamente conectados na construção de uma sociedade. No Brasil, encontramos um país que, ao mesmo tempo, possui rica diversidade cultural e viveu processos políticos coloniais e de ditadura que tentaram restringir as manifestações culturais. Devido à influência colonial, a Cultura deixou de ser entendida como um processo social diverso para ser utilizada como sinônimo da aquisição individual de determinados conhecimentos e técnicas. Nesse contexto, a Cultura passou a ser percebida como um conjunto de práticas específicas (as artes e as ciências produzidas na Europa), o que permitiu o desenvolvimento de uma métrica que avalia e hierarquiza o “valor” dos sistemas políticos, a partir da concepção europeia de progresso (CHAUÍ, 2012). Ou seja, as sociedades com expressões culturais que escapavam ao padrão estabelecido eram consideradas desprovidas de Cultura, com produções culturais primitivas ou pouco desenvolvidas

No Brasil, não há como falar de Cultura e Democracia sem falar da invasão europeia, o sequestro e escravização dos povos africanos, o extermínio dos povos indígenas e a exploração devastadora do meio ambiente. Somado a isto, a colonização também promoveu o epistemicídio de saberes, práticas e modos de viver ancestrais, impondo o cultivo de apenas uma forma cultural e violando o direito de cada pessoa de acessar e se beneficiar de sua própria Cultura e identidade (GROSGOUEL, 2016). Mais recentemente, entre 1964 e 1985, o Brasil passou por uma ditadura militar, um regime político antidemocrático e conhecido pela repressão e a censura de certas formas de expressão cultural, cujas consequências ainda são percebidas no presente. Há uma relação íntima entre crises democráticas e ataques às políticas de Cultura e à liberdade de expressão: um bom termômetro da saúde de uma democracia reside em avaliar como ela cultiva e celebra diferentes formas de expressão cultural.

A diversidade cultural é uma prerrogativa essencial para a construção de uma sociedade democrática: não há democracia em uma sociedade que prega a “monocultura”, muito menos em uma que criminaliza, discrimina e aniquila certos tipos de expressão cultural, bem como as pessoas, grupos sociais e comunidades que as cultivam. Nessa esteira, é essencial ressaltar a importância do cultivo da memória social e coletiva para o cuidado da Democracia: uma sociedade que esquece e negligencia seu passado autoritário e antidemocrático tende a repetir e produzir novos eventos de graves violações aos direitos humanos. No caso do Brasil, cultivar a memória de eventos históricos significativos, como a colonização e a ditadura militar, e incorporar as narrativas das pessoas e coletivos que sofreram na pele suas consequências, é vital para a promoção de conscientização social acerca desses eventos, visando a construção de um futuro mais justo e democrático.

Ao juntar as palavras Cultura e Democracia, chegamos a uma concepção interessante: “o cultivo do povo no poder” (NASCIMENTO; ALVES, 2019). Se a política envolve todos os cidadãos e cidadãs de uma sociedade, ela deve englobar aspectos relacionados ao modo de vida e às práticas dessas pessoas, ampliando o acesso aos bens culturais e promovendo sua produção de maneira democrática (NASCIMENTO; ALVES, 2019).

As políticas públicas culturais têm um desenvolvimento histórico, que passa por contestação e ressignificação de paradigmas, sendo mais ou menos incorporadas às identidades de um país e aos seus projetos democráticos. Especialistas interpretam que isso se deve à inércia institucional e à alternância política, que dificulta mudanças substanciais (LIMA, ORTELLADO E SOUZA, 2013). Assim, a formulação de políticas estatais de Cultura, que sejam sólidas e longevas, sobrevivendo às transições governamentais, torna-se um objetivo-chave para qualquer país que integra Cultura e Democracia. A Figura abaixo mostra como diferentes modalidades de políticas culturais e de entendimentos de Cultura se relacionam para consolidar objetivos sociais que podem favorecer a integração democrática da Cultura ao cotidiano dos cidadãos e das cidadãs de um país.

Figura 2- Tipologia histórica das políticas culturais

Modalidade de política	Conceito de cultura	Objetivo da política	Instrumentos de intervenção
POLÍTICAS DE PRIMEIRA GERAÇÃO: CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO			
Políticas de identidade nacional	Cultura como identidade nacional	Consolidar a identidade nacional e preservar o patrimônio	Museus históricos nacionais, monumentos cívicos, missões folclóricas de resgate da cultura nacional
Políticas de reconhecimento da diversidade	Cultura como diversidade identitária	Reconhecer a diversidade das comunidades que integram o Estado nacional	Museus étnicos patrimônio imaterial
POLÍTICAS DE SEGUNDA GERAÇÃO: INTERVENÇÃO E REGULAÇÃO ECONÔMICA DO SETOR CULTURAL			
Políticas de proteção à indústria cultural nacional	Cultura como conjunto de bens simbólicos que podem ser reproduzidos serialmente	Diminuir o impacto (cultural/econômico) da indústria cultural estrangeira e fortalecer a indústria nacional	Cotas cinematográficas, estímulo fiscal à produção de conteúdo nacional
Políticas de economia criativa	Cultura como setor de atividade econômica	Fomentar o setor econômico criativo	Incentivo aos setores criativos, formação de <i>clusters</i> , cidades criativas
POLÍTICAS DE TERCEIRA GERAÇÃO: DIFUSÃO E PRODUÇÃO CULTURAL			
Políticas de democratização da cultura	Cultura como belas artes	Ampliar o acesso à cultura consagrada	Centros culturais orientados à difusão, orquestras públicas com entradas subsidiadas
Políticas de democracia cultural	Cultura como modo de vida	Apoiar a produção simbólica dos diversos segmentos sociais	Fomento à cultura popular e comunitária

Participação em atividades culturais e Democracia

Um relatório da Comissão Europeia (HAMMONDS et al., 2023) identificou que a participação em atividades culturais fortalece a democracia e a coesão social de várias maneiras diferentes. Os benefícios da participação em atividades culturais incluem:

- Maior probabilidade de votar, fazer trabalho voluntário e participar de atividades comunitárias, projetos e organizações.
- Desenvolvimento de atitudes sociais positivas associadas a valores cívicos e democráticos, como senso de pertencimento à comunidade, tolerância, confiança e empatia por pessoas de diferentes origens.
- Desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais que são essenciais para o funcionamento das democracias, como expressão pessoal, habilidade de ouvir os outros, compreender perspectivas diferentes e facilitar a resolução de conflitos.

Tanto as formas ativas quanto as formas mais passivas de participação cultural estão positivamente associadas a atitudes e resultados cívicos. No entanto, efeitos mais fortes são encontrados em formas mais ativas de participação cultural.

A Constituição Federal do Brasil (1988) garante, no Artigo 215, uma série de normas que garantem o acesso democrático aos direitos culturais, como o direito autoral, a liberdade de expressão, a preservação do patrimônio histórico e cultural, a diversidade cultural e o acesso à cultura. Acordos nacionais e internacionais também são importantes para construir e manter uma sociedade diversa e harmoniosa em tempos de globalização, lutando contra a mercantilização dos bens culturais e restrições ao acesso à cultura. A Declaração Universal dos Direitos Humanos³ reconhece os direitos culturais como fundamentais para a dignidade humana e o livre desenvolvimento da personalidade. Em suma, os direitos culturais englobam as artes, a memória coletiva e a transmissão de conhecimento, permitindo o uso do passado, a intervenção ativa no presente e a tomada de decisões para o futuro, sempre visando a dignidade das pessoas e comunidades (NASCIMENTO; ALVES, 2019).

Em janeiro de 2007, o Brasil ratificou a Convenção sobre a proteção e a promoção da Diversidade Cultural, originada na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, em 2005, o que significa que o país se comprometeu em executá-la e cumpri-la. O texto da Convenção afirma a diversidade cultural como característica essencial e patrimônio comum da humanidade e celebra sua importância para a plena realização dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. (UNESCO, 2007). Considera, também, que a Cultura assume variadas formas ao longo do tempo e em diferentes espaços, manifestando-se na pluralidade de identidades e expressões culturais. Reafirma que a diversidade cultural se fortalece na livre circulação de ideias e trocas entre culturas e destaca a necessidade de incorporação da Cultura como elemento estratégico de políticas de desenvolvimento. O texto recorda também que “a diversidade cultural, ao florescer em um ambiente de democracia, tolerância, justiça social e mútuo respeito entre povos e culturas, é indispensável para a paz e a segurança no plano local, nacional e internacional” (UNESCO, 2007, p.2).

3. Documento que delinea a proteção universal dos direitos humanos básicos, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) desde 1948.

Para colocar em prática a essência e os valores democráticos, e para que seja possível desfrutar dos benefícios de uma sociedade culturalmente diversa e vibrante, a participação social deve estar no coração desse processo. Conforme veremos na seção sobre Participação social, a presença e a institucionalização de espaços deliberativos de participação social, como Conselhos e Conferências, para manter o diálogo entre o poder público e a sociedade civil, permitindo a incorporação das demandas e transformações das sociedades contemporâneas (AGUIAR; RISCADO, 2019). Porém, o papel dessas instâncias evidencia que o processo democrático não tem um fim, mas está sempre em constante aprimoramento, e é exatamente assim que deve ser.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO ARTÍSTICA

Embora não exista um entendimento comum entre os países do mundo sobre o conceito (UNESCO, 2022b), o Movimento Brasileiro Integrado pela Liberdade de Expressão Artística (MOBILE) define a liberdade artística e cultural como “o direito humano e fundamental de expressar-se livremente através das linguagens artísticas e manifestações culturais, sem submeter-se à censura ou licença. Aos cidadãos e cidadãs é garantido o direito de criar e difundir livremente sua manifestação artística e cultural e, através desta, exprimir suas ideias, opiniões, sentimentos e pensamentos.” (MOBILE, s.d.). Uma vez que entende-se que a “censura é qualquer ação organizada para interromper o livre fluxo de informação protegido pelo direito à liberdade de expressão feita geralmente, mas não exclusivamente, pelo Estado, com o conseqüente processo de avaliação, filtragem, cerceamento e proibição de sua circulação” (MOBILE, s.d.) é indiscutível o fato de que atos de censura tem relação direta com práticas autoritárias e antidemocráticas, uma vez que era um mecanismo amplamente utilizado no período da ditadura militar no Brasil (1964-1985).

“A ameaça aos direitos culturais e artísticos, ao colocar em risco as liberdades individuais e o acesso à cultura, abalam os principais pilares do regime democrático. Conscientizar a sociedade desse risco e trabalhar para promover esses direitos passa a ser, portanto, uma tarefa civilizatória.”
(MOBILE, S.D.)

O Brasil é berço de uma imensa diversidade de expressões culturais e a Unesco destaca alguns aspectos aos quais deve-se dedicar especial atenção para que a diversidade cultural seja preservada e reconhecida:

- o valor das tradições, das artes, dos costumes e das expressões populares e indígenas;
- o reconhecimento da influência africana na Cultura e na história brasileira;
- a preservação de línguas ameaçadas de extinção;
- o valor pelo conhecimento tradicional sobre a natureza;
- a sustentabilidade do uso e do investimento em infraestrutura nas reservas naturais;
- a consolidação dos direitos humanos; e
- a luta contra a discriminação. (UNESCO, s.d.)





► Passeata dos cem mil. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1968.
FOTO Arquivo | Agência O Globo

Conferência Mundial da UNESCO sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável (MONDIACULT 2022)

Em 2022, foi realizada a Conferência Mundial da UNESCO sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável (MONDIACULT), 40 anos após a sua primeira e histórica edição de 1982. Desta Conferência participaram os Ministros da Cultura dos Estados-Membro da UNESCO com o objetivo de partilhar visões sobre “o futuro das políticas culturais e reafirmar o compromisso da comunidade internacional para com os urgentes e complexos desafios contemporâneos das nossas sociedades multiculturais” (UNESCO, 2022a, p.1).

Consolidou-se, entre Ministros da Cultura presentes, um compromisso de atuação multilateral para o reconhecimento da Cultura como um bem público mundial com valor intrínseco para facilitar e promover o desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2022a). Dentre os chamados para ação provenientes da conferência, destacam-se:

- Os ministérios presentes se comprometem com o fomento de ambientes favoráveis ao exercício dos direitos humanos, em especial os direitos culturais em todas as áreas da Cultura, com o objetivo de construção de um mundo mais justo e equitativo para todas as pessoas. Este compromisso deve ser cumprido através de:
 - Apoio ao acesso inclusivo à Cultura e a participação na vida cultural e nos seus benefícios como um imperativo ético, social e econômico;
 - Fortalecimento dos direitos econômicos e sociais dos artistas, profissionais e outros agentes culturais, facilitando a sua mobilidade e defendendo o seu estatuto, nomeadamente através do reforço da propriedade intelectual;
 - Proteção e promoção da liberdade artística e da liberdade de expressão;
 - Proteção e promoção da diversidade de conteúdos culturais, assim como da diversidade linguística;
 - Implementação de quadros jurídicos e de políticas públicas que defendam os direitos dos povos e comunidades à sua identidade e aos seus patrimônios culturais, incluindo as expressões das culturas dos povos indígenas; e
 - Alargamento dos esforços para promover a proteção, retorno e restituição de bens culturais, inclusive em consulta com as populações afetadas e com o seu consentimento livre, prévio e informado.

- A defesa da ancoragem da Cultura nas políticas públicas através de adaptação de estratégias em todos os níveis federativos, visando à inclusão social e ao crescimento econômico, desde a educação, o emprego - especialmente para as mulheres e jovens -, a saúde e o bem-estar emocional até a redução da pobreza, a igualdade de gênero e a sustentabilidade ambiental.

Mundialmente, os ataques à liberdade de expressão artística, desde censura até assassinatos, vem crescendo a cada ano (UNESCO, 2022b). No Brasil, após o período da ditadura, os ataques e restrições à Cultura se agravaram especialmente a partir de 2016, marcados por uma sequência de episódios cerceadores da liberdade de expressão artística, com destaque para a extinção do Ministério da Cultura em 2019. Em uma análise de casos de censura⁴, desmonte institucional da Cultura e autoritarismo contra o setor artístico no Brasil, o MOBILE identificou 281 casos entre 2019 e agosto de 2022 (MOBILE, s.d.):

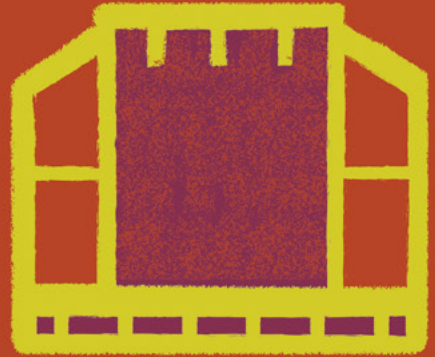
2019	2020	2021	2022
70 casos	46 casos	79 casos	86 casos

O avanço da liberdade artística é essencial para proteger e promover a diversidade das expressões culturais. Sem liberdade ou sem as condições sociais e econômicas necessárias para sobreviver durante a criação, os artistas não podem produzir obras de arte significativas. A falta de medidas de apoio adequadas impede que artistas de alguns grupos sociais ou regiões criem, o que, em última instância, corre o risco de privar o mundo de uma diversidade de expressões artísticas (UNESCO, 2022b). Como vimos, Cultura, Democracia e liberdade de expressão artística se relacionam profundamente, sendo necessário, portanto, adotar medidas que apoiem artistas e fazedores(as) de Cultura a serem agentes democráticos (UNESCO, 2022b):

- Criar órgãos independentes para monitorar as violações dos direitos humanos;
- Fomentar iniciativas para proteger os artistas em risco ou no exílio;
- Reconhecer o status legal do artista e liberdade artística geral;
- Prever medidas de proteção da liberdade de expressão;
- Afirmar o direito de cidadãos e cidadãs de acessar a Cultura;
- Garantir a transparência tomada de decisões sobre financiamento governamental;
- Proteger a propriedade intelectual, por exemplo, direitos autorais; e
- Fornecer medidas de proteção social ou econômica para os artistas.

Democracia, cidadania e Cultura estão profundamente conectadas e são codependentes. Somente um ambiente verdadeiramente democrático permite uma expressão cultural diversa e a fruição do direito à Cultura, e todos os outros, à sua população. Na próxima seção, abordaremos alguns dados que ajudam a traçar o panorama da Cultura no Brasil, apontando para como políticas públicas e a participação democrática podem aprimorar as vivências culturais, sociais e políticas da população.

4. Outra iniciativa de monitoramento da censura à liberdade de expressão artística foi criada pelo Nonada - Jornalismo Travessia. O Observatório de Censura à Arte para mapear os casos de censura às expressões artísticas no Brasil. O mapeamento pode ser consultado neste site: <http://censuranaarte.nonada.com.br/>.





**UM OLHAR
PARA A
CULTURA
DO BRASIL**

A Cultura é um organismo vivo, diverso e mutante. Portanto, para entender o que está acontecendo no cenário cultural brasileiro neste momento, é necessário lançarmos um olhar sobre como têm se dado o acesso à Cultura, quais são os interesses e hábitos culturais da população no nosso país e também como está o investimento no setor. Nesta seção, trazemos uma fotografia da Cultura no Brasil hoje.

HÁBITOS CULTURAIS DA POPULAÇÃO NAS CAPITALS:

(LEIVA, 2018)

Pessoas com ensino superior e das classes⁵ A e B relatam, com mais frequência, aproveitar o seu tempo livre frequentando eventos e espaços culturais. Enquanto pessoas com menos escolarização e das classes C/D e E referem aproveitar o tempo livre consumindo mídia, como televisão.

Pessoas mais velhas dedicam mais tempo livre às atividades religiosas do que as jovens, que passam mais tempo praticando esportes. O menor acesso das pessoas idosas à cidade, devido a fatores como dificuldade de mobilidade, por exemplo, podem refletir na sua possibilidade de acesso às atividades culturais.

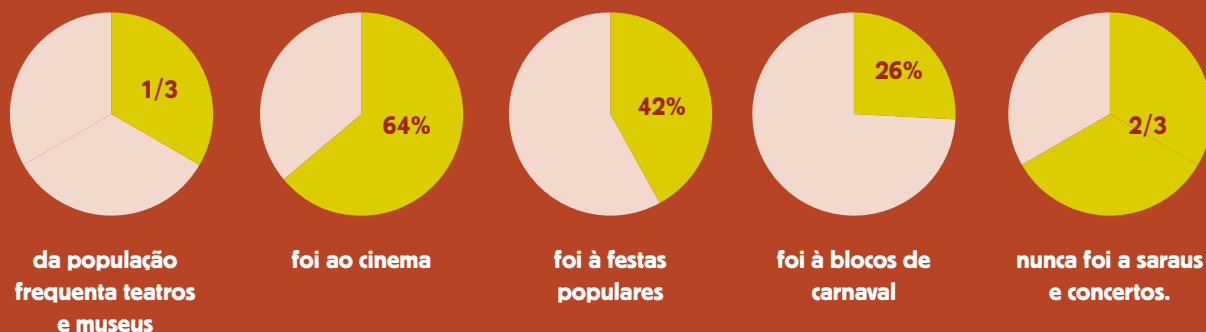
Dados da pesquisa sugerem que mulheres praticam menos atividades físicas que os homens e passam mais tempo livre dentro de casa, o que reflete em um maior tempo dedicado ao uso de mídias, hábito de leitura e, especialmente, tarefas domésticas.

5. As classes econômicas são definidas a partir dos rendimentos familiares per capita. Veja uma estratificação neste link: <https://cps.fgv.br/qual-faixa-de-renda-familiar-das-classes>.

Dentre as atividades realizadas no tempo livre mencionadas na pesquisa estão:



Em um ano, cerca de



7%

A prática da música, como cantar e tocar instrumentos, é a mais frequente entre a população das capitais

1/3 da população foi a no máximo

2 atividades culturais por ano

6%

Além disso, cursos e aulas de cinema, vídeo e fotografia também se destacam em interesse

As atividades culturais que mais despertam interesse são

cinema, museus, teatro e shows de música.

UMA PESQUISA REALIZADA PELO ITAÚ CULTURAL, EM 2022, BUSCOU ENTENDER COMO OS HÁBITOS DA POPULAÇÃO BRASILEIRA MUDARAM APÓS A PANDEMIA DE COVID-19:

62%

das pessoas entrevistadas relataram estar realizando atividades culturais e de lazer com menor frequência em comparação com o período antes da pandemia;

As atividades mais mencionadas foram algumas no formato online, como ouvir música e assistir filmes e séries, dentre as atividades presenciais o cinema prevalece;

Quando perguntadas sobre a preferência por realizar uma mesma atividade presencialmente ou online, a maioria refere preferir a participação presencial;

A falta da interação com as pessoas foi citada em 1/3 das respostas sobre o que mais fez falta com o fechamento das atividades culturais durante a pandemia;

Atividades culturais e de lazer são as que mais proporcionam bem-estar para quase 1/3 das pessoas entrevistadas, estando atrás somente das atividades físicas.

ACESSO À CULTURA:

(LEIVA, 2018)

Percentuais de acesso à Cultura variam entre as capitais do Brasil. **São Luís (MA)** é a que tem maior frequência de festas populares e **Belo Horizonte (MG)** tem os melhores índices para museus, teatros e concertos de música clássica.

A Educação é fator determinante no acesso à Cultura. O percentual de pessoas que acessaram atividades culturais em 12 meses cresce à medida que os anos de estudo aumentam. A variação é maior no acesso a teatros, museus e concertos de música:

55%

das pessoas entrevistadas que têm nível superior frequentaram estas atividades em um ano

58%

de entrevistados com nível fundamental nunca foram a nenhuma destas atividades.

Percentuais de acesso à Cultura variam entre as capitais do Brasil. **São Luís (MA)** é a que tem maior frequência de festas populares e **Belo Horizonte (MG)** tem os melhores índices para museus, teatros e concertos de música clássica.

A Renda é decisiva na distância entre parte da população e a produção artística, afinal muitas das atividades culturais são pagas e, portanto, inacessíveis a uma parcela significativa da população. As classes D e E têm índice de exclusão (nunca acessou) quase sempre superior a 40% em todas as atividades culturais.



UMA CULTURA FEITA POR MÃOS NEGRAS

ana carolina martins

Nasci e vivi em uma comunidade periférica, onde a cultura negra se manifestava a todo momento nos sorrisos, nas cores vibrantes, nos adinkras dos portões, nos retalhos de tecidos e ritmos contagiantes, tudo junto e misturado numa roda de samba domingo à tarde, regado à galinhada no fundo do quintal.

As extensas bordas chamadas periferias, que são territórios negros, há muito tempo constituem o palco para inúmeras produções artísticas e culturais de negros amefricanos, aquilombados nas encostas e extremidades do Brasil afora, povos guardiões de uma herança cultural de raízes milenares, que há séculos contribui para a formação da cultura e identidade brasileira.

É importante destacar que a cultura negra, da qual falo, não se limita apenas à música, culinária e dança, mas permeia imaginários simbólicos, lutas históricas, mandingas e corporeidades múltiplas. Das práticas cotidianas de sobrevivência à excelência dos modos pretos de fazer, transmitidos de geração em geração, dão contorno à nossa essência. Uma tapeçaria de múltiplas linhas e influências de povos: Bantos, Iorubás e filosofias que se entrelaçam com as raízes de diversos povos indígenas originários, formando este mosaico pluriétnico que chamamos de “Cultura Brasileira”. No entanto, é fundamental reconhecer que, apesar de sua importância, a Cultura Negra ainda segue

negligenciada, excluída de políticas públicas culturais significativas e apagada das narrativas históricas.

Ao observar a realidade atual, a partir de dados da pesquisa “Cultura em Evidência” duas questões são cruciais para analisar o panorama ao qual sobrevive a Cultura Negra no Brasil. Primeiro, a persistente desigualdade no acesso à própria cultura que produz e lhe pertence, com pessoas pretas, pardas e indígenas enfrentando maiores obstáculos decorrentes às desigualdades de renda e educação.

Em segundo lugar, o mercado da Cultura e Criatividade que tem um impacto significativo na economia global, representando 3,1% do PIB mundial e no Brasil, 8% da força de trabalho. No entanto, há uma face oculta nessa narrativa retórica de “futuro promissor”. A economia criativa e cultural brasileira abriga parcela significativa de trabalhadores informais, onde a desigualdade racial se manifesta de maneira gritante. Pretos e pardos são maioria no setor informal, muitas vezes ocupando posições de menor qualificação e recebendo salários mais baixos, assim como os trabalhadores do samba e das culturas populares, que carregam a responsabilidade de “não deixar o samba morrer”, mesmo que para isso tenham que sacrificar um pouco de si todos os dias. É como ter um pote de ouro que só tem valor, se for vendido por mãos brancas: uma luta contra a apropriação cultural.

Ativista pela equidade, pesquisadora da história e cultura afro-brasileira, especialista em estratégias de impacto e comunicação para causas sociais, atual Diretora e co-fundadora da A Visionária Lab. Atua com foco no setor de economia criativa e cultural, com coletivos de cinema e comunicação periférica, na direção de documentários, pesquisas e roteiros, direção criativa de campanhas afirmativas, produção de conteúdos e mentorias para empreendedores/as sociais. Finalista na categoria empreendedorismo criativo e cultural no Prêmio Governo do Estado de São Paulo em 2022. Diretora do premiado documentário Visionários da Quebrada, lançado em 2018, distribuído em 6 plataformas de streaming, com mais de 300 exibições em circuitos de cinema, cineclubes e instituições de ensino, impactando mais de 50.000 pessoas em 45 cidades do Brasil e 2 festivais na Europa.

Quando discutimos a Cultura Negra no Brasil, devemos ir além da celebração e refletir o quanto o Brasil perde economicamente mas também viola direitos coletivos a mais de 500 anos, elaborar de forma crítica os porquês do Brasil negar suas origens e nos perguntar: o que seria do Brasil sem as influências africanas e de afrodescendentes? E sem a exploração da mão de obra de pretos e pardos? Os trabalhadores da cultura carregam os tambores mas não vão à festa, nem ao cinema, nem à exposição, mas sabem que sua cultura e história estão agora lotando algum museu onde seu povo não entra.

Como deixamos de ser uma economia criativa que beneficia aqueles que nada produzem? Valorizar a cultura negra para mim é reconhecer o valor nas pessoas que a fazem - mãos negras que tecem cada pedaço dessa trama cultural, sofisticada, tecnológica, coletiva e ancestral - que criou uma cultura diaspórica complexa, plural e exuberante, tornando o Brasil uma gigante potência cultural.

É urgente nos concentrarmos a combater as desigualdades por meio da economia criativa e cultural que passa sim pela valorização da cultura negra na diáspora, mas também passa pelas condições de vida das populações negras brasileiras, de mestres e mestras que são verdadeiras bibliotecas da Cultura Viva, os incontáveis talentos de realizadores periféricos, a originalidade das artes quilombolas, a

sagacidade de movimentos e coletivos de negritude afirmativa - estes são os protagonistas da cultura negra, que resistem criativamente a todas as formas de opressão e epistemicídio, driblando todas as estratégias de aniquilação para continuarem espalhando sementes crioulas de uma cultura ancestral e pluriversal. Abrir espaço para que a cultura negra prospere não é apenas um ato de justiça social, mas uma forma de reparação, de quem tem o dever ético de reconhecer as contribuições materiais e imateriais dos povos africanos e afrodescendentes para esta nação. Reparação como forma de investimento social para gerar emancipação, autonomia e o fortalecimento de nossas produções culturais, movimento essencial para a construção de um Brasil que respeite a sua própria história e tenha orgulho do DNA que carrega.

Referências

- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade.
- MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- NJERI, Aza. "Reflexões artístico-filosóficas sobre a humanidade negra." Disponível em: <https://revistas.ufjr.br/index.php/Itaca/article/view/31895>

Tornar-se mãe reduz mais o acesso à Cultura do que tornar-se pai

Donas de casa, pessoas aposentadas, desempregadas e que “vivem de bico” têm os piores índices de acesso à Cultura.

Mulheres têm mais interesse por Cultura, mas o acesso é inferior ao dos homens e isso tem relação com o papel atribuído às mulheres, o preconceito e a iniquidade de gênero. A responsabilidade pela casa e pelos filhos pode resultar em menos tempo livre para atividades culturais, além das diferenças salariais, que impactam as condições de acesso às atividades pagas.

A diferença de acesso entre homens e mulheres diminui conforme aumenta a escolaridade.

Conforme aumenta a faixa etária, diminui o acesso às atividades culturais. E no Brasil isso tende a ocorrer mais cedo (em torno dos 40 anos) do que em países desenvolvidos (60 anos). Isso pode ter relação com a escolaridade, pois algumas gerações cresceram longe das escolas, o que impacta na renda e no interesse pela Cultura.

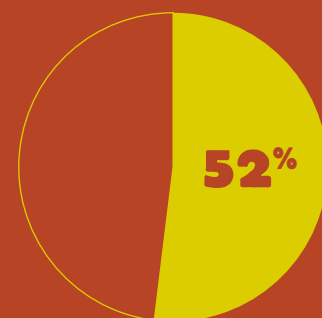
Pessoas que se declaram bissexuais ou homossexuais acessam mais atividades culturais e trabalham com mais frequência nas áreas de Cultura e Educação do que quem se declara heterossexual.

O acesso à Cultura é maior entre pessoas de religiões espírita e afro e entre quem não tem religião. Pessoas católicas são as que menos praticam atividades culturais.

A desigualdade racial anda sempre lado a lado com outras formas de desigualdade e no acesso à Cultura isso não é diferente. O menor acesso de pessoas pretas, pardas e indígenas está estreitamente conectado com a desigualdade na renda e no nível de escolaridade.

Acesso à cinema, museus e teatros é maior entre pessoas brancas e o acesso a shows de música e espetáculos de dança é maior entre pessoas pretas. Uma hipótese que justifica esse dado tem relação com o fato de que pessoas pretas e indígenas tendem a participar com mais frequência de comunidades que promovem eventos identitários, inclusive eventos culturais como festas populares e saraus.

A baixa renda limita também a diversidade no acesso, 52% das pessoas das classes D e E acessaram até 2 atividades em um ano.



DIVERSIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS CULTURAIS:

Cerca de

5%

do total de municípios do país têm diversidade combinada de eventos/ações culturais, equipamentos culturais e destinos turísticos

Ao passo que

34%

dos municípios apresentam diversidade apenas de grupos artísticos.

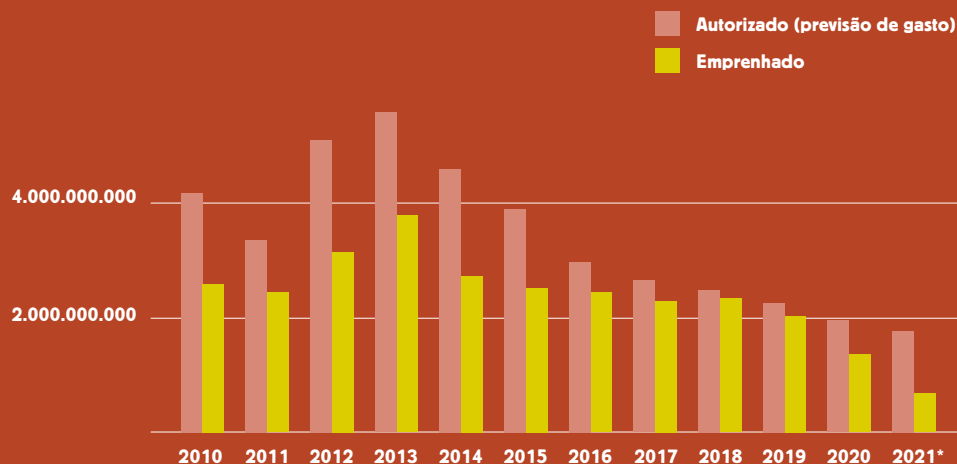
57%

dos municípios têm diversidade de equipamentos culturais, como museus, teatros, cinema, clube e ponto de Cultura, centro cultural, contando com, no mínimo, cinco desses equipamentos.

ORÇAMENTO E INVESTIMENTO NO SETOR

Desde 2013, o setor da Cultura no Brasil passou por um profundo processo de desinvestimento e desidratação. O Ministério da Cultura (MinC) chegou a ser extinto em 2019 e, entre 2010 e 2020, o orçamento dedicado à Cultura pelo governo brasileiro caiu quase pela metade (FOLHA DE SÃO PAULO, 2021). A troca de governo e o retorno do Ministério da Cultura, em 2023, pode indicar uma janela de oportunidade de reinvestimento para o setor nos próximos anos.

Figura 3 - Orçamento destinado à Cultura pelo governo Brasileiro, 2010-2021



Fonte: Folha de São Paulo, 2021. Cultura perde metade de seu orçamento federal na última década e segue em queda. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/09/cultura-perde-metade-de-seu-orcamento-federal-na-ultima-decada-e-segue-em-queda.shtml>

De acordo com o Relatório Final do Gabinete de Transição Governamental, entre 2018 e 2022, a área da Cultura foi uma das mais impactadas negativamente. Foram reportados problemas de cortes no orçamento, limitação do acesso ao direito à Cultura, fragilidade das estruturas de gestão e restrições de atividades de artistas e trabalhadoras(es) da Cultura (BRASIL, 2022a). Algumas das principais conclusões apontadas pelo relatório foram:

A partir da extinção do MinC, a já declinante execução orçamentária da área cultural caiu pela metade. “Desde 2016, houve uma perda de

85%

no orçamento da administração direta e de

38%

no da administração indireta.”

O Fundo Nacional de Cultura (FNC) teve seu orçamento reduzido em

91%

o que inviabilizou as atividades finalísticas do fundo.

A estimativa de perda do setor cultural no biênio 2020-2021 foi de

R\$ 69 bilhões

O Ministério da Cultura (MinC) foi extinto em 2019 e se tornou uma Secretaria Especial vinculada ao Ministério da Cidadania e, em seguida, ao Ministério do Turismo.

A estrutura de cargos relacionada à Cultura foi absorvida por outras áreas e se reduziu a pouco mais de um terço da estrutura que havia em 2016.

O Fundo Nacional de Cultura (FNC) teve seu orçamento reduzido em 91%, o que inviabilizou as atividades finalísticas do fundo.

Cancelamento de editais, extinção de políticas, descontinuação de projetos, perseguição de servidores/as e publicação de atos normativos autoritários foram resultado da atuação da Secretaria Especial.

O desmonte das políticas culturais, agravado pelas consequências da pandemia de Covid-19, resultou em um grande impacto negativo para o setor da economia criativa e da Cultura, gerando vulnerabilização e desemprego para os/as trabalhadores/as do setor, além do fechamento de empreendimentos.

O Sistema Nacional de Cultura foi negligenciado.

Em 2019, a estimativa de participação do setor cultural no PIB do país era de 1,2 a 2,7%. No período da pandemia, o faturamento do setor se aproximou de zero. A perspectiva era de que, ao final de 2022, o país retornasse ao patamar de geração de riqueza de 2019.

Entre 2018 e 2022 houve uma tendência geral de restrição e redução da participação social nas políticas públicas, na área cultural não é diferente. Ao final de 2022, dos 25 colegiados⁶ relacionados às políticas de Cultura, apenas 11 seguiam em funcionamento, 10 foram extintos, 3 estavam paralisados ou aguardando composição e 1 estava ativo, porém com problemas de composição e formalização.



Agora que estabelecemos um panorama cultural do Brasil podemos olhar para o caminho que nos trouxe até aqui, para as políticas culturais que sustentam este cenário e as ferramentas necessárias para acompanhar e atualizar essas políticas conforme as necessidades da população, contribuindo para a dignidade e qualidade de vida.

6. Os colegiados da administração pública são os conselhos, comissões, comitês e grupos de trabalho. Eles são grupos com representações diversas, compostos por representantes do poder público, representantes não governamentais e também por um conjunto de pessoas denominado equipe de apoio técnico, destinado a manter as atividades administrativas. Estes órgãos deliberam e tomam decisões enquanto grupo.

▲ Ticumbi de São Benedito em Conceição da Barra. Mestre Terto e Mestre Berto. Espírito Santo, 2015. FOTO Ratão Diniz





**POLÍTICAS E
INDICADORES
CULTURAIS NO BRASIL**

Nesta seção, traçamos um panorama das políticas culturais do Brasil após a redemocratização, destacando suas estratégias e montando uma linha do tempo das principais leis, planos e programas nacionais. Além disso, abordaremos modelos de monitoramento das políticas culturais, apontando para indicadores utilizados para acompanhar o progresso dessas iniciativas, a nível internacional, nacional, estadual e por organizações da sociedade civil, e refletindo sobre suas barreiras e facilitadores.

POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

A relação entre Estado e Cultura no Brasil teve início já no século 19 com a chegada da família real no país. Na época, a Cultura ainda era privilégio de poucos e se distinguia de outras manifestações mais populares. No século 20, essa mentalidade começa a se transformar quando um novo contexto sociopolítico se apresenta e passa a influenciar o campo cultural resultando em manifestações artísticas como o movimento Modernista da década de 1920, que alterou o paradigma da Cultura nacional. Dali em diante, muitas ações marcaram a linha do tempo da relação entre Estado e Cultura no Brasil. Dois grandes momentos para a política cultural foram a criação do Conselho Federal de Cultura, em 1966, e o surgimento do Ministério da Cultura, em 1985. (VARELLA, 2014)

Já em 1988, a Constituição Federal é um marco no reconhecimento da Cultura como um direito de todas as pessoas, além de determinar que o Estado tem o dever de proteger e promover a diversidade cultural do país. O fortalecimento de políticas públicas de Cultura amplia as transformações sociais da Cultura no território. Algumas das principais e mais longevas políticas culturais que transformaram a produção cultural no Brasil são:

- Cultura Viva - programa, criado no ano de 2004 e instituído como Política Nacional pela Lei nº 13.018 de 2014, tem o objetivo de ampliar o acesso da população brasileira às condições de exercício dos direitos culturais, à Cultura e à cidadania, além de reconhecer entidades culturais, principalmente de grupos historicamente oprimidos e em situação de vulnerabilidade social, para que todas as pessoas consigam manifestar-se culturalmente por meio dos chamados Pontos e Pontões de Cultura, por exemplo. Os Pontos de Cultura são marca registrada do Programa Cultura Viva e são caracterizados por não terem um roteiro pré-definido: cada Ponto de Cultura é desenvolvido por iniciativas da sociedade civil, de acordo com as demandas culturais de cada comunidade, respeitando a diversidade cultural local.

Os Pontões de Cultura também constam na Política Nacional de Cultura Viva e são definidos como entidades com constituição jurídica “que desenvolvam, acompanhem e articulem atividades culturais, em parceria com as redes regionais, identitárias e temáticas de pontos de Cultura e outras redes temáticas, que se destinam à mobilização, à troca de experiências, ao desenvolvimento de ações conjuntas com governos locais e à articulação entre os diferentes pontos de cultura”. Um dos objetivos dos Pontões de Cultura é a atuação em regiões com pouca densidade de pontos de Cultura.

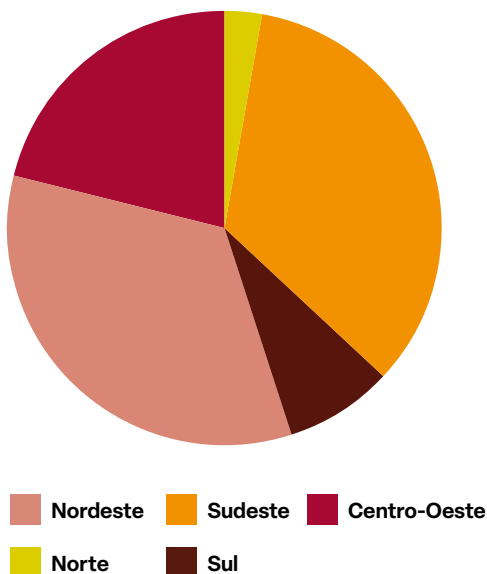
A Política prevê também que os critérios de distribuição e destinação de recursos serão estabelecidos pelo Ministério da Cultura com atenção especial aos custos diferenciados das regiões do país. A preocupação com uma distribuição mais equitativa dos recursos no território nacional é uma característica da política e o esforço para sua efetivação através da regionalização de editais pode ser percebido no Relatório de monitoramento da Política Nacional Cultura Viva, referente ao exercício de 2019:

Apesar do esforço para uma distribuição mais equitativa de recursos, é perceptível que, em termos de diversificação de expressões culturais contempladas, com somente 5% da distribuição de recursos direcionados para o setor da Cultura popular, ainda deixa a desejar.

O aumento no número de Pontos de Cultura e o acúmulo de desafios de gestão motivaram o redesenho do programa Cultura Viva, estruturado a partir do Grupo de Trabalho (GT) Cultura Viva, em 2012, com participação da sociedade civil, que produziu o documento “Linhas gerais de um planejamento participativo para o Programa Cultura Viva” (Ipea, 2014). O redesenho do programa Cultura Viva propôs mecanismos de formação continuada para gestoras(es), além de organizar processos internos para os Pontos e Pontões de Cultura, visando a enfrentar a baixa capacidade técnica do próprio Estado (MEDEIROS, 2013). Dessa proposta, nasce a Lei que estabeleceu a Política Nacional de Cultura Viva, ainda que, mesmo institucionalizada, a Política ainda apresente fragilidades semelhantes ao Programa, em especial na articulação interfederativa do financiamento.

Gráfico 1

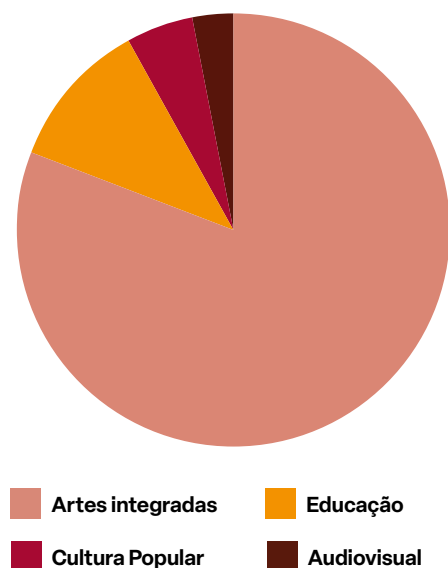
Distribuição dos instrumentos celebrados por região



Fonte: BRASIL. Relatório de Monitoramento da PNCV - 2019, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/monitoramento-da-politica-publica/relatorio-de-monitoramento-pncv-secult-2019.pdf>>.

Gráfico 2

Percentual dos segmentos contemplados⁷



Fonte: BRASIL. Relatório de Monitoramento da PNCV - 2019, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/monitoramento-da-politica-publica/relatorio-de-monitoramento-pncv-secult-2019.pdf>>.

- **Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac)** - mecanismo instaurado pela **Lei Rouanet** (Lei nº 12.813/91), o Pronac tem como objetivo estimular a produção, a distribuição e o acesso aos produtos culturais, proteger e conservar o patrimônio histórico e artístico e promover a difusão da Cultura brasileira e a diversidade regional. O Pronac possui três mecanismos de apoio: o Fundo Nacional de Cultura (FNC), o Incentivo Fiscal e os Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart).

A Instrução Normativa assinada em abril de 2023 pela ministra da Cultura, Margareth Menezes, foi construída de forma colaborativa pela área técnica no MinC, teve ampla escuta junto à sociedade, detalhando critérios para projetos voltados à Lei Rouanet, que devem garantir mais agilidade, transparência, descentralização de recursos e democratização do acesso. O Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic) foi aberto para o envio de novas propostas culturais que reivindicam o apoio⁸.

- **Programa Cultura do Trabalhador e Vale Cultura:** Tem o objetivo de garantir o acesso da população aos bens e serviços da Cultura. O Vale-Cultura é um benefício facultativo pago pela empresa ao trabalhador/a. São creditados a pessoa trabalhadora 50 reais mensais, em cartão magnético, para aquisição de produtos e serviços culturais. De acordo com o **Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC)**, até 31 de dezembro de 2015, cerca de 467 mil trabalhadores foram beneficiados e mais de R\$264 milhões foram consumidos com o Vale-Cultura.

- **Plano Nacional de Cultura (PNC):** O PNC, instituído pela Lei nº 12.343, de dezembro de 2010, tem como objetivo orientar o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil. Este documento foi construído com base em discussões realizadas em todas as etapas de conferências de Cultura e, por isso, reflete anseios e demandas de todo o país, com respaldo do poder público e da sociedade civil.

⁷ Artes integradas se refere a uma abordagem artística que abrange diferentes linguagens artísticas combinadas em um mesmo trabalho, obra ou expressão cultural.

⁸ Mais informações em: Cultura detalha critérios para projetos voltados à Lei Rouanet, 2023. <https://www.gov.br/pt-br/noticias/cultura-artes-historia-e-esportes/2023/04/cultura-divulga-criterios-para-projetos-candidatos-a-recursos-da-lei-rouanet>

O estabelecimento de metas faz parte do Plano Nacional de Cultura, pois é por meio delas que se torna possível acompanhar e monitorar o progresso que é feito ao longo do tempo em relação aos objetivos estabelecidos no Plano. São muitas as preocupações e objetivos expressados pelas metas, como a empregabilidade do setor, a média anual de leitura dos cidadãos, o nível de difusão cultural nacional e internacionalmente, o fomento à pesquisa e à produção cultural, entre outros (BRASIL, 2013). Abaixo listamos as metas diretamente relacionadas à produção de informações sobre o panorama cultural brasileiro:

Meta 2: 100% das Unidades da Federação (UF) e 60% dos municípios atualizando o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) - Obter e divulgar informações atualizadas sobre a área cultural de todos os estados e de 3.339 cidades do Brasil (60%).

- Para alcançar essa meta é “preciso implementar no SNIIC as soluções tecnológicas de coleta de informação, disponibilização de dados e divulgação do sistema. Com isso, será possível integrar cadastros e dados de diversas fontes e produzir indicadores e novas aplicações para as informações”. (BRASIL, 2013, p.27)
- De acordo com o relatório de monitoramento do PNC de 2021, na avaliação de execução da meta foi constatada baixa qualidade de informação devido a limitação de fidedignidade dos dados existentes no Mapa da Cultura e o desempenho da meta não pode ser aferido por falta de informações que pudessem ser validadas pela área responsável pelo monitoramento. Os dados que constam no relatório de 2021 se referem ao exercício de 2017 e são, portanto, desatualizados. (BRASIL, 2022b)

▼ As Caixeiras do Divino durante evento realizado pelo C de Cultura
FOTO C de Cultura



Meta 3: Cartografia da diversidade das expressões culturais em todo o território brasileiro realizada - Produzir um mapa das expressões culturais e linguagens artísticas de todo o Brasil.

- Para alcançar essa meta, é “preciso fomentar a participação dos gestores públicos estaduais e municipais e de toda a sociedade para colaborarem com as informações sobre a diversidade cultural. A integração de diversas pesquisas e cadastros no SNIIC também contribuirá com a formação de uma grande base de dados sobre a Cultura no país”. (BRASIL, 2013, p.29)
- De acordo com informações do relatório de monitoramento do PNC de 2021, a execução da meta foi avaliada com baixa qualidade de informação, pois os dados disponíveis são insuficientes para atender às necessidades de informações do monitoramento, devido a limitação do uso do Mapa da Cultura enquanto fonte de indicadores e informações da Cultura. Por este mesmo motivo, consta no relatório que não foi possível aferir o desempenho da meta e, portanto, os dados fornecidos no relatório são referentes ao ano de 2017, o que significa que estão desatualizados. (BRASIL, 2022b)

Meta 7: 100% dos segmentos culturais com cadeias produtivas da economia criativa mapeadas

- Para alcançar essa meta, é “preciso ampliar os estudos e projetos para as cadeias produtivas de todos os segmentos citados, com base no que já vem sendo desenvolvido por outros órgãos, como Fundação Nacional do Índio (Funai), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), entre outros. A instalação do Observatório Brasileiro da Economia Criativa (Obec) possibilitará a produção e a difusão de pesquisas, dados e informações sobre a economia criativa dos 26 estados e do Distrito Federal.” (BRASIL, 2013, p. 39)
- No relatório de monitoramento do PNC de 2021, as informações obtidas foram suficientes para o monitoramento da meta e o seu desempenho foi satisfatório, alcançando 90% do planejado para o ano. Através de uma parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA), foi feita a Cartografia do Artesanato Brasileiro, além disso foi iniciada uma parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para a realização do Mapeamento da cadeia produtiva dos Games, que tinha sua conclusão prevista para 2022. (BRASIL, 2022b)

Meta 8: 110 territórios criativos reconhecidos

- Para alcançar esta meta, é “necessário que sejam feitas pactuações com os governos municipais e estaduais, as instituições acadêmicas, a sociedade civil, as entidades de representação patronal e laboral, entre outros, para a identificação e reconhecimento dos territórios criativos”. (BRASIL, 2013, p. 40)

→ Segundo o relatório de monitoramento do PNC de 2021, as informações disponíveis foram satisfatórias para o monitoramento da meta, porém o seu desempenho foi insatisfatório, alcançando apenas 23% do planejado para o ano. No ano de 2021, não houve novos territórios criativos reconhecidos. Constam como atividades de 2021, que a Secretaria Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural (SECDC) firmou convênio para capacitação de Empreendedores Culturais Quilombolas, formalizou convênio para a realização de ciclo de oficinas e um dossiê registrando ações de agentes de economia criativa. Paralelamente, também revisa e mapeia a atual produção de empreendimentos, ampliando o cadastro de empreendedoras(es) culturais, com atenção especial às juventudes. Há um destaque para o fato de que os projetos acima mencionados foram conveniados em 2020 e, até o monitoramento de 2021, ainda não haviam sido realizados. (BRASIL, 2022b)

A Lei nº 12.343/2010 estabelece que o Plano deve ser revisto periodicamente, a fim de atualizar e aperfeiçoar suas diretrizes e metas. O Plano está em vigência desde 2010 e tinha a previsão inicial de ser atualizado em 2020. Porém, a renovação do Plano foi prorrogada duas vezes no governo Bolsonaro: na primeira vez, por dois anos e após, por mais dois anos. Assim, a atualização do Plano ficou, apenas, para 2024. Está prevista para março de 2024, a 4ª Conferência Nacional de Cultura, as etapas municipais e estaduais devem acontecer ao longo do segundo semestre de 2023.

É inegável a relevância da criação do Plano Nacional de Cultura para a formulação e planejamento de políticas culturais no Brasil, mas não é à toa que o próprio instrumento prevê revisões periódicas, o PNC não está isento de críticas e aspectos a serem melhorados e atualizados. Em outubro de 2022, foi lançada uma pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), intitulada “Relatório final de avaliação *ex post* do Plano Nacional de Cultura: pesquisa de avaliação *ex post* do Plano Nacional de Cultura”, que analisou a vigência 2010-2020 do Plano Nacional de Cultura. Abaixo alguns trechos e recomendações oriundas dos resultados da avaliação (UFMG, 2022):

ANÁLISE

RECOMENDAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO NOVO PNC

Diagnóstico do problema

da Cultura: Representantes da Secult⁹ e instituições vinculadas constataam que, em dez anos de vigência do PNC, a Cultura não conquistou a condição de política de Estado e a situação atual é de precariedade do sistema nacional de Cultura.

- Adotar ferramentas de planejamento estratégico para elaborar o novo plano de forma participativa. Isso significa discutir e qualificar junto à sociedade uma proposta inicial bem estruturada de um novo plano decenal, o que pode acelerar o processo de debate público e resultar em um desenho de intervenção estatal mais eficiente, eficaz e efetivo.
- Valorizar e fortalecer a política de Cultura no nível nacional e avançar no seu fortalecimento, de forma sustentável, nos governos regionais e locais. A valorização significa a construção de capacidades estatais no órgão gestor da política nacional, inclusive para que esse possa atuar na promoção dessas capacidades nos outros entes de nossa federação.

Desenho:

O PNC é pouco nítido e objetivo na apresentação das ações prioritárias que devem guiar a atuação do Estado. Porém, o estabelecimento de metas de acompanhamento, em 2011, foi essencial e representou um avanço importante no desenho da política.

- Adotar ferramentas de planejamento estratégico para elaborar o novo plano de forma participativa. Isso significa discutir e qualificar junto à sociedade uma proposta inicial bem estruturada de um novo plano decenal, o que pode acelerar o processo de debate público e resultar em um desenho de intervenção estatal mais eficiente, eficaz e efetivo.
- Ter como referência as metas estabelecidas no atual plano para a construção de um novo plano, considerando todo o aprendizado gerado na construção das metas e em seu acompanhamento.
- Construir, acompanhar e atualizar um plano de ações com a descrição das atividades prioritárias, insumos necessários, responsáveis, prazos para realização, indicadores de cumprimento e fontes de verificação. Esse plano deve ser desagregado em outros planos de ação, para os setores da Secult e para estados e municípios, com maior detalhamento do escopo de atuação de cada instituição, o que resultará em planos setoriais e subnacionais que convergem para o plano de ação nacional da cultura.

Implementação:

A falta de delineamento sobre os processos que deveriam ser seguidos dificultou o rastreamento e avaliação das ações para execução do plano.

- Construir um marco normativo robusto para viabilizar a execução do PNC e o alcance das metas. A sugestão é que o desenho do novo plano de Cultura estabeleça os principais processos/atividades de cada meta, incluindo as normativas necessárias para sua execução.
- O desenho das metas de produto, resultado e impacto aponta como beneficiários do plano um público amplo da sociedade brasileira, tendo algumas metas focalizadas em públicos mais específicos, que precisam de tratamento diferenciado para exercer e difundir o direito à cultura: as comunidades e povos tradicionais, as(os) alunas(os) de escolas públicas, as(os) trabalhadoras(es) e as pessoas com deficiência. O próximo plano deve manter a perspectiva dominante de um desenho de público beneficiário amplo para suas metas, dada sua diretriz de universalidade. Deve manter também o tratamento diferenciado a determinados grupos mais vulnerabilizados no acesso ao direito à cultura. Dessa forma, identificar quem são esses grupos e como devem ser tratados para serem incluídos é um ponto relevante para o desenho do novo plano.
- Promover a Cultura como direito universal passa pela correção de desigualdades territoriais, o que torna importante ter mais metas com indicadores distintos para regiões, estados ou municípios. No presente plano, tem-se apenas duas metas (24 e 48) com indicadores para as macrorregiões e o acompanhamento do plano apresenta poucos dados de desempenho das metas municipais por estado ou macrorregião. Os dados disponíveis apontam desempenhos desiguais entre os municípios, agregados por estados, o que reforça a perspectiva de estabelecer e acompanhar o desempenho territorial de algumas metas para impulsionar oportunidades e corrigir problemas na implementação do plano.

9. Quando a avaliação foi realizada, a Cultura era uma Secretaria no Governo Federal (Secult). Em 2023, volta a ser um Ministério.

Governança: Um dos maiores desafios para o aperfeiçoamento da política, pois envolve muitos entes, organizações e atores que devem atuar de forma coordenada.

- A adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) e a institucionalização de sistemas regionais e locais de Cultura para implementação do plano (meta 1) requer incentivos financeiros e técnicos do governo federal. É preciso avançar na regulamentação e no fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura (FNC) como mecanismo de indução junto aos entes subnacionais, incorporando uma lógica de transferências fundo a fundo que condicione o recebimento de recursos à adesão ao SNC, à institucionalização em lei de sistemas de Cultura (estaduais, distrital e municipais) e à execução de metas do PNC.
- Para a governança interna e externa do plano, é preciso ter informações fidedignas dos diversos atores para o monitoramento da situação da Cultura em todo o território nacional, o que possibilita a tomada de decisões tempestivas para aperfeiçoar a política. Um sistema de monitoramento e avaliação apropriado e efetivo é o instrumento para isso, o que envolve definir funcionalidades, tipos de acesso e responsabilidades sobre a alimentação e processamento das informações. Isso também requer uma estrutura de incentivos.
- O apoio técnico do governo nacional aos entes subnacionais é outro aspecto importante na governança do plano e que perdeu vigor em sua implementação por problemas no órgão gestor nacional da cultura. As oficinas de capacitação para elaboração de planos municipais de Cultura diminuíram ao longo do tempo e o número de servidoras(es) na Secult para atender e orientar os gestores subnacionais é insuficiente. O fortalecimento das capacidades estatais dos níveis subnacionais de governo requer uma maior institucionalização e desenvolvimento de capacidades estatais no órgão nacional da cultura.
- A governança participativa é outro aspecto que perdeu força, sendo exemplar a não realização da Conferência Nacional de Cultura de 2017. Ela pode ser revigorada na elaboração do novo plano, mas precisa ter continuidade na sua implementação. Os conselhos de políticas de Cultura também são espaços importantes de governança participativa que precisam ser fortalecidos.

Orçamento e financiamento:

O contexto político e econômico teve mudanças significativas desde a criação do PNC em 2010. A partir de 2014, os recursos nacionais para a Cultura tiveram recuo em termos absolutos, e, principalmente a partir de 2019, o PNC perdeu importância na elaboração do Plano Plurianual (PPA) e outras leis orçamentárias.

- As metas orçamentárias precisam de redações mais claras e que a definição de aumento nos recursos para a Cultura deve trabalhar com patamares que sejam, ao mesmo tempo, objetivos, desafiadores e realísticos.
- As transferências de recursos federais para estados, DF e municípios devem considerar duas diretrizes: correção de iniquidades territoriais e implementação pelos entes subnacionais das metas do PNC que estão sob suas governanças, tendo como mecanismo indutor o repasse de recursos fundo-a-fundo. Isso requer fortalecer as instituições financeiras do Sistema Nacional de Cultura: o Fundo Nacional de Cultura, os Fundos Estaduais de Cultura (FEC) e os Fundos Municipais de Cultura (FMC).
- Priorizar é outra recomendação importante para qualquer política pública, os recursos são limitados e não é possível atender todas as demandas. Isso é ainda mais importante e desafiador quando se trata de uma área tão ampla como a Cultura, com diversos setores e agentes envolvidas(os). A perspectiva de metas estruturantes do atual PNC, dentre as quais se encontram as metas de insumos, aponta nessa direção e deve ser mantida e aperfeiçoada. Isso significa que os insumos principais para o PNC devem ser redefinidos com cuidado e precisão e constarem como metas prioritárias da política.

Monitoramento e avaliação:

Os sistemas de monitoramento e avaliação estabelecidos pelo PNC tiveram problemas em sua implementação e, portanto, resultaram em poucas e limitadas avaliações.

- Definir metas e indicadores parcimoniosos, claros, viáveis e prioritários para a política nacional de Cultura, considerando o aprendizado adquirido com o atual PNC.
- Construir um Sistema de Monitoramento e Avaliação (SM&A) com o uso de Tecnologias da Informação (TI) para alimentação, processamento e divulgação das informações em Plataforma do Plano.
- Conceber o SM&A como um sistema de informação sobre as metas do plano, integrando bases de dados oficiais e possibilitando a alimentação por gestores nacionais e subnacionais.
- Possibilitar que as informações das metas do plano, alimentadas no SM&A, possam ser manipuladas por usuáries(os) e gerar painéis interativos com o uso de softwares de Business Intelligence (BI). Os painéis são produzidos por informações disponíveis em bases de dados atualizadas em tempo real e facilitam o acesso célere a informações para tomada de decisão dos gestores e controle institucional e social da política de cultura.
- Realizar mais avaliações globais e setoriais sobre as metas do plano, que podem ter perspectivas distintas: avaliação *ex ante* ou *ex post*¹⁰; avaliação de resultados ou impactos econômicos, culturais ou de inclusão social, entre outros.
- Para que as informações possam cumprir a função de aperfeiçoar a política pública, é preciso que os relatórios de monitoramento e de avaliações tenham ampla divulgação, sejam debatidos e resultem em tomadas de decisões para direcionar a política para os melhores resultados sociais.
- Definir e implementar mecanismos de revisão anual, a partir dos relatórios de monitoramento e avaliações setoriais, e uma revisão mais ampla no quinto ano de vigência do plano, que teria os subsídios do monitoramento, de ao menos uma avaliação global *ex post* e de avaliações setoriais.

Recomendações enfatizadas e/ou complementares:

- 1) Priorizar metas de resultados e impactos que apontem para maiores e melhores benefícios culturais à sociedade.
- 2) Definir insumos e processos internos e externos voltados para o alcance das metas prioritárias.
- 3) Melhorar a governança federativa, tendo como principal desafio a implementação do PNC no nível municipal.
- 4) Melhorar a governança interna do PNC no âmbito da Secult, divulgando e pactuando com os setores cursos de ações fundamentais para o alcance das metas.
- 5) Estabelecer estratégias para impulsionar elementos facilitadores e superar os obstáculos que se apresentem ao Plano durante sua vigência, conforme identificados pelo monitoramento e por avaliações realizadas.
- 6) Adotar uma perspectiva de planejamento da Cultura, ou seja, de um processo continuado de desenho da política a partir de informações qualificadas. Isso se contrapõe à perspectiva de um plano fechado que perdura ao longo do tempo com pouca aderência junto aos principais atores envolvidos.

Fonte: Elaboração própria, a partir de UFMG (2022)

É importante destacar que os entes federados são essenciais para o sistema de Cultura e, conseqüentemente, para o Plano Nacional de Cultura. Foram eles, em grande medida, os responsáveis pela manutenção das perspectivas dessa política durante uma década de fragilização no âmbito nacional, desde 2013. Na Tabela abaixo, constam algumas dimensões da Gestão da Cultura no nível estadual a partir de dados de 2021:

10. A avaliação *ex ante* faz um diagnóstico da situação para subsidiar o desenho de uma política, já a avaliação *ex post* serve para verificar o alcance das metas estabelecidas, os resultados e transformações sociais provenientes da implementação da política.

Gestão da Cultura por estado brasileiro, segundo o Perfil dos Estados Brasileiros (ESTADIC)

(IBGE, 2021a)

Norte

AM

Caracterização do órgão gestor Secretaria exclusiva
Sexo/Idade/Raça do/a Gestor/a M/48/Preta
Tem Plano Estadual de Cultura? Não
Realizou alguma Conferência Estadual de Cultura nos últimos 4 anos? Não
Tem Conselho Estadual de Cultura? Sim
Tem Fundo Estadual de Cultura? Sim
Apoiou financeiramente quantas? 14

RR

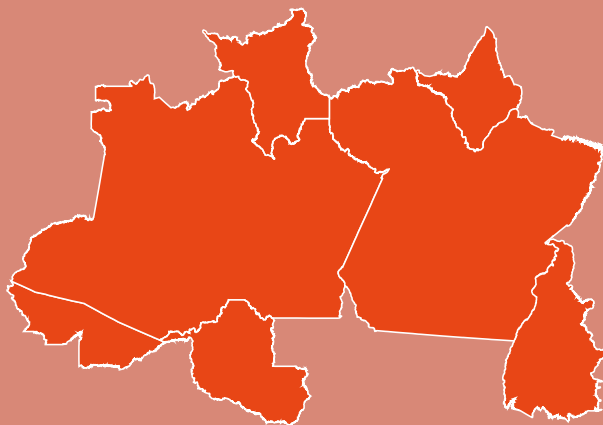
Caracterização do órgão gestor Secretaria exclusiva
Sexo/Idade/Raça do/a Gestor/a M/37/Parda
Tem Plano Estadual de Cultura? Não
Realizou alguma Conferência Estadual de Cultura nos últimos 4 anos? Não
Tem Conselho Estadual de Cultura? Sim
Tem Fundo Estadual de Cultura? Sim
Apoiou financeiramente quantas? 4

AP

Caracterização do órgão gestor Secretaria exclusiva
Sexo/Idade/Raça do/a Gestor/a M/46/Parda
Tem Plano Estadual de Cultura? Sim
Realizou alguma Conferência Estadual de Cultura nos últimos 4 anos? Sim
Tem Conselho Estadual de Cultura? Sim
Tem Fundo Estadual de Cultura? Sim
Apoiou financeiramente quantas? 5

PA

Caracterização do órgão gestor Secretaria exclusiva
Sexo/Idade/Raça do/a Gestor/a F/49/Parda
Tem Plano Estadual de Cultura? Em elaboração
Realizou alguma Conferência Estadual de Cultura nos últimos 4 anos? Não
Tem Conselho Estadual de Cultura? Sim
Tem Fundo Estadual de Cultura? Sim
Apoiou financeiramente quantas? 13



TO

Caracterização do órgão gestor Órgão da administração indireta
Sexo/Idade/Raça do/a Gestor/a M/61/Branca
Tem Plano Estadual de Cultura? Sim
Realizou alguma Conferência Estadual de Cultura nos últimos 4 anos? Não
Tem Conselho Estadual de Cultura? Sim
Tem Fundo Estadual de Cultura? Sim
Apoiou financeiramente quantas? Nenhuma

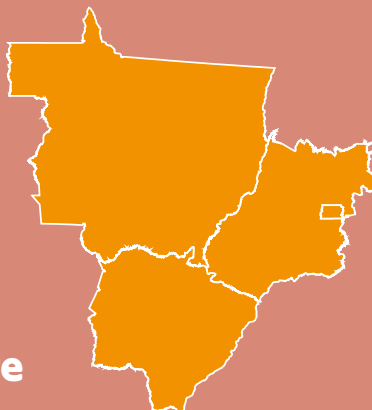
RO

Caracterização do órgão gestor Secretaria em conjunto com outras políticas setoriais
Sexo/Idade/Raça do/a Gestor/a M/62/Preta
Tem Plano Estadual de Cultura? Sim
Realizou alguma Conferência Estadual de Cultura nos últimos 4 anos? Sim
Tem Conselho Estadual de Cultura? Sim
Tem Fundo Estadual de Cultura? Sim
Apoiou financeiramente quantas? 10

AC

Caracterização do órgão gestor Órgão da administração indireta
Sexo/Idade/Raça do/a Gestor/a M/61/Preta
Tem Plano Estadual de Cultura? Sim
Realizou alguma Conferência Estadual de Cultura nos últimos 4 anos? Sim
Tem Conselho Estadual de Cultura? Sim
Tem Fundo Estadual de Cultura? Sim
Apoiou financeiramente quantas? 14

Centro-Oeste



MT

Caracterização do órgão gestor Secretaria em conjunto com outras políticas setoriais
Sexo/Idade/Raça do/a Gestor/a M/43/Branca
Tem Plano Estadual de Cultura? Não
Realizou alguma Conferência Estadual de Cultura nos últimos 4 anos? Não
Tem Conselho Estadual de Cultura? Sim
Tem Fundo Estadual de Cultura? Sim
Apoiou financeiramente quantas? 14

MS

Caracterização do órgão gestor Secretaria exclusiva
Sexo/Idade/Raça do/a Gestor/a M/48/Preta
Tem Plano Estadual de Cultura? Não
Realizou alguma Conferência Estadual de Cultura nos últimos 4 anos? Não
Tem Conselho Estadual de Cultura? Sim
Tem Fundo Estadual de Cultura? Sim
Apoiou financeiramente quantas? 14

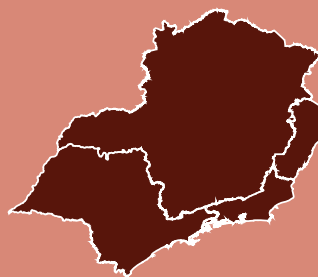
GO

Caracterização do órgão gestor Secretaria exclusiva
Sexo/Idade/Raça do/a Gestor/a M/48/Preta
Tem Plano Estadual de Cultura? Não
Realizou alguma Conferência Estadual de Cultura nos últimos 4 anos? Não
Tem Conselho Estadual de Cultura? Sim
Tem Fundo Estadual de Cultura? Sim
Apoiou financeiramente quantas? 14

DF

Caracterização do órgão gestor Secretaria exclusiva
Sexo/Idade/Raça do/a Gestor/a M/48/Preta
Tem Plano Estadual de Cultura? Não
Realizou alguma Conferência Estadual de Cultura nos últimos 4 anos? Não
Tem Conselho Estadual de Cultura? Sim
Tem Fundo Estadual de Cultura? Sim
Apoiou financeiramente quantas? 14

Sudeste



SP

Caracterização do órgão gestor Secretaria exclusiva
Sexo/Idade/Raça do/a Gestor/a M/48/Preta
Tem Plano Estadual de Cultura? Não
Realizou alguma Conferência Estadual de Cultura nos últimos 4 anos? Não
Tem Conselho Estadual de Cultura? Sim
Tem Fundo Estadual de Cultura? Sim
Apoiou financeiramente quantas? 14

RJ

Caracterização do órgão gestor Secretaria exclusiva
Sexo/Idade/Raça do/a Gestor/a M/48/Preta
Tem Plano Estadual de Cultura? Não
Realizou alguma Conferência Estadual de Cultura nos últimos 4 anos? Não
Tem Conselho Estadual de Cultura? Sim
Tem Fundo Estadual de Cultura? Sim
Apoiou financeiramente quantas? 14

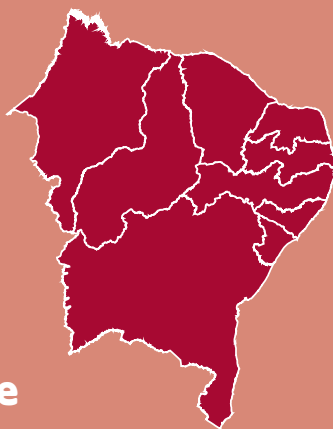
MG

Caracterização do órgão gestor Secretaria exclusiva
Sexo/Idade/Raça do/a Gestor/a M/48/Preta
Tem Plano Estadual de Cultura? Não
Realizou alguma Conferência Estadual de Cultura nos últimos 4 anos? Não
Tem Conselho Estadual de Cultura? Sim
Tem Fundo Estadual de Cultura? Sim
Apoiou financeiramente quantas? 14

ES

Caracterização do órgão gestor Secretaria exclusiva
Sexo/Idade/Raça do/a Gestor/a M/48/Preta
Tem Plano Estadual de Cultura? Não
Realizou alguma Conferência Estadual de Cultura nos últimos 4 anos? Não
Tem Conselho Estadual de Cultura? Sim
Tem Fundo Estadual de Cultura? Sim
Apoiou financeiramente quantas? 14

Nordeste



MA

Caracterização do órgão gestor Secretaria exclusiva
Sexo/Idade/Raça do/a Gestor/a M/48/Preta
Tem Plano Estadual de Cultura? Não
Realizou alguma Conferência Estadual de Cultura nos últimos 4 anos? Não
Tem Conselho Estadual de Cultura? Sim
Tem Fundo Estadual de Cultura? Sim
Apoiou financeiramente quantas? 14

PI

Caracterização do órgão gestor Secretaria exclusiva
Sexo/Idade/Raça do/a Gestor/a M/48/Preta
Tem Plano Estadual de Cultura? Não
Realizou alguma Conferência Estadual de Cultura nos últimos 4 anos? Não
Tem Conselho Estadual de Cultura? Sim
Tem Fundo Estadual de Cultura? Sim
Apoiou financeiramente quantas? 14

CE

Caracterização do órgão gestor Secretaria exclusiva
Sexo/Idade/Raça do/a Gestor/a M/48/Preta
Tem Plano Estadual de Cultura? Não
Realizou alguma Conferência Estadual de Cultura nos últimos 4 anos? Não
Tem Conselho Estadual de Cultura? Sim
Tem Fundo Estadual de Cultura? Sim
Apoiou financeiramente quantas? 14

RN

Caracterização do órgão gestor Secretaria exclusiva
Sexo/Idade/Raça do/a Gestor/a M/48/Preta
Tem Plano Estadual de Cultura? Não
Realizou alguma Conferência Estadual de Cultura nos últimos 4 anos? Não
Tem Conselho Estadual de Cultura? Sim
Tem Fundo Estadual de Cultura? Sim
Apoiou financeiramente quantas? 14

PB

Caracterização do órgão gestor Secretaria exclusiva
Sexo/Idade/Raça do/a Gestor/a M/48/Preta
Tem Plano Estadual de Cultura? Não
Realizou alguma Conferência Estadual de Cultura nos últimos 4 anos? Não
Tem Conselho Estadual de Cultura? Sim
Tem Fundo Estadual de Cultura? Sim
Apoiou financeiramente quantas? 14

PE

Caracterização do órgão gestor Secretaria exclusiva
Sexo/Idade/Raça do/a Gestor/a M/48/Preta
Tem Plano Estadual de Cultura? Não
Realizou alguma Conferência Estadual de Cultura nos últimos 4 anos? Não
Tem Conselho Estadual de Cultura? Sim
Tem Fundo Estadual de Cultura? Sim
Apoiou financeiramente quantas? 14

SE

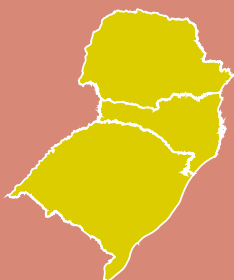
Caracterização do órgão gestor Secretaria exclusiva
Sexo/Idade/Raça do/a Gestor/a M/48/Preta
Tem Plano Estadual de Cultura? Não
Realizou alguma Conferência Estadual de Cultura nos últimos 4 anos? Não
Tem Conselho Estadual de Cultura? Sim
Tem Fundo Estadual de Cultura? Sim
Apoiou financeiramente quantas? 14

AL

Caracterização do órgão gestor Secretaria exclusiva
Sexo/Idade/Raça do/a Gestor/a M/48/Preta
Tem Plano Estadual de Cultura? Não
Realizou alguma Conferência Estadual de Cultura nos últimos 4 anos? Não
Tem Conselho Estadual de Cultura? Sim
Tem Fundo Estadual de Cultura? Sim
Apoiou financeiramente quantas? 14

BA

Caracterização do órgão gestor Secretaria exclusiva
Sexo/Idade/Raça do/a Gestor/a M/48/Preta
Tem Plano Estadual de Cultura? Não
Realizou alguma Conferência Estadual de Cultura nos últimos 4 anos? Não
Tem Conselho Estadual de Cultura? Sim
Tem Fundo Estadual de Cultura? Sim
Apoiou financeiramente quantas? 14



Sul

RS

Caracterização do órgão gestor Secretaria exclusiva
Sexo/Idade/Raça do/a Gestor/a M/48/Preta
Tem Plano Estadual de Cultura? Não
Realizou alguma Conferência Estadual de Cultura nos últimos 4 anos? Não
Tem Conselho Estadual de Cultura? Sim
Tem Fundo Estadual de Cultura? Sim
Apoiou financeiramente quantas? 14

SC

Caracterização do órgão gestor Secretaria exclusiva
Sexo/Idade/Raça do/a Gestor/a M/48/Preta
Tem Plano Estadual de Cultura? Não
Realizou alguma Conferência Estadual de Cultura nos últimos 4 anos? Não
Tem Conselho Estadual de Cultura? Sim
Tem Fundo Estadual de Cultura? Sim
Apoiou financeiramente quantas? 14

PR

Caracterização do órgão gestor Secretaria exclusiva
Sexo/Idade/Raça do/a Gestor/a M/48/Preta
Tem Plano Estadual de Cultura? Não
Realizou alguma Conferência Estadual de Cultura nos últimos 4 anos? Não
Tem Conselho Estadual de Cultura? Sim
Tem Fundo Estadual de Cultura? Sim
Apoiou financeiramente quantas? 14

11. *Modalidades de atividades culturais consideradas:* Concurso/ Prêmio; Apresentação musical; Publicações culturais; Eventos; Feira de Livros; Programa radiofônico; Programa de televisão; Desfile de carnaval; Montagem de peças teatrais; Seminário/ Simpósio/Encontro/Congresso/Palestra; Festas, celebrações e manifestações tradicionais e populares; Apresentações/Oficinas/ Festivais de Teatro online; Apresentações/Oficinas/Festivais/Lives Musicais online; Apresentações/Oficinas/Festivais de Poesia/ Literatura online; Apresentações/Oficinas/Festivais de Artes online; Outras atividades online.
12. *Equipamentos culturais considerados:* Bibliotecas públicas; Museus; Teatros ou salas de espetáculo; Centro cultural; Arquivo público e/ ou centro de documentação; Estádios ou ginásios poliesportivos; Centro de artesanato.

▼ Produção de Farinha em comunidade ribeirinha no Pará - 2011.
FOTO Mariana Resegue

► As Caixeiras do Divino durante evento Ciranda de Filmes em São Paulo, com participação do C de Cultura
FOTO C de Cultura



Observando a tabela acima são perceptíveis algumas características na composição e atuação das gestões estaduais de Cultura:

- Somente 22% dos órgãos gestores de Cultura dos estados brasileiros são liderados por mulheres;
- As regiões Sul e Sudeste são as regiões com menos diversidade representativa no cargo de gestão, sendo compostas somente por pessoas brancas e majoritariamente por homens;
- Nenhum cargo gestor é ocupado por uma pessoa jovem;
- A maioria dos estados não realizou Conferência Estadual de Cultura entre 2016 e 2021; e
- As regiões Norte e Nordeste são as com mais estados sem Plano Estadual de Cultura ou com Planos ainda em fase de elaboração ou não regulamentados por instrumentos legais.

A tendência à baixa diversidade representativa e à não execução e formalização de ferramentas essenciais de gestão cultural é indicativa de que ainda existem diversos aspectos da gestão descentralizada da Cultura no Brasil que demandam atenção, incentivo e fiscalização para um funcionamento mais próximo do idealizado. Além disso, é importante destacar que os dados disponíveis nesta base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são fornecidos e preenchidos pelos próprios governos e podem não refletir a realidade local de forma fidedigna, o que aponta para uma potencial fragilidade nas formas de coleta e tratamento dos dados sobre o panorama cultural brasileiro.

Políticas culturais nas sessões de escuta

Ao longo da execução desta pesquisa, foram realizadas sessões de escuta e aprimoramento em que foram consultadas pessoas que fazem Cultura e gestoras das políticas culturais, que expuseram suas opiniões e neste quadro estão algumas de suas contribuições. É possível saber mais detalhes sobre as sessões consultando as Notas Metodológicas.

O que pensam as pessoas e organizações que fazem Cultura?

- Os dados são importantes para que possamos ter um melhor entendimento do cenário cultural brasileiro e, assim, poder formular e implementar políticas públicas de Cultura que sejam efetivas e adequadas à necessidade da população. Para isso, os dados precisam ser fornecidos e/ou coletados e todas as partes envolvidas nesse processo precisam ver valor nessa troca de informações. É preciso fugir da lógica extrativista de dados, em que organizações sociais e instituições de pesquisa adentram grupos e territórios (muitas vezes em contexto de vulnerabilidade social), coletam informações e partem para nunca mais voltar. Não dar retorno sobre o uso dos dados, nem propor qualquer retribuição pela generosidade de compartilhamento de informações é inaceitável. É preciso prestar contas sobre o destino desses dados, respeitar os limites colocados para o uso das informações e promover alguma forma de apoio, estímulo, visibilidade ou o que aquele grupo/território entender como mais potente para que possa prosperar.
- A falta de dados atualizados sobre Cultura no Brasil é uma realidade e, dentre as possibilidades de estímulo para produção e coleta de informações sobre esse ecossistema, está o envolvimento de atores e atrizes do campo, as(os) fazedoras(es) de Cultura, na produção e coleta de dados. A Cultura brasileira é muito vasta, diversa e territorializada, cada esquina do Brasil tem um universo cultural a oferecer, por isso a capilarização dos esforços para a construção de um melhor entendimento do cenário de Cultura no país é essencial. Além disso, iniciativas governamentais de cadastro, prêmios, editais e mapeamento colaborativo das expressões culturais, equipamentos e fazedoras(es) de Cultura também poderiam contribuir para fortalecer essa construção.

- Existe uma tendência à supervalorização de dados quantitativos, que acabam guiando sozinhos algumas interpretações da realidade e podem deixar escapar algumas informações importantes para que esse entendimento seja verdadeiramente condizente com o que acontece na prática, na vida, no cotidiano de quem consome, produz e vive Cultura. O universo qualitativo traz sutilezas, nuances e narrativas essenciais, que permitem digerir os dados quantitativos e a relação com a realidade. É preciso equilibrar o valor dado às pesquisas quantitativas e qualitativas, trazer relatos e experiências reais para contextualizar o que dizem os números.
- Dois exemplos de registro de informações sobre a Cultura brasileira que merecem destaque: a coleção de dossiês do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) sobre patrimônios imateriais, que vão desde a Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi até o Ofício das Baianas de Acarajé, e o Mapeamento dos Terreiros de Salvador, realizado pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA em parceria com as Secretarias Municipais da Reparação e da Habitação.

O que pensam representantes da gestão pública?

- Existem diferentes plataformas, bases de dados e mapeamentos à disposição, porém muitos deles estão desatualizados, além de não estarem conectados entre si. Informações dispersas e desatualizadas são mais dificilmente utilizadas. Uma integração entre as bases já existentes e as que ainda virão a surgir é um caminho potente.
- Algumas das estratégias que têm funcionado para coleta de informações são os cadastros/inscrições em editais e oportunidades de financiamento, como a Lei Aldir Blanc. Pode ser interessante pensar em um Sistema de Informação da Cultura colaborativo, junto a todos os níveis federativos, apoiando a criação de sistemas municipais, que alimentariam um sistema a nível federal. Outra oportunidade é a criação de bolsas de formação para agentes regionais, com o objetivo de criação de estratégias de coleta e organização de dados municipais e estaduais.

INDICADORES CULTURAIS E SUA RELEVÂNCIA PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Indicadores são referências que servem de parâmetro para auxiliar na compreensão da realidade e permitem fazer comparações e análises. Eles são ferramentas importantes para subsidiar diferentes etapas do ciclo de políticas públicas (LABCULT, 2018):

- servem para fazer um diagnóstico situacional e informar o desenho da política;
- podem auxiliar o monitoramento da execução das ações previstas pela política, o que permite uma revisão de planejamento, se necessária, e
- podem ser utilizados na avaliação final, para verificar os resultados e metas alcançadas e as transformações geradas socialmente.

Dependendo da etapa do ciclo, o conjunto de indicadores escolhido tem propriedades diferentes, que respondem à demanda daquela etapa, assim como dependem de diferentes fontes de dados que informem o acompanhamento deste conjunto de indicadores (JANUZZI, 2022).

▼ As Caixeiras do Divino durante evento realizado pelo C de Cultura
FOTO C de Cultura





PRODUZIR DADOS PARA COLOCAR A CULTURA DEMOCRÁTICA EM EVIDÊNCIA

Luana Vilitis

Socióloga e educadora, trabalha com formação e pesquisa em estudos intersetoriais de cultura e economia solidária. Pesquisadora do Observatório da Diversidade Cultural – ODC e do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT/UFBA. Doutora em Cultura e Sociedade pela UFBA, Mestre em Educação pela USP com pesquisas voltadas à análise dos alcances e limites de políticas públicas de cultura na promoção da diversidade cultural brasileira e da sustentabilidade de organizações da sociedade civil.

Em uma era de pós-verdade, inundada por fake news e fascinada pelos chatbots de inteligência artificial generativa, a coleta de informações e dados emerge como uma ferramenta vital para fomentar o pensamento crítico, combater o autoritarismo e desafiar a monocultura do discurso único. Sistematizar experiências e gerar conhecimento a partir delas tornou-se um exercício pedagógico de desalienação, cada vez mais urgente e essencial para transformar a realidade social, fortalecer a democracia e assegurar a centralidade da cultura na contemporaneidade.

No Brasil, o campo da cultura foi historicamente marcado pela escassez de indicadores e a falta de pesquisas seriadas que permitam identificar tendências e planejar ações orientadas por evidências. Até hoje não dispomos de um Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC abrangente e capilarizado que funcione organicamente e cumpra seu propósito sistêmico. A informalidade que permeia o setor cultural no Brasil certamente contribui para essa lacuna. Além disso, falta uma cultura de sistematização de informações e produção de dados no campo cultural, o que impacta tanto a gestão pública da cultura quanto o cenário das produções artísticas e culturais, bem como seus sujeitos e agentes.

Alguns esforços foram feitos para reverter esse quadro. Não podemos deixar de mencionar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

com o Sistema de Informações e Indicadores Culturais – SIIC e o início da construção da Conta Satélite da Cultura, o PIB da Cultura, que infelizmente foi interrompido com a extinção do Ministério da Cultura em 2019. Recentemente, no âmbito das políticas públicas de cultura, o Observatório da Economia Criativa da Bahia – OBEC realizou uma pesquisa nacional significativa sobre os resultados da implementação da Lei Aldir Blanc – LAB nos estados e municípios. No que diz respeito à sustentabilidade de organizações da sociedade civil articuladas em rede, vale destacar o Mapeamento da Rede Mineira de Pontos de Cultura realizado em 2021 em parceria com o Observatório da Diversidade Cultural.

Além de garantir financiamento à pesquisa na área cultural, outra forma de promover e incentivar a coleta, análise e divulgação de informações no campo da Cultura é mobilizar processos participativos e em rede. Compreender e disseminar a produção de dados e indicadores como um processo pedagógico, essencialmente formativo e coletivo, de diálogo e troca, é fundamental. Esse processo deve estar integrado a um planejamento maior, resultando em ações concretas. Afinal, não produzimos conhecimento apenas para retratar a realidade, mas para incidir nela, para traçar ações mais assertivas de transformação de desigualdades e assimetrias. A produção de dados não é uma ação resignada, mas sim engajada. Ela serve, ou deveria servir, para subsidiar políticas e ações culturais democráticas.



O interesse pelo uso de indicadores para acompanhamento das políticas públicas no Brasil vem aumentando e o aprimoramento do controle social no Brasil pode ser potencializado por meio dessa metodologia (JANUZZI, 2022). Diversos setores, o cultural incluso, vêm demandando o uso de indicadores no monitoramento e avaliação das políticas e programas (LABCULT, 2018). Um dos efeitos de um cenário em que existe pouca produção de conhecimento e de dados que ilustram a importância social da Cultura é o desconhecimento do setor pela população, resultando na multiplicação de informações incompletas ou mesmo falsas sobre as políticas culturais, que podem contribuir para a construção de um senso comum de desvalorização do campo (LABCULT, 2018).

A construção de indicadores é essencial para uma atuação efetiva de governos. De acordo com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo (LABCULT, 2018):

- 1) não é possível monitorar e avaliar política pública com consistência sem ter nitidez dos objetivos a médio e longo prazo para o setor; e
- 2) não é possível estabelecer parâmetros para acompanhamento sem conhecer o histórico de realizações acumuladas e sem uma pactuação de classificações comuns e definição de ferramentas para coleta, repositório, tratamento e análise de dados.

▲ Pega de Boi. Arcoverde (PE), 01/10/2023
FOTO Xavier Bartaburu



3 MAPEAMENTOS DAS DINÂMICAS CULTURAIS NA CONTEMPORANEIDADE

Eduardo Augusto Sena

O patrimônio cultural brasileiro é vasto e plural, e constitui um componente importante da formação de nossa identidade nacional. Mapear e dar visibilidade a este patrimônio tão diverso, seus artífices, redes e circuitos, contudo, são desafios formidáveis, em razão de sua dispersão geográfica, das particularidades locais e, mesmo, do caráter dinâmico e processual do próprio fazer cultural. Contemporaneamente, tanto a produção como o mapeamento das manifestações culturais têm sido impactadas pela tecnologia. A ampliação do acesso aos dispositivos eletrônicos conectados à Internet têm permitido novas formas de produção, circulação e consumo de serviços e conteúdos culturais: sob o paradigma resultante das tecnologias de informação e comunicação e das redes de compartilhamento, uma dinâmica sociocultural renovada começou a ganhar forma. Neste contexto, a criação de plataformas digitais com sistemas de georreferenciamento de dados também tem permitido a criação de cartografias virtuais, o que deu origem a projetos de mapeamento de equipamentos, atores e eventos culturais e sua relação com o território.

Na cidade de São Paulo, em 2014, a transformação do site SP Cultura, originalmente dedicado à divulgação da agenda de programação e dos equipamentos da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), em uma plataforma de acesso gratuito (desenvolvida em software livre) e colaborativa de mapeamento é um exemplo das possibilidades abertas pela tecnologia: ao permitir a inserção de dados pelos próprios atores, tomou a forma de um repositório dinâmico do cenário cultural paulistano, dando visibilidade aos agentes, espaços, eventos e projetos culturais distribuídos pelo seu território. Até 2020, a plataforma também foi utilizada para a inscrição de propostas aos editais realizados pela SMC, o que conferia à plataforma uma dupla funcionalidade.

No entanto, a dispersão característica do ambiente virtual, a competição com diferentes ferramentas de compartilhamento de informações e as diferenças socioeconômicas de acesso aos dispositivos e à Internet colocam desafios para a criação e a atualização destes mapeamentos digitais. Como engajar a sociedade civil em projetos com este objetivo? Como torná-los perenes e aderentes à realidade dos diferentes atores

Bacharel em Administração Pública pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), mestre e doutor em Cultura e Informação pelo programa de pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP). Atua e pesquisa no campo das políticas culturais desde 2006, tendo exercido funções de assessoria e direção no Theatro Municipal de São Paulo, Fundação Bienal de São Paulo, Instituto Pedra e Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

do campo cultural? Na tentativa de responder a estas questões, teceremos abaixo algumas considerações.

Inicialmente, é fundamental que os projetos de mapeamento levem em conta as diferenças de acesso às infraestruturas da Internet (especialmente à Banda Larga) existentes entre diferentes regiões do país e mesmo no interior das cidades: tais assimetrias dão forma a um processo de estratificação digital que reproduz desigualdades sociais, individuais e coletivas. O que demanda a criação de plataformas que possam ser acessadas inclusive por dispositivos mais simples, através de conexões de Internet de menor velocidade.

Em segundo lugar, seria interessante que tais iniciativas oferecessem mecanismos para a construção de um conjunto de dados e informações sobre o campo cultural, a partir de uma metodologia que diferencie as ações, atores e instituições, de acordo com a sua natureza. Neste sentido, caberia avaliar estratégias que permitissem a extração e compartilhamento dos dados em formatos de texto ou planilha, por exemplo.

A possibilidade de se contribuir para a concepção e produção deste conjunto de informações pode

fortalecer o engajamento da sociedade e tornar o mapeamento uma plataforma não apenas da publicização individual de cada agente, mas um espaço coletivo de construção de dados e evidências sobre a realidade dos territórios e as especificidades de cena cultural. Neste sentido, a extroversão de dados permitiria sua utilização pelos diferentes atores, de acordo com os seus interesses, com potencial para contribuir positivamente no desenho de políticas públicas e no planejamento das ações de diferentes instituições.

Para que isto se torne realidade, seria necessário aliar ao processo de autoinscrição descentralizado de informações pelos diferentes atores (exercício dinâmico e colaborativo) estratégias de curadoria, análise e consolidação destes dados, de maneira a torná-los acessíveis para o processo de construção de indicadores sobre as diferentes dinâmicas da cultura. Solicitar aos atores, por exemplo, o preenchimento de um formulário sobre apoios e financiamentos recebidos, bem como a participação em editais e projetos, pode ajudar não apenas no processo de construção destes indicadores, mas também facilitar e orientar a atuação de diferentes agentes pelas oportunidades abertas pelo campo da cultura.

Apesar da compreensão da importância dos dados, indicadores e monitoramento de políticas públicas, temos desafios na materialização destas dimensões no Brasil. Gerar dados e estatísticas custa caro, exige rigor e continuidade ao longo do tempo. Governos e instituições que teriam a responsabilidade ou o recurso para realizar esse esforço costumam concentrar-se em outros setores, com diferentes magnitudes econômicas e sociais e, em geral, a Cultura não está entre eles (BONET I AUGUSTÍ, 2004).

Desafios e barreiras para indicadores culturais no Brasil

- Mesmo que nos últimos 20 anos tenhamos visto um aumento de iniciativas que ajudam no desenho do panorama da Cultura no Brasil, ainda temos poucas informações e séries históricas que permitem avaliar mudanças no setor e nas práticas culturais da população ou identificar tendências futuras.
- Fragmentação e descontinuidade das políticas públicas direcionadas à coleta, análise e monitoramento dos dados e indicadores culturais. Apesar da criação de alguns mapeamentos culturais, a sua continuidade é um desafio por falta de consistência metodológica, coleta e análise das informações.
- Outro desafio é a ausência de um parâmetro de conceitos e categorizações da área da Cultura, pois isso dificulta a comparação de dados estatísticos e indicadores de diferentes políticas e programas, estados, países além de dificultar a adoção de um léxico próprio e comum a gestores/as e agentes culturais.

Indicadores e monitoramento da Cultura no Brasil e no mundo

Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC)

A mesma Lei ([nº12.343/2010](#)) que instituiu o Plano Nacional de Cultura criou também o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), com os seguintes objetivos:

“I - coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por Cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de Cultura e das políticas culturais em geral, verificando e racionalizando a implementação do PNC e sua revisão nos prazos previstos;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais, para a construção de modelos de economia e sustentabilidade da Cultura, para a adoção de mecanismos de indução e regulação da atividade econômica no campo cultural, dando apoio aos gestores culturais públicos e privados;

III - exercer e facilitar o monitoramento e avaliação das políticas públicas de Cultura e das políticas culturais em geral, assegurando ao poder público e à sociedade civil o acompanhamento do desempenho do PNC.”

O SNIIC tem como característica a obrigatoriedade de inserção e atualização de dados por todos os entes federativos que aderirem ao Plano Nacional de Cultura. Este tem a adesão prevista de forma voluntária. Isso porque o SNIIC foi criado como instrumento de acompanhamento, avaliação e aprimoramento da gestão e das políticas públicas de cultura.

Para que o SNIIC seja efetivo, é crucial lidar com a falta de infraestrutura informacional e a capacidade institucional de coleta e tratamento de dados limitada na maioria dos municípios brasileiros. Sem um suporte adequado, especialmente para os pequenos municípios, o objetivo do sistema de fornecer indicadores culturais nacionais, regionais e locais não será alcançado (FERREIRA, 2021). Um cenário em que o SNIIC não opera plenamente significa um vácuo estrutural e sistemático no campo dos indicadores.

Dentro das iniciativas ativas de monitoramento e produção de informações acerca da Cultura, algumas **merecem destaque pela sua atualização:**

- **Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC):** Criado em 2004, fruto de um convênio do IBGE com o Ministério da Cultura, tem como objetivo a construção de uma base sólida e contínua de informações e indicadores culturais para estudos, pesquisas e tomada de decisões governamentais e privadas, bem como análises setoriais mais detalhadas para o público em geral. O SIIC mantém como quadro orientador o Marco Referencial para Estatísticas Culturais (Framework for Cultural Statistics - FCS), da Unesco.
- **Observatório da Diversidade Cultural (ODC)** - Fundada em 2010, é uma organização integrada a um grupo de pesquisa, que desenvolve projetos e ações de formação, investigação, difusão de informações e consultoria. Os objetivos centrais são produzir e difundir informação qualificada, desenvolver pesquisas que gerem conhecimento crítico, realizar processos de formação e prestar consultoria no campo interdisciplinar da proteção e promoção da diversidade cultural e suas interfaces com as políticas culturais, gestão cultural, processos de mediação, memória e patrimônio, educação, saúde, meio ambiente, etc.

Existem algumas iniciativas de produção de informações culturais e mapeamentos de equipamentos e eventos de Cultura com um grande potencial, mas que **estão desatualizadas, infelizmente desperdiçando este potencial de visualização e difusão** das diversas formas da Cultura brasileira. Algumas delas são:

- **Mapa da Cultura** - O Mapa da Cultura é um espaço para integrar e dar visibilidade para projetos, artistas, espaços, eventos culturais e produtoras(es). Ele é a principal base de informações e indicadores do Ministério da Cultura, constituindo o pilar principal do SNIIC. Neste mapa, estão reunidas informações do antigo Registro Aberto da Cultura (RAC), da Rede Cultura Viva, do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) e do Cadastro Nacional de Museus. Além disso, o Ministério da Cultura irá unir esforços com o sistemas de informação de estados e de municípios e lhes auxiliar na consolidação de seus sistemas de informações e indicadores culturais. De acordo com o Relatório de Monitoramento do PNC de 2021, “o uso do Mapa da Cultura, enquanto fonte de indicadores e informações da Cultura, está limitado, ao menos para o momento corrente” (BRASIL, 2022B, p. 69) - Os dados do Mapa da Cultura podem ser acessados aqui: <https://dados.gov.br/dataset/mapa-da-Cultura>
- **Cultura Viva** - A Rede Cultura Viva é uma política cultural voltada para o reconhecimento e apoio a atividades e processos culturais já desenvolvidos, que estimula a participação social, a colaboração e a gestão compartilhada de políticas públicas no campo da cultura. Constitui-se também como rede de incentivo e disseminação de iniciativas culturais através de um mapeamento dos Pontos e Pontões de Cultura no território brasileiro.
- **Museus.br** - É a maior plataforma de informações sobre os museus brasileiros. Nela, é possível encontrar Museus de Arte, de História, de Ciências, de Antropologia, Museus Comunitários, Museus de Território, Museus das mais variadas temáticas. É possível verificar onde estão localizados os museus, dados de contato e serviços oferecidos como: visitas guiadas, acessibilidade, bibliotecas, arquivos, atendimento a visitantes estrangeiros, entre outros. A plataforma permite extrair os dados dos museus em formato de planilha, por meio de filtros e cruzamentos, conforme interesse do usuário. A plataforma é colaborativa, qualquer pessoa pode participar, indicando um museu que conheça e que ainda não faz parte da Museus.br ou atualizando alguma informação.
- **Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas** - É uma plataforma livre, gratuita e colaborativa de mapeamento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. É uma das peças do Cadastro Nacional de Bibliotecas e estará voltado para a difusão e promoção das bibliotecas brasileiras, a fim de reunir informações sobre as bibliotecas públicas e comunitárias.

- **Cultura em Números** - Integra uma política pública de informações e indicadores culturais e tem como objetivo trazer à tona certos diagnósticos, certos números sobre a realidade cultural no Brasil, números que antes se encontravam invisibilizados. Ele revela um primeiro mapa de navegação, uma primeira classificação das estatísticas e cifras culturais no Brasil. Sua última edição foi publicada em 2010.
- **Mapa Cultural do Pará** - Nesta iniciativa estadual de mapeamento, é possível pesquisar por eventos culturais nos campos de busca combinada. Como usuária(o) cadastrada(o), você pode incluir seus eventos na plataforma e divulgá-los gratuitamente.
- **SP Cultura** - Uma iniciativa no nível municipal é o SP Cultura, que é uma plataforma livre, gratuita e colaborativa de mapeamento da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo sobre o cenário cultural paulistano. A intenção é facilitar o processo de se programar para conhecer as opções culturais que a cidade oferece: shows musicais, espetáculos teatrais, sessões de cinema, saraus, entre outras. Além de conferir a agenda de eventos, também pretende que seja possível a colaboração das pessoas na gestão da Cultura da cidade, através da criação de um perfil de agente cultural. A partir deste cadastro, é possível participar dos editais de fomento às artes da Prefeitura e também divulgar eventos, espaços ou projetos.

Abaixo, destacamos algumas experiências que se tratam de exemplos de política local e política internacional com as quais podemos aprender:

a) Caderno UM - LabCult - São Paulo (LABCULT, 2018)

De acordo com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, sua atuação é orientada pela máxima de que o seu objetivo, ao fazer política cultural, é de melhoria da qualidade de vida da população e incremento da economia. Para possibilitar transformações sociais são necessários o investimento e o acompanhamento de resultados das iniciativas, porém ainda existem lacunas para a coleta e sistematização das informações necessárias para realizar esse acompanhamento.

O histórico de esforços pontuais e descontínuos de levantamento e sistematização de informações, estatísticas e indicadores no Estado de São Paulo é reflexo da realidade nacional. O que dificulta a construção de diagnósticos e identificação de tendências e demandas. Porém, nos últimos anos houve algumas mudanças nesse cenário, como a introdução e aprimoramento do uso do Plano Plurianual (PPA), um dos principais instrumentos para execução orçamentária de políticas públicas. O Quadro abaixo mostra exemplos de indicadores de resultados por programa, conforme o PPA 2016-2019 do estado de São Paulo:

Quadro 2 - Programas de Cultura no PPA 2016-2019 do Estado de São Paulo

PROGRAMA	OBJETIVOS	INDICADORES DE RESULTADO
Difusão Cultural, Bibliotecas e Leituras	Garantir as condições de acesso pleno e universal à produção cultural via programas de circulação, equipamentos e itinerância de grupos artísticos, por meio de uma política que combine a excelência das atividades ofertadas com a ampliação de acesso do cidadão a diversidade desta produção, visando à formação de plateia, ampliação de repertório e o gosto pela leitura.	<ul style="list-style-type: none"> ● Número de atividades realizadas pelos Programas de Difusão, Biblioteca e Leitura ● Número de municípios atendidos por ano nas ações de apoio aos municípios – Difusão Cultural ● Número de municípios atendidos por ano pelo Programa de Difusão, Biblioteca e Leitura ● Número de pessoas atendidas pelos Programas de Difusão, Biblioteca e Leitura
Formação Cultural	Promover a formação e capacitação cultural de crianças, jovens e adultos	<ul style="list-style-type: none"> ● Número de pessoas atendidas em Programas de Formação no Estado ● Percentual de municípios atendidos pelos Programas de Formação
Gestão da Política Estadual de Cultura	Coordenar a execução da Política Estadual de Cultura, garantindo os meios necessários para a implementação e gestão dos programas e equipamentos culturais.	<ul style="list-style-type: none"> ● Número de contratos de serviços prestados em diferentes áreas da Secretaria geridos no ano ● Número de museus e equipamentos culturais com infraestrutura melhorada
Fomento cultural e economia criativa	Estimular e apoiar da criação, experimentação e inovação no campo das artes até a preservação de manifestações da Cultura tradicional e valorização de diferentes identidades. Fomentar o protagonismo dos agentes e das atividades socioeconômicas de base cultural. Reconhecer e valorizar artistas, produtores e outros realizadores dos diferentes segmentos artístico culturais.	<ul style="list-style-type: none"> ● Número de municípios contemplados por ano como domicílio do proponente PROAC Editais ● Número de municípios contemplados por ano como domicílio do proponente PROAC ICMS
Integração das culturas latinoamericanas	Promover a discussão das questões atinentes à integração da América Latina e apresentar as diferentes manifestações culturais.	<ul style="list-style-type: none"> ● Percentual de crescimento do número de frequentadores das atividades do Memorial da América Latina

Fonte: LABCULT. **Indicadores para políticas públicas de cultura: desafios e perspectivas em SP**. 2018. Disponível em: <<https://www.transparenciacultura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-Caderno-UM-LabCult-1-Indicadores-Culturais-final.pdf>>. Acesso em: 4 de março 2023.

Os indicadores de resultado do Quadro acima são, sem dúvida, importantes, mas são também reflexo de uma priorização de indicadores que revelam aspectos quantitativos, como números de participantes de alguma ação ou percentuais de crescimento, por exemplo. Porém, é essencial também pensar em estratégias mais participativas de construção de indicadores e que captem dimensões qualitativas do impacto da Cultura na vida das pessoas, de forma transversal e intersetorial. Mais adiante no texto, é possível perceber um esforço internacional que segue essa linha, o Culture 2030|Indicators, da Unesco, que se propõe a analisar a contribuição da Cultura para a implementação nacional e local dos Objetivos e Metas da Agenda 2030.

Houve também um esforço de parametrização e classificação das ações desempenhadas por meio de contratos de gestão, através da Matriz Parametrizada de Ações Culturais – MaPA, para que sejam mensuráveis e comparáveis. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão também estruturou indicadores de desempenho dos contratos de gestão estaduais com base em seis dimensões do desempenho (6Es), são eles:

- **Eficiência:** “compara o esforço realizado pelo projeto e os resultados por ele alcançados (relação custo-benefício), ou seja, relaciona medidas de resultados e produtos a recursos utilizados em sua produção” (p. 14);
- **Eficácia:** “é medida na relação entre meios e fins, isto é, o quanto o projeto foi capaz de atingir os objetivos e metas propostos e o quanto foi capaz de cumprir os resultados previstos (relação previsto-realizado); inclui medidas de satisfação dos beneficiários e alcance de público-alvo” (p. 14);
- **Efetividade:** “é medida pela qualidade e quantidade de mudanças significativas e duradouras no contexto em que foi empregada; relaciona-se ao atendimento às reais demandas sociais; ou seja, à relevância de sua ação, aos impactos gerados junto aos beneficiários da ação, e à sua capacidade de transformar as situações encontradas.” (p. 14);
- **Economicidade:** “é a dimensão de esforço diretamente associada à eficiência dos resultados”, se alinha ao melhor uso dos recursos, com o menor ônus possível (p.57); e
- **Excelência:** está ligada à uma padronização de critérios e níveis de qualidade, alinhada à “busca da melhor execução e economicidade” (p. 57)
- **Execução:** trata da “realização dos processos, projetos e planos de ação, conforme estabelecido”. (p.57)

A partir deles se definem os objetos de mensuração e seus indicadores, como pode ser observado em alguns exemplos abaixo:

Quadro 3 - Objetos de mensuração e indicadores de Eficiência, Eficácia, Efetividade, Economicidade e Excelência

DIMENSÕES	OBJETO DE MENSURAÇÃO	INDICADORES
Efetividade e Eficácia	Patrimônio cultural preservado e diversidade e criação artística promovidas e valorizadas	Aquisição, organização e pesquisa de acervos Quantidade de ações por função cultural, linguagem artística, espécie de ação
	Desenvolvimento social e econômico potencializado por meio da ação cultural	Remuneração por gênero SEC e Contratos de Gestão X remuneração por gênero no ESP
	Qualidade da oferta cultural	Grau de conhecimento / Reputação do equipamento, programa, grupo artístico
Economicidade	Execução de gastos com RH	Gasto com RH pela Administração Direta X Gastos com RH via Contrato de Gestão
Eficiência	Custo-benefício / Qualidade do gasto	Índice de execução financeira e física
Excelência	Comunicação – Transparência	Índice de Transparência nos sites (IT)

Fonte: LABCULT. Indicadores para políticas públicas de cultura: desafios e perspectivas em SP. 2018. Disponível em: <<https://www.transparenciacultura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-Caderno-UM-LabCult-1-Indicadores-Culturais-final.pdf>>. Acesso em: 4 de março 2023.

a) **Museu da Pessoa (MUSEU DA PESSOA, 2021)**

Outra fonte de inspiração para a criação de indicadores de Cultura, é a experiência do Museu da Pessoa, que foi fundado em 1991 e é um museu virtual e colaborativo onde toda e qualquer pessoa pode compartilhar a sua história de vida, entendendo que cada pessoa é um patrimônio da humanidade. Em 2021, o Museu da Pessoa publicou um relatório de avaliação de impacto nos seus 30 anos de atuação. Mesmo não tendo correlação explícita com a Cultura, o relatório expressa os efeitos do projeto em relação ao fortalecimento de vínculos comunitários e o combate à intolerância, por exemplo, que podem inspirar a criação de indicadores mais qualitativos para a Cultura. Abaixo, é possível visualizar os indicadores criados:

- 1) **Intensidade e frequência do exercício de empatia para com a diversidade:** Exercício de se colocar no lugar de outra pessoa. O exercício aumenta na medida em que ocorre várias vezes, de diferentes maneiras e em relação a uma pessoa que percebo diferente de mim.
- 2) **Grau de agência como ator social no combate à intolerância:** Reconhecimento da importância e da capacidade que tenho para intervir na sociedade (fortalecimento de autoestima, identidade e propósitos de vida) e realização de ações de combate à intolerância.
- 3) **Qualidade de escuta:** Ampliação de capacidades relacionadas à atenção, disposição, paciência, generosidade e não julgamento.
- 4) **Capacidade de compreensão de questões sociais vinculadas à intolerância:** Reconhecimento de que toda pessoa é parte da história da sociedade. Ganho de uma visão mais plural, complexa e profunda sobre questões relacionadas à intolerância, como preconceito, discriminação, estigmatização, marginalização, opressão, desigualdade e injustiça social.
- 5) **Intensidade dos vínculos comunitários:** Intensificação dos vínculos com o círculo primário de contatos, ou seja, familiares, amigos, colegas de trabalho, entorno e comunidades virtuais.

b) **Cultura e o desenvolvimento sustentável - Culture 2030|Indicators (UNESCO, 2019)**

A Cultura tem sido um tema cada vez mais presente na pauta do desenvolvimento, principalmente quando o modelo de desenvolvimento voltado apenas para a produção não apresentou os resultados desejados (DONDERS *et al*, 2011). A partir de críticas sobre o desenvolvimento baseado somente no crescimento econômico, houve uma demanda por uma visão mais multilateral que levasse em consideração os efeitos sociais e culturais. Essa conexão entre Cultura e desenvolvimento tornou-se essencial para um estudo mais cuidadoso do bem-estar das sociedades (DONDERS *et al*, 2011).

A **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável está estruturada em torno dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), um conjunto de metas globais estabelecidas pela União das Nações Unidas (ONU), que visam promover o desenvolvimento sustentável em todo o mundo, incluindo a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, o combate às mudanças climáticas e a promoção da paz e da justiça social.** Assim, a Agenda 2030 reflete uma abordagem ampla e holística para o desenvolvimento sustentável, estabelecendo vínculos e sinergias entre diferentes setores e políticas, provocando que sejam criadas abordagens criativas e inovadoras no sentido de alcançar os ODS (UNESCO, 2019).

O documento *Culturel2030 Indicators* da Unesco (2019) é destinado a incluir e integrar a Cultura na Agenda 2030.

Os Indicadores Temáticos da Unesco para a Cultura são um quadro de indicadores temáticos cujo objetivo é medir e monitorar a contribuição da Cultura para a implementação nacional e local dos Objetivos e Metas da Agenda 2030. Os indicadores pretendem avaliar tanto o papel da Cultura enquanto setor de atividade, quanto a contribuição transversal da Cultura em diferentes ODS. Os Indicadores Temáticos visam atingir os seguintes objetivos:

- Dar visibilidade à contribuição da Cultura para o desenvolvimento sustentável;
- Fornecer uma visão temática e transversal do papel da Cultura para os ODS;
- Fortalecer o advocacy para Cultura;
- Fornecer resultados baseados em evidências para informar políticas e ações;
- Construir uma base de conhecimento para ação;
- Monitorar a contribuição da Cultura para a Agenda 2030 (UNESCO, 2019).

A ferramenta, a metodologia e os mecanismos de implementação se apoiam nos seguintes princípios:

- **Apoiar-se o máximo possível em fontes de dados já existentes**, visto que produzir e atualizar dados é um processo custoso e demandante, especialmente para países com capacidade estatística limitada;
- **Utilizar dados qualitativos e quantitativos para analisar a contribuição da Cultura**, pois ambos são necessários para capturar as especificidades do escopo da Cultura;
- **Integrar informações de relatórios dos programas e convenções de Cultura da Unesco**, o que permite a identificação de boas práticas;
- **Desenvolver instrumentos para mensurar a Cultura tanto a nível nacional quanto local**;
- **Priorizar desenvolvimento de capacidade de organizações relevantes** para apoiar seu entendimento sobre as especificidades da Cultura e a habilidade de identificar e combinar dados relevantes;
- **Facilitar a cooperação entre instituições de diferentes áreas de políticas** a fim de alimentar a colaboração na produção de dados;
- **Propor uma ferramenta adaptável a diferentes capacidades estatísticas** através de uma metodologia que prevê alternativas quando as fontes primárias ou métodos não dão conta do objetivo, o que faz da ferramenta mais flexível;
- **Fornecer uma ferramenta aspiracional para todos, em lugar de uma avaliação normativa**, ou seja, que reconhece oportunidades de melhoria mais do que as falhas;
- **Refletir a ferramenta conceitual *Results-Based Management***, já que o impacto da Cultura raramente pode ser mensurada diretamente, inputs, resultados e processos são elementos-chave para o monitoramento de impacto a longo prazo.

A proteção e a promoção da Cultura contribui positivamente para a sociedade por si, mas também contribui transversalmente para muitos dos ODS, como aqueles sobre cidades sustentáveis, trabalho decente e crescimento econômico, redução das desigualdades, meio ambiente, promoção da igualdade de gênero, inovação e sociedades pacíficas e inclusivas. O papel da Cultura pode ser compreendido tanto por sua contribuição direta ao desenvolvimento econômico, quanto por ser uma facilitadora que colabora para a eficácia e desenvolvimento de intervenções em diferentes setores (UNESCO, 2019).

Na última década, a Unesco tem dedicado esforços para o reconhecimento do papel central da Cultura no desenvolvimento sustentável. Esse trabalho teve como fruto a inclusão da Cultura na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Ainda assim, ela aparece referenciada em apenas 4 das 169 metas, sendo uma delas a meta 11.4 (“Fortalecer as iniciativas para proteger e salvaguardar o patrimônio natural e cultural do Brasil, incluindo seu patrimônio material e imaterial”). A Cultura também pode ser observada indireta e transversalmente em outras metas e objetivos. Por isso, a Unesco desenvolveu uma ferramenta de indicadores temáticos para mensurar e monitorar a contribuição do progresso da Cultura para os ODS.

Dados relacionados à Cultura são fragmentados e produzidos por diferentes organizações, então uma ferramenta que agrupe e traduza as informações é extremamente relevante. A ferramenta pretende analisar o papel da Cultura como setor produtivo bem como a contribuição transversal dela para os diferentes ODS e áreas de políticas, a intenção é apoiar e complementar os indicadores globais relacionados à Agenda 2030 e promover conexões entre eles.

Os indicadores do documento Culture | 2030 fornecem uma ferramenta conceitual e instrumentos metodológicos para que países e cidades possam, voluntariamente, fazer a sua avaliação local. A evidência coletada servirá para informar políticas, decisões e ações operacionais. Esse é um esforço inovador para estabelecer uma metodologia que demonstre e torne visível o impacto da Cultura nas dimensões sociais, econômicas e ambientais do desenvolvimento, de modo a apoiar tomadores de decisão.

Uma vez implementada por uma cidade ou país, as informações e boas práticas analisadas pela ferramenta servem de apoio para a co-construção de conhecimento através da base de dados virtual criada, que será alimentada pelas cidades e países piloto. Além de formular uma visão global do progresso da contribuição da Cultura para a Agenda 2030, a base fornece material informado por evidências para a atuação da Unesco e para o direcionamento de ações nos níveis locais e nacionais.

O desenvolvimento da ferramenta teve início em 2017 com a revisão das metodologias de objetivo similar já existentes, como a *Framework for Cultural Statistics (FCS) de UIS*, *Culture for Development Indicators Suite (CDIS)* e *Culture Conventions periodic reporting mechanisms*, entre outras.

Foram realizados dois *workshops* com especialistas para discutir a ferramenta e as metodologias de coleta de dados.

A partir do exercício de revisão e dos *workshops*, foi desenvolvida a ferramenta contendo 22 indicadores, agrupados em 4 dimensões temáticas, cada uma correspondendo aos pilares de desenvolvimento sustentável: econômico, social, ambiental e educacional. Cada uma das dimensões conta com a descrição de cada indicador, objetivo, fonte de dados e método de análise. A ferramenta também responde aos 5 Ps da Agenda 2030: população, planeta, prosperidade, paz e parceria, onde a paz é totalmente transversal e apoiada pelo foco na promoção da diversidade cultural. A igualdade de gênero é centralizada na ferramenta na coleta de informações em cada uma das dimensões.

Figura 4 - Indicadores Culture | 2030

Ambiente & Resiliência

1. Despesa com patrimônio
2. Gerenciamento sustentável de patrimônio
3. Adaptação e resiliência climática
4. Espaços/Equipamentos de Cultura
5. Espaço aberto para Cultura



Prosperidade & Meios de subsistência

6. Participação do Setor Cultural no PIB
7. Emprego Cultural
8. Negócios Culturais
9. Despesas domésticas
10. Comércio de bens e serviços culturais
11. Orçamento público para Cultura
12. Governança da Cultura



Conhecimento & Habilidades

13. Educação para o Desenvolvimento Sustentável
14. Conhecimento Cultural
15. Educação Multilíngue
16. Educação Cultural e artística
17. Treinamento Cultural



Inclusão & Participação

18. Cultura para coesão social
19. Liberdade artística
20. Acesso à Cultura
21. Participação Cultural
22. Processos participativos



Quadro simplificado, ver quadro completo em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000371562>.



▲ Círio de Nazaré, 2023
FOTO Karol Maia

Quando os públicos impulsionam a Cultura

A organização **Culture Counts** desenvolveu uma metodologia de Avaliação de Impacto Econômico informada por evidências para avaliar os investimentos do público nas economias locais em eventos culturais. A metodologia utilizada para avaliar os “gastos diretos com eventos” do público foca nos gastos imediatamente antes e depois do evento, excluindo os gastos considerados “óbvios” (ingressos, hospedagem e deslocamento), de modo a identificar com maior precisão os gastos sutis associados e o impacto real na economia local. Tal metodologia possibilita identificar o impacto econômico imediato de um evento cultural, bem como o impacto de mudanças nas configurações de um evento entre uma edição e outra. A flexibilidade da metodologia permite que ela seja adaptada a diferentes partes interessadas no impacto econômico da Cultura e dos eventos culturais.

A organização disponibiliza em seu site um **manual de instruções** contendo algumas considerações importantes na hora de procurar avaliar o impacto econômico de algum evento e também descreve brevemente os cinco principais passos para fazer esta avaliação: 1) determinar o escopo e a finalidade da avaliação, 2) identificar os principais indicadores econômicos a serem usados, 3) coletar uma quantidade suficiente de dados confiáveis, 4) combinar os dados provenientes da organização do evento e das respostas à pesquisa para uma análise e resultado mais preciso do impacto e 5) preparar um relatório que comunique os resultados da avaliação do impacto econômico às partes interessadas.

CAMINHOS POSSÍVEIS

Os indicadores revelam um cenário sobre a posição de cada cidade ou país em relação ao seu uso dos recursos culturais no contexto do desenvolvimento sustentável, auxiliando na identificação de lacunas das políticas e direções de atuação possíveis. O esforço de combinar dados e indicadores quantitativos com qualitativos permite uma visão mais completa e complexa da realidade. Porém, a possibilidade de replicar este esforço em um contexto local é limitada, pois ainda existem poucas pesquisas de percepção e participação, por exemplo, com dados desagregados nos níveis subnacionais (FERREIRA, 2021).

Apesar da complexidade do setor cultural, fator complicador para a construção de um sistema de informação único, é preciso trabalhar para superar a carência de dados e, para isso, existem algumas ações que podem fortalecer a caminhada nesta direção (FERREIRA, 2021):

- Reconhecer o valor da aprendizagem com a experiência dos mapas culturais e incentivar e expandir as iniciativas de mapeamento coletivo no campo da cultura. Tais iniciativas devem fazer uso de ferramentas que facilitem o compartilhamento e a consolidação dos dados coletados nos níveis subnacionais.
- Dar continuidade ao desenvolvimento do SNIIC e retomar seu objetivo original de apoiar o monitoramento do PNC. Assim, o SNIIC pode se tornar uma referência na consolidação e padronização de dados em nível nacional. Para que isso seja possível, é preciso avançar no desenvolvimento de um sistema nacional que registre e colete informações culturais, estabelecendo padrões para o cadastro, mapeamento e síntese dessas informações.
- Investir no aprimoramento dos registros administrativos para o fornecimento de dados e informações atualizadas sobre as ações do poder público e das entidades e grupos apoiados por ele. Quando bem projetados, esses registros podem inclusive coletar informações sobre atividades desenvolvidas independentemente do setor público, assim o compartilhamento de informações entre as partes envolvidas (entidades privadas, poder público e organizações da sociedade civil) e os diferentes níveis de governo.

Ainda estamos muito amarrados aos dados, informações e indicadores disponíveis, em sua maioria frutos de decisões governamentais pragmáticas de mensuração e estruturação de sistemas informacionais com foco na economia da Cultura, como bens e serviços ofertados e consumidos (FERREIRA, 2021). Há muito a ser feito para a consolidação de uma base teórica sobre a transformação social da Cultura, que não se restrinja apenas ao universo econômico. É necessário aprofundar o entendimento das relações entre Cultura e diversos aspectos do bem-estar social, como saúde, educação, segurança, cidadania, e outros setores e direitos humanos. Como veremos na próxima seção, a Cultura é intersetorial e transversal. Seus frutos podem ser percebidos na garantia de diferentes direitos.

RECOMENDAÇÕES DA 3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA PARA AS POLÍTICAS E OS INDICADORES CULTURAIS

Recomendações da 3ª Conferência Nacional de Cultura para as Políticas e os indicadores culturais

A Conferência Nacional de Cultura¹³ é o principal espaço de participação social para avaliação e discussão de potenciais aperfeiçoamentos das políticas públicas de Cultura no Brasil. Deste espaço deliberativo, participam servidoras(es) públicas(es), representantes da gestão, da academia, de movimentos sociais e cidadãs(ãos) consumidoras (es) de cultura. A 3ª Conferência Nacional de Cultura foi a última a ser realizada, em 2013. E, como todas as conferências, teve diversas propostas aprovadas. Abaixo, estão destacadas algumas que se relacionam com o tema de Indicadores e Monitoramento:

EIXO 1 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

Proposta 1.34 - Mapeamento, banco de dados e catálogo cultural: “Estabelecer obrigatoriedade de elaboração de diagnóstico, zoneamento, mapeamento e inventário cultural nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, no âmbito do SNC para constituição de banco de dados, alimentado regularmente, que inclua todos os segmentos culturais, por meio de levantamento histórico das manifestações culturais e necessidades da comunidade, de forma a fortalecer e divulgar os eventos populares no território nacional, valorizar a diversidade, reforçar as manifestações culturais, conhecer os vários grupos tradicionais, mestres, saberes, artistas, coletivos culturais, festas tradicionais, iniciativas de inclusão cultural e os patrimônios culturais de cada região, produzindo um catálogo cultural nacional, com acesso gratuito ao público em geral e possibilitar a implantação e o desenvolvimento de programas, projetos e planos setoriais e territoriais de cultura”.



▲ As Caixeiros do Divino durante evento realizado pelo C de Cultura
FOTO C de Cultura

Proposta 1.43 - Indicadores culturais baseados no SNIIC e no IDH: “Utilizar os dados do SNIIC para criar indicadores culturais capazes de contribuir com a variável de educação no IDH, considerando fundamental definir a Cultura como a prioridade da política de desenvolvimento econômico e social, para tanto deve ser tratada como um direito essencial à vida, ser um dos fatores determinantes do IDH e ter gestão participativa com a colaboração direta e predominante da sociedade civil”.

A realização da 4ª Conferência Nacional de Cultura está prevista para março de 2024.

¹³ Processo participativo organizado pelo Ministério da Cultura periodicamente com presença de conselhos e gestoras(es) de Cultura de várias partes do país.



TRADIÇÃO HOJE

Renata Amaral

Formada em Composição e Regência, mestre e doutora em Performance Musical pela UNESP, contrabaixista em diversos países ao lado de artistas como A Barca, Ponto br, Tião Carvalho, Sebastião Biano, Orquestra Popular do Recife e outros. Pesquisadora, realizadora audiovisual e musicista, desde 1991 reúne o Acervo Maracá, um dos mais significativos acervos de tradições populares brasileiras, tendo produzido CDs e documentários de gêneros tradicionais que receberam prêmios nacionais e internacionais como o Latin Grammy, Rodrigo Melo Franco de Andrade/IPHAN, Rumos Itaú Cultural, Prêmio da Música Brasileira, Prêmio Claudia, Petrobras Cultural e outros. Recebeu por duas vezes o prêmio Interações Estéticas da Funarte, realizando residências artísticas no Maranhão e no Benin. Autora dos livros Pedra da Memória e Nganga, ministrando cursos com foco em Cultura Tradicional em escolas e universidades no Brasil e exterior.

Políticas públicas para a cultura podem mudar sensivelmente o cenário e a construção artística e social de uma geração. A virada para os anos 2000 trouxe uma vontade política de construção de uma identidade cultural e o interesse de vários segmentos da sociedade pelas tradições populares. Foram criados muitos editais públicos de empresas privadas e estatais, bancos e programas do recém retornado Ministério da Cultura como o Cultura Viva e os muitos que dele se derivaram, também de órgãos públicos como o IPHAN, FUNARTE, Fundação Palmares e outros, além de fundos estaduais e municipais de fomento à cultura. Mesmo recursos pequenos impactaram muito positivamente nessas comunidades, trazendo ganhos financeiros, de valorização do entorno, no interesse de jovens lideranças que agora remaram o barco durante a tempestade da pandemia, e seguem na resistência.

É preciso que essas culturas sejam entendidas como o patrimônio que são: Riqueza, moeda de troca na globalização, conhecimento, ferramenta, e, assim como nossas florestas, diversidade necessária para a saúde do planeta. É necessário também que sejam reconhecidas como arte contemporânea, vigorosa, que

acontece hoje, não por impulso preservacionista mas por gosto, pertencimento, necessidade de expressão e organização das estruturas corpóreas, sociais, espirituais do indivíduo e sua comunidade.

Esse século trouxe também um ouvir de vozes diversas que tornou mais visível o trabalho de pensadores africanos e indígenas, e também mais necessária a revisão decolonial dos conceitos que perpassam sociedade, ciência, arte. Os guardiões desses saberes são os que fazem sua cultura resistir e dialogar com seu entorno, e, portanto, são os que sabem e devem decidir o quê, quando e como essas políticas devem ser desenvolvidas e implantadas.

As tradições populares engendram códigos estéticos altamente sofisticados para a expressão artística de seus indivíduos, pensados para a inclusão de suas características e limitações, cuja apreciação pelos próprios pares constrói relações sociais e aprimora suas necessidades funcionais. Assim, ela deve ser integrada também às políticas para a educação, não só pelo seu material e repertório, mas pelas ferramentas artísticas e educativas da tradição oral, de caráter interdisciplinar, altamente inclusivo e facilitador de construções coletivas desse repertório.



▲ São João, São Luís do Maranhão, 2023
FOTO Karol Maia



CULTURA E INTERSETORIALIDADE



A Cultura é o conjunto das manifestações fundamentais para a construção da identidade de um povo, abrangendo desde as formas de expressão artística até os costumes e tradições da sociedade. Além disso, a Cultura tem uma estreita relação com os direitos humanos, uma vez que é através dela que as pessoas podem exercer seus direitos culturais e desenvolver-se plenamente como indivíduos e comunidades. Nesse sentido, compreender a importância da Cultura e como ela impacta a sociedade é essencial para um desenvolvimento social, humano e sustentável, contribuindo para a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva (DONNERS *et al*, 2011)

Segundo a Unesco (2022), o setor da Cultura e Criatividade representa 3,1% do Produto Interno Bruto (PIB) global e 6,2% de todos os empregos no mundo. De acordo com os dados do Observatório Itaú Cultural, dentre todas as pessoas trabalhadoras ocupadas no Brasil, 8% atuam na economia criativa, totalizando 6.6 milhões de pessoas no primeiro trimestre de 2021, correspondendo a 3,11% do PIB brasileiro. Para além dos impactos econômicos, a Cultura gera impactos sociais significativos, desde o apoio à saúde e bem-estar, até a promoção da inclusão social e redução de desigualdades (OECD, 2021). A falta de investimento em políticas culturais não repercute, apenas, em perdas econômicas, mas também viola o direito coletivo de acesso ao conhecimento e à memória, fere sentimentos de identidade, mina nossa capacidade de desenvolvimento social e sustentável e prejudica a qualidade de vida da população de forma global (UNESCO, 2016).

Quando reconhecemos a determinação cultural das formas de ser e estar no mundo, é essencial pensar a dimensão intersetorial da Cultura, principalmente no contexto das políticas públicas. A Cultura exerce um papel fundamental na formação das sociedades, influenciando aspectos como valores, comportamentos e formas de pensar e, ao longo do tempo, a Cultura tem sido um importante instrumento de transformação social, capaz de gerar impactos significativos na vida das pessoas e suas comunidades (UNESCO, 2016).

A intersectorialidade não se refere, apenas, à interação entre diferentes políticas setoriais, mas também diz da articulação entre pessoas e grupos sociais de setores sociais diversos (SCHUTZ; MIOTO, 2010). Nessa perspectiva, a intersectorialidade busca a articulação de saberes, poderes e interesses distintos, visando enfrentar problemas complexos e superar a fragmentação dos conhecimentos e das estruturas sociais, compreendendo uma forma de conectar e coordenar diferentes setores para a execução, governança e construção de políticas públicas. Assim, a intersectorialidade também engloba a interação entre diferentes dimensões e aspectos da cidade e de sua população, que desempenham um papel fundamental na estrutura que regula as relações entre os diversos segmentos sociais (SCHUTZ; MIOTO, 2010).

Uma das intersecções mais estudadas é a de Cultura e Saúde. Apesar da baixa identificação de evidências científicas de alta qualidade, há indícios que o acesso a atividades artísticas e culturais impacta positivamente a saúde da população de forma global. A Cultura pode auxiliar no enfrentamento de vários desafios da área da saúde, como a necessidade de fortalecimento da promoção da saúde e prevenção de doenças; a crescente crise de saúde mental; a necessidade de apoiar a saúde e o bem-estar das juventudes de forma ampla; as mudanças contínuas nos mercados de trabalho, os novos padrões de trabalho e da economia; o envelhecimento da população; a associação entre problemas de saúde e as desigualdades; a necessidade de promoção de uma cidadania ativa e os desafios de saúde mental enfrentados por pessoas deslocadas à força (ZBRANCA, *et al*, 2022).

▼ Festa de Nossa Senhora da Boa Morte - Bahia
FOTO Mariana Resegue



Exemplos de como a Cultura impacta diferentes políticas setoriais:

Saúde

- A concentração de distritos culturais está associada com a redução pobreza sem a mudança dos moradores do bairro, melhor bem-estar infantil e menor morbidade (ARTSFUND, 2018)
- A arte pode desempenhar um papel importante na prevenção de doenças e promoção da saúde, bem como na gestão e tratamento de doenças ao longo da vida (OCDE, 2021);
- Pesquisas indicam que o acesso à participação em atividades culturais pode mitigar sintomas negativos de doenças neurodegenerativas, como Alzheimer e Parkinson (OCDE, 2021);

Educação

- Jovens envolvidas(os) em programas de educação ricos em artes incluem conquistas em leitura, desenvolvimento de linguagem e matemática, aumento de habilidades e capacidades de pensamento de ordem superior, maior motivação para aprender e melhorias em comportamentos sociais eficazes (NAAE, 2019);
- A participação artística nas escolas pode aumentar a confiança e a motivação dos alunos, melhorando as taxas de frequência escolar, os resultados acadêmicos, o bem-estar e as habilidades sociais de crianças e jovens (NAAE, 2019);
- Um currículo de artes adequadamente implementado oferece o desenvolvimento de capacidade de colaboração, resolução de problemas, pensamento crítico, imaginação, comunicação, agilidade e empatia - as artes fornecem o canal lógico através do qual essas capacidades e habilidades relacionadas, tanto no domínio social quanto no emocional, podem ser desenvolvidas (NAAE, 2019);

- O envolvimento com as artes pode melhorar o desempenho acadêmico de jovens em todos os níveis socioeconômicos (ARTSFUND, 2018);
- Uma pesquisa realizada nos Estados Unidos (EUA) concluiu que 71% de jovens em situação de risco social envolvidos com arte erudita ingressam na universidade, enquanto apenas 48% de jovens do mesmo perfil sem envolvimento com arte consegue entrar na universidade (ARTSFUND, 2018);
- A participação cultural pode melhorar o desempenho educacional em geral, estimulando o desenvolvimento de pensamento crítico e de habilidades sociais e emocionais (OECD, 2021);
- Alunas(os) de baixa renda com alto nível de experiência artística na escola têm maior probabilidade de frequentar a faculdade, votar e ser voluntárias(os) em sua comunidade (ARTSFUND, 2018).

Segurança Pública

- Bairros de baixa renda com recursos culturais têm 14% menos casos de abuso infantil e negligência, e 18% menos crimes graves do que bairros de baixa renda sem recursos culturais (ARTSFUND, 2018);
- A educação artística contribui para o desenvolvimento de processos cognitivos e habilidades pró-sociais que são especialmente significativas para populações em conflito com a lei (ROSS, 2016);
- Jovens em situação de risco com altos níveis de envolvimento com artes tiveram resultados positivos em diversas áreas que correspondem a importantes fatores de proteção relacionados ao envolvimento com o sistema de justiça, incluindo desempenho escolar e engajamento cívico além das artes (ROSS, 2016);
- O envolvimento com arte promove o desenvolvimento de autopercepção e afirmação de identidade, possibilitando que jovens visualizem alternativas de vida para além do crime (ROSS, 2016).

Uma revisão de escopo realizada pela Organização Mundial da Saúde (FANCOURT; FINN, 2019) buscou as melhores evidências disponíveis sobre o papel das artes na melhoria da saúde e do bem estar. No geral, os resultados demonstraram que as artes podem impactar positivamente tanto a saúde física como mental. Os resultados da revisão foram agrupados em dois grandes temas:

- **Prevenção e promoção:** os resultados mostraram que as artes têm potencial para afetar os determinantes sociais da saúde; apoiar o desenvolvimento infantil; encorajar comportamentos promotores da saúde; prevenir problemas de saúde; e apoiar o cuidado em saúde.
- **Gestão e tratamento:** os resultados mostraram que as artes têm potencial para ajudar pessoas com doenças mentais; apoiar o cuidado de pessoas com condições de saúde agudas; ajudar a apoiar pessoas com doenças neurológicas; auxiliar na gestão de doenças não transmissíveis; e apoiar os cuidados paliativos e do fim da vida.

Atividades artísticas e culturais são importantes para promover a saúde mental e o bem-estar das populações, tanto individualmente quanto em nível coletivo. O relatório *“Culture For Health: Culture’s contribution to health and well-being. A report on evidence and policy recommendations for Europe”* (ZBRANCA, et al, 2022), da União Europeia, que atualizou os dados levantados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2019, indica que a interdisciplinaridade, a acessibilidade e a abordagem pessoal que as artes e as atividades culturais promovem podem trazer benefícios significativos à saúde.

Há, ainda, um destaque para o olhar holístico que a Cultura promove, auxiliando a desviar o foco da doença para uma compreensão mais ampla do que é saúde. Desta forma, a Cultura apoia a saúde e o bem-estar no nível individual, apoiando a saúde física e mental e o bem-estar subjetivo; no nível comunitário, apoiando a inclusão social, promovendo comunidades engajadas e resilientes; e no nível econômico, resultando na chamada economia de bem-estar (ZBRANCA, et al, 2022).

Uma revisão de literatura (LIU, 2018), concluiu que o processo de avaliação do impacto social da Cultura não tem sido bem integrado no planejamento e formulação de políticas, no processo de tomada de decisão e no ciclo de projetos de agências de fomento. Apesar da Cultura ser considerada um setor econômico promissor, também é um dos setores mais vulnerabilizados e frequentemente negligenciado pelo investimento público e privado (UNESCO, 2022b).

Uma das barreiras que impedem o maior investimento em políticas de Cultura é a escassez de pesquisas e dados sobre os impactos sociais da Cultura, além da ausência de metodologias robustas para demonstrar o valor das artes e da Cultura, capazes de traduzir como o financiamento público desse setor contribui para objetivos sociais e econômicos mais amplos (LIU, 2018; OECD, 2021).

Dentre os principais entraves dessa problemática, estão a baixa capacidade de mensurar e quantificar esses impactos e o fato de países e localidades diferentes usarem métricas distintas em suas pesquisas, dificultando que esses dados sejam comparados internacionalmente. A escassez de pesquisa na área revela uma lacuna de conhecimento sobre como demonstrar a contribuição social de atividades culturais e artísticas, capazes de informar tomadas de decisão em políticas públicas (AUSTRÁLIA, 2021).

Algumas agências internacionais de desenvolvimento criaram ferramentas de indicadores culturais para avaliar projetos e políticas, mas os indicadores culturais geralmente não estão presentes nessa estrutura. Embora existam algumas informações estatísticas disponíveis sobre aspectos culturais, elas muitas vezes não oferecem a riqueza de informações necessárias para avaliação, estimação e reforma política. A dificuldade de traduzir alguns dos dados estatísticos em políticas é outra barreira (DONNERS *et al*, 2011).

Recomendações para integração das políticas de Cultura, Saúde e Assistência Social (FANCOURT; FINN, 2019):

Promover Políticas Informadas por Evidências sobre o impacto das artes na melhoria da saúde e do bem-estar:

- apoiar a implementação de intervenções artísticas informadas por evidências;
- compartilhar conhecimento e prática de intervenções artísticas que os países têm considerado eficaz em seu contexto para promover a saúde, melhorar os comportamentos de saúde ou abordar as desigualdades e iniquidades na saúde;
- apoiar a pesquisa do impacto das artes e da Cultura na saúde, particularmente com foco em áreas políticas relevantes, como estudos que examinam intervenções ampliadas para maiores populações ou estudos que exploram a viabilidade, aceitabilidade e adequação de novas intervenções artísticas.

Reconhecer o valor que a arte e a Cultura agregam à saúde:

- garantir que formas culturalmente diversas de arte estejam disponíveis e acessíveis a uma variedade de grupos diferentes ao longo da vida, especialmente aos grupos sociais historicamente oprimidos e excluídos;
- encorajar as organizações artísticas e culturais a promover a saúde e o bem-estar com parte integrante e estratégica do seu trabalho;
- promover ativamente a conscientização pública sobre os benefícios potenciais do engajamento artístico para saúde; e
- desenvolver intervenções que encorajem o engajamento artístico para apoiar estilos de vida saudáveis.

Fortalecer a intersectorialidade do campo das artes e da saúde:

- fortalecimento de estruturas e mecanismos de colaboração entre diferentes setores: Cultura, assistência social e saúde, como a introdução de programas que são cofinanciados por diferentes orçamentos;
- considerar a introdução, ou fortalecimento, de linhas de referência de saúde e assistência social a programas artísticos, por exemplo, através do uso de esquemas de prescrição; e
- apoiar a inclusão da educação em artes e humanidades na formação de profissionais de saúde para melhorar a sua qualidade clínica, pessoal e habilidades de comunicação.

Exemplos de como os impactos da Cultura têm sido medidos e reportados nas comunidades:



- O governo da Austrália Ocidental publicou o relatório Impactos Sociais da Cultura e das Artes em 2019. O processo de construção do relatório consistiu em atribuir um valor monetário aos benefícios socioeconômicos obtidos através da frequência ou participação em atividades artísticas e culturais. Para tanto, foi utilizado um método chamado Estrutura de Medição de Valor Público (tradução livre de *Public Value Measurement Framework*) adaptado para a medição de atividades culturais e artísticas. A pesquisa realizada conseguiu estimar o valor socioeconômico alcançado através da participação e frequência a atividades culturais e artísticas e concluiu que para cada dólar investido pelo Departamento de Governo Local, Esporte e Indústrias Culturais do governo da Austrália Ocidental, o retorno foi de aproximadamente 5 dólares em benefício social para a comunidade.
- O governo do Canadá lançou o The Culture Satellite Account (CSA), uma estrutura contábil criada para mensurar a contribuição da Cultura na economia canadense. Embora seja uma ferramenta inovadora na medição do impacto da Cultura para o PIB do país, é bastante limitada à contribuição econômica.
- A Agência Espanhola de Cultura e Desenvolvimento desenvolveu projetos de Avaliação de Cultura e Desenvolvimento, que incluem um grande conjunto de indicadores que adotam sete áreas de prioridade, como capacitação de profissionais, a dimensão política e econômica de Cultura para desenvolvimento, gestão de patrimônio, comunicação e Cultura no desenvolvimento e direitos culturais. Esses indicadores incluem desde o reconhecimento dos direitos culturais até o fomento do papel das mulheres, das minorias culturais e da diversidade cultural (DONDEERS *et al.*, 2011).
- O projeto Cultural and Creative Sectors and Local Development, da União Europeia, fornece evidências e orientações para cidades e regiões sobre estratégias para maximizar o impacto econômico e social da Cultura e apoiar a economia criativa em cooperação com a European framework for action on cultural heritage.
- Nos Estados Unidos, a instituição ArstFund de King County, realizou uma pesquisa que visa explorar o impacto social da Cultura a partir de 3 aspectos: desenvolvimento juvenil e educação, saúde e bem-estar, e vitalidade do bairro.

CULTURA E DIREITOS HUMANOS

A Cultura está intimamente ligada à pauta dos Direitos Humanos, sendo a defesa da diversidade cultural um imperativo ético, essencial para o respeito à dignidade humana. Os direitos culturais são parte integrante dos Direitos Humanos, presente na Declaração Universal de Direitos Humanos e no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Os direitos culturais são uma das categorias dos direitos humanos, juntamente com os direitos civil, econômico, político e social (DONDERS *et al*, 2011). Embora não haja uma definição universalmente aceita para direitos culturais, estes podem incluir a proteção do patrimônio cultural, o direito ao acesso a produtos culturais e ao patrimônio cultural em museus, teatros e bibliotecas, o direito à liberdade artística e intelectual, direitos relacionados à proteção de produtores de produtos culturais, como direitos de autoria, e direitos para manter e desenvolver culturas, como o direito à autodeterminação, incluindo o desenvolvimento cultural, os direitos de liberdade de pensamento, religião e associação e o direito à educação (DONDERS *et al*, 2011).

A Cultura pode ser reconhecida como um direito humano e um bem público global, e deve ser valorizada e preservada para o benefício das gerações presentes e futuras (UNESCO, 2022b). Além disso, a Cultura deveria ser reconhecida como um dos pilares para desenvolvimento social e sustentável, um meio de transmissão de conhecimentos e identidades e a base para o desenvolvimento de uma melhor qualidade de vida, coesão social, resolução de conflitos e redução das desigualdades (UNESCO, 2016). Assim, a Cultura tem potencial para desempenhar um papel crucial e indispensável na evolução do conceito de desenvolvimento, nas suas diferentes abordagens. Sua importância está intimamente relacionada sua vocação transversal e intersetorial, e com sua capacidade de aprimorar o bem-estar coletivo, considerando-a como um patrimônio compartilhado que as comunidades e sociedades devem integrar na construção de seus futuros e no combate aos desafios sociais da atualidade, como a pobreza e a desigualdade (MARTINELLI, 2010).

A contribuição da Cultura para o desenvolvimento social e sustentável é pouco reconhecida pela sociedade em geral e ainda são necessários esforços para tornar o setor mais inclusivo, principalmente no que tange à desigualdade racial, de gênero e classe social (OECD, 2021). Mulheres, pessoas negras e minorias raciais e étnicas estão cada vez mais inseridas no setor cultural e criativo mas, apesar dos avanços, permanecem sub-representadas e tendem a não ocupar posições de prestígio e destaque, como cargos de direção, por exemplo (OECD, 2021). Além disso, as desigualdades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento são muito significativas, dado que os países desenvolvidos concentram 95% do total de exportações de serviços culturais no mundo (UNESCO, 2022b).

A participação das comunidades locais na proteção, gestão e usufruto do patrimônio histórico e cultural resultam na melhoria das condições de vida da população e na promoção de cidades mais justas e sustentáveis (UNESCO, 2016). A Cultura tem um enorme potencial para gerar diálogo entre diferentes grupos sociais, fortalecendo a sociedade civil e promovendo a democracia. Além disso, o acesso e a participação plena e igualitária de todas as pessoas na vida cultural é um requisito essencial para a construção de um mundo melhor (UNESCO, 2016).

Cultura e justiça climática

De acordo com a Unesco (2023), as mudanças climáticas são uma das maiores ameaças que a Cultura enfrenta na atualidade, visto que a crise climática ameaça comunidades e suas formas de viver em todo o mundo, limitando drasticamente a capacidade das mesmas em acessar e se beneficiar de sua própria Cultura. É possível afirmar que as mudanças no clima estão afetando todos os aspectos da Cultura, desde o patrimônio cultural e natural, até os meios de subsistência ligados à economia criativa. As consequências das mudanças climáticas afetam a Cultura de diferentes formas, por exemplo:

- Bens do Patrimônio Mundial estão em risco devido aos efeitos das mudanças climáticas, como incêndios, inundações, secas, desertificação e acidificação dos oceanos;
- As mudanças climáticas podem ocasionar o desenraizamento de comunidades, ameaçando modos de vida tradicional e formas de transmissão do patrimônio vivo, como tradições orais, artes cênicas, práticas sociais, eventos festivos e conhecimentos tradicionais, incluindo conhecimentos valiosos e essenciais para a proteção e recuperação do meio ambiente;

Uma publicação da OECD (2021) apresenta uma lista de prioridades a serem consideradas por pessoas tomadoras de decisão a fim de impulsionar e ampliar a capacidade da Cultura em impactar desfechos sociais. São elas:

- Reconhecer a Cultura como um investimento econômico e social, e não apenas um custo;
- Integrar a Cultura como parte das agendas políticas mais amplas, como inovação, saúde e bem-estar, meio ambiente e desenvolvimento local e sustentável;
- Melhorar as estatísticas comparáveis internacionalmente e a base de evidências na escala, no escopo e nos impactos dos setores culturais e criativos, tanto como impulsionadores do crescimento econômico, mas também bem-estar, coesão social e sustentabilidade; e
- Construir capacidade dos governos nacionais e locais para integrar a Cultura em estratégias de desenvolvimento econômico e social, alinhadas com os ODS.

- As mudanças climáticas também podem agravar a perda de oportunidades econômicas nas indústrias da Cultura, criativas e turismo cultural (UNESCO, 2023)

As mudanças climáticas, bem como as ações necessárias para reduzir os seus impactos, são parte de um quebra-cabeça complexo no qual a Cultura é capaz de desempenhar um papel fundamental nas estratégias de mitigação, adaptação e promoção de mudanças comportamentais necessárias para enfrentar esse desafio, como é possível observar nos exemplos a seguir:

- Reservas ambientais de patrimônio natural são espaços que atuam como “sumidouros de carbono”, mitigando os efeitos das emissões de gases de efeito estufa e fundamentais para a proteção da biodiversidade;
- O patrimônio vivo, na forma de conhecimento local e indígena, é uma fonte particularmente vital de resiliência, por meio de estratégias tradicionais de segurança alimentar ou técnicas de gestão da água e da terra. Isso pode incluir a transmissão de estratégias tradicionais de segurança alimentar e conhecimento sobre mudanças nos padrões climáticos, bem como o uso de arquitetura tradicional que pode resistir a desastres naturais. Esse *know-how* tradicional pode orientar o planejamento local para tornar as comunidades mais resilientes;
- Os locais de patrimônio cultural também podem servir como refúgio, tanto físico quanto psicológico, para as comunidades vizinhas durante e após emergências;
- O combate aos efeitos das mudanças climáticas requer uma abordagem baseada em equidade, justiça e solidariedade. Respostas às mudanças climáticas que não levam em consideração questões éticas têm o potencial de devastar comunidades inteiras, criar novos paradigmas de desigualdade e vulnerabilizar aqueles que já se viram desenraizados por desastres e conflitos relacionados às mudanças climáticas.
- Aprimorar os vínculos entre o conhecimento científico e técnico e os sistemas locais de conhecimento aumenta as possibilidades de encontrar soluções sólidas e efetivas para combater a crise climática;
- Museus e instituições culturais podem ser estratégicos para aumentar a conscientização e promover o diálogo em torno do clima. Os sítios do Patrimônio Mundial também podem funcionar como laboratórios de aprendizagem para o estudo e mitigação dos impactos climáticos;
- A criatividade é essencial para encontrar novas soluções para os desafios ambientais. Artistas e criadoras(es) têm um papel enorme a desempenhar na ação climática inspiradora;

RECOMENDAÇÕES DA 3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA PARA FOMENTAR A INTERSETORIALIDADE

A Conferência Nacional de Cultura é o principal espaço de participação social para avaliação e discussão de potenciais aperfeiçoamentos das políticas públicas de Cultura no Brasil. Deste espaço deliberativo, participam servidoras(es) públicas(es), representantes da gestão, da academia, de movimentos sociais e cidadãos(ãos) consumidoras(es) de cultura. A 3ª Conferência Nacional de Cultura foi a última a ser realizada, em 2013. E, como todas as conferências, teve diversas propostas aprovadas. Abaixo, estão destacadas algumas que se relacionam com o tema da Cultura e Intersetorialidade:

EIXO 3 - CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS

Proposta 3.15. - Cultura como Direito Social:

“Reafirmar a Cultura como direito social de todos os cidadãos e cidadãs, segundo o que prevê o Art 216-A da Constituição Federal:

a) reconhecendo as dinâmicas sociais, comunitárias, religiosas, étnico-raciais, linguísticas, de gênero, identitárias e das pessoas em situação de vulnerabilidade; b) atendendo às demandas das culturas da infância e adolescência, da juventude, idosos, mulheres, LGBT, egressos do sistema prisional e socioeducativo ou em privação de liberdade, pessoas em sofrimento psíquico e/ou com transtorno mental, pessoas com deficiência e populações em situação de risco social e com dificuldades para mobilidade.”

A realização da 4ª Conferência Nacional de Cultura está prevista para março de 2024.

- Abordagens baseadas na Cultura podem ajudar a mudar o foco das negociações climáticas de interesses concorrentes para valores compartilhados e de bem comum;
- Integrar a preocupação com o meio ambiente nas políticas culturais também pode reduzir a pegada de carbono da economia criativa;
- A Cultura pode ser a ponte entre ambições globais e soluções adaptadas localmente, a nível regional, nacional e comunitário. Aproximar a Cultura das políticas ambientais pode promover a incorporação de práticas comunitárias na construção de soluções sob medida para estratégias de mitigação e/ou adaptação às mudanças climáticas;
- A educação é fundamental para o combate das mudanças climáticas, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (meta 4.7 dos ODS) mencionam explicitamente equipar as(os) alunas(os) com o conhecimento e as habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, incluindo a contribuição da Cultura (UNESCO, 2023).

▼ Congada de São Benedito. Festa de São Benedito em São Luiz do Paraitinga-SP – 05 de junho de 2020. FOTO Severino Silva





A CULTURA DO ABISMO: CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA E DESVALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE

Evelyn Gomes

Um dia nascemos em uma cidade do interior e somos bombardeados pela televisão e pelas conversas sobre como tudo o que é bom está nas grandes cidades. No caso de Alagoas, a cidade grande é Maceió. Entretanto, finalmente, quando chegamos em Maceió, descobrimos que o que é realmente bom está em cidades ainda maiores, como Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Porém, ao chegarmos a essas cidades, deparamo-nos com altos índices de violência, poluição, disputas em diversos espaços como nas vagas de trabalho, dificuldade de mobilidade urbana, preconceito e desafios financeiros que não teríamos de enfrentar se tivéssemos permanecido em nossas cidades natais.

É importante compreender que em cada cidade, vila ou povoado existe cultura. No entanto, quando consideramos a cultura como arte e fonte de sustento, fica evidente o abismo que existe entre os grandes centros urbanos e cidades menores nos interiores dos estados, onde muitas pessoas conseguem obter renda e sustento por meio da cultura e arte. À medida que seguimos Brasil adentro, percebemos que a cultura ganha força em suas manifestações de caráter popular, representando uma forma de expressão, comunicação e celebração para as pessoas daquele território, mas frequentemente com acesso limitado (ou quase nulo) a remuneração.

Nascida em Arapiraca/AL, é diretora do LabHacker – laboratório focado que atua com política, arte, tecnologia e pedagogias de autonomia – desde 2017. Graduada nas ruas de São Paulo, cidade que adotou por 12 anos, é idealizadora do Observatório Caso Braskem, consultora em gestão de projetos, design de serviços e inovação social, valorizando a colaboração e o respeito à individualidade como princípios. Atualmente, está se especializando em políticas públicas de cuidado e Gestão Ambiental. Como ativista, atuou nos coletivos Baixo Centro e Ônibus Hacker, conectando ocupações, espaços públicos, autonomia e políticas a partir das pessoas e vem atuando para a organização de respostas em casos de crimes e desastres socioambientais.

No modelo urbano brasileiro, as capitais são tradicionalmente as cidades mais populosas e financeiramente privilegiadas. Nos últimos dez anos, houve um esforço de inovação e modernização de muitas cidades do interior dos estados, especialmente em termos de infraestruturas públicas como hospitais e universidades, reduzindo a disparidade de acessos em relação às capitais. O que podemos observar com esses investimentos em inovações nos interiores brasileiros é que eles não ocorreram visando uma transdisciplinaridade e autonomia dos territórios. O que temos acompanhado são cidades do interior que cresceram sem o devido cuidado em relação à continuidade e à valorização da cultura local.

Contudo, compreender que a arte e a cultura são partes fundamentais da economia criativa implica em adotar uma abordagem sistêmica para estimular a inovação e impulsionar o crescimento econômico, contribuindo assim para um desenvolvimento sustentável e dinâmico da sociedade. É de suma importância não apenas estabelecer políticas públicas eficazes, mas também promover a formação de agentes culturais e políticos que reconheçam a cultura como facilitadora da participação, compreensão, construção e acesso das pessoas comuns às políticas culturais. Para isso, é imprescindível que essa compreensão vá além das fronteiras do governo, operando em colaboração com a descentralização dos recursos e envolvendo financiadores, filantropia, ongs e empresas privadas.



Promoção da Cultura e dos Modos de Vida dos Povos Indígenas no Brasil - os Planos de Gestão e Manejo Territorial de Terras Indígenas

A promoção das Culturas e modos de vida dos povos originários no Brasil está intimamente conectada à justiça climática, e ao acesso à terra e território para as comunidades indígenas. Nesse sentido, a principal política pública de promoção da Cultura de povos indígenas no Brasil se expressa na Política Nacional de Gestão Territorial das Terras Indígenas (PNGATI), de 2012, que possibilita o sustento dos modos de vida tradicionais em seus próprios termos com o apoio do Estado. Esta Política se estrutura a partir de Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PGTA), que são instrumentos construídos pelos povos indígenas do Brasil para garantir seus modos de existência e reivindicar políticas públicas, sintetizando os desejos e demandas das comunidades em áreas como proteção territorial, geração de renda, educação, soberania alimentar e governança. Nesse sentido, os Planos são construídos a partir do mapeamento do território, em seu sentido cultural, pela própria comunidade, a partir da metodologia de etnomapas, que registra os aspectos culturais de uma localidade (MACHADO, 2014).

Ainda em 2012, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) lançou o estudo “Quanto custa tirar um PGTA do papel? Possibilidades de financiamento para os Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas”, apresentando uma metodologia para calcular os custos para se realizar os PGTA e opções de financiamento já existentes para a elaboração e implementação dos Planos. A partir dos PGTA, as comunidades indígenas no Brasil encontram mecanismos de financiamento público para gerir seus territórios e sustentar seus modos de vida tradicionais, consistindo assim em uma estratégia também de promoção da Cultura dos povos originários no Brasil. Por fim, em 2013, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) lançou o documento “Orientações para Elaboração: Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas”, estabelecendo a definição, objetivos, princípios, e etapas para a construção dos Planos, compreendidos como instrumentos de diálogo intercultural e de planejamento para a gestão territorial e ambiental das terras indígenas (FUNAI, 2013).



CULTURA COMO FERRAMENTA PARA A CRISE CLIMÁTICA

Eduardo Carvalho

Estudo publicado pela prestigiada revista científica ‘Nature’ apontou evidência pioneira sobre o impacto da arte no engajamento do público em favor da luta climática. Cientistas usaram dados e gráficos ligados a pesquisas sobre mudança do clima e transformaram as informações em obras de arte mais abstratas.

De acordo com o estudo, as descobertas indicaram que quem viu as obras sentiu emoções mais fortes em relação a quem observou apenas os gráficos, e que entre aqueles que viram as visualizações artísticas, surgiu uma tendência à mudança de opiniões em relação à pauta do clima, podendo gerar engajamento em ações.

Sugere-se com a investigação que uma maior colaboração entre profissionais da ciência e da cultura pode ser importante ferramenta no enfrentamento da crise ambiental. Ainda que quem produza cultura soubesse empiricamente que diferentes formas de cultura gerassem transformação em pessoas, esta é a primeira vez que a ciência comprova que a cultura pode catalisar transformações.

Mas há um grande desafio pela frente. É preciso refletir sobre como diferentes setores culturais, como arte contemporânea e outras manifestações artísticas, podem contribuir para que diferentes audiências entendam a urgência de conservarmos nossa casa comum, e de que é preciso lutar contra negacionistas e a desinformação.

No Brasil há casos pontuais que promovem a sinergia arte-ciência pelo o bem-estar comum, como museus de ciência ou exposições de curta duração que cumprem o papel de provocadores e divulgadores científicos. Mas por estarem em grandes centros urbanos, ficam longe de parte considerável da população, que permanece sem acesso a maior oferta de atividades culturais por falta de políticas públicas ou desinteresse da iniciativa privada.

Fazedores de cultura têm um papel político em relação à discussão da mudança climática e não podem silenciar diante deste desafio global. Ao citar o papel de museus em relação a emergências sociais, Maria Vlachou, autora do livro “O que temos a ver com isso? O papel político das organizações culturais” ressalta

que essas instituições são “ferramentas de poder que decidem o que deve ser lembrado e o que pode ser silenciado”, e que isto é sentido e compreendido por muitos cidadãos, “tendo um impacto decisivo na natureza” (Editora Tigre de Papel, 2022).

Para Jorge Melguizo, ex-secretário de cultura de Medellín, cidade na Colômbia que reduziu os índices de criminalidade graças ao aumento de investimentos na Cultura, a adoção de ações culturais para mitigação de impactos ambientais pode ser instrumento de desenvolvimento social e econômico – assim como foi com o combate à violência urbana.

Em entrevista à pesquisadora de economia criativa Cláudia Leitão para o livro “Criatividade e emancipação nas comunidades-rede” (Editora Martins Fontes, 2023), Melguizo afirma que “a cultura e o meio ambiente são as principais riquezas do Brasil e da América Latina, e que ainda não entendemos o valor de ambas as riquezas”. “O que aconteceria se decidíssemos formular planos de desenvolvimento de nossos países com base nessas duas enormes riquezas?”, provoca o colombiano.

Criar oportunidades de discussão sobre a mudança climática por meio da cultura é um desafio da contemporaneidade. Precisamos agir diante da emergência climática, que traz impactos graves à biodiversidade e à saúde da população como resultado da ação humana descontrolada.

A cultura pode ser, portanto, instrumento de promoção de narrativas poderosas, que promovem uma transformação da sociedade pela empatia, fomentem a criação de novos hábitos de consumo e desenvolvam soluções criativas para um mundo mais sustentável e menos desigual.

Curador de exposições, gestor cultural e jornalista com experiência em redações brasileiras. Desenvolve projetos nacionais e internacionais que usam a cultura, tecnologia e design no engajamento sobre os impactos do clima. Foi curador-assistente e editor artístico do Museu do Amanhã. Mestre em Gestão da Economia Criativa, bolsista do Chevening Clore Fellowship (GB), programa de desenvolvimento de líderes emergentes em economia criativa, artes e cultura, finalista do Prêmio Jabuti (2018). Concebeu por dois anos o Brazil Climate Action Hub, pavilhão da sociedade civil na Conferência da ONU sobre clima.



ECONOMIA CRIATIVA



Nesta seção, vamos falar sobre o conceito de economia criativa, apresentar tendências para o setor e recomendações para a promoção de uma economia criativa inclusiva e sustentável no Brasil. Iniciamos a seção apresentando definições de economia criativa e apresentamos dados sobre a economia criativa brasileira, com o objetivo de contextualizar o setor no Brasil. Em seguida, apresentamos as principais tendências, focando em um conjunto de quatro transformações digitais: a inteligência artificial (IA), a realidade aumentada e virtual, a economia de plataforma e o *blockchain*. Por fim, apresentamos recomendações para impulsionar uma economia criativa inclusiva e sustentável, destacando exemplos de intervenções adotadas por outros países.

A economia criativa inclui as atividades nas quais a criatividade e o capital intelectual são a matéria-prima para criar, produzir e distribuir bens e serviços. Conceitualmente, a economia criativa pode ser descrita como o conjunto de atividades nas quais a criatividade e o capital intelectual são a matéria-prima para a criação, produção e distribuição de bens e serviços (HOWKINS, 2001). Já a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) define a economia criativa como um conceito em evolução baseado em ativos criativos que potencialmente geram crescimento e desenvolvimento econômico, focando em quatro dimensões: científica, tecnológica, cultural e econômica (UNCTAD, 2010). O setor cultural e de indústrias criativas corresponde a 3,1% do PIB global e a 6,2% dos empregos no mundo e apresenta tendência e potencial de crescimento, mas ainda é um setor da economia amplamente vulnerável e pouco estruturado (UNESCO, 2022b).

Organizações e autores podem ter diferentes visões sobre a definição de economia criativa, organizando setores e atividades de maneira diferenciada. Assim, é possível que existam dados contrastantes a depender do recorte adotado. Para mencionar alguns exemplos de definições brasileiras, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (IBGE/CNAE, 2020), na seção de “artes, Cultura, esporte e recreação” há diferentes atividades relacionadas, como artísticas, criativas e de espetáculos e atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental. Diferentes formas de agrupamento de setores e atividades criativas aparecem ao longo do texto. No entanto, destacamos a definição da Secretaria de Economia Criativa (SEC) do Ministério da Cultura, criada em 2011 e extinta em 2015, que pela primeira vez trouxe a narrativa da economia criativa no nível do governo federal brasileiro. A definição da SEC dividia os setores criativos em seis macrocategorias:

Figura 5 - Macrocategorias dos setores criativos

Setores criativos nucleares Macrocategorias	Atividades associadas
A. Patrimônio Natural e Cultural	<ul style="list-style-type: none"> ● Museu ● Locais históricos e sítios arqueológicos ● Paisagens culturais ● Patrimônio natural
B. Espetáculos e celebrações	<ul style="list-style-type: none"> ● Artes cênicas ● Festas e festivais ● Feiras
C. Artes visuais e plástica	<ul style="list-style-type: none"> ● Artesanatos ● Pintura ● Escultura ● Fotografia
D. Livros e periódicos	<ul style="list-style-type: none"> ● Livros ● Jornais e revistas ● Outros materiais impressos ● Bibliotecas (inclusive virtuais) ● Feiras do livro
E. Audiovisual e mídias interativas	<ul style="list-style-type: none"> ● Cinema e vídeo ● Televisão e rádio (incluindo a Internet) ● Internet podcasting ● Videogames (incluindo on-line)
F. Design e serviços criativos	<ul style="list-style-type: none"> ● Design de moda ● Design gráfico ● Design de interiores ● Paisagismo ● Serviços de arquitetura ● Serviços publicitários

Fonte: FLEMING, 2018, p. 11

De acordo com a abordagem da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), a economia criativa envolve quatro conjuntos de atividades, sendo elas consumo, Cultura, mídias e tecnologia (FGV, 2020a). Segundo essa abordagem, o Brasil conta com 935 mil profissionais criativos formalmente empregados, o que equivale a 70% de toda a mão de obra que atua na indústria metal mecânica brasileira. Consumo e Tecnologia representam mais de 85% dos vínculos empregatícios. São Paulo e Rio de Janeiro foram os estados mais representativos no mercado de trabalho criativo em 2020, com 50,9% dos empregos (FIRJAN, 2021). A partir da definição da Firjan, o fluxograma abaixo organiza a cadeia da indústria criativa no Brasil:

Figura 6 - Fluxograma da cadeia da indústria criativa no Brasil



Alguns dos dados recentes sobre a economia criativa brasileira ajudam a compreender o cenário:

Ocupação e atividade produtiva no setor cultural (IBGE, 2021):

- Em 2019, 338,7 mil organizações atuaram em atividades do setor cultural, representando 6,5% das organizações formais do país.
- As organizações atuantes do setor ocuparam 2 milhões de pessoas, sendo 1,6 milhões assalariadas, ou seja 3,4% da população assalariada do Brasil.
- A taxa de sobrevivência das organizações, nascidas entre 2008 e 2014, foi de apenas 38,5% no quinto ano de vida.
- O rendimento médio mensal das pessoas ocupadas em atividades culturais foi estimado em R\$2564,00 em 2014 e de R\$2392,00 em 2019, o que significa uma redução de 6,7% (considerando a inflação). Em 2020 houve uma pequena recuperação, com um aumento de 3,6%.
- De um modo geral as mulheres foram pior remuneradas em relação aos homens. Enquanto eles receberam, em média, R\$4139,00 ao mês em 2019, e as mulheres R\$2910,00.
- Em 2019, a maior concentração de unidades do setor cultural era no estado do Rio de Janeiro (8%) e o estado com menor concentração foi o Piauí (4,3%). Deve-se destacar que em uma década (2009–2019) estes percentuais caíram em quase todas as Unidades da Federação, com exceção do Ceará que aumentou a concentração em 0,2% e Piauí que se manteve estável.
- Entre as Unidades Federativas, em 2020, as que apresentaram o maior percentual de pessoas atuando no setor cultural foram: São Paulo (7,5%), Rio de Janeiro (7%) e Rio Grande do Norte (6,7%). Enquanto as que apresentaram as menores taxas foram: Rondônia, Roraima e Amapá, com 3,1%, seguidas do Acre (2,8%) e do Tocantins (2,7%).
- A participação feminina no setor cultural aumentou em 3,1 pontos percentuais desde 2014, atingindo 49,5% de pessoas ocupadas em 2020.
- Entre 2014 e 2020 foi possível observar que os trabalhadores do setor cultural apresentavam nível de instrução mais elevado (30,9%) em relação aos ocupados do mercado de trabalho em geral (22,6%).
- Os três domínios do setor cultural em que as mulheres predominaram foram: Educação e capacitação (68,4%), Artes visuais e artesanato (64,2%) e Livro e imprensa (53,2%). Os homens estiveram mais presentes em Mídias audiovisuais e interativas (63,2%), Equipamentos e materiais de apoio (62,2%) e Apresentações artísticas e celebrações (57,4%).
- A participação de pessoas pretas e pardas no setor cultural, em 2020, era de 43,8%, quando historicamente costuma ser de 53,5%.
- O percentual de trabalhadores por conta própria, que é a principal categoria de ocupados do setor cultural, atingiu o percentual de 41,6% em 2020. Havia 37,7% de pessoas empregadas no setor privado¹⁴ relacionado à Cultura com carteira assinada e 11,3% sem carteira.

14. Processo participativo organizado pelo Ministério da Cultura periodicamente com presença de conselhos e gestoras(es) de Cultura de várias partes do país.

► Orquestra Filarmônica de Minas Gerais
na Sala Minas Gerais.
FOTO cedida por Rafael Motta e pelo
Instituto Cultural Filarmônica





CULTURA, PERIFERIA E NEGÓCIOS, IMPACTOS QUE CAUSAM TRANSFORMAÇÕES DE DENTRO PRA FORA

DJ Bola

A música me mostrou a cultura Hip Hop, cultura que me foguei, mostrou vários caminhos possíveis de encarar a realidade que vivo em vários sentidos e aspectos, sejam sociais, econômicos, interpessoal e coletivo, desde que me conheço e me reconheço como indivíduo, a cultura foi a base da busca por outros conhecimentos, curiosidades e conexão interior. Eu, um jovem de periferia, acima do peso, sem habilidades esportivas, sem tecnologia digital, sem dinheiro e nem comunicação moderna, só me reconheci como indivíduo único, por conta da cultura Hip Hop, que chegou até mim, e fez com que eu olhasse pra mim como potência, não sabia ao certo que tipo de potência seria, mas ali sabia que seria somente eu. Isso em um contexto social, geográfico e sem acesso, incomparável ao que é hoje.

Para mim a cultura tem proporções que vão além do entretenimento, existem diversos negócios na cultura que vem causando impacto, no sentido do impacto de romper o ciclo da pobreza, ao mesmo tempo

que geram empregos, criam novas personalidades e referências das quebradas. A base da pirâmide é a quem mais sente a realidade pela falta de emprego e a falta de fomento ao desenvolvimento de negócios da cultura e do mercado da música que vem da periferia, temos um histórico de acessos precários a equipamentos públicos e a não valorização da cultura que vem da periferia, muitas das vezes invisibilizados, desacreditados, desvalorizados, estereotipados, muita das vezes não botam fé no nosso negócio, tão pouco dão valor na cadeia de desenvolvimento e fornecedores envolvidos nas entregas.

Existe um mercado gigantesco com oportunidades de geração de emprego, renda e novos empreendimentos, porém são pouco os espaços que possibilitam aprofundar conhecimentos do mercado da música e cultura que vem da periferia, existe os termos jovem “nem, nem” que nem trabalha e nem estuda, também o “sem, sem” sem oportunidade e sem acesso. A grande pergunta é, quem está olhando para as vocações



Conhecido como DJ Bola A Banca, é pai de 3 filhos, DJ turntablism, produtor musical e cultural, empresário e empreendedor social de impacto, cofundador da Associação A Banca e A Banca Negócios de Impacto da Periferia - ABNIP. A Banca nasceu como um movimento cultural juvenil em 1999 no Distrito do Jardim Ingela (SP), época em que era o lugar mais violento do mundo, segundo a ONU. Em 2008 passou a ter o título de OSCIP e o certificado de Instituição Cultural reconhecida pelo Governo do Estado de São Paulo e Secretaria de Cultura e de Economia Criativa. DJ Bola também é cofundador da ANIP - Articuladora de Negócios de Impacto da Periferia juntamente com Artemisia e Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios da Fundação Getúlio Vargas.

dos jovens para além do trabalho formal? Existem algumas iniciativas voltadas para a empregabilidade e educação que é essencial, mas e os outros jovens que querem viver da cultura e da música, nesse mercado que é tão promissor que movimenta um PIB de 3.6B na economia do país? E voltado especialmente para os jovens da periferia? São poucas as ações com esse cuidado e viés.

As leis de incentivo fiscal como Rouanet, ICMS entre outras, deveriam ser uma garantia de manter projetos culturais e o fomento da cultura nas periferias do Brasil, ainda se mantém o dinheiro carimbado de incentivo fiscal centralizado para aqueles que tem mais rede, mais influência, mais visibilidade nos meios de comunicação, são esses que acessam a maioria dos recursos destinados a cultura, investimento social privado e filantropia, é necessário abrir um diálogo e direcionar de forma intencional os recursos para cultura que vem da periferia, por longo prazo seguido de estratégia e várias mãos e corações tramando juntos.

Para que haja mudança é necessário discutir o papel da cultura na sociedade como um todo, por exemplo: desde o ensino nas escolas, ter e valorizar a cultura como negócio, estilo de vida e opção política; as fundações e institutos, poderiam destinar parte do dinheiro de investimento social privado para manter polos de fomento a cultura das periferias com investimento direto, isso por longo prazo; estabelecer alianças de impacto da periferia com famílias ricas, podendo criar mini fundos e/ou mini endowment a fim de garantir a perenidade contemporânea das culturas em seus devidos territórios; dar visibilidade aos fazedores de cultura, promovendo uma aliança de utilização das culturas de forma justa e equilibrada e respeitosa contratando os seus serviços e produtos desses empreendedores;

Para nós, na A Banca, ir buscar, estudar, empreender, compartilhar, cruzar as pontes são caminhos para garantir nossa luta, sobrevivência e continuar fomentando a cultura como negócios que causam impacto de dentro pra fora nas periferias.

A pandemia de COVID-19 impactou o setor da economia criativa, impedindo ou interrompendo o trabalho na maioria das ocupações culturais e criativas. De acordo com estimativas internacionais, o valor agregado bruto global nas indústrias culturais e criativas foi reduzido em US\$750 bilhões em 2020 e pelo menos 10 milhões de empregos foram perdidos. Nos países para os quais há dados disponíveis, a receita das indústrias culturais e criativas diminuiu entre 20% e 40% em 2020, e as indústrias culturais e criativas geralmente tiveram um desempenho pior do que suas economias nacionais, sofrendo mais danos do que em qualquer crise anterior (BOP Consultoria, 2021). O colapso do emprego e da renda seguiu-se à queda do financiamento público e ao aumento da precarização dos trabalhadores do setor. Para contornar as limitações implicadas pela pandemia, a digitalização foi uma das principais estratégias, tornando-se central para a criação, produção, distribuição e acesso a expressões culturais. Entretanto, questões críticas surgiram devido à digitalização acelerada do setor, como aquelas relacionadas a modelos de monetização que fornecem remuneração injusta para criadores e acesso desigual (UNESCO, 2022b).



Impacto da pandemia no cenário cultural:

- Se intensificou o processo de digitalização do setor cultural durante a pandemia. As medidas de isolamento revelaram possibilidades de redefinição do trabalho cultural, como o teletrabalho, e de difusão de bens simbólicos, o que trouxe consequências como redução de custos (e possíveis demissões), mas também mostrou os potenciais de produção de circulação desses bens. (GOES et al, 2020)
- O setor cultural foi um dos mais afetados pela pandemia de Covid-19 e, também por isso, no final de 2020 foi publicada a Lei Aldir Blanc, que prevê auxílio financeiro para trabalhadores e organizações do setor. (GOES et al, 2022)
- 48,8% dos agentes culturais perdeu 100% da sua receita entre maio e julho de 2020. Os profissionais mais afetados foram os que trabalham com circo (77%), casas de espetáculo (73%) e teatro (70%). (PELLEGRINI, 2020)
- Os setores de atividades artesanais; cinema, música, fotografia, rádio e tv; editorial; e artes cênicas e artes visuais foram afetados em proporções elevadas (ITAÚ CULTURAL, 2020)
- Entre o primeiro e o segundo trimestre de 2020 houve uma forte retração na ocupação cultural, que atingiu mais fortemente os trabalhadores informais, caindo 15,3%. (GOES et al, 2020)
- Em 2020 eram 4,8 milhões de pessoas ocupadas no setor cultural (5,6% do total), o que representou uma queda de 11,2% em relação a 2019, quando o setor ocupava 5,5 milhões de pessoas. (IBGE, 2021) No segundo trimestre de 2021, o setor cultural brasileiro era responsável por 5,7% dos vínculos de trabalho. (GOES et al, 2022)
- Entre 2019 e 2020 houve uma queda significativa na participação de pessoas pretas e pardas no setor cultural, assim como em todos os setores, tendo sido as mais afetadas pela pandemia. (IBGE, 2021)
- Em 2020 as categorias mais associadas com a informalidade perderam participação relativa na ocupação, especialmente no setor cultural. A pandemia destruiu mais empregos informais do que formais. (IBGE, 2021)

◀ A Folia Três Reis do Oriente (Folia dos Marinheiros) nas ruas de Piabetá, Magé (RJ) durante o dia de São Sebastião. 2023.
FOTO Ratão Diniz

Orientações para as respostas do setor da economia criativa à pandemia

A UNESCO (2022) formulou um conjunto de orientações para políticas públicas de apoio ao setor cultural em resposta à emergência da pandemia, com base nas reivindicações de milhares de trabalhadores e trabalhadoras do setor cultural. O guia formulado pela UNESCO foi estruturado em três eixos:

- (I) apoio direto a artistas e trabalhadores/es da cultura;
- (II) apoio ao setor cultural e à indústria criativa; e
- (III) fortalecimento da competitividade das indústrias criativas e de cultura.

O **apoio direto a artistas e profissionais da Cultura** foi organizado em torno de quatro práticas:

- (1) benefícios sociais;
- (2) comissionamento e compra de trabalhos artísticos;
- (3) compensações para a perda de renda; e
- (4) programas de desenvolvimento de novas habilidades.

Já o **apoio ao setor cultural e às indústrias criativas** foi estruturado em sete práticas:

- (1) pagamento rápido de apoio e subsídios;
- (2) suspensão temporária de obrigações regulatórias;
- (3) compensação para perdas de receita em negócios do setor;
- (4) alívio e isenção fiscal;
- (5) estimulação de demanda;
- (6) crédito facilitado; e
- (7) fortalecimento de infraestrutura.

Por fim, o **fortalecimento da competitividade das indústrias criativas** foi organizado em quatro práticas:

- (1) levantamentos de necessidades e viabilidade realizados de forma participativa;
- (2) adaptação de modelos de negócios;
- (3) promoção de conteúdo nacional; e
- (4) incentivos fiscais para investimento estrangeiro.

Todas as recomendações apresentaram como eixos transversais a importância de mecanismos participativos de tomada de decisão sobre as políticas de Cultura e sobre a importância da promoção de equidade de gênero em todas as ações.

A participação do PIB Criativo no total do PIB brasileiro passou de 2,61% em 2017 para 2,91% em 2020, totalizando R\$ 217,4 bilhões. Esse crescimento foi puxado pelas áreas de Tecnologia e Consumo (VAHDAT et al, 2020). O valor é comparável à produção total do setor de construção civil e superior à produção total do setor de extrativo mineral. O número de profissionais do setor cresceu 11,7% de 2017 a 2020 no Brasil.

A pandemia impactou mais severamente as áreas de publicidade e mídia impressa, em que a maior parte da força de trabalho é informal (FGV, 2020b). Segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas com profissionais do setor na cidade de São Paulo (FGV, 2020a), cerca de 50% dos entrevistados tiveram projetos suspensos e 42% alegaram que os projetos foram cancelados devido à pandemia. Além disso, 38% disseram ter perdido patrocínios. A pesquisa também indica que houve uma aceleração da experimentação de novos formatos, como *lives* em redes sociais, eventos *online* e o uso de plataformas de *streaming* (que não oferecem as mesmas possibilidades de monetização que os eventos presenciais). No entanto, algumas atividades não conseguem fazer uma transição simples para as plataformas digitais, como é o caso da “publicidade e mídia impressa” e das “artes dramáticas”. Atividades como *software* e games, por outro lado, encontraram espaço para expansão (FGV, 2020b).

INFORMALIDADE NA ECONOMIA CRIATIVA

Cerca de 70% dos trabalhadores da economia criativa no Brasil se inseriam na categoria de trabalhadores informais no 3º trimestre de 2022 (IBGE, 2022). Comparando com o mesmo período de 2021, os empregos informais cresceram 7% na economia criativa, enquanto o crescimento foi de 4% na economia como um todo. Entre o terceiro trimestre de 2021 e o terceiro trimestre de 2022 foram criados 181,5 mil postos de trabalho informais na economia criativa (IBGE, 2022; ITAÚ CULTURAL, 2021).

O estudo “Retrato do trabalho informal no Brasil - desafios e caminhos de solução”, idealizado e financiado pela Fundação Arymax e pela B3 Social e realizado pelo Instituto Veredas (VAHDAT et al., 2022), identificou alguns caminhos para aprimorar a inclusão produtiva das pessoas que se encontram na informalidade. Algumas das recomendações do estudo podem ser úteis para o enfrentamento da informalidade na economia criativa, mas é fundamental ressaltar a existência de uma grande heterogeneidade na informalidade, o que torna necessário o estabelecimento de uma relação entre diferentes públicos-alvo e as medidas que podem apoiá-los nos desafios que enfrentam. Em um nível mais geral, sem identificação de públicos-alvo específicos, destacamos as seguintes recomendações:

- Reduzir as vulnerabilidades nos territórios onde as pessoas vivem;
- Garantir o apoio necessário para que a jornada de inserção no mundo do trabalho possa ser percorrida (como a partir de programas de garantia de renda e atenção à transição escola-trabalho);
- Estimular a ampliação das oportunidades de trabalho, uma vez que sem novas oportunidades de emprego formal há pouco que pode ser feito para inserir pessoas na formalidade;
- Fomentar espaços de diálogo social, que têm o potencial de melhorar as condições de trabalho;
- Incentivar a criação de cooperativas e associações de profissionais da economia criativa, que possam compartilhar recursos e conhecimentos e promover a formalização do trabalho;
- Democratizar o crédito e ajustar programas de acesso a recursos financeiros, adaptando programas de financiamento à realidade dos negócios informais, apoiando-se em formas alternativas de garantias e em esquemas de pagamento que reduzam os riscos para os empreendedores criativos;
- Ampliar o acesso a bens de capital e tecnologias;
- Expandir os programas de capacitação e assessoria especializada, preparando os profissionais para enfrentar os desafios do mercado e também para lidar com as transformações em curso e com questões legais e burocráticas.

▼ Produção de rabecas durante a Semana do Fandango, realizada pelo C de Cultura em parceria com Mestres Fandangueiros
FOTO C de Cultura



No Brasil, ainda não existem condições adequadas que permitam uma abordagem sólida e informada por evidências para as políticas relacionadas à economia criativa (FLEMING, 2018). É essencial consolidar o levantamento e a análise de dados para mensurar a economia criativa e permitir o acompanhamento e a avaliação contínua do setor, de modo a viabilizar seu desenvolvimento. Além disso, outras barreiras significativas precisam ser abordadas para garantir processos resilientes, informados por evidências, transparentes e participativos, além de fortalecer os sistemas de governança para a cultura. Entre as barreiras, destacam-se (UNESCO, 2022b; FLEMING, 2018; SEBRAE/RJ, 2012):

- i) Subvalorização das profissões criativas, que não são reconhecidas como um setor de realizações e progresso por muitas comunidades.
- ii) Tendência de redução do investimento público na Cultura e dificuldade no acesso a financiamentos.

iii) Falta de integração entre empreendedorismo e criatividade. Não há integração suficiente entre educação formal e a oferta de competências, desde o ensino fundamental até o ensino superior.

iv) Falta de formalização dos setores criativos como um todo, com baixos níveis de registro formal.

v) Baixos níveis de networking entre micro médias e pequenas empresas e as empresas maiores.

vi) Falta de estruturas regulatórias para lidar com os desafios digitais e de um marco regulatório apropriado para as atividades da economia criativa.

vii) Falta de informações e dados que representem a economia criativa na sua complexidade.

viii) Falta de orientação e articulação de políticas públicas que incentivem e fortaleçam empreendimentos e atividades criativas.

Com a combinação correta de intervenções informadas por evidências, atividades direcionadas, apoio coordenado e um ambiente de investimento, o Brasil tem o potencial para desenvolver e expandir o setor da economia criativa (FLEMING, 2018).



◀ Instrumentos musicais dos mestres durante Semana do Fandango realizada pelo C de Cultura em parceria com Mestres Fandangueiros
FOTO C de Cultura

TENDÊNCIAS E OPORTUNIDADES PARA A ECONOMIA CRIATIVA NO BRASIL

As tecnologias digitais têm promovido um efeito disruptivo no setor da economia criativa (WEF, 2018). A transformação digital, acelerada pela pandemia de covid-19, altera o panorama de trabalho na economia criativa. Esse processo disruptivo em curso exige rápida adequação e atualização de conhecimento e competências (FIRJAN, 2022). A inteligência artificial (IA), a realidade aumentada e virtual, a economia de plataforma e o *blockchain* se destacam como principais tecnologias digitais disruptivas no setor. Como essas tecnologias são relativamente novas e estão passando por transformações e aprimoramentos, ainda não é claro o seu impacto no setor, mas muitos desafios e oportunidades têm sido atribuídos a elas a partir da experiência até aqui acumulada e prospecções futuras. Abaixo discutimos um pouco cada uma das quatro tecnologias digitais acima mencionadas e seus efeitos para a economia criativa.

A IA está permitindo novas formas de criatividade e inovação, melhorando a eficiência e eficácia e permitindo a proteção e gestão da propriedade intelectual. No entanto, há preocupações sobre o potencial deslocamento da criatividade humana e o impacto da IA nos empregos do setor criativo (WEF, 2018). A IA ajuda os criadores a combinar o conteúdo com o público de maneira mais eficaz, aprendendo e classificando as preferências dos usuários, permitindo que os provedores recomendem conteúdo especificamente personalizado (ANANTRASIRICHAI, BULL, 2022). A IA está sendo usada para criar conteúdo em indústrias criativas, incluindo música, arte, moda e cinema. Da mesma forma, pode ajudar na produção executando tarefas que são muito difíceis ou demoradas para os humanos (GLAVEANU, NESS, DE SAINT LAURENT, 2020). Além disso, pode ajudar a detectar e prevenir a violação de direitos autorais e a pirataria (ANANTRASIRICHAI, BULL, 2022).

IMPACTOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) NA ECONOMIA CRIATIVA E EXEMPLOS DO USO DE IA NO BRASIL

A IA está impactando significativamente o setor da economia criativa e, com o avanço dessa tecnologia, algumas preocupações éticas e questões de segurança devem ser consideradas (KOTIS, 2021; THE ECONOMIST, 2021¹⁵):

- A IA deve se tornar simbiótica com os humanos, não substituí-los. Para garantir que as pessoas continuem a ter um papel ativo na economia criativa é importante desenvolver sistemas de IA que trabalhem em colaboração com humanos. É importante também que se reconheça que a IA não possui emoções ou sentimentos, portanto sua capacidade de atuar na economia criativa não poderá substituir a atuação humana;
- Devem-se garantir os direitos autorais humanos. Não está claro como os proprietários de direitos autorais humanos serão compensados em domínios em que a IA gera produtos ou como os criadores serão protegidos de reproduções de suas criações pela IA. Também não está claro como reconhecer direitos autorais não-humanos e se isso poderia ter implicações comerciais;
- É fundamental que sejam desenvolvidas diretrizes para uma política de dados responsável, sobre quais dados são coletados, como são usados e compartilhados. Assim busca-se garantir a privacidade e a segurança das informações;
- É importante que os sistemas de IA sejam projetados e aperfeiçoados levando em conta a diversidade, a inclusão e a privacidade, bem como as possíveis consequências negativas que podem surgir. Desse modo busca-se evitar situações como a reprodução ou ampliação de preconceitos e discriminações presentes na sociedade.

Ainda não existem pesquisas suficientes que se dediquem de forma específica às questões relacionadas à intersecção entre a inteligência artificial e a cultura. Ademais, poucos países da América Latina e Caribe apresentam estratégias orientadas ao desenvolvimento de IA, ainda que a tecnologia já esteja se disseminando com velocidade pela região (SANTAELLA, 2021). Abaixo apresentamos exemplos do uso da inteligência artificial na Cultura brasileira:

Figura 7 - Inteligência artificial e economia criativa

IA na criação artística

Emprego de sistemas de IA na criação e na produção de obras artísticas, por meio da utilização de aprendizagem de máquina, algoritmos e redes neurais para a classificação, o arquivamento e o processamento de documentos e imagens a partir de bancos de dados institucionais, imagens de mídias sociais, buscas textuais na Internet etc.

EXEMPLOS:

- **Outra 33 Bienal de São Paulo**, de Bruno Moreschi (Brasil, 2018).
- **Culturas Degenerativas**, de Cesar Baio e Lucy HG Solomon (Brasil, 2018).
- **Calendário Dissidente**, de Didiana Prata (Brasil, 2019).
- **Sentimento da virada**, de Marília Pasculli e André Gola (Brasil, 2021).
- **GAIA** (Grupo de Artes e IA)

IA na mediação em museus e instituições culturais

Adoção de assistentes virtuais e plataformas cognitivas na visitação presencial a museus e instituições culturais, permitindo ao público interagir com as obras por meio de áudio ou vídeo. Adoção de IA também em obras interativas que reagem à presença dos visitantes mediante estímulos visuais ou inputs de plataformas digitais, como as redes sociais.

EXEMPLOS:

- **A Voz da Arte**: parceria entre IBM Watson e Pinacoteca do Estado de São Paulo (São Paulo/Brasil, 2017).
- **Café com Santiagos**: parceria entre IBM Watson e Itaú Cultural-SP (São Paulo/Brasil, 2017).
- **IRIS**: Parceria entre IBM Watson e Museu do Amanhã (Rio de Janeiro/Brasil).
- **Museum of Me – Um mergulho em sua alma digital**: Centro Cultural Banco do Brasil (Brasil, 2019).
- **ToTa Machine**: Museo de Arte Sacra de São Paulo (São Paulo/Brasil, 2020)

15. Disponível em: https://www.economist.com/films/2021/04/07/how-ai-is-transforming-the-creative-industries?utm_medium=cpc.adword.pd&utm_source=google&ppccampaignID=19495686130&ppcadID=&utm_campaign=a.22brand_pmax&utm_content=conversion.direct-response.anonymous&gclid=CjwKCAjw586hBhBrEiwAQYEnHTbB_hwlGREFsFKQ2MpvZX4C4LDWjClZwnUq4VPHnNT_7aTYFrzAxRoCcMQQAvD_BwE&gclid=aw.ds

IA na organização e disponibilização de acervos digitais

Indexação de objetos e itens de acervos por meio de IA e refinamento de buscas com a utilização de software para cruzamento de dados do catálogo. Criação de aplicações e plataformas para registro, preservação, catalogação e disponibilização de material audiovisual. Adoção de chatbots no atendimento virtual em bibliotecas, para respostas a perguntas frequentes e fornecimento de informações institucionais.

EXEMPLOS:

- **Acervo de fotos do jornal Folha de São Paulo:** parceria com Google (Brasil).
- **Centro de Recursos de Aprendizagem e Investigação (CRAI),** Biblioteca da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo (Brasil).
- **Bia, assistente virtual de las bibliotecas PUC RJ** (Brasil)
- **Lívia, assistente virtual de la Biblioteca del Campus de la UFC** (Brasil).

IA na gestão cultural

Utilização de data science e IA para apoiar o acompanhamento e a prestação de contas de projetos culturais.

EXEMPLOS:

- **SALIC-ML:** parceria da Universidade de Brasília e do Ministério da Cultura (Brasil).

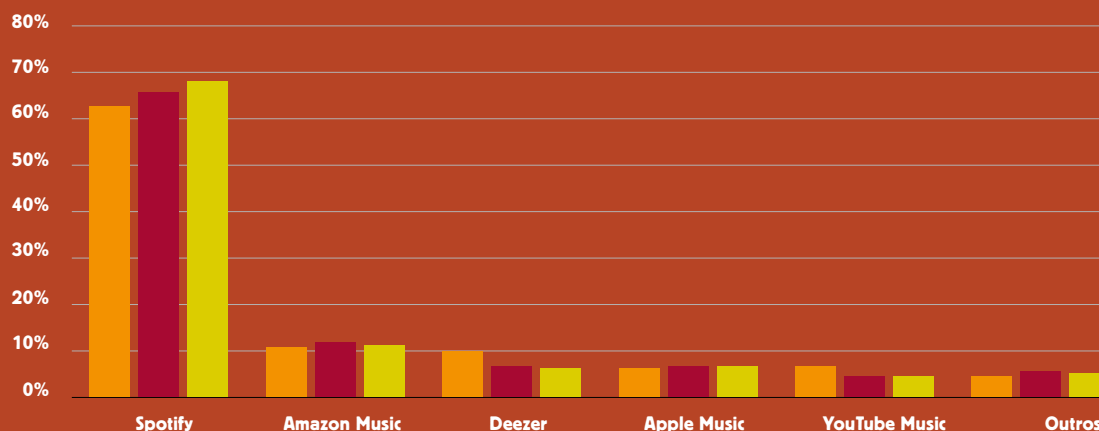
A realidade aumentada e virtual pode permitir novas formas de *storytelling*, aprimorando treinamento e simulação, transformando jogos, melhorando a arquitetura e a visualização de design e criando novas formas de turismo e experiências de entretenimento (HALL, TAKAHASHI, 2017; JEAN-BAPTISTE, 2021). Esse tipo de tecnologia imersiva pode alterar drasticamente a experiência de consumo de conteúdo, já que tem a capacidade de promover sentimentos, habilidades e compreensão novos e significativos (SANTOSO, FIANTO, 2022). Há potencial de desenvolvimento dessa tecnologia, uma vez que o público está gastando uma quantidade cada vez maior de seu tempo de lazer usando dispositivos baseados em tela. Dado que a tecnologia imersiva tem o potencial de ser mais envolvente e capturar dados pessoais mais íntimos dos usuários, há riscos de que os incentivos comerciais para o desenvolvimento de mídia imersiva possam ser contrários às práticas que protegem a privacidade dos usuários (FENG et al., 2021).

A economia criativa e a economia de plataforma estão convergindo, redefinindo o relacionamento entre criadores, editores e empresas de tecnologia e introduzindo desafios de governança (GILL, PRATT, VIRANI, 2019). A economia de plataforma refere-se à criação e à operação de plataformas digitais que conectam compradores e vendedores, produtores e consumidores e prestadores de serviços e clientes (CHOLLISNI, 2022). As plataformas têm um grande impacto na maneira como o conteúdo é descoberto pelo público e na ampliação de mercados para a economia criativa (LOOTS, 2022). Plataformas digitais, como mídias sociais, plataformas de comércio eletrônico e serviços de *streaming*, tornaram mais fácil para as empresas criativas distribuir e monetizar seus produtos e serviços (BERG, 2018). Contudo, apenas cinco empresas recebem quase 80% da receita global de publicidade móvel. Isso está redefinindo o relacionamento entre editores e plataformas. À medida que as plataformas se envolvem mais nas decisões editoriais (influenciando e decidindo que tipo de conteúdo é visto e por quê), a responsabilidade dos editores se move em direção às plataformas de tecnologia. As formas de governança dessa dinâmica ainda não estão suficientemente desenvolvidas (WEF, 2018).

ASSINANTES PREMIUM DE PLATAFORMAS DE STREAMING DE ÁUDIO SUPERARAM 20 MILHÕES NO BRASIL EM 2022

A Associação Brasileira de Música Independente (ABMI) elaborou um estudo sobre o panorama do mercado da música, identificando que em 2022 os assinantes *premium* de plataformas de *streaming* de áudio superaram 20 milhões no Brasil. O Spotify é líder, chegando a quase 70% de participação no mercado:

Figura 8 - Plataformas de Streaming no Brasil | Assinantes de streaming de música Brasil



Fonte: UBC, 2023.

Com a ampliação da participação dos *streamings* na economia criativa brasileira, há novas oportunidades, mas soluções diferenciadas devem ser oferecidas para atores e segmentos que podem ser impactados negativamente com essa expansão. Análise do mercado da música independente, por exemplo, aponta para queda na participação desse segmento no mercado brasileiro (ABMI, 2020).

Artistas vem se queixando em relação a baixa remuneração oferecida pelas plataformas de streaming. Uma empresa do Reino Unido fez um estudo chamado “Cante pelo seu jantar”¹⁶ no ano de 2019 em que fez um cálculo de quantas reproduções de músicas nas plataformas de streaming um artista precisa ter ao longo de um ano para receber o equivalente a um salário mínimo em diferentes países. O Brasil foi um destes países e o resultado foi de mais de 790 mil reproduções se a plataforma for o Spotify, uma das mais utilizadas no Brasil. (BROADBANDCHOICES, 2020) Para que seja possível manter a competitividade do mercado da música independente e a valorização de artistas é importante que sejam criadas políticas de proteção e preservação.

2020
2021
2022

16. “Sing for your Supper”
em tradução livre.

Embora a tecnologia *blockchain* seja uma promessa para a economia criativa, ainda requer mais desenvolvimento (WEF, 2018). *Blockchain* é um registro digital usado para registrar transações em muitos computadores, de forma que o registro não pode ser alterado retroativamente sem a alteração de todos os blocos subsequentes e o consenso da rede. As transações são validadas pelos participantes da rede por meio de criptografia e registradas no *blockchain* de maneira permanente (LOOTS, 2022). Na economia criativa o *blockchain* está entusiasmando muitos criadores devido ao seu potencial para mudar o controle que os artistas têm sobre seu trabalho, em particular remuneração, direitos de produção, monetização de terceiros e transferência de dados de trabalho criativo (CHEVET, 2017, TAKAHASHI, 2017). A tecnologia também tem o potencial de fornecer novas soluções em *crowdfunding* (DE FILIPPI, 2015; LOOTS, 2022). Essa pode ser uma oportunidade de financiamento para criadores que enfrentam dificuldade em acessar as opções de financiamento tradicionais. Entretanto, os custos de desenvolvimento da tecnologia podem ser altos demais para serem viáveis para aplicações criativas (O'DWYER, 2020).

A colaboração de várias partes interessadas é necessária para que a mudança seja eficaz. Há motivos para se entusiasmar com a adoção de tecnologias emergentes na economia criativa, mas é fundamental que os possíveis impactos negativos e riscos aos usuários sejam antecipados e considerados. Embora as tendências para o setor acima mencionadas possam, no momento, ainda estar um pouco distantes da realidade brasileira, especialmente devido aos elevados custos que podem envolver, existem muitas oportunidades a serem exploradas. Abaixo apresentamos algumas delas (FLEMING, 2018; MURILLO-AVIÑA, 2022):

- I) Unir setores a partir do apoio direcionado e investimento para fomentar o desenvolvimento de uma cadeia de valor horizontal e iniciativas agregadoras que incentivem a colaboração.
- II) Apresentar a proposta criativa brasileira para o mercado, demonstrando a oferta convergente, intermediando a colaboração internacional e otimizando novas oportunidades de mercado geradas – nacionalmente e almejando o mercado internacional.
- III) Coordenar as competências criativas e a oferta de apoio empresarial para incluir um modelo de entrega simplificado, que incentive a formalização mediante acesso a um programa de atividades profissionais e de desenvolvimento comercial.
- IV) Construir consciência nacional sobre a legitimidade da economia criativa brasileira por meio de campanhas públicas que celebrem o talento criativo, promovam modelos de atuação e otimizem associações com esporte, por exemplo.



▲ A Folia Três Reis do Oriente (Folia dos Marinheiros) recebe durante sua festa de arremate a Folia Estrela do Oriente Cambuci do Mestre Criolo. Plabetá, Magé/RJ. 2023. FOTO Ratão Diniz

v) Gerar massa crítica pela coordenação e administração de festivais e eventos, consolidando atividades e construindo habilidades.

vi) Direcionar o Carnaval, festivais e eventos para a inovação, como em música, design e tecnologia, não apenas focando na proteção de suas formas tradicionais.

vii) Coordenar e revigorar o panorama do investimento público e privado para aumentar o fluxo de negócios aos investimentos existentes.

viii) Construir capacidade digital como competência essencial para empreendedores criativos, além de investimento em arquitetura digital. Isto inclui foco em plataformas digitais móveis, como prioridade para nova geração de conteúdo.

ix) Otimizar grupos urbanos e rurais distintos para conectar agendas de desenvolvimento econômico, e promover coesão social, planejamento urbano, inovação e diversificação. A produção criativa deve estar no coração dos planejamentos estratégicos locais para a Cultura.

A FIRJAN (2022, p. 96) organizou, a partir de seus estudos, um resumo das melhores práticas de políticas públicas para a economia criativa em cinco dimensões:

1. Educação:

- Estimular o comportamento criativo e empreendedor desde a educação fundamental.
- Incorporar o estudo de Artes, Tecnologia, Design e Ciência da Computação na base curricular das escolas.
- Realizar projetos de capacitação profissional para a exportação de produtos e serviços criativos e a capacitação digital.
- Realizar projetos de capacitação cidadã para a população conhecer e acreditar na Cultura local como ferramenta de desenvolvimento e melhoria de qualidade de vida.
- Fomentar parcerias entre empresas, governo e instituições de ensino.

2. Governança:

- Fortalecer as instituições para a continuidade das ações e simplificação de processos.
- Constituição de organizações sociais para garantir a continuidade dos projetos.
- Articulação e coordenação de esforços.
- O planejamento que envolve os agentes públicos, privados, instituições de ensino e trabalhadores das áreas promovem a legitimidade e um compromisso comum.
- Decisões estratégicas pautadas por dados e resultados: Investir continuamente num sistema de informações atualizado e confiável para toda a cadeia criativa.

3. Sistema de Financiamento:

- Desenvolver projetos específicos para as diferentes áreas criativas.
- Investir nas instituições culturais para que possam usar mais a tecnologia para expandir o alcance e criar fontes de valor.
- Proteger a propriedade intelectual e criar condições para que os pequenos empreendedores tenham acesso à capacitação e orientação para esta questão.
- Fomentar a integração com os mercados internacionais e locais.

4. Infraestrutura:

- Proporcionar conforto, informação e serviços de qualidade, tanto para o cidadão quanto para o turista.
- Envolver os atores de interesse para garantir o comprometimento, a mobilização de recursos e a continuidade das ações.

5. Turismo:

- Desenvolver roteiros e circuitos para proporcionar experiências com a Cultura local.
- Ter uma agenda coordenada de eventos.
- Desenvolver a comunicação estratégica.
- Melhorar a experiência do visitante com a tecnologia.

COMO PROMOVER UMA ECONOMIA CRIATIVA INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL NO BRASIL

Promover uma economia criativa inclusiva e sustentável requer um compromisso com a diversidade, sustentabilidade, colaboração e práticas éticas. Ao adotar essas estratégias, as partes interessadas na economia criativa podem trabalhar juntas para criar um futuro mais igualitário, próspero e sustentável. No Brasil, produtores e empreendedores que atuam no mercado dos negócios criativos ainda precisam desenvolver algumas capacidades, como adquirir independência dos recursos do estado, profissionalizar a gestão e buscar a longevidade de seus negócios. Além disso, é fundamental que exista uma conscientização da sociedade sobre a importância da Cultura e do setor da economia criativa, gerando um entendimento público sobre a importância de políticas para o setor. O comprometimento do poder público é também imprescindível, sendo também força motriz na elaboração de uma agenda de políticas que seja informada por evidências e elaborada a partir de um olhar estratégico e sistêmico para a economia criativa. “O pleno desenvolvimento das indústrias criativas e culturais requer um conjunto de políticas articuladas, complementares entre si e que se reforcem mutuamente” (NIKO, ZENDRON, 2018).

É importante que se entenda a economia criativa como uma cadeia de valor, pois isso permite uma visão mais ampla e estratégica do setor, contribuindo para a promoção de políticas públicas e para a sua integração com outros setores da economia. A economia criativa é muito heterogênea e envolve diversas atividades. Ao compreender essa cadeia de valor, é possível identificar os desafios e as oportunidades de melhoria em cada etapa do processo, além de auxiliar no planejamento e na gestão das empresas e organizações que atuam no setor. Na economia criativa, os elos que compõem o sistema produtivo muitas vezes se sobrepõem e os ciclos de produção podem ser não lineares e concomitantes, se diferenciando de indústrias tradicionais (OLIVEIRA, 2016). É importante também a dimensão de apropriação do valor gerado na cadeia, em outras palavras, a distribuição justa ao longo da cadeia. Isso significa remunerar justamente os profissionais “invisíveis” que contribuem para o desenvolvimento da cadeia de valor (RANGEL, BASTOS, 2022). Compreender a cadeia de valor, as diversas atividades e atores envolvidos, é, então, chave para o desenvolvimento do setor.

Para promover uma economia criativa sustentável é necessário um esforço conjunto de diversos atores, setores e com especial destaque para o enfoque territorial. Existem diversas formas de promover uma economia criativa sustentável, um exemplo é o incentivo às atividades que já contribuem para o desenvolvimento sustentável, como moda sustentável, produção de alimentos orgânicos, turismo sustentável e arquitetura e design sustentáveis. Além disso, é fundamental capacitar os atores envolvidos na economia criativa e estimular a colaboração entre diferentes atividades e atores, com o intuito de

fomentar ações que contribuam para um futuro sustentável. É crucial investir em pesquisas e no desenvolvimento de tecnologias e práticas mais sustentáveis na produção e distribuição de bens e serviços criativos, reduzindo o impacto ambiental causado pela produção criativa. Ademais, a criação de polos criativos e a conexão entre eles podem ser excelentes ferramentas para fomentar o desenvolvimento sustentável local, permitindo a formação de redes e cadeias de produção, circulação, uso, troca de experiências e cooperação entre os envolvidos no cenário criativo (DE JESUS, 2017). Na construção desses polos é indicado fortalecer os *clusters* baseados nos talentos que já existem nos territórios, e o investimento deve dar atenção também à capacitação, não apenas infraestrutura (FIRJAN, 2022). A criação de marcas coletivas e regionalizadas pode fortalecer a economia criativa regional. Os selos de indicação de procedência e indicação geográfica contribuem para a inserção em mercados nacionais, mas podem também ser instrumentos de inserção em mercados internacionais.

O Brasil tem muito potencial para o desenvolvimento inclusivo e sustentável da economia criativa a partir do *soft power*¹⁷, especialmente no âmbito da economia verde. Existe um aspecto intangível do *soft power* que se expressa na vontade despertada no público de conhecer mais sobre determinado local, o que vai estimular um maior consumo de itens e estimular o turismo, isso tanto no nível nacional, entre diferentes territórios do país, como também no internacional, a partir da visibilidade da Cultura brasileira para outros países. Assim, o *soft power* tem sua força também nos territórios, cujas manifestações culturais são diversas e ricas. No âmbito da economia verde o Brasil tem grande potencial para o desenvolvimento desse aspecto do *soft power*, a partir da valorização da biodiversidade, dos saberes dos povos e comunidades tradicionais e um posicionamento do setor criativo como responsável social e ambientalmente (FIRJAN, 2022).

Existem iniciativas brasileiras em curso que buscam apoiar o desenvolvimento de uma economia criativa inclusiva e sustentável, mas ainda é preciso ampliar, aprimorar e coordenar as ações. O Sebrae é uma das instituições que buscam contribuir para a sustentabilidade e o fortalecimento dos negócios do setor da economia criativa, oferecendo cursos a distância e diversos conteúdos sobre economia criativa, com a prioridade nas seguintes atividades: arquitetura, expressões culturais (artesanato, arte popular e festa popular), artes visuais, audiovisual (cinema, televisão e publicidade), design, digital (games, aplicativos e startups), editoração, moda, música, comunicação (tv e rádio) (SEBRAE, 2023). Outra iniciativa importante é o Programa Cidades Sustentáveis, que busca apoiar e criar as condições para uma economia local dinâmica e criativa, assegurando o acesso ao emprego e desenvolvimento econômico sem prejudicar o meio ambiente (PCS, [s.d.]). Em outro exemplo, o Projeto LabVerde promove residência artística na Amazônia brasileira. A plataforma transdisciplinar foi criada em 2013 e une arte, Cultura e meio ambiente em uma imersão na floresta amazônica, promovendo o desenvolvimento de projetos criativos e sustentáveis (LABVERDE, [s.d.]).

17. Termo cunhado nos anos 1980 pelo cientista político Joseph Nye. Significa a habilidade de persuasão baseada na atração e não no uso da força ou pagamentos (FIRJAN, 2022).



ECONOMIA CRIATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Cláudia Leitão

Doutora em Sociologia pela Sorbonne (Paris V) e mestra em Direito pela USP. Foi Secretária da Cultura do Estado do Ceará e Economia Criativa do Ministério da Cultura. Dirigiu o Observatório de Fortaleza do IPLANFOR e foi presidente da Câmara Setorial de Economia Criativa na Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará - ADECE. É membro do Conselho Consultivo da Territórios Criativos, consultora associada do Instituto Alvorada Brasil e consultora ad hoc em Economia Criativa para a OMC e UNCTAD. Sócia do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento e da Tempo de Hermes Projetos Criativos. Professora do Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará.

Para enfrentarmos os desafios da formulação, implementação e monitoramento, enfim, da governança das políticas públicas para a Economia Criativa, é necessário definir princípios que fundamentem essa economia:

- **A economia criativa como economia da cidadania e da democracia:** Devemos compreender os significados da cidadania e da democracia, para além das abstrações jurídico-políticas propostas pela Modernidade, mas, sobretudo, a partir do retorno ao território, enquanto território usado, como nos propõe Milton Santos (1994). No território estão os recursos e as infraestruturas a serem administrados pelas comunidades para aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. O princípio de cidadania e da democracia, que fundamentam a economia criativa, norteiam esses usos e suas respectivas dinâmicas. Para a economia criativa, priorizar o *ethos* comunitário e seus usos do território é essencial ao desenvolvimento com envolvimento. Não se trata de perceber e mensurar a economia criativa de forma abstrata e desterritorializada, a partir da mera performance econômica dos setores criativos, mas, sobretudo, de compreendê-la pelos seus impactos no ‘tecer redes’ e ‘fazer comunidades’. A economia criativa também deve ser concebida como uma invenção da

cultura democrática (liberdades, garantias de direitos) e cidadã (solidariedade, participação, compartilhamento). Pela economia criativa, podemos retomar, reavivar e aprofundar os significados da cidadania e da democracia cultural: seja, enquanto afirmação de direitos e deveres do indivíduo face a outros indivíduos, seja de uma comunidade diante de outras comunidades, no que se refere aos usos responsáveis dos territórios, em favor da cidadania e da democracia. Políticas públicas para uma economia criativa cidadã e democrática seriam aquelas que garantem às comunidades criativas, aos artistas, e aos demais profissionais dos setores criativos, a capacidade de estabelecer objetivos, definir prioridades, controlar recursos e administrar infraestruturas para solucionar problemas, realizar desejos, aprendendo a ser, a conhecer, a fazer e a conviver, de forma a reforçar os valores de um desenvolvimento com envolvimento.

- **A economia criativa como economia da biodiversidade cultural e da tecnodiversidade:** É necessário retomar os significados de cultura como cultivo e o cuidado com a terra, que dá origem à palavra agricultura (CHAUI, 2009, p.21), para a ampliar seu protagonismo em uma nova agenda de desenvolvimento. As catástrofes naturais, o aquecimento global, o ressurgimento de pandemias, a vida insustentável nas cidades são sintomas de

um planeta doente, que demandam dos governos e das empresas um comprometimento menos retórico e mais efetivo com a sustentabilidade. O crescimento de movimentos sociais, em torno de causas ecológicas, também aponta para a urgência de uma política nacional para a biodiversidade cultural brasileira. O princípio da biodiversidade cultural amplia os significados da cultura, ao mesmo tempo em que aproxima a economia criativa da economia solidária, da bioeconomia, da economia circular, da economia verde, do comércio justo, do consumo responsável, ou seja, de valores substantivos, em torno da colaboração e do cuidado, essenciais ao desenvolvimento com envolvimento. A presença das ONGs e das lideranças comunitárias reforçam a importância do protagonismo juvenil, que transfigura cotidianamente saberes tradicionais em produtos culturais contemporâneos, a partir de novos modelos de negócio, em busca de alternativas sustentáveis do viver. Há, ainda, que se constatar o equívoco recorrente sobre o papel racional e unificador das tecnologias, consideradas um fim e não um meio de promoção da diversidade cultural. Sabemos que a aceleração tecnológica foi determinante para a globalização e que as diferenças tecnológicas reforçam assimetrias. Por isso, é necessário evitar interpretações monolíticas e evolucionistas sobre o lugar das tecnologias na construção do social. Tecnologias continuam a ser ferramentas, limitando-se às variáveis da utilidade e da eficiência e, nesse sentido, não devem aprisionar éticas nem estéticas. Por outro lado, a educação na era digital deve partir do pressuposto de que o uso de tecnologias e técnicas não está ao serviço de um discurso hegemônico unificador, mas, pelo contrário, deve permitir e apoiar a diversidade das narrativas e dos seus conteúdos.

• **A economia criativa como economia do bem comum:** Imaginar e realizar uma economia criativa, a partir do princípio do bem comum, é afirmar uma nova epistemologia que se opõe às concepções hegemônicas das indústrias criativas, erigidas sobre os valores da propriedade privada, do culto ao indivíduo e da competitividade. Na economia azul, o bem comum a ser protegido é a água, na bioeconomia, os biomas, na economia circular, a sustentabilidade dos processos, na economia solidária, as práticas colaborativas. Todas essas economias, que reagem ao sistema capitalista global, elegem seus patrimônios, privilegiando recursos que valorizam e salvaguardam o bem comum. Se florestas, golfinhos, povos originários, água potável, preço justo, memória, honestidade e outros patrimônios arriscam desaparecer, o contraponto mais concreto à pulsão de morte do planeta se dá nas redes que são tecidas no território. O grande desafio das sociedades contemporâneas é o de reaproximar a cultura do território. Para tanto, é necessário desenvolver uma ecologia das dinâmicas econômicas que seja capaz de realizar a melhor gestão dos recursos no território e eleger os seus novos patrimônios, a partir dos princípios do bem comum e do bem viver. A economia criativa como a economia do bem comum põe à prova a existência de outros modos de viver e, nesse sentido, liberta a palavra economia de uma racionalidade redutora do humano. Enfim, é exatamente por ser cooperativa, colaborativa, solidária, cidadã e sustentável é que a economia criativa é uma economia.

Em seu artigo completo a autora Cláudia Leitão apresenta, além destes, outros princípios fundamentais para a Economia Criativa, além de discutir os desafios das políticas públicas para esta área. Leia o artigo na íntegra em www.culturaemvidencia.com.br

Para o enfrentamento das barreiras e promoção de uma economia criativa mais inclusiva e sustentável no Brasil, experiências internacionais podem inspirar intervenções voltadas ao setor. Abaixo apresentamos um conjunto de oito intervenções identificadas principalmente no relatório “*Culture in crisis: Policy guide for a resilient creative sector*” (UNESCO, 2020). Nos casos em que as intervenções foram identificadas em outras fontes, a referência é mencionada ao final da descrição do exemplo:

Quadro 4 - Intervenções para uma economia criativa inclusiva e sustentável

Intervenção	Descrição	Exemplos
Benefícios sociais	O objetivo desse tipo de intervenção é permitir que artistas e profissionais da Cultura mantenham um nível mínimo de dignidade e beneficiem de proteção de renda e segurança social para continuar exercendo sua profissão, atendendo às suas necessidades	<p>Coreia do Sul: O Ministério da Cultura, Esportes e Turismo introduziu um esquema de seguro de emprego para artistas enfrentando dificuldades, especialmente devido à pandemia de Covid-19. Os artistas freelancers puderam contar com subsídios de desemprego (120 a 270 dias) e subsídios por nascimento de um filho.</p> <p>Luxemburgo: O governo criou um sistema de ajuda temporária para empresas com dificuldades financeiras e introduziu um esquema de assistência social para artistas profissionais autônomos e trabalhadores da indústria do entretenimento em casos excepcionais, como atos de terrorismo ou epidemias. O esquema permite que pessoas qualificadas recebam assistência social mensal até ao nível do salário mínimo, desde que as suas dificuldades decorram de um acontecimento excepcional. Garante ainda ajudas de custo adicionais, desde que o evento excepcional impeça o trabalhador do entretenimento de prestar os seus serviços nos termos da lei (exemplos incluem o cancelamento de exposições ou concertos, ou o cancelamento ou adiamento de produções cinematográficas ou espetáculos ao vivo).</p>
Contratação e compra pública de obras	O objetivo dessa intervenção é assegurar o rendimento num contexto em que a procura privada é muito baixa ou inexistente. Busca-se também estimular o setor criativo e dar continuidade à relação dos artistas com o público	<p>Argentina: a Comissão Nacional de Bibliotecas Populares (CONABIP) estabeleceu uma opção virtual para fornecer materiais e equipamentos para bibliotecas públicas, bem como contribuir para a viabilidade de longo prazo de editoras de livros enfrentando queda na produção e vendas. O objetivo da iniciativa é ajudar as bibliotecas públicas do país a adquirirem materiais e equipamentos de leitura de acordo com as necessidades de sua comunidade, com uma taxa reduzida de 50%.</p> <p>Cabo Verde: O Ministério da Cultura lançou o “En Palco 100 Artistas”, que concede um subsídio fixo a 100 artistas cujo trabalho tenha sido publicado numa plataforma online de acesso gratuito. A iniciativa integra artistas dos setores das artes plásticas, dança, música, teatro e dramaturgia. Depois do sucesso da primeira edição, financiada pelo governo, foi lançada uma segunda edição financiada pela União Europeia. Cada artista foi contemplado com uma bolsa no valor de US\$ 100.</p>

Desenvolvimento de habilidades

Essa dimensão se refere ao investimento em formação, investigação e desenvolvimento. Foca-se em ajudar os profissionais a adaptarem-se às novas formas digitais de trabalho e aos novos hábitos de consumo

Chile: O Ministério do Trabalho e Proteção Social e o Ministério da Cultura, Artes e Patrimônio desenvolveram uma medida pela qual os chilenos podem se inscrever gratuitamente em cursos online com o auxílio de uma bolsa, por meio da plataforma Coursera. A plataforma reúne 200 das principais universidades do mundo, permitindo que uma educação mais ampla e de alta qualidade seja acessada remotamente do Chile. Esta medida prevê a realização de cursos sobre comércio eletrônico e marketing digital, bem como formação sobre direitos de autor, museus e doações culturais.

Cingapura: O Conselho Nacional de Artes anunciou o Esquema de Desenvolvimento de Capacidade para as Artes para beneficiar organizações artísticas e artistas. A iniciativa apóia a atualização de habilidades em várias disciplinas, incluindo criação de arte, digitalização, empreendedorismo e desenvolvimento de público. Para aliviar o ônus financeiro de artistas e organizações artísticas, 50% dos subsídios da iniciativa são pagos antecipadamente assim que é realizada a inscrição. Uma ampla gama de programas são elegíveis, incluindo workshops, masterclasses, seminários, palestras, programas profissionais e residências. Podem também ser apoiados programas de formação online, desde que as áreas de formação se relacionem com o setor das artes e da cultura.

Investimento público na demanda

Refere-se à alocação de recursos financeiros pelo governo em projetos, programas e iniciativas que visam estimular a demanda e o consumo de produtos e serviços criativos. Esses investimentos podem ser diretos, através de financiamentos e subsídios, ou indiretos, por meio de políticas públicas que promovam o desenvolvimento da economia criativa

Nova Zelândia: O governo investiu US\$ 2,6 milhões para promover o trabalho criativo nas escolas. O investimento se soma aos US\$ 4,2 milhões já orçados para 2020-2023 e permitirá que 300 artistas sejam contratados para trabalhar com escolas para compartilhar seus talentos e conhecimentos em áreas como design de filmes e jogos.

Ucrânia: O parlamento aprovou uma lei reduzindo o imposto sobre valor agregado (IVA) para 7% para as indústrias criativas e turísticas. Esta alteração ao código tributário visa reduzir os custos de produção e distribuição de bens e serviços na Cultura e setores do turismo, tornando apresentações teatrais, concertos, filmes e exposições mais acessíveis tanto para os produtores quanto para o público.

Criação e fortalecimento de infraestrutura e instalações

Infraestrutura para criação, produção, distribuição/circulação e consumo/obtenção de produtos e serviços criativos. Estimula a atividade econômica criando empregos, comprando materiais e equipamentos, e pode ser feita a preparação adequada para a recuperação de acordo com os regulamentos de saúde e a mudança digital

México: O governo estabeleceu um programa de apoio à infraestrutura cultural em 2001, na forma de uma chamada anual de inscrições. Para o ano de 2020, com o objetivo de aliviar os efeitos da pandemia na Cultura, o programa foi acelerado e foram oferecidos empréstimos para programação cultural. O objetivo foi preservar as infraestruturas culturais existentes e fortalecer projetos culturais por meio de financiamento, incluindo a construção de edifícios dedicados a atividades culturais em regiões economicamente carentes ou sem infraestrutura cultural adequada. Os recursos alocados permitiram reabilitar, construir e equipar espaços culturais e programar atividades artísticas, incluindo centros culturais, polos culturais, centros de formação e produção, bibliotecas, museus, arquivos históricos e teatros, entre outros.

Argentina: Entre os anos de 2007 a 2015 foram criados os distritos criativos em Buenos Aires. O objetivo foi impulsionar o desenvolvimento em áreas como design, tecnologia, audiovisual e artes. Se buscava integrar e fortalecer empreendimentos nessas áreas, que naturalmente se formaram em locais propícios para essas indústrias. Esses distritos oferecem uma série de benefícios para os empreendedores e profissionais criativos, como espaços de trabalho compartilhados, incubadoras de negócios, programas de capacitação, acesso a recursos e networking. Além disso, eles ajudam a fortalecer a identidade cultural da cidade, contribuindo para o turismo e atraindo investimentos (FONSECA, 2020).

Adaptando modelos de negócio

Acesso às novas expressões culturais possibilitadas pelo ambiente digital, como e-books, audiobooks, streaming de música e filmes e download remoto de programas, apresentações musicais e teatrais, etc.

Argentina e México: A Secretaria de Cultura da Cidade do México e o Ministério da Cultura da Cidade de Buenos Aires combinaram suas plataformas digitais de informação e divulgação para apresentar as diversas expressões artísticas e culturais de ambos os países para audiências mais amplas. Graças a este acordo, a plataforma mexicana “Capital Cultural en Nuestra Casa” e a plataforma argentina “Cultura en Casa” oferecem uma ampla variedade de programas que fazem parte da vida cultural de ambas as cidades.

Nova Zelândia: O Fundo de Adaptação criado pela agência nacional de desenvolvimento artístico “Creative New Zealand” apoia a transformação ou desenvolvimento significativo de modelos de negócios e/ou práticas artísticas de organizações nos programas de investimento Toi Uru Kahikatea ou Toi Totara Haemata. O fundo incentiva novas formas de trabalho e apoia novos modelos organizacionais de influência digital. O objetivo do fundo é apoiar projetos de educação digital e acesso à Cultura e às artes por meio de mídias digitais, bem como desenvolvimento profissional e pesquisa e desenvolvimento com vistas a repensar os modelos existentes.

Incentivos fiscais ao investimento estrangeiro

As produções estrangeiras são uma importante fonte de emprego, gerando oportunidades para desenvolver habilidades e construir relacionamentos com as produtoras mais dinâmicas. Lugares escolhidos como locações podem se beneficiar do sucesso da produção principalmente em termos de turismo

Austrália: O governo investiu US\$ 285 milhões para estimular o emprego na indústria cinematográfica, especialmente nos bastidores, e incentivar os produtores a escolher a Austrália como local de filmagem. Complementando um programa existente que forneceu descontos de impostos para grandes produções cinematográficas, esse novo incentivo de localização foi estendido até 2026 e a expectativa é de criação de 8.000 empregos no país.

Espanha: Para incentivar a produção cinematográfica no país o governo e as comunidades autônomas introduziram estratégias nacionais e regionais para reduzir impostos e taxas para produtores. Onde os custos são de 1 milhão de euros (US\$ 1,16 milhão) ou mais, os produtores de obras audiovisuais usufruem de um desconto fiscal de 20% sobre os custos incorridos. Em alguns territórios espanhóis, como as Ilhas Canárias e Navarra, esse desconto pode chegar a 40%.

Sistemas de informação

Esse tipo de intervenção tem como objetivo a geração, divulgação e o armazenamento de informações para o monitoramento e análise do setor. A partir desses sistemas é possível o acesso a dados que abrangem diferentes setores criativos e uma visão sobre os impactos e oportunidades de desenvolvimento.

Argentina: Criado em 2003, o Observatorio de Industrias Creativas (OIC) é uma unidade de estudos composta por uma equipe interdisciplinar e dedicada à obtenção, elaboração e disseminação de informações quantitativas e qualitativas sobre as indústrias criativas da cidade de Buenos Aires. O principal objetivo do OIC é contribuir para a criação de um sistema de informação sobre as indústrias criativas que seja útil para a tomada de decisões tanto pela gestão pública quanto pelos atores envolvidos na produção cultural e criativa locais. Estudos pioneiros da economia criativa na América Latina foram gerados pelo OIC (BUENOS AIRES, s.d.).

Fonte: elaboração própria a partir de documentos de referência, 2023.

Ainda que com muitas barreiras a serem enfrentadas, existe um grande potencial e oportunidades para o impulsionamento da economia criativa e da Cultura brasileira, gerando contribuições para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Para que esse potencial seja plenamente realizado, é fundamental abordar os problemas de uma forma multidimensional e com respeito a especificidades. Uma dimensão relevante nessa discussão é o financiamento estratégico da cultura. Dedicamos a próxima seção para a discussão desse tema.



▲ Reizado de Caretas de Potengi conduzido pelo mestre Antônio Luiz no sítio Sassaré. Ceara, 2017
FOTO Ração Diniz



▲ Festa do Divino. São Luiz do Paraitinga, SP 2023
FOTO Levi Bianco

RECOMENDAÇÕES DA 3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA PARA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A Conferência Nacional de Cultura é o principal espaço de participação social para avaliação e discussão de potenciais aperfeiçoamentos das políticas públicas de Cultura no Brasil, deste espaço deliberativo participam servidores/as públicos/as, representantes da gestão, da academia, de movimentos sociais e cidadã(o) s consumidores/as de Cultura. A 3ª Conferência Nacional de Cultura foi a última a ser realizada, em 2013. E como todas as conferências teve diversas propostas aprovadas, abaixo estão destacadas algumas que se relacionam com o tema de **economia criativa**:

EIXO 4 - CULTURA E DESENVOLVIMENTO

Proposta 4.21 - Economia Criativa Local: “Fortalecer e fomentar as cadeias dos setores criativos, promovendo o intercâmbio regional, nacional e internacional, valorizando os setores da economia criativa local, garantindo o investimento e a infraestrutura de apoio para criação, produção, publicação, difusão/distribuição de Bens e Serviços Culturais (adaptadas às especificidades das diferentes Cadeias Produtivas), capacitando os agentes culturais, gerando condições de trabalho e renda,

tendo como base as dimensões da sustentabilidade (econômica, social, ambiental e cultural), reforçadas por programas de conscientização e mudança de hábito e consumo/fruição, como também criar programas de incentivo ao empreendedorismo e à sustentabilidade das cadeias produtivas do setor cultural, garantindo a acessibilidade, a inclusão e a sustentabilidade etnobiológica.”

Proposta 4.31 - Plano Nacional de Economia Criativa: “Elaborar, e implementar , o Plano Nacional de Economia Criativa contemplando o estabelecimento e adequação dos marcos legais da economia criativa brasileira, garantindo aos trabalhadores, profissionais e empreendedores culturais, os direitos trabalhistas, previdenciários, administrativos, comerciais e de propriedade intelectual, reduzindo os entraves à circulação e a exportação de bens e serviços.”

Proposta 4.29 - Programa Amazônia Cultural: “Transformar o Programa Amazônia Cultural em política de Estado que seja viabilizado com a criação do Fundo Amazônia Cultural para subsidiar a implementação e o desenvolvimento dos APLs e empreendimentos criativos, com o intuito de formar e qualificar gestores e empreendedores culturais criativos dos municípios da Amazônia Legal, em parceria com instituições de ensino

públicas e/ou privadas, com instrutores e mestres detentores e transmissores de saberes e fazeres tradicionais com conhecimento da realidade regional amazônica.”

Proposta 4.16. - Centros de formação profissional nos setores criativos: “Criar e fomentar a implantação de centros de formação profissional nos setores criativos, considerando o mapeamento do potencial criativo de cada região, destinados a oferecer gratuitamente assessoria, consultoria e qualificação técnica aos empreendedores criativos, com o objetivo de planejar, orientar e implementar projetos e produtos da economia criativa; que esses centros contendam espaços para comercialização de produtos, promovendo o consumo responsável e consciente, atuando de forma integrada com as esferas de governo federal, estadual e municipal e contemplando todas as regiões; e que estejam associados à criação de portal eletrônico e elaboração de materiais gráficos e eletrônicos, a fim de divulgar seus bens e serviços, contribuindo com a mudança do comportamento de consumo da sociedade.”

A realização da 4ª Conferência Nacional de Cultura está prevista para março de 2024.



FOMENTO E FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS DE CULTURA



Nesta seção, vamos falar sobre os dados de fomento e financiamento da Cultura no Brasil nas três esferas federativas, traçando um breve histórico das políticas e das principais leis nacionais de fomento e financiamento à Cultura. Além disso, abordaremos a percepção de fazedores/as e gestores/as de Cultura no Brasil sobre as barreiras e facilitadores para o financiamento de suas atividades e olharemos para experiências internacionais que fornecem modelos alternativos de financiamento à Cultura.

O financiamento da Cultura se refere ao conjunto de recursos financeiros destinados a apoiar atividades culturais, como a produção de obras artísticas, a realização de eventos culturais e a preservação do patrimônio cultural. Esse financiamento pode ser proveniente de diferentes fontes, como os governos, empresas privadas, organizações sem fins lucrativos e indivíduos. O financiamento da Cultura é fundamental para a promoção e preservação da diversidade cultural e para o desenvolvimento socioeconômico. O fomento pode ser entendido como as estratégias de financiamento e estímulo públicas à Cultura, que adotam regras de impessoalidade e critérios não-discriminatórios (RUBIM, 2019). Nesse sentido, é importante buscar formas de aprimorar e democratizar o acesso aos recursos, de modo que mais indivíduos e comunidades possam ter acesso aos benefícios da Cultura.

DADOS SOBRE O FOMENTO E O FINANCIAMENTO DA CULTURA NO BRASIL

Gastos da administração pública (IBGE, 2021)

- Em 2020, o total da despesa pública com a Cultura foi de quase R\$9,8 bilhões, sendo desta despesa: 50,3% no âmbito municipal, 36,8% no estadual e 12,9% no federal. A despesa per capita por regiões pode ser observada na Tabela abaixo:

Tabela 2 - Despesa governamental per capita consolidada com Cultura, de acordo com Regiões do país (em R\$)

REGIÕES	2015	2016	2017	2018	2019	2020
BRASIL	40,16	38,92	40,48	43,74	45,48	46,06
NORTE	29,72	29,03	28,97	32,98	39,18	40,59
NORDESTE	30,07	27,31	32,41	37,10	39,44	37,55
SUDESTE	51,27	47,41	49,35	50,59	54,12	55,95
SUL	25,31	24,63	24,73	27,10	28,58	33,10
CENTRO-OESTE	55,30	72,34	63,35	72,77	58,04	52,23

Fonte: IBGE. **Sistema de Informações e Indicadores Culturais**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/cultura-recreacao-e-esporte/9388-indicadores-culturais.html?=&t=resultados>.

- A região Sul é a região que tem a menor despesa per capita consolidada com Cultura. Enquanto a região Sudeste se destaca com a maior despesa per capita.
- Observando a evolução dos gastos em cada nível de governo, o federal teve um aumento de 17%, enquanto os estados (63,8%) e municípios (67,9%) tiveram um aumento bem mais significativo.
- De 2019 para 2020, os estados, que são destinatários de 50% dos recursos da Lei Aldir Blanc, ampliaram seus gastos com Cultura em 51,2%. Já os municípios, destinatários dos demais 50% dos recursos, reduziram seu gasto em 9,8% no mesmo período.
- Os valores captados por produtores culturais através de incentivo fiscal (renúncia fiscal e investimento do setor privado) foram de R\$980 milhões em 2009 para R\$1,5 bilhão em 2020, representando um aumento de aproximadamente 51,2%.
- A captação de recursos para projetos culturais é muito centralizada na região Sudeste, que teve 77,7% do total captado em 2020. Enquanto as regiões Norte (4,2%), Centro-Oeste (2,5%) e Nordeste (1,2%) tiveram uma captação significativamente menor.

Tabela 3 - Despesa direta total com Cultura, segundo as esferas de governo

ESFERAS	2015		2016		2017	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
TOTAL	8.210.215	100	8.020.590	100	8.405.717	100
FEDERAL	1.790.000	21,8	1.863.805	23,2	1.828.642	21,8
ESTADUAL	2.322.048	28,3	2.246.806	28	2.338.819	27,8
MUNICIPAL	4.098.167	49,9	3.909.979	48,7	4.238.255	50,4
	2018		2019		2020	
TOTAL	9.120.189	100	9.558.451	100	9.754.433	100
FEDERAL	1.925.133	21,1	1.751.079	18,3	1.260.149	12,9
ESTADUAL	2.504.970	27,5	2.375.143	24,8	3.592.033	36,8
MUNICIPAL	4.690.086	51,4	5.432.229	56,8	4.902.251	50,3

Fonte: IBGE. Sistema de Informações e Indicadores Culturais. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/cultura-recreacao-e-esporte/9388-indicadores-culturais.html?=&t=resultados>.

HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE FOMENTO E FINANCIAMENTO DA CULTURA NO BRASIL

O fomento e o financiamento público da Cultura no Brasil, até os anos 1980, eram concentrados nos Estados e na União e priorizavam o apoio direto a partir de decisões do gestor, em um processo que foi chamado de “Política de balcão”, por conta da pouca transparência e ausência de chamamento prévio e critérios públicos. Tal forma de financiamento favorecia os agentes com maior acesso e proximidade com os gestores públicos, favorecendo medidas clientelistas (PAIVA NETO, 2017).

O primeiro instrumento de incentivo fiscal à Cultura no Brasil e que foi um marco no financiamento público da Cultura no Brasil foi a **Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986** - conhecida como **Lei Sarney** - que estabelece modalidades de incentivo fiscal para estimular o investimento privado em Cultura, fornecendo financiamento a instituições em vez de a projetos (PAIVA NETO, 2017). A Lei Sarney criou também um Fundo de Promoção Cultural voltado para “fundações culturais, ou para instalação e manutenção de cursos de caráter cultural ou artístico, destinados ao aperfeiçoamento, especialização ou formação de pessoal em estabelecimentos de ensino sem fins lucrativos”. Entretanto, a ausência de detalhamento na lei sobre a natureza administrativa e forma de gestão do fundo resultou em ausência de regulamentação na prestação de contas e ausência de critérios para analisar e priorizar quais iniciativas necessitam de incentivos (PAIVA NETO, 2017).

Em 23 de dezembro de 1991, a **Lei nº 8.513** - também conhecida como **Lei Rouanet** - instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). A nova legislação propôs um Sistema de Fomento à Cultura composto por três mecanismos:

a) Fundo Nacional de Cultura (FNC), mecanismo de aplicação direta de recursos, destinado a uma aplicação de recursos equitativa do ponto de vista regional e ao apoio a iniciativas de caráter multiplicador e com menos possibilidade de desenvolvimento com recursos próprios, entre outros objetivos;

b) Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart), proporcionando benefícios aos investidores de forma a capitalizar o setor cultural de natureza comercial e industrial com maior potencial lucrativo; e

c) incentivo fiscal a projetos culturais, destinado a canalizar recursos de empresas e indivíduos para projetos culturais, estimulando o investimento privado em Cultura e aumentando os recursos disponíveis para o campo (PAIVA NETO, 2017).

Desafios da Lei Rouanet ao longo dos anos

Apesar da Lei Rouanet ter sido pensada como um sistema com diversas estratégias de financiamento, na prática o maior desenvolvimento foi o do incentivo fiscal, gerando distorções, como a priorização de artistas de maior visibilidade e a concentração em regiões mais ricas (PAIVA NETO, 2017).

No entanto, o que seria esperado no incentivo fiscal – levantar recursos privados para a Cultura complementares ao investimento público disponibilizado – tem tido o efeito oposto com as mudanças introduzidas para conceder o abatimento integral e baixa contrapartida do empresariado (BRASIL, 2007). A cada ano, o valor de recursos próprios gerados pela Lei diminui, de acordo com o sistema de informação público SalicNet, com o maior aporte de recursos privados tendo ocorrido em 1997 e o pior ano sendo 2016, com apenas 2,95% (33,4 milhões de reais) do total movimentado foram recursos próprios dos patrocinadores. Também há baixa capacidade de captação de pequenos projetos junto a empresas (BRASIL, 2007).

Além disso, há lacunas de como a Lei poderia desenvolver mecanismos que melhor atendam a diversos tipos de produção cultural como a educação para a Cultura, a valorização da Cultura popular brasileira, a formação de novos artistas, a pesquisa e desenvolvimento de novas artes e a instalação de equipamentos culturais em áreas de fragilidade social. Atualmente, estes concorrem de forma desigual com a produção artística profissional - tais como espetáculos de teatro e dança, e festivais de cinema, em geral já reconhecida e consagrada junto ao público (BRASIL, 2007; SILVA; LELIS; COSTA, 2018).

Também há concentração regional dos recursos: em 2017, foram captados quase R\$500 milhões de reais em patrocínios via Lei Rouanet. Destes, R\$ 381 milhões foram destinados a projetos da região Sudeste (BRASIL, 2007; SILVA; LELIS; COSTA, 2018). Assim, a Lei tem limitações na sua contribuição para a difusão de formas de Cultura popular e a democratização do acesso à cultura.



3 MEDIDAS PARA APERFEIÇOAMENTO DA LEI ROUANET

Thiago Alvim

Em funcionamento desde 1993, a Lei Rouanet (mecenato) vem sendo o principal instrumento de fomento à cultura nacional nas últimas 3 décadas. Vale destacar que são poucas as políticas que se mantiveram ativas por tanto tempo, mesmo com todas as polêmicas e críticas, na maioria das vezes sem fundamento, o mecenato segue firme, viabilizando o funcionamento de grandes equipamentos culturais e a realização de milhares de eventos todos os anos. Nesse período, já foram aplicados um pouco mais de R\$45 bilhões, em valores atualizados pelo IPCA, em milhares de projetos em todos os Estados brasileiros.

Embora seja crucial para a sustentabilidade de importantes equipamentos culturais brasileiros, o mecanismo sofre, desde a sua criação, com o problema da concentração dos recursos aportados nos Estados de Rio e São Paulo, e mais especificamente em suas capitais. Os motivos dessa concentração são vários, desde o nível de preparação dos grandes proponentes, passando pela sede das grandes empresas localizadas nesses territórios, até outros incentivos fiscais para empresas situadas no Norte, Nordeste e Centro Oeste que diminuem seu potencial de aplicação de recursos incentivados na área da cultura.

Mesmo que a concentração tenha caído nos últimos anos, fechando 2022 com 60% dos recursos para projetos de proponentes de Rio e SP (foi de 70% em 2012), ainda é consideravelmente superior à representatividade dos dois estados na população e mesmo no PIB do País.

A mudança do cenário de concentração passa por medidas que poderiam ser adotadas pelo Ministério da Cultura com pequenos ajustes na Instrução Normativa do programa. Dentre as possibilidades que contribuiriam para maior desconcentração, destaco:

1. Fim das exceções ao teto de R\$10 milhões por organização. A lei de incentivo não deve ter a ambição de custear toda a operação de uma organização cultural, sendo que as grandes organizações devem buscar soluções complementares de financiamento. Atualmente, pouquíssimas organizações superam o teto, mas geram uma grande concentração dos recursos;
2. Vedação de utilização de recursos incentivados para projetos de organizações vinculadas aos próprios patrocinadores. A medida busca resgatar o princípio do fomento de reconhecimento da criatividade do outro, algo que fica extremamente limitado quando a empresa pode patrocinar seus próprios projetos;
3. Imposição de obrigação para grandes incentivadores com percentual de aporte em projetos apresentados por proponentes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O novo Decreto da Lei Rouanet já aponta nessa direção, mas a IN precisa desdobrar a diretriz em dispositivo concreto, para que os grandes patrocinadores possam se engajar na solução do problema.

Embora não tenha a pretensão de esgotar o debate, as medidas sugeridas acima são de fácil implementação e, com o devido cuidado com detalhes de transição, poderiam contribuir para um mecanismo de fomento mais democrático e com maior capacidade para financiar a diversidade de iniciativas espalhadas pelo país.

É administrador público graduado pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro e Mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Foi membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo de Minas Gerais tendo atuado na implementação do Choque de Gestão. Já participou de diversos projetos de consultoria para organizações públicas, privadas e organismos internacionais. É sócio-fundador da empresa Nexo Investimento Social e da startup PROSAS.

Nessa época, em 1993, também foi aprovada a Lei No 8.685, de 20 de julho de 1993 – também conhecida como **Lei do Audiovisual** –, em resposta à crise que o cinema brasileiro vinha passando desde a extinção, pelo Programa Nacional de Desestatização, da Embrafilme, empresa de economia mista que produzia e distribuía filmes. Tal Lei estabeleceu a possibilidade de abatimento integral dos aportes, dispensando contrapartida tanto na modalidade de patrocínio quanto na de investimento, bem como o abatimento nas despesas operacionais do valor do aporte (PAIVA NETO, 2017). Nos anos seguintes, os mecanismos de incentivo fiscal foram priorizados como estratégia de política cultural, expressos na publicação “**Cultura É um Bom Negócio**”¹⁸ (PAIVA NETO, 2017).

Em 2003, o Ministério da Cultura passou a destacar o papel do Estado como formulador e executor de uma política cultural para o país, de forma participativa, definindo novas modalidades de financiamento buscando promover medidas equitativas no acesso a recursos para a promoção da Cultura. Além de propostas de reformulação do Pronac - Lei Rouanet -, outros avanços de destaque foram:

- a consolidação do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic) e a criação da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (Sefic) – órgão responsável pela gestão do Pronac;
- os mecanismos de financiamento setoriais que, entre 2002 e 2015, promoveram financiamento inclusivos, voltados especialmente para os grupos historicamente excluídos;
- a elaboração da primeira pesquisa de preços de referência em Cultura; e
- a criação de um sistema de banco de pareceristas externos – que aumentou a capacidade operacional do Ministério e de entidades vinculadas –, entre outras importantes medidas.

No âmbito dessas mudanças, o maior destaque foi a criação do Programa Cultura Viva e sua expressão nos Pontos de Cultura, que concedia apoios para planos de trabalho de dois a três anos de grupos, coletivos e entidades de natureza ou finalidade cultural que desenvolvessem e articulassem atividades em suas comunidades (PAIVA NETO, 2017). O programa **Cultura Viva**, criado em 2004 e revisado ao longo dos anos, inovou ao conceder apoios plurianuais e centrar o apoio a instituições e grupos, em detrimento da lógica mais comum de apoio a projetos, possibilitando maior diversificação de atividades. Ainda, abriu a possibilidade para a gestão compartilhada com Estados e municípios, atendendo de modo mais efetivo às demandas locais. A descentralização do programa permitiu que ganhasse escala nacional (respeitando peculiaridades regionais), além de uma série de outros benefícios, como aumento nos recursos alocados no programa (por meio das contrapartidas), maior proteção do orçamento (que não é perdido a cada exercício financeiro), melhor acompanhamento das ações apoiadas e

18. Em sua fala de encerramento no II Fórum de Cultura e Cidadania Corporativa (2006), o então Ministro da Cultura Gilberto Gil fez questão de destacar: “Cultura é um bom negócio, mas que seja para todos”. Para saber mais sobre veja aqui.

criação de redes de beneficiários, concedendo maior estabilidade às ações. Destaca-se que, embora o Programa Cultura Viva não tenha sido pensado para promover a diversificação do financiamento à Cultura, ele alcançou esse resultado prático (PAIVA NETO, 2017).

O programa Cultura Viva, que se tornou a Política Nacional de Cultura Viva, por meio da Lei 13.018 em 2014, instituiu mecanismos de simplificação dos processos de reconhecimento, prestação de contas e o repasse de recursos para as organizações da sociedade civil. Anteriormente ao estabelecimento da Política Nacional, diversos gargalos foram identificados no Programa, a começar pelas distintas práticas de financiamento adotadas por cada ente federativo. Por exemplo, o Estado de São Paulo apresentou o maior número existente de Pontos de Cultura, financiados pelas três esferas federativas (União, Estado e município) e com a modalidade de premiação como mais eficiente que o financiamento direto a organizações sociais. Já o Estado do Ceará também apresentava uma das maiores quantidades de Pontos de Cultura existentes, mas com maior protagonismo de editais estaduais. O Estado do Amapá demonstrou priorizar a articulação de Pontos de Cultura específicos, selecionados através de editais para Pontos de Cultura amazônica e Pontos de Cultura indígena, distribuídos pelo território em vez de concentrados na capital (MEDEIROS, 2011). Assim, cada localidade imprimiu suas características e um certo grau de autonomia em relação ao Programa, o que trouxe alguns desafios de acompanhamento.

Há críticas sistêmicas sobre os repasses de convênio federal na política de Cultura Viva, sendo que muitos Pontos de Cultura relataram dificuldades com os procedimentos de prestação de contas, que muitas vezes não contemplaram a forma como as atividades culturais são desenvolvidas. Por conta desses desafios, os Pontos de Cultura de São Paulo priorizam o sistema de premiação, que possibilita uma prestação de contas mais flexível. Ainda, as organizações sociais responsáveis pela gestão dos Pontos de Cultura, de modo geral, recebiam recursos de outras fontes além dos editais do Ministério da Cultura, em função do repasse representar valores muito baixos para a manutenção das entidades. Também foi destacado que o financiamento por editais, embora possibilite expansão dos Pontos de Cultura e diversificação das atividades, também torna o financiamento dos Pontos de Cultura dependente da vontade política da administração pública no momento, o que representa um desafio para a sustentabilidade das ações (MEDEIROS, 2011).

Ainda que não exclusivo ao setor cultural, outro desafio enfrentado no financiamento consiste nos atrasos para os repasses de recursos para as organizações gestoras dos Pontos de Cultura e na insuficiência de instrumentos de monitoramento das ações. Tais atrasos têm diversos efeitos: atraso na realização das atividades e insegurança financeira para os artistas e agentes da Cultura, contração de juros e dívidas para os pontos de Cultura, ou necessidade de cobrir tais despesas de outra forma, como

Mudanças na Política Cultural

A política cultural passa por mudanças drásticas a partir de 2016, a partir de uma orientação voltada para o corte de gastos públicos e uma compreensão da Cultura como bem de mercado em vez de política pública. O Ministério da Cultura foi temporariamente extinto por meio da medida provisória número 726, de 12 de maio de 2016, mas restabelecido em 23 de maio de 2016 por meio da medida provisória número 728, atendendo à pressão de mobilizações populares e reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras do campo da Cultura, embora com uma nova orientação para a Cultura como bem de consumo. A gestão do Ministério da Cultura, entre 2016 e 2018, adotou uma orientação da Cultura como mercadoria, priorizando ações de isenção fiscal, concessão da administração de espaços culturais e equipamentos culturais à iniciativa privada e ao terceiro setor, e concessão de crédito para estimular o setor privado e investir no setor cultural e aumentar a participação do setor cultural no Produto Interno Bruto (BARBALHO, 2018).

O Ministério da Cultura foi novamente extinto em 2019, a partir de uma orientação ainda mais drástica de cortes de gastos em políticas públicas e de um movimento de censura a expressões culturais dissonantes da ideologia do governo em questão. Além da extinção do Ministério da Cultura, foi determinado um corte de 43% do orçamento da Agência Nacional de Cinema (Ancine), sob a justificativa de desalinhamento ideológico. Nessa época, o Observatório de Censura à Arte identificou, de janeiro de 2017 a setembro de 2019, 29 episódios de censura em 14 estados brasileiros, sendo 15 no segundo semestre de 2019 (FREITAS, TARGINO e GRANATO, 2021). Também foram empreendidas ações no sentido de reduzir a capacidade de financiamento da Lei Rouanet e estabelecer novos critérios de conteúdo ideológico para a autorização do financiamento às expressões culturais. Na proposta apresentada pelo governo, o valor máximo por projeto incentivado foi reduzido de R\$ 60 milhões para R\$ 10 milhões anuais para os proponentes com até 16 projetos ativos (FREITAS, TARGINO e GRANATO, 2021).

utilizando recursos de projetos anteriores, o que gera outras distorções (MEDEIROS, 2013). Observa-se, também, uma escassez de dados sistematizados e memória institucional sobre a política, somada à indefinição das competências dos atores nos três níveis de governo que gera sobreposições, conflitos de autoridade e desencontro de informações, dificultando uma gestão integrada (MEDEIROS, 2013).

Lei Aldir Blanc (Lei da Emergência Cultural)

O início da pandemia de COVID-19 paralisou as atividades do setor cultural e exigiu políticas para compensar a interrupção da renda de trabalhadores e trabalhadoras do campo da Cultura. Em 2020, foi aprovada no Brasil a lei federal 14.017, de 29 de junho de 2020 - inicialmente denominada Lei da Emergência Cultural, e posteriormente nomeada como Lei Aldir Blanc - determinando o repasse de recursos financeiros da União para os demais entes federativos de modo a apoiar trabalhadores e trabalhadoras da Cultura e iniciativas e espaços culturais que tiveram suas atividades paralisadas pela necessidade de medidas de prevenção à Covid-19, totalizando 3 bilhões de reais para a Cultura. A Lei Aldir Blanc definiu o pagamento de uma renda emergencial de R\$ 600,00, de competência do Estado, em três parcelas sucessivas, bem como o repasse de recursos por meio de editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos pelos Estados e municípios. A Lei Aldir Blanc mobilizou 3 bilhões de reais para a área cultural. A implementação e a fiscalização dos repasses de recursos proporcionados pela Lei Aldir Blanc foram possibilitadas pelo protagonismo da sociedade civil - organizada em fóruns de Cultura, e comitês gestores, conselhos de Cultura e turismo, - responsável também pelo mapeamento de

iniciativas e pelo compartilhamento de conhecimentos sobre as diversas realidades culturais locais (CAMARGO e HERMANY, 2021).

O acesso aos recursos proporcionados pela Lei Aldir Blanc foi solicitado por 5.568 municípios, por meio da submissão de Planos de Ação municipais. Uma análise comparativa identificou que a presença e consolidação dos Sistemas Municipais de Cultura teve um papel importante no desempenho dos municípios no acesso a recursos da Lei Aldir Blanc - por meio da implementação dos elementos do “CPF da Cultura” (Conselho, Plano e Fundo). Entretanto, a implementação dos três instrumentos - Conselho, Plano e Fundo - ainda é baixa. Dos 4216 existentes no Brasil, 2312 municípios (54,8%) aderiram ao Sistema Nacional de Cultura até outubro de 2020, com diferentes graus de implementação dos instrumentos do Sistema Nacional de Cultura (SEMENSATO e BARBALHO, 2021):

- 1.986 (47,1%) implementaram Conselhos Municipais de Cultura;
- 484 (11,5%) implementaram Planos Municipais de Cultura;
- 516 (36%) implementaram Fundo Municipal de Cultura; e
- 341 (8,1%) implementaram o “CPF da Cultura” (Conselho, Plano e Fundo).

Os estados com o menor número de Planos de Ação municipais aprovados foram aqueles com menor adesão dos municípios ao Sistema Nacional de Cultura (SEMENSATO e BARBALHO, 2021). Dos municípios que não cadastraram Plano de Ação para aplicar pra os recursos da Lei Aldir Blanc, apenas 335, sendo que apenas 50 apresentavam Plano Municipal de Cultura e apenas 30 apresentavam todos os elementos do “CPF da Cultura”, evidenciando o papel de tais instrumentos na própria capacidade dos municípios de acessar os recursos federais para a Cultura (SEMENSATO e BARBALHO, 2021).

Além de representar um expressivo repasse de recursos do Governo Federal aos Estados e municípios, a Lei Aldir Blanc evidenciou a importância de tais instrumentos de consolidação das políticas de Cultura. Um estudo de avaliação da satisfação de usuários - 596 solicitantes e/ou proponentes - dos serviços relacionados à Lei Aldir Blanc (LAB) em Pernambuco entre janeiro de junho de 2021 identificou um nível de satisfação positivo em 82% dos respondentes, enquanto 12% avaliaram negativamente e 4% avaliaram de forma neutra. O questionário avaliou cinco dimensões da satisfação: confiabilidade, empatia, presteza, segurança e tangibilidade (DE SIQUEIRA BRANDÃO, 2022)

Lei Paulo Gustavo

A Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022) definiu ações emergenciais destinadas ao setor cultural para compensar efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19, por meio do repasse de R\$ 3,862 bilhões a estados, municípios e ao Distrito Federal. A Lei Paulo

Gustavo mobiliza R\$ 2,7 bilhões para o setor audiovisual, a partir do Fundo Setorial de Audiovisual, e R\$ 1,065 bilhão do Fundo Nacional de Cultura (FNC) para demais setores e áreas culturais e artística por meio de processos de seleção pública - editais, chamamentos públicos, prêmios ou outros mecanismos de seleção pública. Ainda, a Lei Paulo Gustavo também define o compromisso dos beneficiados com o fortalecimento dos sistemas de Cultura existentes ou a criação de conselhos, planos e fundos estaduais, distritais e municipais de Cultura.

Para que gestores, produtores e fazedores de Cultura acessem os recursos da Lei Paulo Gustavo devem concorrer em editais ou outras formas de chamamento público promovidas pelos municípios, estados ou Distrito Federal, que são os intermediários do repasse, já que este não ocorre de forma direta da União aos fazedores de Cultura.

Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - ou “Aldir Blanc 2”

A Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022, instituiu a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - também conhecida como “Lei Aldir Blanc 2” -, prevendo um repasse anual de recursos para estados, municípios e Distrito Federal, para ações no setor cultural, na ordem de R\$ 3 bilhões, durante cinco anos. A Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura articula ações de fomento a outras frentes, como intercâmbio e difusão nacional e internacional da produção artística, por meio do custeio de passagens aéreas, intercâmbios e residências artísticas (ALMEIDA, 2022). Os recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura repassados aos estados, municípios e Distrito Federal são provenientes do Fundo Nacional de Cultura, sendo 80% destes recursos repassados por meio de processos seletivos públicos (editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas por meios telemáticos e digitais) e outros 20% repassados por meio de ações de incentivo direto.

Metade dos recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura são destinados a municípios ou consórcios intermunicipais e os outros 50% são destinados a Estados e Distrito Federal. A Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura tem como beneficiários trabalhadores e trabalhadoras da Cultura e pessoas físicas e jurídicas atuando na produção, na difusão, na promoção e na preservação e aquisição de bens, produtos ou serviços artísticos e culturais, inclusive o patrimônio cultural material e imaterial, a partir da inscrição em cadastros estaduais, municipais ou nacionais ou em sistemas de informações, como o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB). Assim, a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura busca

promover o apoio direto e continuado às iniciativas culturais nos Estados, municípios e Distrito Federal, ampliando os mecanismos implementados pela Lei Aldir Blanc (Lei federal 14.017, de 29 de junho de 2020).

Por fim, em março de 2023, o governo federal publicou um novo Decreto (Nº 11.453, de 23 de março de 2023) que estabelece regras e procedimentos gerais para os mecanismos de fomento cultural, direto e indireto, e outras políticas culturais, no que tange a transferência de recursos, acompanhamento e prestação de contas de ações culturais financiadas com recursos do Ministério da Cultura. Em linhas gerais, o novo decreto contribui para o pleno exercício das políticas culturais, o que inclui o acesso às fontes de financiamento da Cultura nacional. Este decreto impacta, por exemplo, as Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo, pois os mecanismos estabelecidos por ele permitem a concessão de bolsas e premiações, realização de editais de apoio à produção cultural, entre outros, o que promove uma melhor gestão dos recursos.

▼ Foto aérea do Rio Branco.
Amazônia, 2017
FOTO Rogério Assis



Barreiras e facilitadores do fomento e do financiamento da Cultura no Brasil - Contribuições das sessões de escuta

Ao longo da execução desta pesquisa foram realizadas sessões de escuta e aprimoramento em que foram consultadas pessoas que fazem Cultura e gestoras das políticas culturais, que expuseram suas opiniões e neste quadro estão algumas de suas contribuições. É possível saber mais detalhes sobre as sessões consultando as Notas Metodológicas.

O que pensam os fazedores de Cultura?

- O setor cultural necessita de estratégias diversificadas de fomento de modo a fortalecer a diversidade cultural no país - contudo, há uma tendência a se priorizar leis de incentivo como mecanismo de fomento, produzindo viés na priorização das iniciativas culturais.
- Os recursos para a Cultura ainda são baixos e distribuídos de forma restrita entre diversos mecanismos, com as próprias leis de incentivo sendo subaproveitadas, dado que o potencial de participação do setor privado ainda é pouco utilizado.
- A curadoria e seleção dos projetos a serem financiados pelas leis de incentivo dependem fortemente dos critérios e tomada de decisão das empresas financiadoras. O financiamento cultural é organizado a partir de critérios estratégicos voltados ao Marketing das empresas, em vez de critérios de política pública, resultando em fragmentação e inconsistência da política pública. Como alternativa, há a possibilidade de maior direcionamento e coordenação pelo poder público na seleção das iniciativas apoiadas por leis de incentivo, conferindo uma orientação de política pública.
- Há distância entre avaliação e decisão do financiamento para projetos e os agentes que propõem os projetos nas bases, sendo necessário construir canais de comunicação direta com o poder público nas três esferas, tanto para empresas como para organizações comunitárias. Além dos mecanismos nacionais, é necessário olhar para mecanismos estaduais e municipais, pois podem apontar novas experiências com grande potencial e soluções inovadoras
- Existem muitas barreiras para iniciativas de pequeno porte aplicarem para editais e obter financiamento. Como estratégias para superação de tais barreiras, há a possibilidade de formação e preparação das bases comunitárias e do setor empresarial para a gestão cultural, bem como a criação de editais específicos com metodologias amigáveis de inscrição para financiamento público e privado, especialmente aqueles voltados a iniciativas comunitárias indígenas/quilombolas/ PCTs (Povos e Comunidades Tradicionais).

O que pensam os fazedores de Cultura?

- São necessários editais construídos com escuta ampla da sociedade civil e participação do Conselho de Cultura. A escuta da sociedade é efetiva, mas não ocorre de forma plena, sendo necessário construir mais canais de comunicação e deliberação conjunta com o poder público e ampliar o acesso à cidadania cultural e à participação social. Ainda, há o desafio de monitorar, mensurar e avaliar o grau e os impactos da escuta da sociedade civil e dos espaços de participação social.
- Diversas estratégias têm sido implementadas em diferentes esferas federativas para promover equidade no financiamento da Cultura, em especial para a promoção de Culturas populares. Estratégias de destaque são a Simplificação de Editais - editais inscritos por via oral e outras formas além da escrita -, o Calendário das Artes - que evita a concorrência entre regiões e territórios -, o edital Cultura Viva, linhas de crédito para PMEs da Cultura, e a Lei Aldir Blanc, que fortaleceu o investimento em culturas populares.
- A promoção da equidade e fortalecimento das culturas populares depende de um contínuo trabalho de mapeamento de processos culturais que exige mobilização constante. Para tanto, têm sido utilizadas estratégias de articulação de mapeamentos com processos formativos e a criação de editais de fomento a redes para fortalecer as redes de agentes da cultura.
- A combinação de financiamento com formação de agentes culturais se apresenta como uma estratégia potente de democratização do acesso e promoção da equidade no financiamento, considerando que a oferta de bolsas de formação contribui para elevar a qualidade e a quantidade dos projetos propostos, ampliando o acesso ao financiamento. Nesse, sentido, cabe considerar a diversificação de modalidades de bolsas de formação, cursos na área de Cultura, cursos livres, bolsas de mestrado, para fortalecer os agentes da Cultura, bem como ampliar a formação de gestores de Cultura para representantes de outros setores também (infância, educação, meio ambiente, desenvolvimento social, saúde, agriCultura, etc).
- As leis de incentivo também devem ser adaptadas para apoiar a interiorização das ações culturais a fim de democratizar os recursos para fazedores culturais e o acesso à Cultura, bem como editais de circulação, fomentando a circulação de ações pelo território. Ainda, são necessários editais específicos voltados para a equidade, para diferentes expressões culturais e tradicionais e para povos e comunidades tradicionais (PCTs), de matriz africana e outros grupos populacionais.
- A Cultura se relaciona com outros setores e serviços, mas nem sempre é simples promover processos de contratação intersetoriais, por exemplo, contratar profissionais de tecnologia da informação ou de análise de dados exige a criação de termos de referência específicos que, muitas vezes, as Secretarias de Cultura demandarão apoio para conseguir elaborá-los com o nível de detalhamento desejado. É importante a criação de mecanismos para facilitar a integração dos setores e seus conhecimentos

EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS COM MODELOS ALTERNATIVOS DE FOMENTO E FINANCIAMENTO À CULTURA

As políticas culturais podem ser classificadas a partir das ideologias estatais sobre as quais são desenvolvidas. Dentre estas ideologias, contemporaneamente, as que parecem ter mais força são o liberalismo e diferentes formatos de social-democracia e, dentro de cada uma delas, estão compreendidos mecanismos de financiamento das ações culturais (LIMA, ORTELLADO E SOUZA, 2013; VICENTE et al., 2012).

O uso de mecanismos de mercado para financiar as ações é característico do modelo liberal de política cultural, por meio da concessão de isenção tributária, por exemplo. Nesse modelo os doadores privados, além da dedução de impostos, também determinam o destino dado ao financiamento. Este formato acaba por privilegiar eventos culturais com grande visibilidade, por interesse dos doadores, e, por consequência, privando manifestações culturais diferentes e de menor porte do acesso ao financiamento (LIMA, ORTELLADO E SOUZA, 2013). O modelo americano, por exemplo, prevê administração privada e financiamento privado com isenção fiscal (VICENTE et al., 2012).

Já dentro da ideologia social-democrata, existe a proposta continental europeia, bem como os paradigmas francês e o inglês. O modelo europeu continental prevê um grau elevado de envolvimento estatal tanto no financiamento como na administração de museus e instituições culturais em geral. O modelo francês tem como característica a gestão estatal dos equipamentos culturais, a tomada de decisão é feita por gestores públicos, geralmente de um órgão equivalente a um Ministério da Cultura. Já no paradigma inglês, as decisões públicas relacionadas ao financiamento das políticas culturais são de responsabilidade de um conselho ou comissão de especialistas, e tende a apoiar ações culturais da sociedade civil, em geral através de editais públicos, por exemplo. (LIMA, ORTELLADO E SOUZA, 2013). O modelo britânico, no entanto, prevê um grau baixo de envolvimento estatal tanto no financiamento como na administração de museus e instituições culturais, delegando a administração, em geral, para instituições beneficentes e o financiamento para o setor privado (VICENTE et al., 2012). Entretanto, atualmente a maior parte dos países adota um modelo misto, combinando características de diferentes modelos (VICENTE et al., 2012). Estudos apontam que o modelo britânico tem possibilitado aumento do financiamento privado por meio tanto de doações como de venda de ingressos, por meio da ampliação de atividades orientadas a atrair maior público e fortalecimento de departamentos de marketing. Embora pareça haver potencial de expansão do investimento privado em instituições culturais, ainda são necessários mais estudos para demonstrar a viabilidade e o impacto de tais instituições culturais baseadas em financiamento privado (ROMOLINI et al., 2020).

Outro modelo de financiamento é o programa de isenção fiscal para doadores de *crowdfunding* de projetos e instituições culturais. Na Itália, entre 2014 e 2016, as doações de *crowdfunding* foram divididas em duas grandes áreas: projetos culturais e instituições culturais, com 75% do financiamento direcionado a instituições culturais. A maior parte das instituições culturais financiadas por *crowdfunding* foram museus (75%), seguidas por teatros e fundações teatrais (21,1%). A frequência de doações por *crowdfunding* foi majoritariamente de doadores individuais (66,5%), seguido por empresas (28,2%), organizações sem fins lucrativos (3%) e instituições bancárias (2,4%). Entretanto, o volume de doações de doadores individuais correspondeu a apenas 5,4% dos fundos arrecadados, sendo o maior volume doado por organizações grandes - empresas, instituições bancárias e fundações (DONELLI, 2022). A maior parte das campanhas de *crowdfunding* foi financiada por um único doador (78,2%), sendo majoritariamente uma organização (83,3%).

Tais dados revelam limitações para a sustentabilidade de instituições culturais e projetos culturais a partir de *crowdfunding*, sendo as doações individuais correspondendo a um valor muito pequeno das despesas, e um financiamento ainda dependente de grandes organizações. No estudo em questão, a medida de *crowdfunding* não possibilitou um financiamento advindo “da multidão”, limitando-se a uma medida de benefício fiscal para grandes organizações, indicando a necessidade de políticas planejadas para priorizar doações “da multidão”.

Uma análise sobre campanhas de *crowdfunding* de projetos culturais na União Europeia identificou que os países com maiores taxas de sucesso são aqueles com maior investimento estatal em indústrias culturais e criativas (CICCHIELLO et al 2022). Características das plataformas também afetam a taxa de sucesso de *crowdfunding* para projetos culturais, sendo maior em plataformas que realizam outros tipos de *crowdfunding* além de projetos culturais e também depende das políticas de transparência e de networking das plataformas. Já no Sudeste Asiático (DONELLI et al, 2022), houve uma taxa de 44% de sucesso na arrecadação por *crowdfunding* para projetos culturais, sendo a chance de sucesso maior quanto maior for o montante arrecadado na primeira semana de campanha e quanto maior o número de doadores. Por outro lado, quanto mais amplo o público-alvo da campanha de arrecadação, menores as chances de arrecadação. Tais achados são similares a outros achados na literatura internacional e em diferentes países. No Brasil, plataformas como Catarse e Benfeitoria são mecanismos de financiamento com números expressivos de projetos apoiados.

Além disso, há muitas experiências internacionais de fomento e financiamento da Cultura que podem servir de inspiração para os distintos contextos brasileiros. Apresentamos alguns exemplos abaixo:

Quadro 5 - Experiências internacionais de fomento e financiamento da Cultura

Continente/ Bloco/País	Tipo de	Descrição
Canadá (UNESCO, 2020)	Público	O governo canadense investe significativamente em projetos culturais por meio do Conselho das Artes do Canadá, que oferece bolsas, subsídios e prêmios para artistas e organizações culturais em todo o país. O Programa de Subsídios a Organizações, por exemplo, oferece subsídios anuais a organizações culturais canadenses que se enquadram em uma das seis disciplinas artísticas elegíveis: artes visuais, artes cênicas, música, literatura, mídia e artes interdisciplinares. As organizações beneficiadas são avaliadas por um painel de especialistas em artes com base em suas realizações passadas, planos futuros e a capacidade de gerenciamento dos fundos. O valor dos subsídios variam de acordo com o tamanho e as necessidades das organizações.
Colômbia (UNESCO, 2022b)	Público	Em 2018, a Colômbia criou o Conselho Nacional para a Economia Laranja com o objetivo de garantir e incentivar o desenvolvimento de novas iniciativas e produtos culturais. O Conselho é composto por sete ministérios: Comunicações, Cultura, Interior, Finanças e Crédito, Trabalho, Turismo e Comércio. Essa abordagem interministerial resultou no estabelecimento de novos mecanismos financeiros de apoio transversal aos setores culturais e criativos que incluem reduções de imposto de renda para novos empreendimentos culturais e criativos, descontos fiscais para investidores em projetos culturais e criativos estratégicos, incentivos econômicos para trabalhadores criativos fazerem contribuições voluntárias para pensões e subsídios de capital inicial.
Equador (UNESCO, 2022b)	Público	Em 2019, o mecanismo de financiamento para a mobilidade externa de artistas foi substituído por um esquema de financiamento específico implementado por meio de uma chamada aberta pelo Instituto de Promoção das Artes, Inovação e Criatividade. O novo esquema buscou criar critérios mais claros e estratégicos e procedimentos mais transparentes. Além disso, a Lei Orgânica da Mobilidade Humana de 2017 harmonizou e integrou diferentes regulamentos e instrumentos (incluindo a Lei de Migração, Lei de Estrangeiros, Lei de Naturalização e Lei de Documentos de Viagem) em um único documento legal, facilitando o acesso dos artistas a passaportes ao representar o Equador no exterior.
Estados Unidos (BID, 2017)	Público	A <i>Assets for Artists</i> é uma parceria entre os governos federal, os governos estaduais e locais dos Estados Unidos que tem como objetivo apoiar os criativos de baixa renda a investir em novos trabalhos, ao mesmo tempo em que constroem segurança financeira de longo prazo. O programa oferece doações casadas (um artista que economiza muitos dólares recebe o mesmo montante em capital de giro) além de coaching e aulas de finanças, marketing e planejamento. As evidências sugerem que o programa aumenta a renda dos criativos em mais de 50%, além de melhorar seu acesso ao capital.

Itália (ROMOLINI, 2020)	Privado	O Rivelazioni — Finance for Fine Arts foi lançado em 2014 pela Bolsa de Valores da Itália para incentivar a filantropia corporativa. Este projeto envolve o setor privado em apoio ao patrimônio artístico italiano, reunindo recursos para financiar a restauração e digitalização de obras de arte. Em sua primeira edição, oito companhias italianas ‘adotaram’ obras do acervo da Pinacoteca di Brera. Após o grande sucesso da primeira edição, outros importantes museus italianos se envolveram na iniciativa. Bancos privados tiveram um papel de destaque nas participações no financiamento.
México (UNESCO, 2020)	Público	O governo estabeleceu um programa de apoio à infraestrutura cultural (Apoyo a la Infraestructura Cultural de los Estados) em 2001, na forma de uma chamada anual de inscrições. Para o ano de 2020, com o objetivo de aliviar os efeitos da pandemia, o programa foi acelerado e foram oferecidos empréstimos para programação cultural. O objetivo da iniciativa é preservar as infraestruturas culturais existentes e fortalecer projetos culturais por meio de financiamento, incluindo a construção de edifícios dedicados a atividades culturais em regiões economicamente carentes ou sem infraestrutura cultural adequada. Os recursos são destinados a reabilitar, construir e equipar espaços culturais vocacionados e programar atividades artísticas, incluindo centros culturais, pólos culturais, centros de formação e produção, bibliotecas, museus, arquivos históricos e teatros, entre outros.
Nova Zelândia (UNESCO, 2020)	Público	O governo investiu mais 4 milhões de dólares neozelandeses (US\$ 2,6 milhões) para promover o trabalho criativo nas escolas. O investimento se soma aos 7,16 milhões de dólares neozelandeses (US\$ 4,2 milhões) já orçados para 2020–2023 e permitirá que 300 artistas sejam contratados para trabalhar com escolas para compartilhar seus talentos e conhecimentos em áreas como design de filmes e jogos. Um total de 10 mil dólares neozelandeses (US\$ 5.621) – financiados pelo programa <i>Creatives in Schools</i> – foram destinados para pagar até três artistas contratados para cada projeto criativo. O programa é executado pelo Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Cultura e Patrimônio (Te Manatū Taonga) e a agência nacional de desenvolvimento artístico <i>Creative New Zealand</i> .
	Público	O Fundo de Adaptação criado pela agência nacional de desenvolvimento artístico <i>Creative New Zealand</i> apoia a transformação ou desenvolvimento significativo de modelos de negócios e/ou práticas artísticas de organizações nos programas de investimento <i>Toi Uru Kahikatea</i> ou <i>Toi Totara Haemata</i> . O fundo incentiva novas formas de trabalhar no setor cultural e apoia novos modelos organizacionais de influência digital. O objetivo do fundo é apoiar projetos de educação digital e acesso à Cultura e às artes por meio de mídias digitais, bem como desenvolvimento profissional e pesquisa e desenvolvimento com vistas a repensar os modelos existentes.
Senegal (UNESCO, 2020)	Social	A Sociedade de Direitos Autorais e Direitos Conexos (SODAV) criou um fundo social de 120.603.932 CFA (US\$ 200.000) para apoiar a Cultura no país. O benefício é calculado com base em 30% da média dos três últimos valores recebidos por aqueles que necessitam do apoio. Tendo em vista os recursos limitados e para garantir que o número máximo de indivíduos se beneficie, a renda máxima permitida para o enquadramento na iniciativa é de 500.000 CFA (US\$ 800).

Suécia (DE BOISE, 2019)	Público	Como parte de uma revisão nacional geral da igualdade de gênero, o programa <i>För ett Jämställt Musikliv (FeJM – Toward a Gender-Equal Music-Life)</i> funcionou de 2011 a 2014 especificamente para encorajar uma maior igualdade de gênero na produção musical em toda a Suécia. A iniciativa contou com 8 milhões de coroas suecas (US\$ 763.193,60) dedicadas a pedidos de apoio financeiro. O programa envolveu desde iniciativas educacionais com jovens (<i>Kulturskola på Lika Villkor</i>) até o financiamento de organizações ativistas que buscavam maior inclusividade na programação de shows e festivais (como o <i>Jämställd Festival 2016</i>).
União Europeia (UE) (EU, 2019)	Fontes alternativas	As prioridades definidas pela Comissão Europeia para 2019-2024 são altamente relevantes para a formulação de políticas no campo da Cultura na União Europeia. As prioridades fazem parte de um framework estratégico para a Cultura que envolve: i) apoio ao patrimônio cultural, ii) reconhecimento do valor socioeconômico da Cultura, iii) impulsionamento da igualdade e da diversidade de gênero, e iv) medição do impacto positivo da cultura. Dentre os objetivos, se prioriza elaborar orientações que normatizem a próxima geração de fundos da UE. Busca-se criar fontes de financiamento alternativas, de parcerias público-privadas a créditos fiscais para doações. Neste contexto, será também analisado o papel das fundações como potenciais financiadoras da cultura.
	Crowdfunding (CF)	A ULULE é uma plataforma internacional de CF fundada em outubro de 2010 na França. Desde o seu lançamento, mais de 25.000 projetos foram financiados, constituindo a principal plataforma baseada em recompensas CF na Europa que seleciona e sustenta projetos criativos e inovadores de indivíduos, associações e empresas. A ULULE fornece suporte gerencial na forma de serviços de treinamento e tutoria para projetos hospedados para permitir que os criadores do projeto lancem e mantenham campanhas de alto desempenho e sucesso. O gestor do projeto avalia a campanha, o seu progresso e os níveis de desempenho na consecução dos objetivos de financiamento.

Fonte: elaboração própria a partir de documentos de referência, 2023.



► Amazônia - Pará - 2011
FOTO Mariana Resegue

A necessidade de Investimento Privado na Economia Criativa e a Colaboraê

Falar de investimento em cultura no Brasil é um tema que afugenta os investidores que buscam retorno a curto prazo. Mas para os entusiastas que acreditam nela como um meio de transformação social e econômica, o tema vai muito além da paixão, atinge a sociedade como um todo.

É importante entender que não se pode falar em fomento a cultura sem pensar em um olhar para o cotidiano das pessoas onde vivem. Nosso país é muito grande e precisa ser enxergado em suas particularidades. Cada região tem sua demanda e produz a sua própria história cultural, além de suas próprias (r)evoluções e dores que só serão desvendadas em campo. É necessário, não só contribuir para o desenvolvimento de novas artistas do cenário local, como também a formação de profissionais que movimentam e fazem parte da engrenagem cultural. Por exemplo, do que adianta se investir em artistas locais, sem investir em espaços culturais, em profissionais de backstage, na sua comunidade?!

Outra questão é a enorme desigualdade racial e de gênero, ainda vivemos um ambiente de pouco acesso as pessoas pretas, LGBTQIAP+ e as mulheres. Não é possível falar de cultura sem diversidade, ela é a base para o seu desenvolvimento.

De acordo com o Ministério da Cultura, a economia da cultura e a das indústrias criativas movimentou em 2020 mais de 3% do PIB nacional, com um investimento maior e mais assertivo poderemos tem um crescimento exponencial do setor. Infelizmente, o estado não consegue dar conta de todas as demandas que a cultura possui, por isso, só com a ajuda do setor privado conseguiremos realmente criar uma rede sustentável que gera renda e desenvolvimento econômico para todo país.

Em Salvador, entendemos a necessidade de um espaço cultural multiuso que fosse guarda-chuva para os artistas e profissionais de backstage.

Em 2019 fundamos essa casa criativa, cultural, multiplataforma e que fomenta a conexão e aprendizado. Um ambiente para a realização de projetos, formação e capacitação de pessoas, voltado para a economia criativa. No nosso espaço, podemos realizar um mundo de possibilidades, como eventos, cursos, palestras, além de termos um estúdio para gravações, galeria de arte e gastronomia.

Somos feitos de gente que acredita que só é bom quando for bom para todo mundo e nossa rede colaborativa tem em sua base artistas, produtores, incentivadores da arte e da cultura. Nosso espaço é um local de respeito e resistência para todos e através das nossas ações buscamos incentivar talentos, estimular criadores, formar profissionais, fomentar a indústria criativa sustentável e priorizamos nossas ações para aumentar a representatividade da mulher como protagonista nas mais diversas áreas da Cultura.

A nossa casa é a prova que a experiência cultural quando se multiplica, transforma a comunidade mudando vidas, gerando renda e fomentando o que existe de mais genuíno e diverso na cultura local. Nosso sonho agora é espalhar essa ideia pelo Brasil.

Por Ju Moraes e Thici Zaher

Co Fundadoras da Colaboraê



Thici Zaher

Formada em Administração de Empresas, mora na Bahia, adora viajar e explorar coisas novas. Fez parte dos negócios da família, explorando diferentes áreas. Participou do programa Liderança Ponte do Synergos e idealizou o Instituto SEB, organização que tem como foco o desenvolvimento humano e a educação inovadora de crianças e jovens, tornando-os protagonistas de uma sociedade mais sustentável. É vice-presidente do Instituto SEB, e em 2017, lançou o Projeto NAU.



Ju Moraes

Brasileira na alma e música da Bahia no coração. Cantora, compositora, apresentadora e empresária. Com diversos singles e discos lançados, apresentou o Band Folia e junto com sua esposa e sócia Thici Zaher criou o Colaboraê, espaço colaborativo multiuso localizado no bairro do Rio Vermelho em Salvador, fomentando a cena artística local.

Como vimos, há várias experiências interessantes no Brasil e no mundo de fomento e financiamento à Cultura - no entanto, sem acompanhar as diretrizes e recomendações da participação social, há grandes chances dessas estratégias serem inefetivas. Temos evidências para crescer e aperfeiçoar nossos mecanismos de financiamento, fortalecendo a nossa Cultura. Na próxima seção, abordaremos como se dá a participação social no país e debateremos caminhos para melhor integrar a voz da sociedade à tomada de decisão em políticas culturais.

▼ Desfile Ilú Obá de Min -
Carnaval 2017 - Centro,
São Paulo.
FOTO Adriana De Maio





▲ Visita a uma comunidade em São Gabriel da Cacheira, Amazonas, setembro de 2022.
FOTO Alex Fisberg



► Acampamento Terra Livre. Mobilização Nacional Indígena, Brasília, 2017.
FOTO Rogério Assis



PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CULTURA



Nesta seção, vamos traçar um breve histórico da institucionalização da concepção participativa de política Cultural (“democracia cultural”) a nível federal no Brasil, identificando os instrumentos de participação social na construção das políticas de Cultura no Brasil, tais como a Conferência Nacional de Cultura, o Plano Nacional de Cultura e o Conselho Nacional de Política Cultural. Globalmente, o Brasil se destaca como exemplo de políticas culturais robustas, inovadoras e participativas, a partir da ação do Estado orientada pela concepção de “democracia cultural” e “cidadania cultural”¹⁹.

A participação social tem papel essencial na construção política de um país, sendo central para a consolidação de uma democracia participativa e para a elaboração de políticas públicas mais efetivas e adequadas às reais necessidades da população. Na década de 50 o Conselho Nacional de Saúde foi o primeiro a contar com representantes da sociedade civil e, com o passar do tempo, a noção de participação foi ganhando força até ganhar institucionalidade na Constituição Federal de 1988 que teve participação popular em sua elaboração e, em seu texto final, prevê a criação de instâncias destinadas especificamente a este fim, para que haja participação nas etapas de elaboração, implementação e fiscalização de políticas públicas. Desde então foram criados Conselhos de diversas áreas como a Educação, o Esporte, a Segurança Alimentar e Nutricional e a Cultura, por exemplo. Além disso, foram realizadas inúmeras Conferências nos três níveis de governo e outros formatos de consulta pública para envolver a população no ciclo das políticas públicas.

19. Marilena Chaui costura os conceitos de Cultura, Democracia e Cidadania entendendo que estão profundamente conectados. A Cidadania Cultural tem duas diretrizes básicas: “a cultura como direito dos cidadãos e como trabalho de criação dos sujeitos culturais” (CHAUÍ, 2021, p. 98). Chauí defende que “a democracia propicia uma cultura da cidadania. É nesse contexto de luta e ampliação da cidadania que podemos introduzir a ideia de cidadania cultural, ou seja, a cultura política democrática abre-se para uma democracia cultural”. (CHAUÍ, 2021, p. 186)



Mesmo diante do cenário instável da política brasileira ao longo das décadas, a Cultura foi uma das políticas fundadas em preceitos de participação social. Criado em 1966, o Conselho Federal de Cultura foi o principal órgão de atuação governamental até meados da década de 1970, com representantes nomeados pela presidência (CALABRE, 2008). Em 1988, a Constituição Federal ampliou mecanismos de participação social na construção das políticas públicas por meio de diversos instrumentos como plebiscitos, referendos, iniciativas populares, conferências, planos, conselhos, e consultas públicas. Tais mecanismos de participação social também foram incorporados na tomada de decisão em políticas culturais no Brasil (BARROS, 2020).

Um dos maiores desafios enfrentados pelo Ministério da Cultura, a partir de 2003, foi resgatar o papel institucional do órgão como formulador, executor e articulador de políticas de Cultura, com forte participação social. Para tanto, foram propostas diversas mudanças que conduziram a um cenário mais favorável para o engajamento da sociedade:

- 1) O alargamento do conceito de Cultura e a inclusão do direito à Cultura, como um dos princípios basilares da cidadania;
- 2) O deslocamento do público alvo das ações governamentais do/a artista para a população em geral;
- 3) A afirmação da importância da participação da sociedade na elaboração das políticas, com a realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura em 2005, e a explícita divisão de responsabilidades entre os diferentes níveis de governo, as organizações sociais e a sociedade, para a gestão das ações; e
- 4) A realização de processos de escuta pública visando à construção do Plano Nacional de Cultura, instrumento estratégico, apartidário e de longo prazo, que estabelece compromissos e prazos para a realização de políticas públicas, bem como para a estruturação do Sistema Nacional de Cultura, que visaria à pactuação entre os entes federativos e a sociedade civil na gestão da Cultura (SOTO, 2010).

QUEM ESCUTA AS CULTURAS POPULARES?

Em 2005, o Ministério da Cultura realizou o primeiro e único Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, com organização de oficinas prévias em estados e a co-construção da Carta das Culturas Populares com indicação de diretrizes e ações prioritárias para o coletivo.

Foram destacadas (BRASIL, 2005):

1. Criação de fundos / incentivos públicos de apoio às culturas populares
2. Mapeamento, registro e documentação das manifestações e culturas populares
3. Realização de instâncias de diálogo e formulação e/ou deliberação participativas de políticas culturais
4. Inclusão das culturas populares nos processos educativos formais e informais
5. Criação de Leis de estímulo e manutenção das culturas populares
6. Democratizar a distribuição de recursos nas várias regiões do Brasil
7. Facilitar e desburocratizar os meios de financiamento, garantindo maior abrangência

No entanto, tais ações não atingiram todo o potencial que o Seminário agregou, permanecendo as assimetrias de poder entre detentores das culturas populares e os governos, os produtores culturais e o setor privado, o que impede um avanço mais significativo no campo.



▲ Grafite no Beco do Batman em São Paulo
FOTO Mariana Resegue

Estruturado em 2005, o **Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC)** é uma instância permanente de natureza consultiva, normativa e deliberativa, integrado por representantes do governo e da sociedade. Este órgão colegiado, subordinado ao Ministério da Cultura, tem por finalidade propor a formulação de políticas públicas de Cultura, de forma articulada entre as diferentes esferas de governo e a sociedade civil e medidas que visem o reconhecimento da Cultura como cerne do desenvolvimento humano, social e econômico, consideradas as dimensões simbólica, cidadã e econômica da Cultura.

Anteriormente, a composição de conselhos era definida pela presidência da República, sendo que o primeiro Conselho Nacional de Cultura foi criado em 1938, com foco em figuras de notório saber, o que se manteve durante a Ditadura Militar (SOTO, 2010). No triênio de 2019/2022, buscando contemplar sociedade civil e poder público, o plenário do CNPC teve representação de diversos segmentos culturais: artes visuais, música popular e erudita, teatro, dança, circo, audiovisual; bem como literatura, livro e leitura; artes digitais; culturas afro-brasileiras, de povos indígenas e populares; arquivos; museus e patrimônio material e imaterial. Compõem o plenário o Ministério da Cultura, 24 representantes do poder público federal, 4 representantes do poder público dos Estados e Distrito Federal, 4 representantes do poder público municipal, 1 representante do Fórum Nacional do Sistema S, 1 representante das entidades ou das organizações não governamentais, 14 representantes das áreas técnico-artísticas, 11 representantes da área do patrimônio cultural, 3 personalidades com comprovado notório saber na área cultural, de livre escolha do Ministro de Estado da Cultura, 1 representante de entidades de pesquisadores na área da Cultura, 1 representante do Grupo de Institutos, Fundação e Empresas – GIFE, 1 representante da Associação Nacional das Entidades de Cultura – ANEC, 1 representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, 1 representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB e 1 representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC.

Em 2010, a **Lei nº 12.545**, que instituiu o Plano Nacional de Cultura, determinou o Sistema Nacional de Cultura (SNC) como principal articulador federativo, apresentando mecanismos de gestão compartilhada entre os entes federados e a sociedade civil. A regulamentação do SNC, no entanto, teve seu projeto de Lei arquivado em 2019 e retomado apenas em 2021. Em 2019, foi publicado o **Decreto nº 9.759**, que teve como propósito a extinção e estabelecimento de diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal (BARROS, 2020). Este decreto extinguiu a **Política Nacional de Participação Social (PNPS)** e o **Sistema Nacional de Participação Social (SNPS)**, que haviam sido criados em 2014, além de reduzir drasticamente o número de conselhos previstos por estes programas. Quaisquer colegiados que não tivessem sido criados por lei, como comitês, fóruns e comissões, estavam fadados ao encerramento, e diversas Conferências Nacionais também deixaram de ser convocadas nos últimos anos, sendo a da Cultura uma delas, que teve sua última edição em 2013. A mobilização social pelas Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo, durante a pandemia, foi essencial para reposicionar a questão da participação social, com a criação de comitês nacionais, estaduais e municipais focados no fomento à Cultura durante um período de crise.

▼ Cabeçudo, um dos personagens do Boi de Máscaras de São Caetano de Odivelas, Pará. 2018. FOTO Ratão Diniz





Brasília - Participantes da Conferência Nacional de Cultura fazem manifestação pela criação da Lei Griô, que institui uma política nacional de transmissão dos saberes e fazeres de tradição oral
FOTO Wilson Dias | ABr

CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE CULTURA

No início de 2023, dentro de uma das primeiras ações do novo governo eleito, o decreto de abril de 2019 foi revogado e 4ª Conferência Nacional de Cultura foi convocada para dezembro de 2023 e então prorrogada para março de 2024.

As Conferências Nacionais de Cultura são convocadas e coordenadas pelo Ministério da Cultura e estão previstas para acontecerem a cada quatro anos e devem ser compostas por representantes do poder público e também da sociedade civil, pois são espaços de participação e controle social. Elas são instâncias de debate e proposição de diretrizes para a formulação e

atualização das políticas públicas de Cultura. Cada Conferência Nacional de Cultura é precedida por etapas de Conferências Municipais e Intermunicipais, Distritais e Estaduais e Conferências Temáticas, em cada etapa vão sendo construídas as propostas que serão levadas para a Conferência Nacional.

Cada uma das Conferências Nacionais de Cultura é convocada com uma temática como foco a fim de orientar as discussões. Ao longo da publicação, incluímos recomendações específicas da 3ª Conferência, mas destacamos, abaixo, o histórico das temáticas e os respectivos cadernos de propostas que resultaram de cada uma delas:

2006

1ª Conferência Nacional de Cultura

A primeira Conferência teve como tema “Estado e Sociedade Construindo as Políticas Públicas De Cultura” e as propostas oriundas do debate podem ser vistas aqui.

2010

2ª Conferência Nacional de Cultura

A segunda Conferência teve a temática “Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento” como orientadora e resultou nas seguintes propostas.

2013

3ª Conferência Nacional de Cultura

A terceira edição da Conferência teve como tema “Uma Política de Estado Para a Cultura: Desafios do Sistema Nacional de Cultura” e as propostas priorizadas podem ser encontradas aqui.

2024

4ª Conferência Nacional de Cultura

Já a quarta Conferência, a ser realizada de 4 a 8 de março de 2024, terá como temática “Democracia e Direito à Cultura” e após sua realização as propostas finais poderão ser encontradas aqui.

Como retomada das ações de participação social, em 2023, o governo federal lançou uma plataforma chamada Brasil Participativo, que tem como objetivo coletar propostas da população brasileira e realizar uma priorização de programas para o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. Dentre os 28 programas listados para priorização da população brasileira está o Direito à Cultura, que prevê “Consolidar a cultura e as artes como direitos e vetores de desenvolvimento humano, social, econômico, sustentável e territorial, valorizando a diversidade cultural e regional, as expressões artísticas e simbólicas e a pluralidade étnica, racial, de gênero e de territórios”. No campo aberto para envio de propostas, a área da Cultura acumulou em torno de 200 propostas relacionadas às mais diversas formas de expressão cultural, como circo, hip hop, literatura, fanfarra, capoeira, saberes tradicionais, cordel, quadrilha, e também intersecções entre Cultura e outros direitos como, esporte, trabalho, habitação e saúde.

Tais consultas públicas são um mecanismo de participação social que visam à promoção do diálogo entre governo e população, constituindo uma forma de incentivar a participação de cidadãos e cidadãs na tomada de decisões, em especial nas etapas de formulação de políticas públicas. Este mecanismo aberto tem caráter consultivo, com prazo estabelecido para a participação de qualquer pessoa que tenha interesse em se manifestar sobre o assunto pertinente àquela consulta. A consulta promovida na plataforma Brasil Participativo ficou aberta ao longo de dois meses e a expectativa do governo é de que esta iniciativa seja a maior experiência de participação social aberta do país. O Ministério da Cultura, assim como outros ministérios do governo federal, também disponibiliza um canal de Ouvidoria, que abre um diálogo entre a administração pública e a população. Neste canal as pessoas podem registrar reclamações, solicitações, sugestões e elogios.

As consultas públicas são um recurso bastante utilizado para promover a participação e qualificar as políticas e programas no âmbito da Cultura. Alguns exemplos de consultas realizadas recentemente são:

- O Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural, que ocorreu em Ouro Preto (MG) em abril de 2023, tinha como objetivo “discutir a pertinência de uma sistematização ou estruturação orgânica da legislação de proteção e valorização do Patrimônio Cultural no Brasil”. Na plenária final do Seminário pretendia-se aprovar uma carta contendo diretrizes para parametrizar discussões sobre implementação e atualização de legislações patrimoniais estaduais e municipais. Durante um mês, antes da realização do Seminário, foi aberta uma consulta pública virtual para que a população pudesse contribuir com comentários em cada uma das diretrizes propostas na carta.

O ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO DA CULTURA E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O Ministério da Cultura, reativado em 2023, é composto, além do Gabinete da Ministra Margareth Menezes, pelas seguintes secretarias:

- Secretaria Executiva;
- Secretaria de Direitos Autorais e Intelectuais;
- Secretaria de Economia Criativa e Fomento Cultural;
- Secretaria de Formação, Livro e Leitura;
- Secretaria do Audiovisual;
- Secretaria dos Comitês de Cultura; e
- Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural.

A Secretaria dos Comitês de Cultura merece destaque pois tem sua atuação profundamente implicada com a participação social. Dentre as competências previstas para esta secretaria está, por exemplo, a implementação de comitês de Cultura em todos os estados, tarefa esta que deve ser conduzida em parceria com a sociedade civil, considerando as diversidades regionais e características de cada território. Outra responsabilidade prevista para a Secretaria dos Comitês de Cultura é a realização de “ações de capacitação sobre formulação, execução ou monitoramento de políticas culturais para agentes públicos, dirigentes e ativistas da sociedade civil, artistas, trabalhadores da economia criativa, empreendedores, entre outros agentes culturais”.

Além disso, compete também à Secretaria, a inserção das instâncias de participação social do Ministério e entidades vinculadas no Sistema Nacional de Participação Social Interministerial, que foi reinstaurado em 2023, assim como o Conselho de Participação Social, que haviam sido extintos em 2019.

- Em maio de 2023, o município de Vitória da Conquista (BA) promoveu consultas públicas em formato presencial para ouvir “artistas, produtores, espaços culturais e a sociedade civil em geral para elaborar o plano de ação de distribuição dos recursos” da Lei Paulo Gustavo (Lei nº 195/2022) no município. Todo o processo de regulamentação da Lei Paulo Gustavo, no país inteiro, foi marcado pela participação social, e as consultas públicas para sua implementação são exemplo disso.

Além das consultas públicas, conselhos e conferências, a participação social atravessa outros marcos públicos. Por exemplo, o **Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC)**, instituído pela Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014, estabelece critérios para parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, indicando a gestão pública democrática como fundamental prioritário. Assim, o MROSC promove o reconhecimento da participação social como direito do cidadão e demanda que as parcerias assegurem a integração e a transversalidade dos procedimentos, mecanismos e instâncias de participação social em seus regimes jurídicos.

Atualmente, no entanto, não existem mecanismos que garantam caráter vinculante às deliberações das consultas públicas, das Conferências Nacionais de Cultura e do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), revelando restrições à influência da participação social nas políticas públicas. Nesses casos, a concretização das deliberações fica profundamente dependente da vontade política da administração pública em cada ocasião e outros fatores conjunturais (BARROS, 2020). Mesmo o Plano Nacional de Cultura, estruturado a partir de metas e indicadores, com projeção orçamentária, baseadas em processos de consulta pública e participação popular, não logrou estruturar suas ações como políticas de Estado (VILUTIS, 2013). Ademais, a



escassez de informações sistematizadas no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais motivou a elaboração de metas de processo, que consistem em metas intermediárias para fomentar mecanismos de mensuração e sistematização das informações e com isso possibilitar a avaliação das metas de resultado (VILUTIS, 2013).

▲ Palhaço da Folia de Reis Penitentes do Santa Marta, Rio de Janeiro, 2019. FOTO Ratão Diniz

EXPERIÊNCIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM CULTURA

Mesmo com os desafios, o Brasil é uma grande referência a nível nacional e subnacional de participação social. O Programa Cidades Sustentáveis (PSC), por exemplo, é uma agenda de sustentabilidade urbana que envolve diversas dimensões, a cultural sendo uma delas, no planejamento municipal. O PSC lançou, em 2021, o Guia de Introdução à Participação Cidadã, que traz conceitos e referenciais teóricos, indicadores e exemplos de boas práticas em participação cidadã, com os objetivos de apoiar gestores/as públicos/as no processo de formulação de políticas com base no fortalecimento participativo e de informar cidadãos e cidadãs em geral, para sensibilizar e capacitar para a participação cidadã. O guia pode ser lido na íntegra [aqui](#).

Há alguns exemplos de experiências de participação social local e internacional inspiradoras, que destacamos no Quadro abaixo:

Quadro 6 - Experiências municipais e internacionais de participação social em Cultura

Projeto/ Iniciativa	Local	Descrição
projeto ali: arte livre itinerante	São Paulo/SP	O ali é um “projeto/escola/movimentação” cultural, idealizado por artistas plásticos e um cientista social, que atua em diferentes regiões da cidade de São Paulo. Articula-se como Movimentação Cultural pelas ações de mapeamento contínuo, construção de redes culturais envolvendo artistas, escolas, lideranças locais, espaços culturais e movimentos da sociedade civil organizados, a fim de abrir canais de comunicação através das partes integrantes dessa rede. Desde o seu início em 2019, após o mapeamento de uma região com cena cultural intensa, o projeto se aproxima e faz uma mobilização para estabelecer pontes e engajar participantes em suas ações e cursos. Para isso, o projeto é apresentado em espaços do território, como praças, bares, casas de moradores e espaços culturais, e esses diálogos envolvem a participação de lideranças locais, professores, estudantes, artistas e gestores culturais. A intenção da apresentação é aperfeiçoar a proposta a partir da escuta nesses momentos, além de incorporar na rede de atuação do projeto os atores locais, desenvolvendo assim uma integração e difusão cultural. Na primeira experiência do projeto, na Cidade Tiradentes, bairro de São Paulo, um dos grandes desafios encontrados pelo projeto é a mobilidade urbana, então a reflexão e co-construção de estratégias de enfrentamento a esse desafio também faz parte do trabalho: como garantir que moradores da Cidade Tiradentes possam acessar a Cultura nas regiões mais centrais da cidade e também como moradores das áreas centrais possam participar dos eventos e manifestações culturais da Cidade Tiradentes e demais bairros periféricos da cidade. Cultura e Mobilidade são direitos interconectados.



Planejamento Participativo Plano Plurianual 2013-2016 da Prefeitura de Curitiba

Curitiba/
PR

O Plano Plurianual de 2013-2016 da Prefeitura de Curitiba reforçou uma abordagem estratégica, participativa, territorial e intersetorial. Ele foi construído em torno de quatro áreas de ação, sendo uma delas a Governança participativa. A adesão ao Sistema Nacional de Cultura, o fortalecimento e a capacitação do Conselho Municipal de Cultura foram todos tratados como áreas prioritárias. Por meio delas, surgiu uma série de estratégias focadas na aproximação e no diálogo com os atores culturais e a população em geral. Essas estratégias se tornaram realidade por meio de conferências e pré-conferências culturais anuais, palestras em estilo de sala de aula, consultas e audiências públicas e muitas outras. O programa ajudou a construir novos ambientes para a prática da cidadania, bem como a superar os desafios resultantes dos interesses divergentes entre os atores sociais. A participação na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas culturais garantiu a assertividade na execução das ações e o uso adequado dos recursos públicos. Isso promoveu uma responsabilidade compartilhada entre os diferentes setores da sociedade por meio de práticas sustentáveis, democráticas e inclusivas.

(p.2) Seguindo os princípios da boa governança, as ações programadas da cidade estão em conformidade com o compromisso de implementar os instrumentos adequados para garantir a participação democrática dos cidadãos no desenvolvimento, execução e avaliação de políticas públicas culturais.

(p.3) A execução de um programa que prevê a participação dos cidadãos no desenvolvimento, na implementação e na avaliação de políticas públicas culturais seria impossível sem o apoio de diferentes instituições, bem como de entidades públicas e privadas. Entre elas estão ONGs, associações profissionais e comunitárias e muitas outras e o apoio foi encontrado na forma de espaços, pessoas e divulgação, com treinamento contínuo, consultoria, representação e cooperação técnica, entre outros. (p.4) Dentre os impactos deste processo participativo destaca-se que ao mobilizar a população para assumir o controle das políticas culturais, o programa despertou os cidadãos. A interface entre os sistemas de participação e o controle de várias políticas públicas promoveu um diálogo sobre as queixas sociais, ao mesmo tempo em que evitou a sobreposição de ações. (p. 5)

Carta de Direitos Culturais de Niterói

Niterói/
RJ

“Uma cidade com direito à Cultura é uma cidade com mais educação, conhecimento e cidadania, porque o direito cultural é o direito à diversidade, à inclusão de todas e todos, a celebração das diferenças e dos encontros” é uma das afirmações presentes no manifesto de abertura da Carta de Direitos Culturais de Niterói. Esta carta foi resultado de uma construção participativa, promovida pela prefeitura de Niterói (RJ) no ano de 2021, e traz uma consolidação da legislação e das políticas culturais, apresenta diretrizes, metas e estratégias para os direitos culturais. A experiência foi inspirada no processo desenvolvido pela cidade de San Luis de Potosi, no México, alguns anos antes.



Carta de la
Ciudad por
los Derechos
Culturales

San Luis
de Potosí,
México

A Carta da Cidade de San Luis Potosí para os Direitos Culturais é um instrumento vinculante, de elaboração local e ancoragem internacional, que reconhece a necessidade de co-projetar regulamentações municipais no campo da cultura. Sua principal função é reconhecer, proteger e garantir a plena fruição dos direitos culturais para todos os habitantes, visitantes e pessoas em trânsito na capital de San Luis Potosí. Desde 2018, a Carta vem sendo alimentada com conteúdo em um processo amplo, de longo prazo, participativo e de código aberto, que coloca sua própria concepção, estrutura, conteúdo e linguagem em debate por meio de processos participativos intensivos. Abordar a cultura como um tema de debate público é sempre um desafio, dada a multiplicidade de significados do conceito e os inúmeros outros campos e esferas que estão relacionados a ele. Para que o diálogo cultural ocorresse de forma organizada os encontros foram temáticos. Entre 2019 e 2020 foram realizadas três jornadas de participação sobre: 1) Equidade Territorial, 2) Democracia Cultural e 3) Fomento à Criatividade. Cada jornada pretendia a imaginação de conteúdos para a carta e contou com diferentes etapas. Foram realizados painéis de debate entre pessoas e especialistas de diferentes áreas, em que foram destacadas práticas, experiências e perspectivas, que ajudam a imaginar escopos e rotas para o desenvolvimento de capacidades locais. Os Grupos de Trabalho foram divididos entre 3 objetivos: 1) Catalogação e regulamentação, para estabelecer as bases para um catálogo eficaz de direitos culturais em nível municipal, com base nas estruturas internacionais, nacionais e estaduais sobre o assunto; 2) Identificação de prioridades, para garantir a construção de um instrumento equilibrado e que reafirma os Direitos Culturais para grupos e territórios prioritários; e 3) Estruturação e registro de propostas de ação, a fim de abordar várias rotas de implementação corresponsável. A Carta finalizada pode ser lida [aqui](#).

<u>BeSpectACTive!</u>	União Europeia	Desde dezembro de 2014, o BeSpectACTive! é um projeto de cooperação europeia de larga escala - cofinanciado pelo Programa Europa Criativa da União Europeia - que atua nas artes cênicas por meio de produções artísticas e práticas participativas que visam envolver os cidadãos e espectadores em processos criativos e organizacionais. Seus membros são festivais europeus, teatros, organizações culturais, universidades e um centro de pesquisa. O objetivo era explorar algumas das mais importantes experiências europeias de “espectador ativo” nas artes cênicas, nas quais os espectadores desempenharam papéis ativos como tomadores de decisão. Os casos estudados, que estão localizados em contextos políticos muito diferentes (da Hungria à Itália, Reino Unido ou Romênia), não têm a mesma história política e, portanto, não produzem a mesma representação de políticas culturais, nem seus líderes culturais compartilham as mesmas visões iniciais da participação dos cidadãos em assuntos artísticos. Porém, essas visões não são fixas, elas evoluem por meio dos processos de implementação. O desenvolvimento de projetos participativos pode, portanto, revelar surpresas interessantes na apropriação, aprendizado e imitação de novas ferramentas de políticas. (p.14) Autores do projeto identificaram que uma forte atenção às abordagens participativas poderia reformular o papel da cultura em um contexto social e político em rápida mudança. Estamos firmemente convencidos de que uma visão alterada por operadores culturais, formuladores de políticas e artistas de acordo com a perspectiva dos cidadãos/visitantes pode desencadear a mudança, seja na organização, na comunidade ou em toda a estrutura social. (p.32) Os autores também destacam que o elitismo social e estético é um problema em potencial na maioria dos exercícios participativos culturais e que para se adequar a diferentes abordagens sociais e geracionais, é importante misturar pessoas de diferentes idades, bairros, escolaridade e origens culturais ou étnicas. (p.49)
<u>Planejamento Urbano Participativo de Auckland/NZ</u>	Auckland/NZ	A cidade de Auckland, na Nova Zelândia, iniciou em 2011 um processo de planejamento urbano participativo, com o objetivo de tornar Auckland a cidade mais habitável do mundo até 2040. O processo durou em torno de dois anos e, pela primeira vez, incluiu cidadãos e cidadãs da cidade no processo de levantamento de ideias e definição de prioridades sobre questões ambientais, econômicas, políticas, humanas, sociais, culturais e outras. A prefeitura priorizou a comunicação incentivando a divulgação do projeto em diferentes locais da cidade, como comércios e centros comunitários, a fim de garantir a representatividade, além dos meios de comunicação tradicionais e da internet. Primeiramente foram realizadas oficinas e os feedbacks coletados foram sistematizados em um documento que apoiou a formulação do projeto. Quatro planos resultaram e foram traduzidos para idiomas e dialetos falados no país (Maori, chinês, coreano, Samoa e Tonga) e então abertos para consulta pública durante dois meses e receberam contribuições de mais de 2500 pessoas. Uma das críticas mais frequentes ao processo foi em relação ao tempo dedicado à participação social, pois devido a complexidade do plano teria sido importante mais tempo para assimilação e contribuição da população.

▼ As Caixeiras do Divino durante evento realizado pelo C de Cultura FOTO C de Cultura

Como vimos, há formas de inovar os formatos das Conferências nacional e municipais, escutando cada vez mais vozes no campo da Cultura. No entanto, antes de criar novos mecanismos, é essencial voltar às recomendações da última Conferência e verificar quais barreiras impediram a efetiva implementação das demandas populares.

A participação social é uma forma de integrar as diversas vozes do mosaico da Cultura em suas políticas. Todavia nem todas as pessoas possuem as mesmas condições de participarem de espaços de deliberação e construção política. Sem um olhar para a equidade, de modo a garantir que diferenças de condições entre as pessoas não se tornem desigualdades, não conseguiremos avançar em políticas culturais verdadeiramente plurais. A próxima seção traz reflexões sobre os diferentes marcadores sociais e como eles interagem para facilitar ou restringir o acesso da população à Cultura.



RECOMENDAÇÕES DA 3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA PARA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A Conferência Nacional de Cultura é o principal espaço de participação social para avaliação e discussão de potenciais aperfeiçoamentos das políticas públicas de Cultura no Brasil, deste espaço deliberativo participam servidores/as públicos/as, representantes da gestão, da academia, de movimentos sociais e cidadã(o) s consumidores/as de Cultura. A 3ª Conferência Nacional de Cultura foi a última a ser realizada, em 2013. E como todas as conferências teve diversas propostas aprovadas, abaixo estão destacadas algumas que se relacionam com os temas de Fomento, Financiamento e Participação Social:

EIXO 1 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

Proposta 1.24 - Sistema de Financiamento Público: critérios de distribuição de recursos: “Fortalecer e operacionalizar os sistemas de financiamento público garantindo: a) editais para projetos culturais com requisitos pré-estabelecidos, critérios de pontuação e valores aprovados pelos conselhos de Cultura observando-se IDH e SNIIC, com desoneração fiscal do contemplado no edital; b) critérios de prioridade para atividades que gerem fortalecimento da diversidade

cultural; c) priorização de recursos e linhas especiais para povos e comunidades tradicionais, culturas de matriz africana e indígenas, e para culturas populares; d) ações de promoção do desenvolvimento cultural em todo o território nacional; e) criação, implementação e/ou modernização de centros culturais, secretarias, CEUs, bibliotecas, arquivos, museus, e aquisição de equipamentos e mobiliários, restauro e revitalização; f) critério de prioridade para setores culturais ligados à economia criativa e Arranjos Produtivos Locais; g) fomento e financiamento a projetos de acessibilidade cultural, de grupos, organizações e/ou artistas com deficiência; h) critérios de territorialidade regional na distribuição de recursos.”

EIXO 2 – PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL

Proposta 2.30 - Comunicação e Cultura: “Aprovar o Marco Regulatório das Comunicações no Brasil, o Marco Civil da Internet (garantindo a neutralidade da rede como regra), a Lei da Mídia Democrática, e modificar a Lei 9.612/98, garantindo o respeito aos Direitos Humanos, à diversidade e à participação social nos processos de revisão desses Marcos Regulatórios, considerando o disposto no Estatuto da Igualdade Racial, com regulamentação imediata dos artigos relativos à comunicação aprovados na Constituição de

1988. Incluir mais canais de rádio e TVs públicas, comunitárias, educativas, universitárias, culturais e de cidadania, no espectro eletromagnético e digital do Brasil, disponibilizando recursos públicos para viabilizar a sustentabilidade dessas emissoras, assim como para aquisição e renovação de infraestrutura tecnológica. No caso das rádios comunitárias, promover o aumento de seu alcance, potência, altura de antena e canais, e que seja disponibilizado recursos públicos para viabilizar a sustentabilidade dessas emissoras. Ampliar o diálogo e protagonismo do Ministério da Cultura dentro deste processo decisório.”

EIXO 3 - CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS

Proposta 3.27. - Ampliação da participação de grupos e artistas locais nos recursos dos fundos de Cultura: “Garantir no âmbito do SNC que os recursos dos fundos municipais, estaduais, do Distrito Federal e nacional de Cultura direcionados à realização de eventos, projetos e programas destinem no mínimo 50% do investimento na participação efetiva de grupos e artistas locais, assegurando a equiparação de condições técnicas e de produção entre estes e os convidados externos.”

A realização da 4ª Conferência Nacional de Cultura está prevista para março de 2024.



RECORTE AMAZÔNICO NO CAMINHO DA DIVERSIDADE

Jander Manuara

Eu não poderia começar meu texto sem demarcar a área de recorte da região amazônica que é por onde me entendo como agente atuante em vários seguimentos artísticos e produção, o fato de parecer que o Brasil descobriu a Amazônia há pouco tempo revela o quanto a arte e seu corpo nessa região foi e continuará sempre sendo resistente. Num lugar onde a logística traz além de distancia inimagináveis recursos que são descritos em planilhas de editais e que in loco revelam o triplo e até muitas vezes 30% de todo gasto apenas para levar uma companhia de teatro pra alguma localidade ribeirinha, por exemplo, mostram o quanto de cuidado temos que ter desde o entendimento de quem lida com leis de incentivo até quem as escreve e muito mais com cadência e lupa ocular pra esse recorte de regiões para, aí sim, começarmos a entender mais profundamente sobre democratização de acesso e descentralização de recursos dentro das políticas culturais.

Ao meu ver, a crescente informalidade poderia ser um ponto de partida para chegarmos a esse acesso, buscar aproximação de investimento privado tendo como referência organizações periféricas que dialogam com um mais amplo e diverso público, meios de comunicação e aproximação com órgãos, como o sistema “S” do Sebrae ou dentro de associações de bairros com oficinas para acompanhamento desses coletivos até sua formalização, vejo um rombo

Rapper, artista, articulador cultural e agente de transformação local da Amazônia Legal. Amazonense, natural de Manaus, acadêmico de Produção Cultural e estudante de Direção de Fotografia na Academia Internacional de Cinema. Há 20 anos atuante no cenário Hip Hop Nortista, idealizador do Coletivo de Hip Hop – Origenas, membro da Associação Intercultural de Hip Hop Urbanos da Amazônia, assina a produção artística da Virada Sustentável Manaus 2017-2022 e da Feira de Criatividade da FAS e articulador cultural da plataforma Namaloca. Foi homenageado como uma das vozes atuantes na luta pela agenda climática da ONU Brasil.

cultural no quesito gestão, quer seja de negócios ou das ações praticadas por muitas coletividades, ensino de gestão e de base seria um grande reforço para alcançarmos essas grandes de investimentos e de cultura que alcance uma maior capilaridade territorial.

O mundo flui e surfa na onda da ASG e institutos e fundações, por estarem em centros de debates, muitas vezes em regiões com norte e nordeste, funcionam com “atravessadores” desses investimentos por captação, redes de conexões e o crivo disso tudo é validado na própria região com poucos personagens inseridos nos projetos que levam muitas vezes no nome e na descrição do projeto seu local identitário com marca para vendas desses produtos fazendo com que o acesso e aporte financeiro chegue ou defasado ou de forma “reduzida”, vide porcentuais de investimentos em leis de incentivo nessas regiões. A própria logística é desafiadora e o formato cultural do país que enxerga a região amazônica como linha de produção dos pátios industriais como a zona franca de Manaus, não buscam deixar sua marca como forte parceiros sustentáveis da floresta, além de empregos muitas vezes terceirizados e com poucos direitos ao fim dos contratos onde os que decidem estão nos grandes centros e como alcançar recursos diretos, até mesmo para uma simples reunião, onde quem bate o martelo para investimento está tão longe ou se quer pisa nesses territórios e áreas fabris.

A vasta produção e representação indígena também não pode passar batido no tema, ainda há muito o que pensar e como incluir os grupos étnicos diversos, tratando como início a linguagem materna de cada povo, por exemplo em São Gabriel da Cachoeira no Amazonas temos 23 povos indígenas e 5 troncos de famílias linguísticas e que entre muitos membros nem é utilizado o português, um meio para esse alcance passa por formações, oficinas dentro das organizações que já atuam e que tenham validações do próprio território para repasse de editais e entendimento de políticas culturais com participação desses agentes diversos locais.

Estamos de costas para a América Latina e a região norte fazendo fronteira com países importantes e próxima de cidades como Medellín, a segunda maior cidade da Colômbia, tem trabalhado para se transformar em modelo de desenvolvimento urbano sustentável na região e no mundo, digo isto, pela miscigenação e pela proximidade territorial já que o sonho sulista parece tão distante, então o que esses países com esse clima semelhante nortista trazem também de inovação em suas políticas públicas que faz com que esses povos tenham tanto pertencimento local, algo que na região norte tem como uma grande problemática (agora com forte retomada indígena) mas, ainda tímido para as massas que aplaudem muito o que é “de fora” o pertencimento e reconhecimento de suas identidades também trarão essa consciência tanto de reinvidicação como de apropriação das políticas culturais devidas.


Um ponto a ser considerado são as atuais formações dos conselhos de culturais estaduais e municipais por onde passam o Plano Nacional de Cultura que estão engessados em poucos representantes para os mais diversos seguimentos que não tem sua atuação

dentro desses debates e construções de políticas precisamos ter atualizações nos números de cadeiras e conselheiros e conselheiras que dialoguem com a diversidade que contemplem os povos minoritários, é importantíssimo essa renovação de cadeiras representativas.

Reforço o trabalho em fortalecer o pertencimento local, como se mostra importante para pontos cruciais de partida como a criação do Ministério dos Povos Indígenas e toda retomada desses povos indígenas na moda, na arte e no fomento em redes, na luta pela demarcação com projetos que dialoguem e envolvam às comunidades não só na produção e execução mas também na área criativa, queremos fazer parte dos processos desde o início, queremos estar nas concepções de ideias e acabamento final dos produtos, da disceminização dessas políticas, fóruns, conferências, e pertencer não como validação de falas, mas como agentes ativos dessas transformações diversificadas.

A Amazônia legal também precisa ser vista pela sua diversidade e entender que alcançar o Acre não é o mesmo que alcançar Amapá com diferenças locais muitas vezes impostas num bloco todo como “Amazônia” o fato é que uma rede de conexões como o próprio espaço o é, um tapete tecnológico, que já poderia ser capilarizado para alcançarmos essa amplidão e diversidade que existe nesses locais. Fortalecer os agentes, coletivos, organizações, narrativas, formações em redes criativas, quer hub ou startups culturais para que se entenda esses investimentos públicos e privados, leis de incentivos, boas práticas e ideias, hackathons, encontros e aproximar linguagens, bom sempre acredito que a coletividade move um mundo mais amplo e diverso, esse é o caminho que acredito, invisto meu tempo e minha luta.



The background is a vibrant, abstract composition of various patterns and colors. It features thick, expressive brushstrokes in shades of orange, red, and yellow, creating a sense of movement and energy. There are also geometric patterns, including a grid of blue and white squares in the bottom left, and a series of horizontal red and white stripes on the right side. The overall aesthetic is modern and artistic, with a focus on bold colors and dynamic forms.

**CULTURA
PARA
TODAS,
TODES E
TODOS: UM
CHAMADO
PARA A
EQUIDADE**

Nesta seção, vamos falar sobre marcadores de equidade relacionados à cultura. Ao longo do ‘Cultura Em Evidência’, ressaltamos como o acesso à Cultura pode ser desigual entre pessoas e territórios, sendo essencial que as políticas culturais considerem como diferentes marcadores sociais transformam a experiência de cada pessoa. Atuar a partir do princípio da equidade significa reconhecer a diversidade da população e garantir que ela seja celebrada e não se torne motivo de desigualdade. Uma das ferramentas desenvolvidas para considerar diferentes dimensões de equidade no desenho e implementação de intervenções sociais é o Framework PROGRESS (O’NEILL et al., 2014). Esse acrônimo é traduzido da seguinte forma:

- P** - Local de residência
- R** - Raça/etnia/cultura/linguagem
- O** - Ocupação e trabalho
- G** - Gênero
- R** - Religião
- E** - Educação
- SS** - Status socioeconômico e capital social

Além dessas dimensões, podem ser agregadas reflexões sobre outras características pessoais que podem ser alvo de preconceito ou estigma (por exemplo, faixa etária, preferência sexual, pessoas com deficiências) e características da rede familiar e de apoio. Nessa publicação nos referimos ao capital social como as relações e conexões sociais que podem trazer benefícios e recursos para os diferentes atores envolvidos no ecossistema da cultura. No contexto cultural brasileiro, existem relações de poder e hierarquias implícitas que afetam as interações entre os diversos agentes envolvidos. Por isso, ter instrumentos eficazes para mediar essas hierarquias é muito relevante, na medida em que permite a criação de um ambiente mais inclusivo, democrático, cooperativo e acessível.

A seguir são exploradas as implicações de cada uma das dimensões de equidade do Framework PROGRESS nas intervenções relacionadas à cultura.

20. O termo se refere a uma categorização utilizada para descrever países ou regiões que estão em desenvolvimento, destacando a existência de disparidades globais (CAIXETA, MENEZES, 2021).

▼ Lambe-sujos e Caboclinhos, festa popular que acontece no município Laranjeiras, localizado no estado de Sergipe. 2017
FOTO Ratão Diniz



P - LOCAL DE RESIDÊNCIA

As políticas de visto são a principal barreira para a mobilidade de profissionais culturais e a mobilidade entre os países do Sul global²⁰ é limitada, em parte devido à baixa conectividade regional. 79% das residências artísticas internacionais estão localizadas na Europa e na América do Norte. Os titulares de passaportes de países do Norte global podem visitar em média 169 países sem visto, enquanto a média para titulares de passaportes de países do Sul global é de 86 países. Nos processos de aplicação de visto, muitas vezes é exigido que artistas apresentem contrato de trabalho ou a figura de um garantidor para comprovar que retornarão ao país de residência. Esse tipo de exigência é particularmente mais desafiadora para os artistas em regime de trabalho informal. Discriminação devido ao baixo status profissional do artista é comumente relatada, além de tempos de espera mais longos para obter agendamentos de entrevistas nas embaixadas quando comparado a outras profissões. A terceirização da emissão de vistos para prestadores de serviços externos também tem impactado negativamente a mobilidade, pois reduz a capacidade dos artistas de discutir seus casos diretamente com funcionários consulares. Os centros de processamento de vistos também parecem estar menos familiarizados com os padrões específicos para profissionais da Cultura (UNESCO, 2022b).

Na perspectiva nacional, a desigualdade territorial brasileira limita o acesso ao direito à arte e à Cultura. Nas periferias brasileiras, por exemplo, a moradia distante dos centros urbanos vem acompanhada de preconceitos e dificuldades que se sobrepõem. A distância geográfica dos centros urbanos dificulta o acesso dos moradores das periferias a eventos e espaços culturais localizados em áreas mais centrais. Além disso, a estigmatização pode afetar a forma como a Cultura produzida nas comunidades é percebida e valorizada pela sociedade. Como forma de reverter esse quadro, a produção de Cultura pela própria periferia pode gerar leituras críticas, desconstruindo a forma estereotipada e estigmatizada em que são retratados os moradores da periferia, por exemplo. Além disso, participar ativamente da produção cultural contribui para a diversidade no setor. Para isso é preciso enfrentar o desafio da limitação de recursos financeiros para o apoio às produções culturais das periferias (AMORIM, 2019).

A FORÇA DOS COLETIVOS CULTURAIS NAS PERIFERIAS

Um dos acontecimentos mais importantes ocorridos nas periferias paulistanas pelo menos nos últimos 20 anos foi o aumento considerável de coletivos e indivíduos que passaram a produzir arte e disseminar manifestações culturais nos bairros mais empobrecidos. A periferia produz saraus, comunidades do samba, capoeira, funk, cineclubes, produções audiovisuais, grupos de teatro e dança, literatura marginal, posses de hip-hop, dentre outras atividades culturais e artísticas que empoderam e mudam o próprio significado da palavra “periferia” (ALMEIDA, 2014).

Nas periferias, a arte representa pelo menos cinco papéis (D’ANDREA, 2013):

- **Pacificação:** A arte como elemento pacificador se manifesta na utilização dos espaços comuns como uma forma de promover a socialização e a coesão entre indivíduos que vivem com medo da violência. Além disso, a arte desempenha um papel humanizador em um contexto marcado por estigmas e baixa autoestima, proporcionando aos moradores da periferia uma sensação de vida e vitalidade.
- **Sobrevivência material:** No contexto da pobreza, a produção artística tornou-se uma forma de obter renda sem a necessidade de se inserir em um mercado de trabalho caracterizado pela exploração e baixos salários. A partir da década de 1990, surgiram editais públicos e privados que passaram a financiar a produção artística, e o acesso a novas tecnologias possibilitou a criação de produções independentes.
- **Valorização do local:** A valorização do local por meio da produção artística surgiu da necessidade de organizar atividades coletivas em uma comunidade com desconfiças entre vizinhos. Além disso, valorizar a produção cultural dos bairros populares ajudou a combater estigmas e preconceitos. Ao realizar atividades culturais no próprio bairro, os moradores reduziram sua dependência em relação ao centro da cidade.
- **Participação política:** A arte também desempenha um papel na participação política. A partir da década de 1990, a descrença nas instituições políticas começou a se manifestar, aumentando ao longo dos anos até os dias atuais. Nesse contexto, a criação de coletivos artísticos tornou-se uma forma de organização diante da crise dos partidos políticos e de expressão da realidade por meio da produção artística.
- **Humanização:** Por fim, em um contexto de múltiplas formas de violência, seja por meio de homicídios ou preconceitos sociais, a produção artística desempenha um papel importante na humanização da população, mostrando-lhes que estão vivos e aumentando a autoestima e a confiança em si mesmos.



CULTURA E PERIFERIA

Tiaraju Pablo D'Andrea

Professor da Unifesp/Campus Zona Leste. Coordenador do Centro de Estudos Periféricos. Autor do livro "A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo" (Editora Dandara, 2022).

As periferias das grandes metrópoles brasileiras foram formadas por pessoas oriundas de diversas regiões e com distintas experiências culturais. Essa diversidade de modos de vida encontrou um solo fértil para troca e partilha nesses territórios marcados por processos de urbanização acelerados e precários. Desses encontros deriva a potencialidade das periferias, mais heterogênea que os espaços onde habita a classe média. Diversidade de modos de vida propicia diversidade artística. Pensar políticas de cultura para as periferias é fundamentalmente incentivar a pluralidade de origens e de linguagens presentes nessas localidades, plenas de fazedores de arte e de cultura.

No entanto, a maioria dos artistas das periferias tem uma trajetória econômica instável, dependendo de editais públicos e privados sazonais e de contratações que poucas vezes os valorizam. Estes profissionais necessitam de programas que presuponham assalariamento ou bolsas que garantam

sua produção e sobrevivência. Países como a França adotaram esse sistema. O artista, quando auxiliado, produz mais e melhor.

Em paralelo, é muito importante existirem políticas estatais nos territórios, seja em casas de cultura, fábricas de cultura ou CEUs. Esses equipamentos devem possuir financiamento, infraestrutura, planejamento e continuidade, visando alcançar a totalidade da população e sempre tendo como meta a potencialização das aptidões artísticas de todo ser humano. A cultura é um direito humano e social básico.

Fundamentalmente nas periferias, a arte tem possibilitado superar dilemas sociais e econômicos. Nos últimos trinta anos, um amplo movimento cultural propiciou uma melhoria objetiva nas condições de vida das comunidades e potencializou as subjetividades, transformando-se em um dos processos mais vigorosos ocorridos no Brasil. Com apoio, este movimento poderia fazer muito mais pela nossa sociedade.



▼ Apresentação que compõe o programa
Mestres e Biomas durante edição do
Festival Percurso, em São Paulo
FOTO C de Cultura





O FUNK COMO FERRAMENTA FORTALECEDORA DAS POTENCIALIDADES PERIFÉRICAS

Instituto Kondzilla

O funk, integrante da cultura popular brasileira como é, cumpre seu papel não só como ferramenta de diversão e entretenimento, mas como o registro de uma época, pensamentos, hábitos regionais e fortalecedor de identidade e autoestima. Além do fomento pessoal e profissional de uma comunidade.

Foi assim no funk melody, com Cidinho e Doca, MC Marcinho, Claudinho e Bochecha, Perlla e tantos outros nomes que iniciaram os caminhos de artistas que ouvimos hoje.

Do melody ao 150bpm, o espaço do Funk do só cresceu: foi além das letras que reforçam a necessidade da descriminalização do funk (como em Rap do Silva), passando por criador de tendências até o espaço crítica social que furam bolhas (tal qual Bum Bum Tan Tan viral como incentivador da campanha de vacinação do Covid-19).

Pr'almém de alcançar as rádios e paradas mundiais, a promoção do funk movimentou a economia local e alimenta o ecossistema o qual pertence. Segundo a

FGV, só no estado do Rio de Janeiro, são 900 bailes que recebem 1,23 milhões de pessoas que geram mais R\$ 7 milhões só em bilheteria, sem contar o consumo de bebidas, alimentos e toda a pré-produção em volta que a gente sabe que acontece, como a colocação de unhas e cílios, corte na régua e aquela roupa nova. Carreiras e vidas inteiras se consolidam sob a base do funk, tornando a sua importância ainda maior, uma indústria sólida.

Instituições e projetos nasceram exclusivamente em nome do Funk, como a Kondzilla, por exemplo. E o estilo tem sido fio condutor para criação e expansão de histórias, auxiliando na autoestima e descobertas tendo o funk como trilha.

O Funk então, comprova através das suas inúmeras vertentes, o poder instigante de convidar para novos conhecimentos como em The Beat Diaspora, projeto de conteúdo desenvolvido pela Kond que exalta o ritmo como fruto da resistência negra e diaspórica através dos diferentes estilos do ritmo.



Yasmin laluny é jornalista, modelo e filha de família matriarcal negra. Nasceu no Rio de Janeiro e tem os estados brasileiros como espaço para explorar: se graduou no Rio Grande do Sul fronteira com a Argentina, mora em São Paulo, mas adora passar tempo em outras cidades para conhecer culturas e novas culinárias. Cresceu como atleta de basquete, ama feira de rua, brechó e o universo da escrita. Ainda na graduação escreveu um livro-reportagem sobre a profissão de modelo no Brasil.

O consumo do funk pelo mundo só cresce. Segundo o Spotify, o gênero cresce pelo menos 51% todo ano desde 2014 e foi um dos mais ouvidos em 2020 em 51 países! Na mesma batida do crescimento do funk pelo mundo, o estilo também é estudado em diversas universidades estaduais e federais através de cursos como Letras, Educação Física, Filosofia e Ciências Sociais. O estilo é um dos instrumentos periféricos da retomada da própria narrativa, do resgate da conexão ancestral e do sentimento de empoderamento coletivo.

A moda também não se distancia disso. O Funk e a cultura periférica inspiram tendências e fazem parte da construção de narrativas fashionistas como no lançamento da coleção 02/2017 da À La Garçonne que teve como trilha o funk e o vídeo-performance que juntou música clássica, o Theatro Municipal de São

Paulo e a batida do funk como condutor do conteúdo do lançamento.

O Funk é um potencial transformador de realidades, seja através da educação, da economia, da descoberta da capacidade criativa, da expansão de histórias e referências ou da junção com outras ferramentas e estilos. O exercício de imaginar em quais outros lugares o ritmo pode levar jovens que são embalados pelo ritmo é um convite a toda comunidade que acredita na criatividade e na arte como educadores sociais.

Enquanto houver um funkeiro e uma mente criativa, novas pontes podem ser construídas. O que não faltam são terrenos a serem explorados e histórias aguardando incentivo, espaço e ferramentas para gerarem novos beats para a nossa realidade.

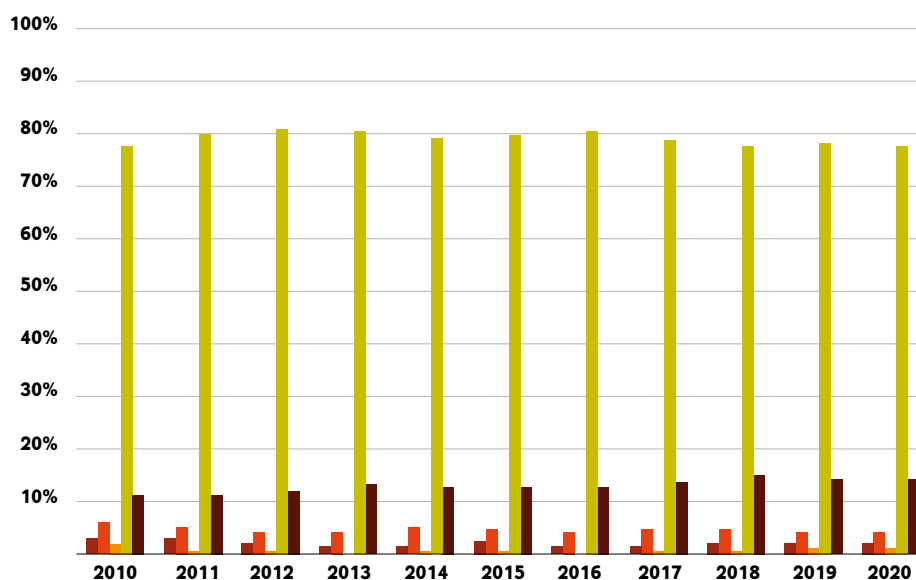


▲ Show na roda cultural do Méier - Zona norte do Rio de Janeiro a Roda Cultural do Méier faz parte do Circuito carioca de Ritmo e Poesia CORP - 05/02/2014
FOTO Thiago Ripper | Favela em foco



Em termos de distribuição de recursos entre as regiões brasileiras, o Sudeste concentra mais de 2/3 da captação para a cultura. Em 2020 a captação da região Sudeste foi de aproximadamente R\$1,15 bilhões. As demais regiões mantêm um nível relativamente equilibrado percentualmente na proporção de captação entre 2020 e 2019. As variações configuraram 0,1% no Norte e no Nordeste, e 0,2% no Sudeste e no Centro-Oeste. Houve uma pequena variação na proporcionalidade de distribuição de recursos de 2010 para 2020 (OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL, 2021). No gráfico abaixo é possível verificar o percentual de recursos sobre o total da captação por região brasileira de 2010 a 2020:

Figura 9 - Distribuição regional 2010-2020 (% de recursos sobre o total da captação)



Fonte: OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL, 2021

Houve mudanças consideráveis na distribuição regional do valor total de captação de 2010 para 2020, com a região Sudeste apresentando variação negativa. A região Sul manteve o nível relativamente estável e as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por sua vez, apresentaram variação negativa em mais de 70%, 50% e 40%, respectivamente. A diminuição relativa no nível total de captação via renúncia fiscal de 2010 para 2020 parece ter ocorrido devido à relativa baixa captação nessas três regiões (OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL, 2021).

Especificamente em relação à Lei Rouanet, também há maior concentração de acesso aos recursos na região Sudeste. Os recursos se concentram em municípios com maior porte populacional e maior PIB. A forma de

funcionamento da LIC traz dificuldades de democratizar os recursos geograficamente, pois configura-se como um instrumento mais voltado para interesses de mercado do que para interesses públicos (TEIXEIRA, XAVIER, FARIA, 2020).

No Estado de São Paulo, apesar do aumento de recursos orçamentários disponíveis em 2019, não houve reflexo no enfrentamento das desigualdades de Cultura em territórios específicos (BITTERCOURT, 2020). De acordo com dados do Mapa da Desigualdade (ABRAHÃO, 2022), em 2021, dos 96 distritos da cidade de São Paulo, 57 deles não possuíam centros, casas e espaços culturais em 2021. Além disso, 19 dos distritos não contavam com nenhum equipamento de Cultura, 77 não contavam com salas de cinema e 49 não dispunham de espaços culturais independentes.

A Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2017-2018 também ressalta as desigualdades territoriais no acesso à cultura: a despesa média das famílias brasileiras com Cultura nas áreas urbanas foi de R\$318,59 mensais, enquanto nas áreas rurais foi de R\$119,58 (IBGE, 2021).

R - RAÇA/ETNIA/CULTURA/LINGUAGEM

Globalmente, grupos étnicos diversos são subrepresentados no conteúdo midiático e, quando aparecem, podem ser retratados de maneira limitada, refletindo preconceitos do grupo dominante. Povos indígenas e comunidades quilombolas são guardiãs do patrimônio cultural brasileiro, mas frequentemente são excluídas das oportunidades de financiamento de suas expressões culturais e são retratadas de forma caricata. Na Espanha, por exemplo, um estudo que analisou séries de TV transmitidas entre 2016 e 2017 identificou que, de um total de 723 personagens, apenas 1,8% eram asiáticos. Organizações de controle, como o Observatório Egípcio para a Eliminação do Racismo, buscam promover ações para evitar a representação racista na mídia. Alguns países estão mudando a regulamentação da mídia, como a Lei Orgânica para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, na Tunísia, que busca eliminar o racismo em todos os setores, incluindo a mídia (UNESCO, 2022b).

▼ Samba de Dona Dalva durante a Festa da Boa Morte em 2019 - Cachoeira - Bahia
FOTO Mariana Resegue





A CULTURA SOMOS NÓS: CULTURAS INDÍGENAS DESTE BRASIL

Moara Tupinambá

Nós, povos originários, descendentes dos primeiros da nação – antes mesmo deste país se chamar Brasil –, sempre produzimos cultura, pois somos essencialmente cultura. Cultura é vida, é a nossa língua, nossos costumes, nossas crenças, nossos saberes ancestrais, nossas tradições, perpassadas de gerações para gerações. Sobrevivemos porque preservamos nossas culturas. A cultura é o nosso maior pertencimento, sempre em conexão com a natureza. Somos de uma cultura milenar, que persiste e resiste. Desde as nossas tradições, dos grafismos, dos ritos, da maestria de nossas cerâmicas, de nossas cestarias, das danças e cantos, até à criação de músicas com ritmos de rap, hip hop, das pinturas em telas, e artes digitais.

As nossas culturas sempre interagiram entre as etnias de Pindorama e, mesmo com a colonização, resistiu ao sistema colonial dominador. Algumas vezes, sincretizamos com as culturas que aqui chegaram, tanto com a dos povos vindos de África, como também com a dos brancos. Mas, sobretudo, buscando garantir a nossa sobrevivência, ou seja, preservar a cultura que nos constitui enquanto povos originários. Contudo, vale ressaltar que a cultura

Artista visual e ativista das causas indígenas. Luta contra o apagamento étnico do indígena que vive em contexto urbano e rural. Natural de Mairi (Belém-PA), nasceu em cidade peri-urbana e atualmente está radicada em Campinas. Sua ancestralidade genealógica origina-se da região do baixo Tapajós (Vila de Boim e Cucurunã). Vice-presidente e comunicadora da associação multiétnica Wyka Kwara. Utiliza diferentes plataformas nas suas expressões artísticas: desenho, pintura, colagens, instalações, vídeo-entrevistas, fotografias e literatura. Sua poética percorre cartografias da memória, identidade, ancestralidade, resistência indígena e pensamento anticolonial. Ganhou o 8º Prêmio de Artes do Instituto Tomie Ohtake em 2022, fez parte da residência de artistas do MAM RIO 2021. Ganhou também o Prêmio 67º Salão Paranaense do Museu de Arte Contemporânea do Paraná – MAC-PR em 2020 com o projeto “Museu da Silva”.

não é estanque, ela é dinâmica, e interage com o contexto histórico. Podemos citar, como exemplo, o Carimbó, que é um ritmo originário da nossa região Amazônica, muito praticado pelos povos de origem Tupi, e que conversou, posteriormente, com os povos vindos de África. Temos, principalmente na região do Pará, muitos mestres do Carimbó, e percebemos suas diferenças e particularidades regionais, dependendo da região onde ele foi produzido. No Tapajós temos o Carimbó das mulheres indígenas, como As Karuana e o Grupo Suraras do Tapajós, que é bem diferente do Carimbó criado no Marajó, por exemplo.

As demandas de políticas públicas para indígenas, no Brasil, devem ter em consideração os mais diversos contextos nos quais hoje estão inseridos. Há os povos indígenas em territórios demarcados, e autodemarcados, mas também há os que vivem em contexto urbanizado, os quais se desvincularam, por algum motivo, de suas aldeias, às vezes por mais de uma geração. Conforme o último Censo do IBGE, mais de 1 milhão de indígenas (63,27%) vivem fora dos territórios homologados. Ainda de acordo com o censo de 2022, a “população indígena dobrou nos últimos 12 anos, totalizando 1.693.535 pessoas

residentes no Brasil, correspondendo a 0,83% da população. Desagregando a população indígena pelo recorte de Grandes Regiões, a Região Norte destaca-se como aquela que concentra 44,48% da população indígena do País, com 753357 pessoas indígenas. A Região Nordeste concentra 31,22% da população indígena (528 800 pessoas indígenas), seguida da Região Centro-Oeste, com 11,80% (199 912 pessoas indígenas), da Região Sudeste, com 7,28% (123 369) e da Região Sul, com 5,20% (88 097 pessoas indígenas). Cabe destacar que as Regiões Norte e Nordeste concentram 75,71% da população indígena residente no País. A Região Sudeste apresenta o percentual mais elevado de população indígena residente fora das Terras Indígenas, com 82,56% (101 850), seguido do Nordeste com 75,43% (398 866) e do Norte com 57,99% (436 861). As pessoas indígenas residentes fora de Terras Indígenas no Amazonas e na Bahia correspondem a 51,67% (553 672) da população indígena residente fora de Terras Indígenas em todo o país. O Amazonas possui 341 780 pessoas nessa situação geográfica e a Bahia 211 892.”.

Analisando estes dados, percebemos a urgência e o esforço, que deve partir do Estado, na construção de políticas públicas para a área da Cultura dos povos originários. Tais políticas precisam ser construídas junto com os povos originários, com a participação de indígenas que já estão inseridos na preservação da nossa cultura, e que lutam para que não sejamos subalternizados, e subjugados pela cultura dominante. Pontos de cultura precisam ser fortalecidos nas bases, de forma que, os povos originários não tenham que sair de suas aldeias para conseguir recursos nos grandes centros, onde circula o capital que patrocina as artes.

Por sua vez, os indígenas que vivem em contexto urbanizados, além de preservarem muitos saberes ancestrais, nunca deixaram de produzir cultura dialogando com esse contexto, se relacionando com

outras culturas, e criando artes que são chamadas de contemporâneas. Se faz necessário possibilitar caminhos para estes artistas, que buscaram a arte para sobreviver, mas se mantiveram conectados com as comunidades, ajudando-as, haja vista sequer chegar políticas públicas básicas nos territórios.

O Museu de Culturas Indígenas em SP é um ótimo exemplo, que precisa ser implantado em todas as cidades do Brasil, pois é gerido também por povos originários, e com curadoria indígena. Editais de patrocínio à cultura, específica para povos originários, precisam ser mais acessíveis, para que tanto indígenas que vivem em periferias nas cidades, quanto indígenas que vivem em aldeias, consigam acessar, e possam também se beneficiar. É necessário que, arte e educação caminhem sempre juntas, garantindo a valorização, preservação, e continuidade das culturas indígenas para as próximas gerações, e assim o povo brasileiro se autoconheça, valorize e respeite a diversidade cultural, promovendo a autoestima cultural deste país.

A nossa história e memória precisam ser inseridas nos projetos de políticas públicas, para que conheçam a nossa história, o nosso protagonismo, a partir de nós mesmos. Um bom exemplo são construções de Museus da Memória Indígena, como podemos citar o Museu Jenipapo Kanindé, construído desde 1995, pela comunidade indígena Kanindé do Ceará, preservando a memória e identidade deste povo.

Os povos originários tem uma riqueza de cultura material e imaterial de mais de 305 povos no Brasil, devendo ser tratado como um patrimônio da humanidade. Diferentemente dos não indígenas, a nossa cultura não está desvinculada da nossa Mãe natureza, e somos nós que estamos segurando o céu para não cair, como já anunciado por Davi Kopenawa. Para um futuro ancestral, é preciso cuidar da cultura originária, se quisermos ainda sobreviver enquanto humanidade em Pachamama.



▲ Favela Criativa - Mandela 2 - revitalização da quadra da Favela Mandela 2. Complexo do Manguinho. Zona Norte do Rio de Janeiro 07 / 05 / 2016
FOTO Thiago Ripper | Favela em foco



No Brasil, pesquisa da Ancine de 2016 identificou que pessoas negras representavam apenas 2,5% de diretores e roteiristas, sendo que somente homens negros compunham esse percentual. A falta de diversidade na indústria audiovisual causa diversos impactos e a mudança nesse cenário é importante para mudar o imaginário da sociedade brasileira, ainda formado por estereótipos racistas, como o da mulher negra sexualizada ou o do homem negro como sujeito perigoso. O mesmo ocorre para outras minorias, como o público LGBTQIAP+, frequentemente estereotipados em cenas/programas de humor e comédia (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

Em termos de gastos das famílias com Cultura, as despesas mensais de pessoas brancas com Cultura configura em média R\$373,85, enquanto para pessoas pretas e pardas a média mensal é de R\$212,14 (IBGE, 2021). A diferença nos gastos revela a desigualdade no acesso à Cultura, resultado das condições socioeconômicas desiguais entre grupos no Brasil. Marcadores de desigualdade, como acesso limitado à educação e empregos de qualidade, residência em áreas periféricas e menor renda, afetam especialmente a população negra. Isso destaca a importância de políticas que promovam a equidade cultural e combatam essas disparidades.

Em relação à linguagem, é por meio dela que as informações culturais são transmitidas entre as gerações, por isso Cultura e linguagem não podem ser desassociadas. É por meio da linguagem que expressamos nossas crenças, valores, tradições e conhecimentos, construindo assim uma identidade cultural coletiva. Através da linguagem oral, escrita e outros sistemas simbólicos, como a música, dança e artes visuais, compartilhamos nossa história, narrativas, costumes e formas de pensamento (GOMES, 2022). No Brasil, além da língua portuguesa, há uma diversidade linguística significativa. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é utilizada, assim como cerca de 180 línguas indígenas que são faladas em diferentes regiões do país. Além disso, existem línguas de comunidades afro-brasileiras e variações regionais dentro da língua portuguesa padrão. Essa diversidade linguística, que reflete a riqueza da diversidade cultural, resultado da miscigenação e fusão de diferentes culturas que ocorreram no Brasil, é desconhecida por grande parte da sociedade e está ameaçada (GARCIA, 2014). Existem, ainda, lacunas de acessibilidade cultural linguística. Nesse sentido, refletir como dinamizar e democratizar o acesso a partir da linguagem é um dos pontos-chave na discussão sobre acessibilidade cultural.

Exemplos de iniciativas brasileiras que buscam promover a acessibilidade cultural, a valorização da linguagem e da diversidade no campo da Cultura

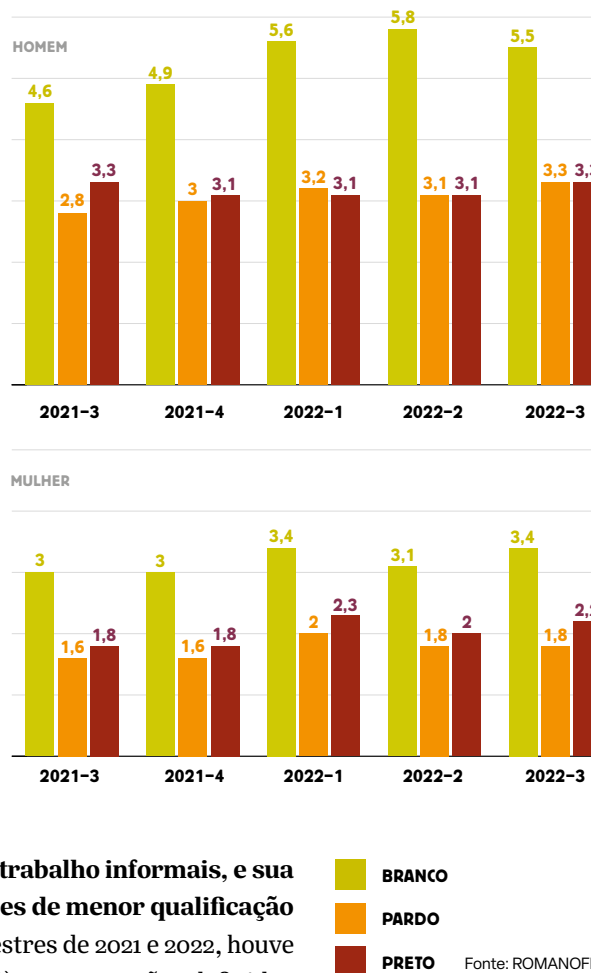
- **A Lei Brasileira de Inclusão**, Lei 13.146 de 6 de julho de 2015, discorre sobre Cultura e a Barreira Atitudinal, que se refere a atitudes ou comportamentos que impedem ou prejudicam a participação social de pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas (BRASIL, 2015).
- **A Lei Orgânica de Cultura da Bahia** destaca a importância de se promover os meios para garantir às pessoas com deficiência a acessibilidade à produção e aos produtos, serviços e espaços culturais (BAHIA, 2011).
- **A Política de Leitura, Escrita e Oralidade do Distrito Federal** busca fortalecer a leitura, a escrita, a oralidade e a escuta, reconhecendo o setor da Cultura como base das capacidades necessárias para promover a inclusão social e o desenvolvimento territorial integrado. A política busca priorizar indivíduos e grupos sociais em situações de vulnerabilidade e desenvolver projetos em comunidades com línguas indígenas, africanas ou ameaçadas de extinção. Também são oferecidos programas em formatos alternativos e acessíveis, como a partir do Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e do Sistema Braille (DISTRITO FEDERAL, 2018).
- **O Prêmio Carolina Maria de Jesus de Literatura 2023** vai premiar 40 trabalhos de mulheres com o valor de R\$ 50 mil para cada vencedora. O objetivo é valorizar autoras nacionais e incentivar a qualidade literária. O prêmio possui cotas destinadas a mulheres negras, indígenas, com deficiência, ciganas e quilombolas (MORENO, 2023).
- **O Prêmio Cultura Ciganas**, no âmbito do Ministério da Cultura, buscou estimular ações de pessoas físicas ou jurídicas sem fins lucrativos voltadas à preservação e proteção das culturas dos povos ciganos do Brasil. Em 2014 foram concedidos 60 prêmios de R\$ 14.285,72 (BRASIL, 2014).
- **A Aldeia SP – Bienal de Cinema Indígena** é uma mostra de filmes da cinematografia produzida por povos indígenas brasileiros (SPCine, 2016).
- **O Museu das Favelas em São Paulo** tem como objetivo registrar as conquistas e histórias do povo das periferias, das pessoas negras e quilombolas. Também busca-se ressignificar um espaço que era símbolo da elite cafeeira no século XIX (FERNANDES, 2023).
- **O Salvador Capital Afro** é uma ação articulada para desenvolver o afroturismo, posicionando Salvador como destino destaque no segmento. O objetivo é valorizar manifestações culturais, a força das tradições, tecnologias ancestrais e incentivo aos negócios entre pessoas negras (SALVADOR, 2022).

O - OCUPAÇÃO E TRABALHO

No Brasil o setor cultural é caracterizado por altos níveis de informalidade, contexto que foi intensificado com a pandemia de Covid-19. Com a pandemia, houve um crescimento de 19% no número de postos informais. A economia criativa contava com 2,2 milhões de trabalhadores informais em 2020, em 2021 o número foi para 2,6 milhões (ESTADÃO, 2021). No período entre os terceiros trimestres de 2021 e 2022 foi registrado um aumento de 7% no segmento informal da economia criativa, enquanto o agregado da economia brasileira registrou uma variação um pouco menor, de 4% (OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL, 2022). Em 2020, mesmo com a elevação do nível de instrução dos ocupados no setor cultural, os níveis de trabalhadores em ocupações informais permaneceram elevados. Os maiores percentuais de informalidade no setor cultural foram no Amapá (71,3%), no Pará (67,7%) e no Maranhão (64,9%). Já os menores foram em Santa Catarina (24,9%), Rio Grande do Sul (28,4%) e São Paulo (34,9%) (BRASIL, 2021).

Pretos e pardos são a maioria nos postos de trabalho informais, e sua participação também se concentra em ocupações de menor qualificação e com menores salários. Entre os terceiros trimestres de 2021 e 2022, houve maior participação de pretos (11%) e pardos (38%) nas ocupações definidas como culturais (atividades artesanais, artes cênicas e artes visuais, cinema, música, fotografia, rádio e tv, e museus e patrimônio) do que nas em ocupações como arquitetura, design, editorial, gastronomia, moda, publicidade e serviços empresariais, e tecnologia da informação. Nessas últimas ocupações mencionadas, pretos correspondem a 7% e pardos a 27%. Reforça-se o papel de políticas afirmativas, como a Lei de Cotas, para o crescimento do ingresso de pessoas não brancas em cursos de nível superior vinculados ao setor cultural, buscando a ampliação da participação desse grupo em ocupações de melhor qualidade e melhores salários (ROMANOFF, 2023). Nos gráficos abaixo é possível observar que no terceiro trimestre de 2022, o salário de homens brancos na economia criativa era de em média R\$5,5 mil, enquanto homens pretos e pardos recebiam em média R\$ 3,3 mil. Entre as mulheres brancas, a média foi de R\$3,4 mil, enquanto mulheres pretas recebiam em média R\$ 2,2 mil e as pardas R\$1,8 mil:

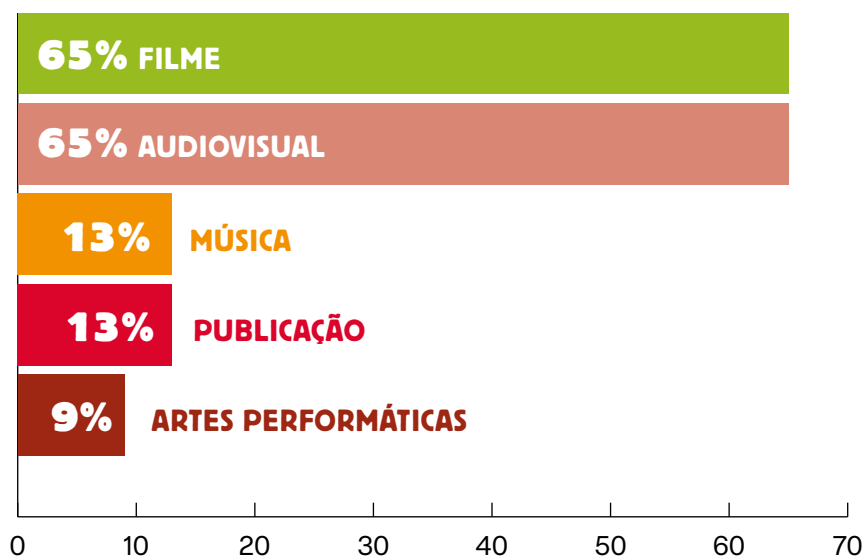
Figura 10 - Rendimento médio de trabalhadores/as da economia criativa, segundo raça/cor e gênero



G - GÊNERO

Globalmente, embora a Cultura e o entretenimento sejam grandes empregadores de mulheres (48,1%), a igualdade de gênero ainda é um desafio e ações concretas baseadas em evidências são escassas. A força de trabalho feminina na indústria de jogos eletrônicos é de apenas 30% em todo o mundo. Isso confirma a sub-representação das mulheres em algumas indústrias criativas, particularmente nas relacionadas a tecnologias de rápido crescimento, e super-representação em outras, tradicionalmente as mais precárias. A indústria cinematográfica desempenha um papel líder na implementação de medidas de igualdade de gênero (65%) em comparação com música e publicação (cada uma com 13%) e artes cênicas (9%). No entanto, apenas cerca de um terço (33%) dos prêmios das principais categorias de cinema de 60 grandes festivais de cinema em todo o mundo foram concedidos a artistas e produtoras mulheres em 2019. Menos de um quarto (24%) foram premiados para melhor diretor e melhor roteiro. Revisões de Políticas Nacionais revelam o papel fundamental das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) em promover medidas inovadoras para a igualdade de gênero, desenvolvendo as capacidades de artistas e profissionais criativas mulheres e estimulando a criação de redes de contato (UNESCO, 2022b). No gráfico abaixo é possível observar o progresso das iniciativas implementadas pelo governo e pelas OSCs por setor:

Figura 11 - Progresso por setor nas iniciativas de igualdade de gênero



Fonte: UNESCO, 2022, p. 272

No Brasil, a desigualdade salarial entre homens e mulheres é maior no setor cultural do que no total de atividades. Em 2018, as mulheres no campo da Cultura ganhavam em média apenas 67,8% dos salários dos homens. Além disso, as mulheres compõem grande parte dos trabalhadores informais da Cultura e estão pouco representadas em posições de liderança. Em 2014 apenas 13,7% dos filmes produzidos no Brasil foram dirigidos por mulheres e menos de 1% por mulheres negras. Em 2018 o percentual de filmes dirigidos por mulheres chegou a 20%, mas 41% das posições de produção executiva eram femininas (PONTE, 2021).

Assim como para a população negra, as mulheres enfrentam discriminação e há o risco de reprodução de formas tendenciosas de representação na produção cultural. Quando mulheres e profissionais criativos de gênero diverso entram nas indústrias culturais, não recebem a mesma liberdade criativa que seus colegas do gênero masculino. Além disso, as lógicas comerciais ou políticas que sustentam a produção cultural podem limitar os trabalhadores culturais, incluindo mulheres e membros de grupos minoritários, a reproduzir formas tendenciosas de representação. Dessa forma, políticas e medidas destinadas a promover a igualdade de gênero também devem visar a mudança das normas da indústria sobre como o gênero é refletido na produção cultural (ROSA, 2023; UNESCO, 2022b). A seguir apresentamos algumas recomendações:

Figura 12 - Recomendações sobre igualdade de gênero na Cultura

RECOMENDAÇÕES

PARIDADE DE GÊNERO

Aplicar ações afirmativas em recrutamento, promoção, financiamento e premiações

CONDIÇÕES DE TRABALHO

Eliminar precariedade de práticas trabalhistas no setor cultural, como contratos de curto prazo, longas horas de trabalho e diferenças salariais

DADOS

Efetuar esforços contínuos para medir e monitorar, de modo a progredir em direção à igualdade e diversidade de gênero

POLÍTICA

Adotar e fortalecer políticas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero

Exemplos de intervenções para a promoção da igualdade de gênero no setor cultural (UNESCO, 2022b)

Lei de Equidade na Representação de Gêneros nos Serviços de Comunicação na Argentina

O governo argentino está buscando melhorar a representação não apenas das mulheres, mas de todos os gêneros no setor cultural do país. A Lei de Equidade na Representação de Gêneros nos Serviços de Comunicação exige que todas as fontes de mídia gerenciadas pelo Estado garantam uma cota de pelo menos 1% para pessoas transgênero e intersexo. Além disso, embora não seja obrigatório para empresas de mídia privadas, a regulamentação também oferece benefícios às empresas que conseguem obter um “certificado de equidade de gênero”.

50:50 - o Projeto de Igualdade

O ‘50:50 The Equality Project’ é uma iniciativa que busca criar jornalismo e conteúdo midiático que representem o mundo de uma forma justa. Criado em 2017 na redação de notícias da *British Broadcasting Corporation* (BBC) em Londres, expandiu-se de um único programa para uma rede global de 101 parceiros em 26 países.

A equipe da BBC adapta o 50:50 para o conteúdo e fluxos de trabalho de cada parceiro e trabalha em colaboração para criar um pequeno grupo piloto para testar o sistema. Uma vez que o sistema esteja satisfatório, a BBC ajuda o parceiro a implementá-lo em toda a organização.

O objetivo geral é alcançar um ponto em que as mulheres representem 50% de participação na tela, no ar e em papéis de liderança. Essa rede global inclui organizações de transmissão, editores de jornais, instituições de ensino superior e grandes empresas de diferentes setores.

Os objetivos do projeto foram alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo o ODS 5 (igualdade de gênero) e o ODS 10 (redução das desigualdades).

O primeiro relatório de impacto mostra que 70% das equipes da BBC que enviaram dados em março de 2021 alcançaram pelo menos 50% de mulheres em toda a sua produção - um aumento de 34% em relação ao início. Pela primeira vez, nenhuma equipe apresentou menos de 40% de mulheres após três anos de monitoramento.

Em outubro de 2020, a BBC anunciou que o monitoramento 50:50 estava sendo expandido para incluir a representação de etnia e deficiência. Mais de 220 equipes se comprometeram a usar o monitoramento 50:50 para aumentar a representação de minorias étnicas e pessoas com deficiência.

R - RELIGIÃO

No Brasil, manifestações culturais relacionadas a religiões não dominantes ainda são foco de preconceitos, intolerância e omissões. Apesar da emergência de um quadro religioso mais diversificado no país, sobretudo ao redor da religião protestante e do crescimento de adeptos de outras religiões, como as de matrizes africanas ou espíritas, ainda há o monopólio da religião católica e suas tradições na sociedade. O contexto das religiões não dominantes, especialmente aquelas de matrizes africanas, é marcado por violências sutis e explícitas. No caso das religiões de matrizes africanas, configura-se, além de intolerância religiosa, um quadro de racismo religioso. Um exemplo concreto das dificuldades é a omissão da segurança na Festa de Iemanjá em Fortaleza, enquanto festividades católicas, como a Caminhada com Maria, recebem maior priorização e atenção. A celebração umbandista a Iemanjá na Praia do Futuro é marcada pelo estigma e muitos fatores contribuem para que a festividade seja vista como algo incômodo para o público local. Em termos da organização do evento, a ocorrência de arrastões, furtos, falta de iluminação e disputa de espaço com barraqueiros são exemplos das dificuldades vividas pelos umbandistas, em partes devido a uma debilidade de suporte para a manifestação cultural (DA SILVA; SOARES; MONTEIRO, 2019).

Dados da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (Renafro) apontam que 91,7% dos pais e mães de santo já ouviram algum tipo de preconceito por conta da religião (BONIN, 2022). A intolerância pode se materializar, por exemplo, em forma de violência física, fechamentos de terreiros por hostilidade da vizinhança ou incêndios criminosos (WESTIN, 2023). A falta de conhecimento sobre as culturas religiosas aprofunda esse problema (COELHO, 2021).

E - EDUCAÇÃO

Um dos principais desafios para o fortalecimento da economia criativa brasileira está relacionado com a educação, e enfrentá-lo demanda o reconhecimento da complexidade e transdisciplinaridade do setor. Os níveis de educação formal, por exemplo, estão relacionados com o acesso à cultura. Em termos de gastos mensais com Cultura, pessoas com ensino superior completo gastam em média R\$704,18, enquanto as que não possuem instrução gastam apenas R\$87,32 mensais. Em termos de educação profissional e atividades de ensino, a média mensal de gastos das famílias é de 16,6% (IBGE, 2021). Além disso, há um grande desafio relacionado à formação de pessoas no campo cultural. Por isso, é fundamental a construção de uma nova educação, ou seja, uma educação que leve em conta a transdisciplinaridade, a complexidade e as dinâmicas econômicas e culturais do campo criativo. Uma visão fragmentada e simplista sobre temas e atividades desenvolvidas por profissionais da Cultura é limitada, dada a multiplicidade de cenários e atores, bem como de desafios, possibilidades e oportunidades de desenvolvimento (GUILHERME; GONDIN, 2016).

No caso específico da formação das equipes de gestão cultural, é importante que sejam contempladas a capacitação profissional e técnica, bem como um processo contínuo de sensibilização para a compreensão do universo da Cultura e da arte. Muitas vezes, representantes da gestão compõem seus currículos de forma independente, a partir de suas necessidades específicas de atuação profissional. A formação mais independente não é suficiente, especialmente para a dimensão da sensibilização (CUNHA, 2011). A construção permanente da diversidade cultural, por exemplo, demanda o processo contínuo de formação de gestores, o que requer o desenho de conteúdos específicos, bem como de métodos de educação que garantam, em seus formatos, o estímulo à continuidade da formação ao longo do tempo (CUNHA; BERTELLI, 2008). Dessa forma, atributos como flexibilidade, agilidade e capacidade de adaptação devem ser incorporados nas reflexões e intervenções sobre educação dos gestores culturais, bem como a atenção às dinâmicas sociais, tecnológicas, econômicas e políticas que permeiam o campo da Cultura. Formadores, portanto, seja na figura de instituições ou docentes especificamente, desempenham papel de extrema importância, e, por isso, são válidas as seguintes questões: Quem são os formadores? Como compreendem a Cultura e suas complexidades? Como essa compreensão está disposta nos currículos? Quais metodologias e recursos pedagógicos utilizam? (DOS SANTOS RATTES, 2021).

SS - STATUS SOCIOECONÔMICO E CAPITAL SOCIAL

O desenvolvimento do capital social, a partir da construção de confiança entre os atores, tem o potencial de fortalecer o segmento cultural brasileiro. As redes sociais ou arranjos comunitários são estabelecidos por atores que se ligam por valores e interesses comuns, unindo ideias e recursos. Esses arranjos estimulam os elos informais, as relações interpessoais, e as relações nas redes são baseadas na confiança e colaboração em ambientes onde existe incerteza (JUNIOR; DIAS; GOMES, 2018). Os atores dos diversos nichos do segmento cultural precisam se conhecer e perder a desconfiança, já que a Cultura da competição ainda tem força entre os fazedores de Cultura brasileiros. A aglutinação de redes e articulação de atores do campo da Cultura, por exemplo, têm o grande potencial de contribuir para a redução da vulnerabilidade socioeconômica de muitos atores. As articulações podem ser promovidas e facilitadas pelo governo em seus diversos níveis.

Os arranjos comunitários de Cultura são formas de organização e articulação da comunidade em torno de atividades culturais. Esses arranjos são caracterizados pela participação ativa dos membros da comunidade, que se engajam na produção, promoção e fruição cultural. O processo de digitalização, em especial com as tecnologias digitais de informação, contribuiu positivamente na formação de conexões e composição de redes e arranjos (LIMA; SANTOS, 2010). Essas iniciativas são fundamentais para

fortalecer o sentido de identidade, pertencimento e coesão social dentro de uma comunidade, se traduzindo em um importante ativo (SILVA, 2018). Ao adensar a conexão dos arranjos comunitários da Cultura, é possível fortalecer sua atuação, ampliar seu impacto e criar um ambiente propício para a diversidade cultural, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas (RUBIM et al, 2005).

Para fortalecer as redes da Cultura, pelo menos quatro estratégias-chave podem ser adotadas:

- 1) Incentivar a participação ativa dos membros da comunidade nas atividades culturais, envolvendo-os nos processos de decisão, planejamento e execução por meio de fóruns, assembleias, consultas públicas e diálogo comunitário (SANTOS, 2011).
- 2) Estimular parcerias entre os arranjos comunitários e outras instituições, sejam elas públicas, privadas ou do terceiro setor, para compartilhar recursos, realizar projetos conjuntos e oferecer apoio mútuo (FRANCHI, 2014).
- 3) Promover programas de capacitação e qualificação voltados aos participantes dos arranjos, como cursos, oficinas e mentorias, visando fortalecer suas habilidades de gestão e desenvolvimento cultural.
- 4) Divulgar e promover os arranjos comunitários, tanto em âmbito dos territórios quanto nacional e internacionalmente, por meio de eventos, festivais, publicações online e outras estratégias que valorizem e reconheçam a importância dessas iniciativas (ROLLEMBERG, 2014).

Para que seja possível a adoção dessas estratégias é fundamental o estabelecimento de políticas que incentivem, financiem e ofereçam apoio técnico às iniciativas, tais como o Programa Cultura Viva (BRASIL, 2020).

O respeito à diversidade e o fomento à equidade são princípios pelos quais escolhemos iniciar a publicação, no nosso Manifesto, e encerrá-la. Todas as pessoas envolvidas com o ecossistema da Cultura podem e devem contribuir ativamente para honrar esses compromissos, todavia, sem políticas fortes e efetivas, esforços individuais são insuficientes. Conforme nos encaminhamos para a conclusão desta publicação, ao invés de encontrar um ponto final, queremos propor alguns dos caminhos possíveis para fortalecer as políticas de Cultura no Brasil, orientadas pela diversidade e pela equidade.





**CONCLUSÃO:
QUAIS SÃO
ALGUNS DOS
CAMINHOS
POSSÍVEIS
PARA
FORTALECER
AS POLÍTICAS
DE CULTURA
NO BRASIL?**

Nessa publicação, destacamos a estrada imensa de aprendizados já percorrida, que nos oferece experiências, dados e pesquisas para colocarmos a Cultura do Brasil em Evidência. Partilhando conhecimento e criatividade, podemos construir diversos caminhos para a Cultura, cada um deles com as caras, os sons e as cores do local onde será trilhado. Afirmamos, ao longo da publicação, a relevância de se investir em políticas de Estado para a Cultura no Brasil, promovendo uma maior integração e cooperação entre as diversas partes interessadas e colocando as demandas de fazedores e fazedoras de Cultura no centro do debate. Isso implica o fortalecimento de espaços de diálogo e parcerias entre os órgãos governamentais, sociedade civil, artistas, produtores culturais, financiadores e instituições de ensino, visando a construção conjunta de políticas culturais mais efetivas e abrangentes. Escutamos que é preciso investir em mecanismos de financiamento estáveis, participativos e transparentes, que garantam recursos adequados e contínuos para o desenvolvimento de projetos culturais em todas as regiões do país. Isso envolve a criação de fundos específicos, estímulos fiscais e parcerias com a iniciativa privada, de forma a diversificar as fontes de financiamento e promover a sustentabilidade das ações culturais. O fomento e o financiamento devem ser sensíveis aos marcadores de equidade e especialmente atentos aos grupos historicamente negligenciados.

A promoção da participação social na formulação e na implementação das políticas culturais é essencial e deve observar a representatividade e o respeito à diversidade cultural do país. Além disso, é necessário investir em programas de formação e capacitação de gestores culturais, fornecendo as ferramentas necessárias para a criação, a implementação e o monitoramento de políticas culturais articuladas à agenda de desenvolvimento social do país. Por fim, é papel de todas, todos e todes estimular a produção, difusão e valorização da Cultura brasileira, promovendo a preservação do patrimônio cultural do país. Isso pode ser alcançado por meio de políticas de fomento à produção artística e ao acesso à Cultura, estímulo à participação em festivais e mostras culturais, e investimento na criação e manutenção de espaços culturais acessíveis em todo o território brasileiro. A Cultura com C maiúsculo é aquela que integra e informa o nosso projeto de país - uma Cultura aliada do meio ambiente, que promove oportunidades de educação e emprego, que é financiada de forma sustentável e contínua, que reflete nossa maravilhosa diversidade e que oferece voz e vez para todos os grupos participarem na sua construção.

Vamos em frente?



▼ Ribeirinho atraca em barco no trajeto
Belém - Santarém. Pará - 2011
FOTO Mariana Resegue



Nota Metodológica

O levantamento de dados, pesquisas e documentos do Cultura em Evidência foi realizado entre janeiro e junho de 2023. Foram consultados sistemas de informação internacionais, publicações científicas nacionais e internacionais, *sites* de organizações da sociedade civil ligadas à Cultura e documentos governamentais e de organismos internacionais, pelo método “bola de neve”. Referências de publicações selecionadas foram consultadas para verificar potencial complementaridade. Também foram consultadas bases legislativas para identificar os textos na íntegra de políticas públicas. Os documentos tiveram seu conteúdo de interesse extraído e sintetizado em linguagem amigável por quatro pesquisadoras e pesquisadores, e foram catalogados em uma Biblioteca do projeto. Todo o texto foi revisado por uma supervisora de pesquisa. Além disso, representantes do C de Cultura atuaram como supervisores gerais do projeto e uma pesquisadora e um pesquisador externos atuaram como conselho de especialistas, revisando e sugerindo adequações ao texto.

Durante o processo de construção da publicação, foram realizadas duas sessões de escuta e uma sessão de aprimoramento *online*:

- **Sessões de escuta:** Os objetivos das sessões de escuta eram escutar as percepções e experiências desses públicos sobre a temática e mapear perguntas prioritárias a serem respondidas pela pesquisa. As contribuições de participantes foram categorizadas como Reflexões, Lacunas adicionais de dados e informações, Exemplos de experiências e Demandas de articulação. As três primeiras categorias, bem como as perguntas prioritárias, foram incorporadas à publicação por meio de novas buscas. As Demandas de articulação informarão as futuras etapas do projeto. A sessão de escuta com representantes da sociedade civil ocorreu no dia 28 de março de 2023 e contou com a participação de 15 pessoas. A sessão de escuta com representantes da gestão ocorreu no dia 18 de abril de 2023 e contou com a participação de 15 pessoas.
- **Sessão de aprimoramento:** O objetivo da sessão de aprimoramento era apresentar os achados da pesquisa e coletar sugestões a respeito de três dimensões: MELHORIAS DO DOCUMENTO; ARTICULAÇÃO DO CAMPO DAS POLÍTICAS DE CULTURA; e COMUNICAÇÃO E ENGAJAMENTO. A sessão de aprimoramento ocorreu no dia 1º de junho de 2023 e contou com a participação de 15 pessoas.

A estratégia de busca não foi sistemática, tampouco foi possível realizar avaliações quanto ao risco de viés das publicações incluídas. Lacunas identificadas pela equipe de pesquisa foram priorizadas em reunião com a supervisão geral e o conselho de especialistas de modo a constituir tópicos de artigos de opinião escritos por articulistas, cada qual representando um grupo de interesse distinto: fazedores e fazedoras de Cultura, organizações da sociedade civil, pesquisadores e pesquisadoras, financiadores de Cultura, entre outros. Para o convite a articulistas, foram consideradas as dimensões de gênero, raça e região do país, de modo a obter perspectivas distintas.

▼ FESTA DE IEMANJÁ 2020 -
Rio Vermelho - SALVADOR
FOTO Mariana Resegue



Referências

- ABMI. **Análise de mercado da música independente no Brasil** - 2019/2020. Associação Brasileira da Música Independente - ABMI, 2020. Disponível em: <https://abmi.com.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio-abmi-2020-v3.pdf> Acesso em 29 junho 2023.
- ABRAHÃO, J. (Coord). **Mapa da Desigualdade 2022**. Rede Nossa São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Mapa-da-Desigualdade-2022-Tabelas.pdf> Acesso em 08 de maio de 2023.
- AGUIAR, M. de A.; RISCADO, J. E. Participação social nas políticas culturais: O Conselho Nacional de Políticas Culturais e o contexto de crise democrática. **Políticas Culturais em Revista**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 50-71, 2019. DOI: 10.9771/pcr.v12i2.32669. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/32669>. Acesso em: 30 jun. 2023.
- ALMEIDA, J. R. F. de. Políticas culturais em tempos de pandemia: da Lei Aldir Blanc à Lei Paulo Gustavo e suas aplicações no estado e município de São Paulo. **Sala Preta**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 53-80, 2022. DOI: 10.11606/issn.2238-3867.v21i1p53-80. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/198406>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- ALMEIDA, R. S. **Cultura de periferia em movimento**. Sesc São Paulo, 2014. Disponível em: https://portal.sescsp.org.br/online/artigo/8629_CULTURA+E+PERIFERIA Acesso em 29 de junho de 2023.
- ALVES, T. S.; DOS SANTOS NASCIMENTO, O. A frágil democracia brasileira e o mal estar sofrido no âmbito cultural: os desafios do MinC e das políticas culturais. **Políticas Culturais em Revista**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 72-86, 2019. DOI: 10.9771/pcr.v12i2.32665. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/32665>. Acesso em: 30 jun. 2023.
- AMORIM, R. **Desafios à participação e a produção cultural nas periferias**. Ribeirão das Neves.net, 2019. Disponível em: <https://ribeiraodasneves.net/colunas/171-nayara-amorim/8230-desafios-a-a-participacao-e-a-producao-cultural-nas-periferias> Acesso em 08 de maio de 2023.
- ANANTRASIRICHA, N.; BULL, D. Artificial intelligence in the creative industries: a review. **Artificial intelligence review**, p. 1-68, 2022. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10462-021-10039-7> Acesso em 13 março 2023.
- ARTSFUND. **SOCIAL IMPACT OF THE ARTS STUDY**: How arts impact King County communities, 2018. Disponível em: https://www.artsfund.org/wp-content/uploads/2018/11/ArtsFund_2018-SIS_11.6.pdf. Acesso em 13 março 2023.
- AUSTRALIA, Western. Department of Local Government, Sport and Cultural Industries. **Social impacts of culture and the arts WA: Final report**, 2019. Disponível em: https://www.dlgsc.wa.gov.au/docs/default-source/culture-and-the-arts/research-hub/public-value/social-impact-of-culture-and-the-arts-wa.pdf?sfvrsn=7599f3fe_2. Acesso em 13 março 2023.
- BAHIA. **Lei Orgânica da Cultura**. 2011. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=96> Acesso em 29 de junho de 2023.
- BARBALHO, A. Política Cultural em Tempo de Crise: O Ministério da Cultura no Governo Temer. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 1, p. 239-260, 2018.
- BARROS, J. M. **Diversidade Cultural e Gestão da Cultura**. Revista Observatório Itaú Cultural, n.º 8, abr/jul 2009. São Paulo/SP: Itaú Cultural, 2009. Disponível em: <https://issuu.com/itaucultural/docs/revista-observatorio-8>. Acesso em 30 de junho de 2023
- BARROS, J. M. Participação Social e planos de cultura: três experiências e seus desafios. **PragMATIZES - Revista Latino-Americana De Estudos Em Cultura**, v. 9, n. 17, p. 91-100, 2020.
- BERG, J. et al. **Digital labour platforms and the future of work. Towards Decent Work in the Online World**. Rapport de l'OIT, 2018. Disponível em: http://wtf.tw/text/digital_labour_platforms_and_the_future_of_work.pdf Acesso em 13 março 2023.
- BITTENCOURT, L. **Políticas públicas municipais de Cultura e orçamento**: contribuições a partir do território. Pannel de dados do Observatório Itaú Cultural, 2020. Disponível em: https://portal-assets.icnetworks.org/uploads/attachment/file/100778/IC_Painel_Dados_OBS_Lucio_Bittencourt.pdf Acesso em 08 de maio de 2023.
- BONET I AGUSTÍ, Lluís. Reflexiones a propósito de indicadores y estadísticas culturales. In: **Boletín GC: Gestión Cultural núm. 7: Indicadores y Estadísticas Culturales**, abril de 2004. Disponível em: <http://www.untref.edu.ar/documentos/indicadores2007/Reflexiones%20a%20proposito%20de%20indicadores%20y%20estadisticas%20culturales%20Luis%20Bonet%20i%20Agusti.pdf>. Acesso em 29 de junho de 2023
- BONIN, J. **Encontro aborda desafios do combate ao racismo religioso**. Redação Observatório 3º Setor, 2022. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/encontro-aborda-desafios-do-combate-ao-racismo-religioso/> Acesso em 08 de maio de 2023.
- BOP Consulting. 2021. **Cultural and Creative Industries in the Face of COVID-19: An Economic Impact Outlook**. Paris, UNESCO. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377863> Acesso em 13 março 2023.
- BRASIL, C. I. **Setor cultural ocupava, em 2020, 4,8 milhões de pessoas**. Agência Brasil, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-12/setor-cultural-ocupava-em-2020-48-milhoes-de-pessoas> Acesso em 08 de maio de 2023.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares**. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Ministério da Cultura, 2005. 184 p.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Economia e Política Cultural**: acesso, emprego e financiamento. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. 308 p.

▼ Igarapé do Rio Tapajós - Pará
FOTO Mariana Reségue



- BRASIL. **Metas do Plano Nacional de Cultura**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Metas_do_Plano_Nacional_de_Cultura_%202013-2015.pdf>. Acesso em 14 de abril de 2023.
- BRASIL. **Edital premiará ações de Cultura cigana**. 2014. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/2014/10/31/edital-premiara-acoes-de-cultura-cigana/> Acesso em 29 de junho de 2023.
- BRASIL. **Íntegra da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. 2015. Disponível em: https://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/Content/uploads/20162317410_FINAL_SANZIONADALei_Brasileira_de_Inclusao_06julho2015.pdf Acesso em 29 de junho de 2023.
- BRASIL. **Relatório de Monitoramento da PNCV - 2019**, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/monitoramento-da-politica-publica/relatorio-de-monitoramento-pncv-secult-2019.pdf>>. Acesso em 02 de maio de 2023.
- BRASIL. **Gabinete de transição governamental: relatório final**. Brasília, 2022a. Disponível em: <<https://gabinetedetransicao.com.br/noticias/relatorio-final-do-gabinete-de-transicao-governamental/>>. Acesso em 04 de março de 2023.
- BRASIL. **Plano Nacional de Cultura Relatório 2021 de Acompanhamento de Metas 1ª edição**. Brasília, 2022b. Disponível em: <<http://pnc.cultura.gov.br/biblioteca-de-documentos/>>. Acesso em 30 de junho de 2023
- BRASIL. **Cultura Viva**. Disponível em: <http://culturaviva.gov.br/rede/faq/> Acesso em 29 de junho de 2023.
- BROADBANDCHOICES. Sing for your supper, 2020. <https://www.broadbandchoices.co.uk/features/sing-for-your-supper>. Acesso em 18 de agosto de 2023.
- BUENOS AIRES. **Observatorio de Industrias Creativas**. [s.d.] Disponível em: <https://buenosaires.gob.ar/innovacion/oic>. Acesso em 29 de junho 2023.
- CAIXETA, M. B.; MENEZES, R. G. Desafios atuais para a cooperação sul-sul: as desigualdades e o sul global. Monções: **Revista de Relações Internacionais da UFGD**, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v10i20.13341>. Acesso em 29 de junho de 2023.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Artistas negros defendem mais participação no mercado audiovisual brasileiro**. Agência Câmara de Notícias, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/750172-artistas-negros-defendem-mais-participacao-no-mercado-audiovisual-brasileiro/> Acesso em 08 de maio de 2023.
- CAMARGO, D. A.; HERMANY, R. Federalismo Brasileiro e Cooperação Interfederativa: uma análise da Lei Aldir Blanc em Tempos de Pandemia. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 8, n. 21, 2021.
- CHAUI, M. **Cidadania Cultural: O Direito à Cultura**. 2. ed. – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/08/chaui_web_compressed-1.pdf. Acesso em 18 de agosto de 2023.
- CHAUÍ, M. Cultura e democracia. **Coleção Cultura é o quê?** Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, v. 5, 2012.
- CHEVET, S. **Blockchain technology and non-fungible tokens: Reshaping value chains in creative industries**, 2018. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3212662 Acesso em 13 março 2023.
- CHOLLISNI, A. et al. The concept of creative economy development-strengthening post COVID-19 pandemic in Indonesia. **Linguistics and Culture Review**, v. 6, p. 413-426, 2022. Disponível em: <https://repository.unilak.ac.id/2329/> Acesso em 13 março 2023.
- CICCHIELLO, A. et al. Mapping crowdfunding in cultural and creative industries: A conceptual and empirical overview. **European Management Review**, v.19, n. 1, p. 22-37., 2022.
- COELHO, L. **Falta de conhecimento sobre outras culturas agrava intolerância religiosa no Brasil**. Jornal da USP, 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/falta-de-conhecimento-sobre-outras-culturas-agrava-intolerancia-religiosa-no-brasil/> Acesso em 08 de maio de 2023.
- CUNHA, M. H. Formação do profissional de cultura: desafios e perspectivas. **Políticas Culturais em Revista**, v. 4, n. 1, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/5314/3850> Acesso em 08 de maio de 2023.
- CUNHA, M. H.; BERTELLI, M. Desafios para a formação de gestores da diversidade cultural. **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, v. 4, p. 14323-03, 2008. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14323-03.pdf> Acesso em 08 de maio de 2023.
- DA SILVA, R. A. A.; SOARES, L. F.; MONTEIRO, C. D. Da tolerância festiva às intolerâncias contemporâneas: sagrados desafios do patrimônio religioso no urbano. **Geografia Ensino & Pesquisa**, p. e47-e47, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/39799/html> Acesso em 08 de maio de 2023.
- D'ANDREA, T. P. **A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo**. Tese [doutorado], Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), 2013. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-18062013-095304/publico/2013-TiarajuPabloDAndrea_VCorr.pdf Acesso em 29 de junho de 2023.
- DE BOISE, S. Tackling gender inequalities in music: a comparative study of policy responses in the UK and Sweden. **International Journal of Cultural Policy**, v. 25, n. 4, p. 486-499, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10286632.2017.1341497>. Acesso em 21 de março de 2023.
- DE FILIPPI, P. Blockchain-based Crowdfunding: what impact on artistic production and art consumption?. **Observatório Itaú Cultural**, n. 19, 2015. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2725373 Acesso em 13 março 2023.
- DE JESUS, D. S. V. **Economia criativa, desenvolvimento e sustentabilidade: o caso do Rio de Janeiro**. Guaju, v. 3, n. 2, p. 65-80, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/53026> Acesso em 13 março 2023.
- DE SIQUEIRA BRANDÃO, J. A. Avaliação da satisfação de usuários com os serviços da Lei Aldir Blanc: Um estudo de caso. **Revista Brasileira de Avaliação**, v. 11, n. 1, p. 0-0, 2022.
- DE SIQUEIRA BRANDÃO, J. A. Avaliação da satisfação de usuários com os serviços da Lei Aldir Blanc: Um estudo de caso. **Revista Brasileira de Avaliação**, v. 11, n. 1, p. 0-0, 2022.
- DISTRITO FEDERAL. **PORTARIA Nº 343, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018**. 2018. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/7c20e516bf5649469cf3e78aa8bbe95d/Portaria_343-02-10-2018.html Acesso em 29 de junho de 2023.

DONDERS, Y. et al. Encontrando maneiras de medir a dimensão cultural nos direitos humanos e no desenvolvimento. **Revista Observatório Itaú Cultural**, v. 11, p. 89-114, 2011.

DONELLI, C. et al. Financing Sustainability in the Arts Sector: The Case of the Art Bonus Public Crowdfunding Campaign in Italy. **Sustainability**, v. 14, n. 3, p. 1641, 2022.

DOS SANTOS RATTES, P. C. et al. Formação de gestores de equipamentos culturais: desafios e perspectivas. **Revista Extraprensa**, v. 14, n. 2, p. 264-280, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/185246/180751> Acesso em 08 de maio de 2023.

ESTADÃO. **Informalidade avança no setor da economia criativa e Cultura perde mais postos**. ESTADÃO CONTEÚDO, 2021. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Economia/noticia/2021/09/pegn-informalidade-avanca-no-setor-da-economia-criativa-e-cultura-perde-mais-postos.html> Acesso em 08 de maio de 2023.

EUROPEAN COMMISSION. **Strategic framework for the EU's cultural policy**. European Commission, Culture and Creativity, 2019. Disponível em: <https://culture.ec.europa.eu/policies/strategic-framework-for-the-eus-cultural-policy>. Acesso em 21 de março de 2023.

EUROPEAN COMMISSION, Directorate-General for Education, Youth, Sport and Culture, **European framework for action on cultural heritage**. Publications Office, 2019. Disponível em: <https://data.europa.eu/doi/10.2766/949707>. Acesso em 13 março 2023.

FANCOURT, D; FINN, S. **What is the evidence on the role of the arts in improving health and well-being?** A scoping review. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe; 2019. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/329834/9789289054553-eng.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em 13 março 2023.

FENG, L. et al. Research on the Application of Augmented Reality Technology in the Transformation and Development of Cultural and Creative Industries. **EAI Endorsed Transactions on Creative Technologies**, v. 8, n. 29, p. e1-e1, 2021. Disponível em: <https://publications.eai.eu/index.php/ct/article/view/1410> Acesso em 13 março 2023.

FERNANDES, M. **Museu das favelas: espaço busca ser novo ponto de encontro da Cultura periférica, preta e quilombola em SP**. 2023. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2023/01/06/museu-das-favelas-espaco-busca-ser-novo-ponto-de-encontro-da-cultura-periferica-preta-e-quilombola-em-sp/> Acesso em 29 de junho de 2023.

FERREIRA, R. N. A definição de indicadores de Cultura no contexto do monitoramento local da Agenda ODS: desafios e perspectivas a partir da experiência de Belo Horizonte - MG. In: BARROS, José Márcio (org). **Diversidade, sustentabilidade e políticas: o Plano Nacional de Cultura do Brasil e a Convenção da Diversidade Cultural**. Belo Horizonte, MG: Observatório da Diversidade Cultural, 2021. Disponível em: <https://observatorio-dadiversidade.org.br/wp-content/uploads/2022/02/Diversidade-Sustentabilidade-e-Políticas.pdf>. Acesso em 28 de junho de 2023.

FIRJAN. **Estudo da Firjan mostra como a pandemia impactou a Indústria Criativa**, 2021. Disponível em: <https://firjan.com.br/economicriativa/pages/release.aspx> Acesso em 13 março 2023.

FIRJAN. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://firjan.com.br/economicriativa/downloads/MapeamentoIndustriaCriativa-Firjan2014.pdf> Acesso em 13 de abril de 2023.

FIRJAN. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://firjan.com.br/economicriativa/downloads/MapeamentoIndustriaCriativa2022.pdf> Acesso em 13 de abril de 2023.

FLEMING, T. **A economia criativa brasileira: análise da situação e avaliação do Programa de Empreendedorismo Social e Criativo Financiado pelo Newton Fund**. [S. l.]. British Council, 2018. Disponível em: https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/brasil_economia_criativa_online2-fg.pdf Acesso em 13 março 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Cultura perde metade de seu orçamento federal na última década e segue em queda** [notícia], 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/09/cultura-perde-metade-de-seu-orcamento-federal-na-ultima-decada-e-segue-em-queda.shtml>. Acesso em 13 março 2023.

FONSECA, A. C. **Política de economia criativa em Buenos Aires: do plano 2010 aos distritos criativos – reflexões e inquietações**. 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10260/1/PolEconomiaCriativaBuenosAires_cap04.pdf Acesso em 29 junho 2023.

FRANCHI, M. **Arranjos Produtivos Locais e Economia Criativa: mobilização social e desenvolvimento local sustentável**. Fórum de Capacitação de Mercados Criativos para a Copa, 2014.

FREITAS, S.; TARGINO, J.; GRANATO, L. A política cultural e o governo Bolsonaro. **Brasiliana: Journal for Brazilian Studies**, vol. 10, n. 1, p. 219-239, 2021.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Conjuntura do Setor de Economia Criativa: Efeitos da Crise da Covid-19**. 2020a. Disponível em: https://www.transparenciacultura.sp.gov.br/ees-seers/2018/10/Pesquisa-FGV-Impacto-pandemia_2020.pdf Acesso em 13 março 2023.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Relatório sobre os impactos econômicos da Covid-19 – Economia Criativa**. 2020b. Disponível em: https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/economicriativa_formatacaosite.pdf Acesso em 13 março 2023.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Coordenação Geral de Gestão Ambiental. (Org.). **Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas: Orientações para Elaboração**. Brasília: FUNAI, 2015. 20p.

GARCIA, M. V. C. **A diversidade linguística como patrimônio cultural**. Ipea, 2014, Ano 10, Edição 80. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=3053&Itemid=3 Acesso em 29 de junho de 2023.

GILL, R.; PRATT, A. C.; VIRANI, T. E. (Ed.). **Creative hubs in question: Place, space and work in the creative economy**. Springer, 2019.

GLAVEANU, V. P.; NESS, I. J.; DE SAINT LAURENT, C. Creativity, learning and technology: Opportunities, challenges and new horizons. **Creativity Research Journal**, v. 32, n. 1, p. 1-3,

2020. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10400419.2020.1712167?casa_token=Rptzm8DaS-RoAAAAAA%3AWbNeCloBnosRzEgP5Cic9kiOhFAoQdK_sqLfnRU-gGTJ_C4TWgrTP-1EQSH8pSCalxYzU8ZN5HLAVeg Acesso em 13 março 2023.

GOES, G. S. et al. **O mercado de trabalho no setor cultural: a influência da pandemia de Covid-19 nos seus fluxos e estoques.** Carta de Conjuntura | 54 | Nota 7 | 1º trimestre de 2022. Brasília, IPEA, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220127_cc_54_nota_7_cultura.pdf>. Acesso em 06 de março 2023.

GOES, G. S. et al. **O setor cultural na pandemia: o teletrabalho e a Lei Aldir Blanc.** Carta de Conjuntura | 49 | Nota 6 | 4º trimestre de 2020. Brasília, IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/201015_cc49_cultura.pdf>. Acesso em 06 de março 2023.

GOMES, R. C. **Língua e Cultura brasileiras: suas inter-relações e particularidades.** InterSaberes; 1ª edição, 2022.

GROSFUGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 25-49, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>; Acesso em 30 de junho de 2023.

GUILHERME, L. L.; GONDIN, R. V. Economia criativa e educação: desafios, reflexões e novos caminhos. In: LEITÃO, C. S.; MACHADO, A. F. (Ed.). **Por um Brasil criativo: significados, desafios e perspectivas da economia criativa brasileira.** Código, 2016, pp. 127-148. Disponível em: <http://tempodehermes.com/documents/POR-UM-BRASIL-CRIATIVO.pdf> Acesso em 08 de maio de 2023.

HALL, S.; TAKAHASHI, R. **Augmented and virtual reality: The promise and peril of immersive technologies.** World Economic Forum. 2017. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/~/media/McKinsey/Industries/Technology%20Media%20and%20Telecommunications/Media%20and%20Entertainment/Our%20Insights/Augmented%20and%20virtual%20reality%20The%20promise%20and%20peril%20of%20immersive%20technologies/Augmented-and-virtual-reality.pdf> Acesso em 13 março 2023.

HAMMONDS, W. et al. **Culture and Democracy: the evidence.** How citizens' participation in cultural activities enhances civic engagement, democracy and social cohesion - Lessons from international research. Luxemburgo: Comissão Europeia. 2023. Disponível em: <https://culture.ec.europa.eu/news/new-report-participation-in-cultural-activities-strengthens-democracy-and-social-cohesion>

HAWKES, J. **The fourth pillar of sustainability: Culture's essential role in public planning.** Common Ground, 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/200029531_The_Fourth_Pillar_of_Sustainability_Culture's_essential_role_in_public_planning. Acesso em 13 março 2023.

HOLLANDA, H. B. de. **Cultura como recurso. Coleção Cultura é o quê?** Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, v. 5, 2012.

HOSAGRAHAR, Jyoti. **Cultura: no coração dos ODS. Correio da UNESCO**, v. 1, p. 12-14, 2017. Disponível em: <https://pt.unesco.org/courier/april-june-2017/cultura-no-coracao-dos-ods>. Acesso em 13 março 2023.

HOWKINS, J. **The creative economy: how people make Money from ideas.** London: Penguin UK, 2001.

IBGE. **Perfil dos Estados brasileiros (ESTADIC).** 2021a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/pesquisa/10072/78455?ano=2021>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

IBGE. PNAD Contínua - **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amos-tra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=36337>. Acesso em 27 de março de 2023.

IBGE. **Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2009-2020.** Estudos e Pesquisas - Informações Demográfica e Socioeconômica, nº 45. 2021b. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/12/Sistema_informacoes_indicadores_culturais_2009-2020.pdf>. Acesso em 03 de março de 2023

IBGE/CNAE. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas: versão 2.0 - subclasses para uso da administração pública.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cnae.ibge.gov.br/?view=secao&tipo=cnae&versaosubclasse=g&versaoclasse=7&secao=R> Acesso em 14 de abril de 2023.

IPEA. **Linhas gerais de um planejamento participativo para o Programa Cultura Viva.** Brasília: Ipea, 2014. 148 p.

IPEA. **Participação Popular: A construção da democracia participativa. Revista Desafios do Desenvolvimento.** Ano 8, Edição 65, 2011. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2493:catid=28:--:text=A%20participa%C3%A7%C3%A3o%20popular%20na%20elabora%C3%A7%C3%A3o%20de%20formula%C3%A7%C3%A3o%20dos%20movimentos%20sociais. Acesso em 18 de agosto de 2023

ITAÚ CULTURAL. **BALANÇO DOS POSTOS DE TRABALHO NA ECONOMIA CRIATIVA - 2º TRIMESTRE DE 2021.** Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/observatorio/paineldedados/publicacoes/boletins/balanco-dos-postos-de-trabalho-na-economia-criativa-20-trimestre-de-2021>. Acesso em 27 de março de 2023.

ITAÚ CULTURAL. **Dez anos de Economia da Cultura no Brasil e os Impactos da Covid-19: um relatório a partir do painel de dados do observatório Itaú Cultural.** - São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: https://portal-assets.icnetworks.org/uploads/attachment/file/100687/EconomiadaCulturanoBrasileosImpactosdaCOVID-19-PaineldeDados_nov.pdf Acesso em 13 março 2023.

ITAÚ CULTURAL. **Hábitos Culturais III.** 2022. Disponível em: <https://portal-assets.icnetworks.org/uploads/attachment/file/100951/H%C3%A1bitos_Culturais_2022-v2.1_imprensa5_FINAL.pdf>. Acesso em 23 de junho de 2023

JANUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. In: **Revista do Serviço Público**, vol. 73, nºb, novembro de 2022, p. 96-123. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/8724>>. Acesso em 27 de junho de 2023

JEAN-BAPTISTE, O. **Augmented and virtual reality art: a new Frontier of legal protection. Interactive Entertainment Law Review**, v. 4, n. 2, p. 102-111, 2021. Disponível em: <https://www.elgaronline.com/view/journals/ielr/4-2/ielr.2021.02.02.xml> Acesso em 13 março 2023.

JUNIOR, E. R.; DIAS, F.; GOMES, R. A economia criativa sob a ótica das redes sociais dos produtores culturais de Brasília. **Revista Ciências Administrativas**, v. 24, n. 3, 2018. Disponível em: https://ojs.unifor.br/rca/article/view/7191/pdf_1 Acesso em 08 de maio de 2023.

KOTIS, K. **Artificial General Intelligence and Creative Economy**. Academia Letters, Article 260, 2021. <https://doi.org/10.20935/AL260>. Acesso em: 10 de abril de 2023.

LABCULT. **Indicadores para políticas públicas de cultura: desafios e perspectivas em SP**. 2018. Disponível em: <<https://www.transparenciacultura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-Caderno-UM-LabCult-1-Indicadores-Culturais-final.pdf>>. Acesso em: 4 de março de 2023.

LABVERDE. [s.d.] LABVERDE. Disponível em: <https://www.labverde.com> Acesso em 12 de abril de 2023.

LEIVA, J. **Cultura nas capitais: como 35 milhões de brasileiros consomem diversão e arte**. 1ª ed. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.culturanas capitais.com.br/wp-content/uploads/10810_Livro_Web.pdf>. Acesso em 10 de março de 2023.

LIMA, L. P. B.; ORTELLADO, P.; SOUZA, V. **O QUE SÃO AS POLÍTICAS CULTURAIS? UMA REVISÃO CRÍTICA DAS MODALIDADES DE ATUAÇÃO DO ESTADO NO CAMPO DA CULTURA**. IV Seminário Internacional – Políticas Culturais, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013. Disponível em <<https://paineira.usp.br/ce-lacc/sites/default/files/o-que-sao-as-politicas-culturais.pdf>>. Acesso em 12 de julho de 2023.

LIMA, Q. N.; SANTOS, M. S. T. **Redes sociais e políticas culturais: usos e alternativas da juventude para a participação cultural**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2010/resumos/R23-1372-1.pdf> Acesso em 29 de junho de 2023.

LIU, J. Measuring the value and impact of culture: Why and how? A literature review of academic and practical works. **Cult. Manag. Sci. Educ**, v. 2, p. 9–30, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326090192-Measuring_the_value_and_impact_of_culture_why_and_how_A_literature_review_of_academic_and_practical_works. Acesso em 13 março 2023.

LOOTS, E. et al. New forms of finance and funding in the cultural and creative industries. Introduction to the special issue. **Journal of Cultural Economics**, v. 46, n. 2, p. 205–230, 2022. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10824-022-09450-x> Acesso em 13 março 2023.

MACHADO, M. C. **Mapeamento cultural e gestão territorial de terras indígenas: o uso dos etnomapas**. 119 f., il. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MARTINELLI, A. Aportaciones de la Cultura al desarrollo ya la lucha contra la pobreza. **Cultura y desarrollo. Un compromiso para la libertad y el bienestar**. Fundación Carolina-Siglo, v. 21, p. 1, 2010.

MEDEIROS, A. **Política de financiamento cultural: análise do programa Cultura Viva em três estados brasileiros**. Artigos do II Seminário Internacional de Políticas Culturais, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

MEDEIROS, A. **Políticas públicas e organizações culturais: o caso do programa Cultura Viva**. Dissertação (mestrado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, 2013.

MOBILE. s.d. **Movimento Brasileiro Integrado pela Liberdade de Expressão Artística** [site]. <<https://movimentomobile.org.br/>>. Acesso em 27 de junho de 2023.

MORENO, S. **Prêmio Carolina Maria de Jesus de Literatura 2023 lança edital**. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/cultura/audio/2023-04/premio-carolina-maria-de-jesus-de-literatura-2023-lanca-edital> Acesso em 29 de junho de 2023.

MURILLO-AVIÑA, G. J. et al. Challenges and Opportunities Post Pandemic of Organizational Ergonomics to Promote the Social Sustainability in Cultural and Creative Industries: A Critical Review and Future Research Agenda. **Sustainability**, v. 14, n. 22, p. 15120, 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/14/22/15120> Acesso em 13 março 2023.

MUSEU DA PESSOA. **Relatório síntese da avaliação de impacto do Museu da Pessoa**. 2021. Disponível em: <https://museudapessoa.org/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-avimpacto-museu-da-pessoa_02-05-2021-3.pdf>. Acesso em 03 de maio de 2023.

NIKO, D.; ZENDRON, P. Economia criativa. In: PUGA, Fernando Pimentel; CASTRO, Lavínia Barros de. **Visão 2035: Brasil, país desenvolvido: agendas setoriais para alcance da meta**. 2018, p. 259–288. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/16280/1/PRCapLiv214176_Economia%20criativa_compl_P.pdf Acesso em 12 de abril de 2023.

O'DWYER, RI. Limited edition: Producing artificial scarcity for digital art on the blockchain and its implications for the cultural industries. **Convergence**, v. 26, n. 4, p. 874–894, 2020. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1354856518795097?-casa_token=cTXLTPpb2FIAAAA:g8yaFRNAkQwKqfOYZNFIAJ4KkK-gg6BfRbpxSlqzWGajvBlbjZCWLDAiovJky1s27HuTKPMV1zQl4Dg Acesso em 13 março 2023.

OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL. **ANÁLISE DA LEI FEDERAL DE INCENTIVO À CULTURA - 2010 - 2020**. OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL, 2021. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/observatorio/paineldedados/publicacoes/boletins/analise-da-lei-federal-de-incentivo-a-cultura-2010-2020> Acesso em 08 de maio de 2023.

OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL. **ECONOMIA CRIATIVA 3º TRIMESTRE DE 2022 – ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO DA ECONOMIA CRIATIVA E NOTAS SOBRE A QUESTÃO RACIAL NA ECONOMIA CRIATIVA**. OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL, 2022. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/observatorio/paineldedados/publicacoes/boletins/economia-criativa-3o-trimestre-de-2022-analise-do-mercado-de-trabalho-da-economia-criativa-e-notas-sobre-a-questao-racial-na-economia-criativa> Acesso em 08 de maio de 2023.

OECD. **Economic and social impact of cultural and creative sectors**, 2021. Disponível em: <https://www.oecd.org/cfe/leed/OECD-G20-Culture-July-2021.pdf>. Acesso em 13 março 2023.

- OLIVEIRA, L. A. G. Cultura, criatividade e desenvolvimento territorial: reflexões sobre Redes e Sistemas Produtivos de Economia Criativa. In: LEITÃO, C. MACHADO, A. F. (Orgs.) **Por um Brasil criativo**: significados, desafios e perspectivas da economia criativa brasileira. Belo Horizonte : Código Editora, 2016, p. 109-126. Disponível em: <https://www.tempodehermes.com/documents/POR-UM-BRASIL-CRIATIVO.pdf#page=112> Acesso em 12 de abril de 2023.
- O'NEILL, J. et al. Applying an equity lens to interventions: using PROGRESS ensures consideration of socially stratifying factors to illuminate inequities in health. *Journal of clinical epidemiology*, v. 67, n. 1, p. 56-64, 2014. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S089543561300334X?casa_token=vkq-mjJHHzs-oAAAAA:vnGIUIMenq125cYoLQa2A-GEgfjovdgG2d7_ZRP_cTEvRj8u_pwEEfzJ4XjTlWcdTmhVdL18UdY Acesso em 08 de maio de 2023.
- PAIVA NETO, C. B. **Modelo federal de financiamento e fomento à cultura**. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas Rubim; VASCONCELOS, Fernanda Pimenta (Org.). Financiamento e fomento à Cultura no Brasil: estados e distrito federal. Salvador: Edufba, 2017. p. 15-62.
- PCS. **Economia Local Dinâmica, Criativa e Sustentável**. Programa Cidades Sustentáveis, [s.d.] Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional/pagina/economia-local-dinamica-criativa-e-sustentavel?eixos=true> Acesso em 13 de abril de 2022.
- PELLEGRINI, A. **O estrago da pandemia para os agentes culturais brasileiros**. Nexo Jornal. 09 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/12/09/O-estrago-da-pandemia-para-os-agentes-culturais-brasileiros>. Acesso em 10 de março de 2023.
- PONTE, B. **Equidade de gênero no setor cultural**. Quality for culture, 2021. Disponível em: <https://pontebeth.medium.com/equidade-de-g%C3%AAnero-no-setor-cultural-ae1e9c2f6003> Acesso em 08 de maio de 2023.
- PORTO, M. Cultura e desenvolvimento em um quadro de desigualdades. **Coleção Cultura é o quê?** Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, v. 5, 2012.
- RANGEL, N.; BASTOS, P. **A potência da economia criativa para promover inclusão social**. Fundação FEAC, 2022. Disponível em: <https://gife.org.br/a-potencia-da-economia-criativa-para-promover-inclusao-social/> Acesso em 12 de abril de 2023.
- ROLLEMBERG, M. **Cidadania e diversidade cultural com participação social**. 2014. Disponível em: <http://observatoriocultural.udgvirtual.udg.mx/repositorio/bitstream/handle/123456789/1281/Rollemborg-Cidadania%20e%20diversidade%20cultural%20com%20participa%C3%A7%C3%A3o%20social-2014.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 29 de junho de 2023.
- ROMANOFF, R. **Desigualdade racial e de gênero afeta emprego e renda na economia criativa, aponta estudo**. Matinal Jornalismo, 2023. Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/rogerlerina/reportagens-roger-lerina/economia-criativa-desigualdade-racial-genero-emprego-renda/> Acesso em 08 de maio de 2023.
- ROMOLINI, A. et al. Financing museums: Towards alternative solutions? Evidence from Italy. **Management, participation and entrepreneurship in the cultural and creative sector**, 2020. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-46796-8_2. Acesso em 21 de março de 2023.
- ROSA, P. F. **Representação de mulheres na mídia reflete preconceitos culturais como o machismo, mostra estudo**. Novo em Folha, Folha de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/novo-em-folha/2023/03/representacao-de-mulheres-na-midia-reflete-preconceitos-culturais-como-o-machismo-mostra-estudo.shtml> Acesso em 08 de maio de 2023.
- ROSS, C. **Exploring the Ways Arts and Culture Intersect with Public Safety**. Report for ArtPlace America, 2016. Disponível em: <https://www.urban.org/sites/default/files/publication/79271/2000725-Examining-the-Ways-Art>. Acesso em 13 março 2023.
- RUBIM, A. A. C.; RUBIM, I.; VIEIRA, M. P. **Atores sociais, redes e políticas culturais**. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. Disponível em: http://www.cult.ufba.br/Artigos/atoressesociais_redes_e_politicasculturais_catedra2005.pdf Acesso em 29 de junho de 2023.
- RUBIM, A. A. C. **Financiamento e Fomento à Cultura no Brasil**: dimensões nacionais e estaduais. In: MACEDO, I.; MARTINS, M. L. (ed.) Políticas da Língua, da Comunicação e da Cultura no Espaço Lusófono. Portugal, Ed. Húmus, 2019. p. 129-154. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/268088789.pdf>. Acesso em 13 março 2023.
- SALVADOR. **Salvador Capital Afro**. 2022. Disponível em: <https://www.salvadorbahia.com/capitalafro/> Acesso em 29 de junho de 2023.
- [s-and-Culture-Intersect-with-Public-Safety.pdf](#). Acesso em 13 março 2023.
- SANTAELLA, L. **Inteligência artificial y cultura**: oportunidades y desafíos para el Sur Global. Unesco, 2021. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/8/20210429155321/policy-paper_inteligencia_artificial_e_cultura.pdf Acesso em 29 junho 2023.
- SANTOS, G. **Novos atores sociais nas políticas culturais**: reflexões sobre a participação social nas políticas para culturas populares. 2011. Disponível em: <http://observatoriocultural.udgvirtual.udg.mx/repositorio/bitstream/handle/123456789/1315/Santos-Novos%20atores%20sociais%20nas%20políticas%20culturais-2011.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 29 de junho de 2023.
- SANTOSO, R.; FIANTO, A. Y. A. Creative industry and economic recovery strategies from pandemic disruption. **JIET (Jurnal Ilmu Ekonomi Terapan)**, v. 7, n. 1, p. 47-62, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/361332093_Creative_Industry_and_Economic_Recovery_Strategies_from_Pandemic_Disruption Acesso em 13 março 2023.
- SCHUTZ, F.; MIOTO, R. C. T. **Intersetorialidade e política social: subsídios para o debate**. Sociedade em Debate, v. 16, n. 1, p. 59-75, 2010.
- SEBRAE. **Termo de referência: A atuação do Sebrae na Economia Criativa**. 2012. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS-CHRONUS/bds/bds.nsf/17d34b0afdf21eb375cb775f04a9249b/\\$File/4567.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS-CHRONUS/bds/bds.nsf/17d34b0afdf21eb375cb775f04a9249b/$File/4567.pdf) Acesso em 13 março 2023.

SEBRAE/RJ. **Economia criativa do Rio de Janeiro e as MPE.** Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Menu%20Institucional/Sebrae_SET_nov12_ec_crtv.pdf Acesso em 14 de abril de 2023.

SEMENSATO, C. A. G.; BARBALHO, A. A. A Lei Aldir Blanc como política de emergência à Cultura e como estímulo ao SNC. **Políticas Culturais em Revista**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 85–108, 2021. DOI: 10.9771/pcr.v14i1.42565. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/42565>. Acesso em: 29 jun. 2023.

SILVA, C. R.; LELIS, H. R.; COSTA, P. H. A Lei Rouanet e os direitos culturais no Brasil: análise crítica sobre a contribuição do mecanismo de incentivo fiscal para a efetivação do direito fundamental à cultura. **Revista Tributária e de Finanças Pública**, v. 135, ano 25, 2018.

SILVA, R. G. **Arranjos produtivos locais e impactos no desenvolvimento local:** inter-relações entre as dimensões ambiental, cultural, econômica, espacial, institucional, política e social, em arranjos situados no Sudeste e Centro-Oeste brasileiro. 2018. Tese [doutorado]. Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-30102018-101347/publico/RoseaneGSilva_Corrigida.pdf Acesso em 29 de junho de 2023.

SOTO, C. et al. **Políticas públicas de cultura: os mecanismos de participação social.** In: RUBIM, Albino (Org.). Políticas culturais no Governo Lula. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 25–47.

SPCine. **BIENAL DE CINEMA INDÍGENA CHEGA AOS CEUS E CCSP.** 2016. Disponível em: <http://spcine.com.br/bienal-de-cinema-indigena-reune-essencia-dos-filmes-feitos-pelos-indios-brasileiros/> Acesso em 29 de junho de 2023.

STUCKEY, H. L.; NOBEL, J. The connection between art, healing, and public health: A review of current literature. **American Journal of Public Health**, v. 100, n. 2, p. 254–263, 2010. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2804629/>. Acesso em 13 março 2023.

TAKAHASHI, R. **How can creative industries benefit from blockchain.** McKinsey, 2017. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/~/media/McKinsey/Industries/Technology%20Media%20and%20Telecommunications/Media%20and%20Entertainment/Our%20Insights/How%20can%20creative%20industries%20benefit%20from%20blockchain/How-can-creative-industries-benefit-from-blockchain.pdf> Acesso em 13 março 2023.

TEIXEIRA, L. C.; XAVIER, W. S.; FARIA, E. R. Distribuição Geográfica dos recursos da Lei de Incentivo à Cultura: Características dos Municípios com Projetos Culturais Viabilizados através do Incentivo Fiscal. **VII Encontro Brasileiro de Administração Pública**, Brasília/DF, 2020. Disponível em: <https://ebap.online/ebap/index.php/VII/viiebp/paper/viewFile/1106/377> Acesso em 08 de maio de 2023.

UBC. **Streaming tem 20 milhões de assinantes no Brasil, diz estudo da ABMI.** União Brasileira de Compositores - UBC, 2023. Disponível em: <https://www.ubc.org.br/publicacoes/noticia/21722/streaming-tem-20-milhoes-de-assinantes-no-brasil-diz-estudo-da-abmi> Acesso em 29 junho 2023.

UFMG. **Relatório final de avaliação ex post do Plano Nacional de Cultura: pesquisa de avaliação ex post do Plano Nacional de Cultura.** Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2022/11/6-Relatorio-Final-de-Avaliacao-Ex-Post-do-Plano-Nacional-de-Cultura-UFMG-04out2022.pdf>. Acesso em 03 de maio de 2023.

UNCTAD. **Creative Economy:** Report 2010. Genebra: Nações Unidas, 2010. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab20103_en.pdf Acesso em 29 junho 2023.

UNESCO. **Culture and climate change**, s.d. Disponível em: https://en.unesco.org/sites/default/files/info_sheet_climate_change.pdf. Acesso em 13 março 2023.

UNESCO. **Diversidade Cultural no Brasil** [site]. s.d. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/fieldoffice/brasil/expertise/cultural-diversity>. Acesso em 30 de junho de 2023

UNESCO. **Convenção sobre a proteção e a promoção da Diversidade Cultural.** 2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_protacao_promocao_diversidade_das_expressoes_culturais_2005.pdf. Acesso em 30 de junho de 2023

UNESCO. **UNESCO Culture for Development Indicators: Methodology Manual.** [s.l.: s.n.]. 2014. Disponível em: https://en.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/cdis_methodology_manual_o_o.pdf. Acesso em 09 de março de 2023.

UNESCO. **Culture | 2030 indicators.** 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000371562>. Acesso em 07 de março de 2023.

UNESCO. **Culture in Crisis: Policy guide for a resilient creative sector.** 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374631?posInSet=27&queryId=eec2d791-ad-77-4cb6-9bd4-0022d160c386> Acesso em 13 março 2023.

UNESCO. **Regional Work Plan for Culture in Latin America and the Caribbean UNESCO LAC 2016 - 2021, 2021.** Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244353-eng>. Acesso em 13 março 2023.

UNESCO. **Declaração final Conferência Mundial da UNESCO sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável (MONDIACULT 2022).** 2022a. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000382887_por. Acesso em 30 de junho de 2023.

UNESCO. **Re|shaping policies for creativity: addressing culture as a global public good.** 2022b. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000380474>. Acesso em 05 de março 2023.

UNESCO. **Cutting Edge | Culture: the ultimate renewable resource to tackle climate change.** 2023. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/cutting-edge-culture-ultimate-renewable-resource-tackle-climate-change#Loading>. Acesso em 8 de maio de 2023.

VARELLA, G. **Plano Nacional de Cultura: direitos e políticas culturais no Brasil.** 1. ed. - Rio de Janeiro: Azougue, 2014. Disponível em: <https://culturaedemocracia.org.br/2021/10/20/plano-nacional-de-cultura-direitos-e-politicas-culturais-no-brasil/>. Acesso em 18 de agosto de 2023.

VAHDAT, V. S. et al. **O Futuro da Inclusão Produtiva no Brasil**: da emergência social aos caminhos pós-pandemia. Fundação Arymax, B3 Social, Instituto Veredas. ISBN: 978-65-89059-00-4. São Paulo 2020. Disponível em: <http://arymax.org.br/conhecimento/inclusaoprodutivanobrasil/futuro-IP.2020-vDigital.pdf> Acesso em 13 março 2023.

VAHDAT, Vahíd Shaikhzadeh; BORSARI, Pietro Rodrigo; LEMOS, Patricia Rocha; RIBEIRO, Flávia Ferreira; BENATTI, Gabriela Solidario de Souza; CAVALCANTE FILHO, Pedro Gilberto; FARIAS, Bruno Graebin de. **Retrato do Trabalho Informal no Brasil**: desafios e caminhos de solução. São Paulo: Fundação Arymax, B3 Social, Instituto Veredas. 2022. Disponível em: <https://www.veredas.org/wordpveredas/wp-content/uploads/2022/08/Retrato-do-Trabalho-Infomal-no-Brasil.pdf> Acesso em 27 de março de 2023.

VENTURA, T. Cultura Viva: Encantamento e Mobilização por Direitos Culturais. **Políticas Culturais em Revista**, v. 7, n. 2, p. 63-83, 2014.

VICENTE, E. et al. Insights into Innovation in European Museums: The impact of cultural policy and museum characteristics. **Public Management Review**, v. 14, n.5, p. 649-679, 2012.

VILUTIS, L. Planos Municipais de Cultura e participação social no fortalecimento de políticas culturais. **Políticas Culturais em Revista**, v. 5, n. 2, p. 135-150, 2013.

WEF. **Creative Disruption**: The impact of emerging technologies on the creative economy. World Economic Forum In collaboration with McKinsey & Company, Geneva, 2018. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/39655_CREATIVE-DISRUPTION.pdf Acesso em 13 março 2023

WESTIN, R. **Racismo religioso cresce no país, prejudica negros e corrói democracia**. Agência Senado, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/03/racismo-religioso-cresce-no-pais-prejudica-negros-e-corroi-democracia> Acesso em 08 de maio de 2023.

ZBRANCA, R. et al. **CultureForHealth Report - Summary. Culture's contribution to health and well-being. A report on evidence and policy recommendations for Europe**, 2022. Disponível em: https://www.cultureforhealth.eu/app/uploads/2023/02/Final_C4H_FullReport_small.pdf. Acesso em 13 março 2023.

Esse material foi composto com os tipos
Bloc, Elza e Silva e foi impresso na
Gráfica Laserpress em novembro de 2023





REALIZAÇÃO

 **C DE
CULTURA**

PARCEIRO TÉCNICO

 **INSTITUTO
VEREDAS**
caminhos em políticas públicas

APOIO

 **ItaúCultural**